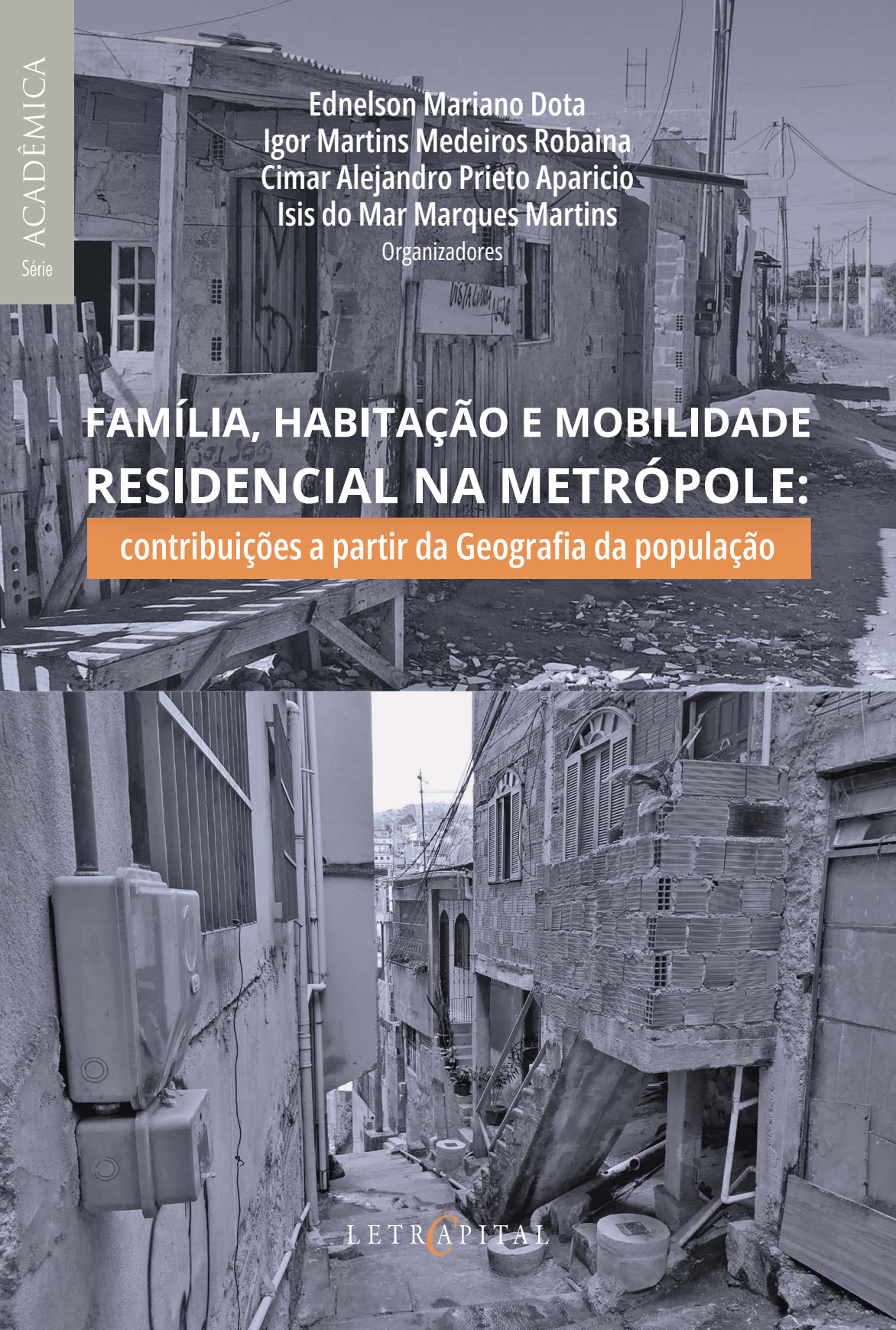
Série ACADÊMICA

Ednelson Mariano Dota
Igor Martins Medeiros Robaina
Cimar Alejandro Prieto Aparicio
Isis do Mar Marques Martins
Organizadores

FAMÍLIA, HABITAÇÃO E MOBILIDADE RESIDENCIAL NA METRÓPOLE:

contribuições a partir da Geografia da população



LETRCAPITAL

Ednelson Mariano Dota e *Igor Martins Medeiros Robaina* são professores do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo.
Cimar Alejandro Prieto Aparicio e *Isis do Mar Marques Martins* são pesquisadores do projeto que deu origem ao livro.
Juntos e a partir de experiências e abordagens distintas nas pesquisas sobre população, debateram, refletiram, pensaram e geraram esse livro em parceria com outros pesquisadores.

Este livro marca um momento de grande significado, de publicação de um trabalho bem fundamentado, resultante de uma pesquisa cujos resultados contribuem para a reflexão dos processos demográficos e sociais presentes e em evolução na dinâmica metropolitana, destacando necessidades e prioridades relevantes para a elaboração de programas e políticas públicas voltadas para o atendimento das demandas da população.

Prefácio de
Aurélia Hermínia Castiglioni

Conselho Editorial
Série Letra Capital Acadêmica

Ana Elizabeth Lole dos Santos (PUC-Rio)
Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)
Claudio Cezar Henriques (UERJ)
Ezilda Maciel da Silva (UNIFESSPA)
João Luiz Pereira Domingues (UFF)
João Medeiros Filho (UCL)
Leonardo Agostini Fernandes (PUC-Rio)
Leonardo Santana da Silva (UFRJ)
Lina Boff (PUC-Rio)
Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)
Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)
Michela Rosa di Candia (UFRJ)
Olavo Luppi Silva (UFABC)
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)
Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)
Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)
Robert Segal (UFRJ)
Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)
Sandro Ornellas (UFBA)
Sergio Azevedo (UENF)
Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)
Waldecir Gonzaga (PUC-Rio)

Ednelson Mariano Dota
Igor Martins Medeiros Robaina
Cimar Alejandro Prieto Aparicio
Isis do Mar Marques Martins
(organizadores)

FAMÍLIA, HABITAÇÃO E MOBILIDADE RESIDENCIAL NA METRÓPOLE:
contribuições a partir da Geografia da população

LETRACAPITAL

Copyright © Ednelson Mariano Dota, Igor Martins Medeiros Robaina, Cimar Alejando Prieto Aparicio, Isis do Mar Marques Martins *(organizadores)*, 2023

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.

EDITOR João Baptista Pinto

REVISÃO Pat Dassi

CAPA Jenyfer Bonfim
Foto 1 (superior) de Kamilly Antunes de Assis
Foto 2 (inferior) de Ednelson Mariano Dota

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO Luiz Guimarães

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

F198
Família, habitação e mobilidade residencial na metrópole: contribuições a partir da geografia da população [recurso eletrônico] / organização Ednelson Mariano Dota ... [et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2023.
Recurso digital ; 3 MB

Formato: epdf
Requisitos do sistema: adobe acrobat reader
Modo de acesso: world wide web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7785-889-7 (recurso eletrônico)

1. Geografia da população. 2. Espírito Santo (Estado) - População. 3. Geografia humana. 4. Livros eletrônicos. I. Dota, Ednelson Mariano.

23-86806 CDD: 304.2098152
CDU: 911.3(815.2)

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643)

Financiadores do livro

CAPES

Família e Políticas Públicas no Brasil

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels.: (21) 3553-2236 / 2215-3781 / 993801465
www.letracapital.com.br

Dedicatória

Dedicamos este livro:
às famílias entrevistadas,
e àquelas que vivenciam as periferias;
aos nossos mestres, que nos ensinaram as possibilidades
de uma Geografia da População justa e crítica;
aos nossos alunos, que debatem, questionam e
nos ensinam enquanto aprendem.

Sumário

Prefácio..... 9
Aurélia Hermínia Castiglioni

Apresentação..... 15
Ednelson Mariano Dota

Introdução: o que ainda pode a Geografia da população?.....19
Ednelson Mariano Dota
Igor Martins Medeiros Robaina
Cimar Alejandro Prieto Aparicio
Isis do Mar Marques Martins

Parte 1 - Questões teóricas e conceituais 37

Migração e família: elementos para reanimar o debate sobre a Geografia da população no Brasil..... 39
Ednelson Mariano Dota

Das contribuições da escola de Chicago à busca por novas perspectivas para a Geografia da população: considerações sobre família e segregação socioespacial urbana.....57
Igor Martins Medeiros Robaina

Famílias e vulnerabilidades: a segregação no espaço metropolitano 84
Isis do Mar Marques Martins
Kamilly Antunes de Assis
Igor Martins Medeiros Robaina

Notas para uma geografia da mobilidade residencial da família..... 100
Isis do Mar Marques Martins
Kamilly Antunes de Assis

Integração de migrantes nos pontos de chegada..... 117
Maria Cristina Dadalto
Patrícia Pereira Pavesi
Júlio Valentim

Parte 2 - O que os dados mostram? 131

Arranjos domiciliares no censo demográfico:
elementos para o debate da geografia das famílias 133
Cimar Alejandro Prieto Aparicio
Ítala Luzia de Andrade
Rachel Facundo Vasconcelos de Oliveira
Francismar Cunha Ferreira

Mudanças no perfil etário da mobilidade residencial
nas grandes aglomerações urbanas..... 159
Cimar Alejandro Prieto Aparicio
Gearley Leopoldino Veloso

Motivações de mobilidade residencial das famílias
no contexto urbano: o caso da RMGV..... 185
Matheus de Oliveira Fernandes Adão
Ednelson Mariano Dota

Os arranjos domiciliares na mobilidade residencial
na RM de Vitória 205
Nathan Vilela dos Santos
Ednelson Mariano Dota

Considerações finais.....221
Ednelson Mariano Dota
Igor Martins Medeiros Robaina
Cimar Alejandro Prieto Aparicio
Isis do Mar Marques Martins

Anexo I 230

Índice Remissivo 234

Sobre os(as) autores(as): 236

Prefácio

O livro "Família, Habitação e Mobilidade Residencial na Metrópole: contribuições a partir da Geografia da população", organizado por Ednelson Mariano Dota, Igor Martins Medeiros Robaina, Cimar Alejandro Prieto Aparicio e Isis do Mar Marques Martins, oferece um legado singular para o conhecimento e a reflexão das transformações e das inter-relações que os novos modelos familiares e os padrões de mobilidade e residenciais apresentam nas grandes aglomerações urbanas. Com base em uma revisão bibliográfica aprofundada e na conjugação da utilização de dados oficiais, como os obtidos pela aplicação de pesquisa de campo, os autores da obra apresentam um minucioso estudo dos aspectos particulares de alguns processos na principal aglomeração urbana do Espírito Santo nas três últimas décadas. As temáticas abordadas se inserem nos estudos da população, os quais compõem um importante campo de conhecimento, formado por várias áreas interligadas, tendo como fio condutor, neste trabalho, a Geografia da população.

Durante longo tempo, os níveis elevados de mortalidade e fecundidade resultaram em baixo crescimento da população mundial e, até mesmo, em declínio, durante os episódios mais mortíferos das pandemias que assolavam a humanidade. Somente em 1804, a população atingiu a marca de um bilhão, sendo necessários 126 anos para chegar a 2 bilhões[1]. A seguir, sob a influência da queda gradual da mortalidade, advinda, conjuntamente, com os progressos registrados em vários setores, o crescimento acelerado dito "explosivo" dominou reflexões, debates e temores de estudiosos e dos vários setores da sociedade. Entre 1950 e 1987, a população mundial dobrou, passando de 2,5 para 5,0 bilhões de habitantes, em decorrência do crescimento dos países menos desenvolvidos, atingindo 8 bilhões em 2022[2]. A

[1] UNITED NATIONS. World Population Prospects 2022. Disponível em: https://population.un.org/wpp/Download/Standard/Population.
[2] Ibid.

queda da fecundidade registrada na segunda metade do século passado marca o início de uma nova tendência, de atenuação continuada do crescimento da população.

A experiência dos países que se encontram na fase final ou que já concluíram o processo de transição coloca em evidência que a propagada evolução de altos para baixos níveis dos componentes do crescimento natural ou vegetativo, ou seja, a situação de "equilíbrio" esperada para o final do processo, suscita novas questões sobre o futuro das tendências anunciadas e suas consequências sobre os comportamentos da dinâmica demográfica e os modos de vida da sociedade[3]. As perspectivas indicam um cenário de decréscimo progressivo do crescimento para as próximas décadas, no qual os riscos de redução do efetivo populacional, as consequências das mudanças da composição da estrutura etária e dos padrões de morbimortalidade, fecundidade e de mobilidade passam a compor o quadro de metas e prioridades a serem consideradas em projetos voltados para promover a melhoria da qualidade de vida da população.

À medida que o processo de transição avança, a fecundidade desce a um nível situado abaixo do esperado para reposição das gerações, de 2,1 filhos por mulher, chegando a valores próximos ou inferiores a 1,0 em países de baixa fecundidade, e traz como nova ameaça as consequências da subnatalidade. Com relação à mortalidade, a esperança de vida já atinge o limite previsto, elevando-se a 85 anos para o Japão[4], e especula-se a respeito do nível que poderá atingir. O aumento da representação da população idosa, causado, primeiramente, pela redução da base da pirâmide etária, passa a refletir, também, a elevação da esperança de vida. O envelhecimento torna-se a principal tendência das mudanças demográficas, o que representa uma conquista de extrema relevância, mas, ao mesmo tempo, um dos maiores desafios a ser enfrentado pelas sociedades, em face das necessidades específicas, das novas demandas e dos custos elevados que esse novo modelo demográfico demanda.

---

[3] CASELLI, G.; VALLIN, J.; WUNSCH G. **Démographie: analyse et synthèse.** 1 La dynamique des populations**.** Institut National d'Études Démographiques, 2001.
[4] UNITED NATIONS. World Population Prospects 2022. Disponível em: https://population.un.org/wpp/Download/Standard/Population.

Por seu turno, os movimentos da população no espaço, caracterizados, no período de maior crescimento demográfico, pela intensa migração rural-urbana, provocaram, além da expansão urbana rápida e desordenada, diversos impactos socioeconômicos e ambientais sobre as regiões relacionadas ao movimento. A população urbana do mundo passa a ser predominante em 2010, atingindo 57% em 2022[5]. Na fase contemporânea, a mobilidade apresenta novos e complexos modelos, com presença e intensidade crescentes do interior das aglomerações urbanas.

Nesse contexto, as mudanças na sociedade e seus efeitos nos níveis e nos comportamentos dos componentes do crescimento demográfico resultam em novas tendências da nupcialidade, nos modelos familiares e na mobilidade. As famílias patriarcais, caracterizadas pelo grande número de filhos, cedem lugar a novos tipos de arranjos familiares, com tamanho reduzido e idade média mais elevada, decorrente da menor representação de crianças e da presença crescente de idosos. O estudo da evolução das estruturas familiares ocorrida ao longo dos últimos tempos constitui um eixo de grande importância, que mostra os ajustes ocorridos no modelo familiar, seus determinantes e consequências de ordem econômica, social, cultural e demográfica, fatores que produzem modificações significativas na produção e na reestruturação dos arranjos residenciais no espaço metropolitano.

O Espírito Santo apresenta as tendências gerais do processo de transição. As taxas de fecundidade total, superiores a 7,00 filhos por mulher, nos meados do século, descem a 1,82 em 2022[6]. O estado apresenta situação de destaque para indicadores de mortalidade nos anos recentes, segundo as projeções do IBGE, situando-se entre os que registram as menores taxas de mortalidade infantil e os mais elevados níveis de esperança de vida ao nascimento e da população idosa. O crescimento da população, que atingiu o nível de 3,17% na década de 1960, decresce para 0,73% em 2022[7]. Quanto à mobilidade, a intensa

[5] Ibid.
[6] IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sidra. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br.
[7] Ibid.

migração rural-urbana, ocorrida na segunda metade do século passado, promoveu a urbanização acelerada, que apresenta como traço principal a concentração de 49,06% da população na RMGV[8], lócus de ocorrência de importantes transformações sociodemográficas nos modelos familiares e de mobilidade residencial apresentados neste trabalho.

O livro é composto por nove capítulos, produzidos por estudiosos que exploram e analisam, com esmero, as características observadas na principal aglomeração urbana, que oferece um cenário propício para a observação dos processos pesquisados. A primeira parte, intitulada "Questões teóricas e conceituais", composta por cinco capítulos, aborda conhecimentos interrelacionados das áreas da geografia da população, da demografia, da sociologia das famílias e da mobilidade residencial em aglomerações urbanas. As reflexões teóricas e metodológicas sobre a temática são apresentadas por Ednelson Mariano Dota, Igor Martins Medeiros Robaina, Isis do Mar Marques Martins, Júlio Valentim, Kamilly Antunes de Assis, Maria Cristina Dadalto e Patrícia Pereira Pavesi. A segunda parte, que discorre sobre "O que os dados mostram?", contém quatro capítulos, elaborados por Cimar Aparicio, Ednelson Mariano Dota, Francismar Ferreira, Gearley Veloso, Ítala Andrade, Matheus de Oliveira Fernandes Adão, Nathan Vilela dos Santos e Rachel Oliveira. Os autores apresentam e analisam dados censitários relativos às três últimas décadas, assim como dados obtidos com a aplicação da Pesquisa MigraFamília, realizada em 2022.

Os trabalhos apresentados destacam-se, além da qualidade, pela relevância e pela atualidade da temática, fornecendo importante contribuição para a produção do conhecimento científico sobre as novas dinâmicas observadas a partir da década do final do século ao momento atual, considerando, conjuntamente, o tempo e o espaço em que se produzem. Os modelos observados refletem as importantes transformações que ocorrem na sociedade local, ainda pouco focalizadas em trabalhos científicos. Os resultados mostram que os processos estudados apresentam traços gerais, mas, também, particularidades

[8] Ibid.

causadas por condicionantes históricos e socioeconômicos que contribuíram para a configuração da região.

Outro ponto a ser destacado concerne à utilização de abordagem multidisciplinar para considerar a dinamicidade e a complexidade do objeto de estudo e possibilitar, assim, maior entendimento das características, das causas explicativas e das consequências dos fenômenos estudados, estreitamente relacionados com fatores que operam em diversos níveis e domínios. Nesse sentido, o trabalho agrega contribuições de 14 estudiosos da temática, de formação e atuação nas áreas da Geografia, Demografia, Ciências Sociais, Antropologia e Planejamento Urbano e Regional.

A metodologia merece destaque pela utilização conjunta de variadas fontes e procedimentos, a partir da aplicação de métodos pertinentes de análise para abordar a diversidade de temas tratados nos diversos domínios. Os autores utilizam, além da rigorosa pesquisa bibliográfica, a abordagem quanti-qualitativa. Os resultados da aplicação das pesquisas teóricas e empíricas se interconectam e se completam, contribuindo, conjuntamente, para melhor apreensão, aprofundamento e integração do conhecimento produzido.

A pesquisa tem, ainda, o grande mérito de resultar de um trabalho conjunto, que agrega professores e pesquisadores de programas de Pós-graduação e de Graduação, estudantes com diversos níveis de formação e participação em pesquisa, doutorandos, mestrandos e alunos de Iniciação Científica. Essa modalidade de produção científica reveste-se de grande significância, por propiciar o intercâmbio entre os pesquisadores mais experientes e os que são iniciantes na pesquisa, pelo compartilhamento de ideias, conhecimentos e experiências inerentes às diversas áreas de especialidades.

A mobilidade das famílias e seus locais de inserção residencial desempenharam papel de destaque em momentos importantes da história da população do Estado. Na primeira fase, ocorrida na segunda metade do século XIX, a imigração internacional, à base do elevado crescimento demográfico do período, era constituída, predominantemente, por famílias jovens, ainda em formação, que migravam com todos os seus membros e que se estabeleceram e

permaneceram na região rural. O segundo período, de 1950 a 1980, também de aceleração do crescimento, foi marcado pela intensa migração rural-urbana de famílias numerosas, que se configurou como o principal fator do processo de concentração da população na região metropolitana. A fase atual, focalizada neste trabalho, constitui, igualmente, um momento peculiar com relação às novas configurações apresentadas pela mobilidade familiar e residencial.

Este livro marca um momento de grande significado, de publicação de um trabalho bem fundamentado, resultante de uma pesquisa cujos resultados contribuem para a reflexão dos processos demográficos e sociais presentes e em evolução na dinâmica metropolitana, destacando necessidades e prioridades relevantes para a elaboração de programas e políticas públicas voltadas para o atendimento das demandas da população. Destaca-se, igualmente, por estimular a continuidade da pesquisa, apontando novas pistas e questões fundamentais a serem exploradas por novos estudos.

Aurélia Hermínia Castiglioni
Vitória, outubro de 2023.

Apresentação

Este livro é resultado da pesquisa "Dinâmica demográfica familiar e padrão migratório o Brasil: transformações desde os anos 1990", financiado pela CAPES e pela Secretaria Nacional da Família, por meio do Edital 02/2021 "Família e Políticas Públicas no Brasil", e desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Geografia e no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo.

Inicialmente, destacamos a configuração do financiamento: bolsas e recursos para custeio em torno de um eixo temático. Esse formato permitiu reunir pesquisadores experientes e jovens em torno de um tema, de uma reflexão. Este livro apresenta uma parte dos resultados tangíveis; os outros serão publicados nos próximos meses, em revistas e em meios alternativos, adequados ao formato pensado para cada produto.

Ressaltamos, também, os resultados intangíveis, como o processo formativo na trajetória dos professores/pesquisadores, dos pós-doutorandos, doutorandos, mestrandos, alunos de iniciação científica e voluntários, que foram decisivamente impactados a partir das bolsas, das atividades de campo, das atividades laboratoriais e da oportunidade de compor um grupo de pesquisa dinâmico e com várias abordagens na perspectiva da Geografia da população.

Abordar temas em transformação é sempre um desafio, e, nesta pesquisa, é exatamente o contexto no qual nos colocamos: como as mudanças nas famílias influenciam a mobilidade residencial e, a partir dessas influências, como podemos refletir sobre a dinâmica urbano-regional nas grandes aglomerações para acompanhar, avaliar e propor políticas públicas?

Na perspectiva teórica, alinhados à nossa *expertise* em Geografia da população sob vários prismas, buscamos apoio na geografia, na demografia e na sociologia das famílias, além dos debates sobre mobilidade residencial em grandes aglomerações urbanas. O primeiro desafio foi, nesse contexto, construir pontes

entre a dinâmica familiar e os deslocamentos habitacionais dentro das cidades.

Enquanto método, além do uso do Censo Demográfico como elemento-chave para a leitura dos processos ao longo do tempo e no espaço, também foi necessária a realização de um estudo de caso para aprofundamento. Pela similaridade em relação aos processos observados em outras regiões metropolitanas, desenvolvemos o aprofundamento em cinco municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória: Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica e Viana, com dinâmica econômica e social intensamente integrada.

Foram dezenas de idas a campo para aplicação de um instrumento quanti-qualitativo e para as entrevistas em profundidade, o que resultou em um banco de dados com 451 domicílios visitados e com horas de gravação, transcrições e correções.

Justamente por essa dinâmica metodológica, que contou também com abordagens e conceitos que permitissem o aprofundamento e a leitura por outras vertentes, foi fundamental a intensa participação da equipe de trabalho do projeto. Além dos autores que assinam os capítulos dos livros, citamos alguns nomes que foram essenciais nessa dinâmica: Rafael de Castro Catão, Flora Antonia Soares Ribeiro, Jhonatan Telles Ribeiro, Guilherme Rigonini Moreira, Vera Lúcia dos Santos Plácido e José Marcos Pinto da Cunha. Diante de tantas colaborações, para evitar o risco de deixar de mencionar nomes importantes nesse processo, seguem as referências ao lugar de encontro: aos voluntários e colaboradores que contribuíram para o projeto via LAGEDEP (Laboratório de Análises Geográficas, Demográficas e da População), via disciplinas da graduação e da pós-graduação, espaço de reflexão e de debate metodológico da pesquisa, além dos trabalhos de campo.

Importante mencionar, ainda, as instituições parceiras nas coletas de campo, que não poderiam ter sido realizadas sem o apoio intenso dos responsáveis e de seus colaboradores: projeto Fordan, na figura da professora Rosely Maria da Silva Pires; Instituto Aprender Cultura, do Miqueias Gonçalves Silva e seus colaboradores; o líder comunitário do bairro Central Carapina,

Gilmar Carlos; Associação de Moradores de Terra Vermelha, com a Eliane Simões à frente; Centro Cultural Eliziário Rangel, na pessoa do diretor Antônio Vitor.

Em relação à dinâmica laboratorial, destacamos a importância do LAGEDEP (Laboratório de Análises Geográficas, Demográficas e da População) como espaço para a realização desta pesquisa, para a reunião dos pesquisadores e para o trabalho cotidiano. A própria constituição do laboratório ocorreu no processo da pesquisa, via demanda de trabalho induzida. Mesmo sem recursos para capital, a pesquisa colaborou decisivamente na consolidação do LAGEDEP.

A parceria de trabalho com pesquisadores competentes e compromissados se iniciou desde a redação do projeto, com Cimar Alejandro Prieto Aparicio, até os momentos finais de elaboração do livro e das reflexões, treinamentos e debates teórico-metodológicos, com Igor Martins Medeiros Robaina e Isis do Mar Marques Martins. Esse trabalho conjunto suscitou essa obra, que vejo como marco em minha trajetória e ponto de partida para outras reflexões.

Ao Departamento de Geografia e o Programa de Pós-graduação em Geografia da UFES, o agradecimento pelo apoio dado de diversas formas. Em relação ao PPGG, destacamos a influência dos estudos populacionais desde a sua formação, na figura da professora Aurélia Hermínia Castiglioni, cujas atividades permitiram, direta e indiretamente, a constituição de um grupo de professores alinhados às temáticas populacionais para formar este laboratório e contribuir, mesmo que timidamente, a partir da pluralidade das suas pesquisas, com a Geografia da população brasileira e com a análise das dinâmicas populacionais no Espírito Santo e no Brasil.

Ednelson Mariano Dota
Vitória, outubro de 2023.

Introdução: o que ainda pode a Geografia da população?

Ednelson Mariano Dota
Igor Martins Medeiros Robaina
Cimar Alejandro Prieto Aparicio
Isis do Mar Marques Martins

De antemão, comunicamos que a resposta à pergunta que dá título a esta introdução será fornecida apenas nas considerações finais deste livro. Isso porque desejamos que você caminhe conosco na trilha de reflexões que nos permitiu esboçá-la. Este percurso visa, simultaneamente, destacar uma série de questões que mobilizaram um grupo de pesquisadores acerca da Geografia da população, mais especificamente, nas inter-relações entre migração, família, trabalho e mobilidade residencial em uma escala metropolitana, assim como estabelece uma busca por um horizonte mais amplo, ou seja, a constituição de uma agenda de pesquisas em âmbito nacional e internacional. Esta perspectiva leva em conta as especificidades do Brasil diante ao cenário latino-americano e global.

Para iniciar, reforçamos o nosso entendimento de que a população se constitui como um elemento central para a ciência geográfica, levando em consideração que a mesma está fundamentalmente preocupada – como campo do conhecimento científico – com a presença e com a ação humana na superfície terrestre. Nessas considerações iniciais, o nosso objetivo é tecer uma reflexão geral sobre a importância dos estudos populacionais para a Geografia, e não estabelecer a história deste subcampo disciplinar ou realizar um recorrido por meio de suas "correntes".[1]

De fato, a disciplina, normalmente, com o nome "Geografia da população", mas também como outros acercamentos possíveis, faz parte das tradições de muitos cursos de graduação em Geografia no Brasil e no mundo, apesar das inúmeras transformações e dos diferentes (des)entendimentos ocorridos

[1] Para um histórico geral do campo, ver Findlay e Graham (1991) e Bailey (2005).

nas últimas décadas, inclusive, com a sumária eliminação destas disciplinas em algumas instituições (MORMUL, 2013).

Nesse sentido, apontamos, de antemão, uma posição de defesa em relação aos estudos populacionais e da Geografia da população, mas, antes de avançarmos sobre a sua importância, é fundamental realizar algumas aproximações, como a da própria noção de população.

Infelizmente, o termo "população" tem sido usado indiscriminadamente, sem a devida consideração e cautela e, principalmente, sem um entendimento fundamental das razões por trás de sua criação e de sua relação direta com o conhecimento geográfico. A população pode ser compreendida como uma construção dentro da lógica de controle e de ordenamento do território. Ancorada em uma perspectiva de poder, Raffestin (1993) alerta, geograficamente, que não se trata, simplesmente, da soma de indivíduos que habitam uma determinada área, mas de uma lógica racional do Estado e de sua governamentalidade (FOUCAULT, 2008), ou seja, da ciência de governar homens e mulheres em uma dada circunscrição espacial de poder.

A ideia de população também se configura como uma forma de conhecimento, ou seja, um recurso, em relação ao modo como se apresenta em um dado momento e ao longo do tempo, mas, principalmente, em relação aos possíveis processos de intervenção direta sobre este indissociado território-população.

É preciso reforçar que a ideia de população, em seu núcleo, não é simplesmente uma noção quantitativa que diz respeito à quantidade de pessoas habitando uma determinada área geográfica. A população vai além disso, consolidando-se como uma forma de conhecimento, um recurso que carrega consigo uma quantidade significativa de informações.

Esse conhecimento manifesta-se de várias formas: por um lado, é evidente na maneira como se apresenta em dado momento e suas possíveis mudanças ao longo do tempo. Isso envolve uma série de fatores, desde mudanças demográficas e socioeconômicas até transformações culturais e comportamentais. Compreender essas dinâmicas é essencial para traçar um retrato preciso e significativo de uma população em determinado contexto e período.

Por outro lado, e talvez de maneira mais importante, o conhecimento da população manifesta-se na maneira como se torna um foco de intervenção direta. Nesse sentido, as estruturas de poder se interessam em populações em termos de conhecimento, mas, sobretudo, como alvos de ações de governança.

Nesse sentido, a partir de um conjunto de múltiplas dimensões e variáveis involucradas à dimensão espaço-temporal, entende-se e busca-se corrigir tendências e padrões de comportamentos da própria população com um fim específico. É nesse contexto que se destaca e ganha força a estatística e a cartografia que Bourdieu (2014) considera tecnologias do Estado[2]. Esses instrumentos e sua ampla diversidades de métodos, técnicas e procedimentos asseguram a produção de informações objetivas sobre o conjunto da população, seja como um recurso e, portanto, uma potência, seja como um risco para o próprio Estado.

Assim, permanecem vigentes, desde as primeiras formas de conhecimento sobre a população − os recenseamentos históricos e registros paroquiais − até os atuais, com censos demográficos georreferenciados com alta tecnologia, o acompanhamento do volume e das tendências das taxas de natalidade e de fecundidade, de morbidade e de mortalidade, assim como a população observada a partir dos grupos etários, por sexo, etnia, de distribuição, concentração e densidade demo-geográfica convertidos em pilares fundamentais para a organização de uma política territorial e social.

A população é vista de modo complexo, heterogêneo e hierarquizado, logicamente, de maneira intencional, no sentido de um pensamento acerca do espaço. Assim, além de um processo de divisão − e, neste caso, as regionalizações cumprem parte fundamental desta lógica − são pensados, para cada um desses recortes, o número de estudantes, de trabalhadores, de desempregados e de aposentados, bem como, a partir da relação com a economia e com a própria projeção da população no futuro, quais áreas necessitarão, de maneira diferenciada, de escolas, de

[2] O autor inclui, ainda, a geografia como parte das técnicas usadas pelo Estado para acumular capital informacional. Nossa leitura e perspectiva, entretanto, é a de que ele trata das técnicas de mapeamento, e não necessariamente da ciência geográfica, que é uma ciência, e não uma técnica.

universidades, de hospitais, de presídios, de investimentos de diferentes naturezas, de subsídios para a geração de empregos ou mesmo de imigrantes para sustentar o mercado de trabalho diante do acelerado envelhecimento.

Também, ao longo da história de diferentes países e impérios, distintos foram os planos de migração forçada ou de estratégias espaciais para gerar migrações controladas (e outras nem tanto) para determinadas áreas, objetivando estratégias geopolíticas de ocupação territorial, de composição da força de trabalho e de formas de violência, controle social e étnico para a consolidação de identidades nacionais.

A relação saúde-doença também emerge como um aspecto importante na análise das questões populacionais, que pode contribuir para os estudos de Geografia da Saúde. Em particular, é fundamental identificar a quantidade, os indivíduos e as localidades afetadas por enfermidades, além de avaliar os possíveis impactos dessas condições de saúde em determinados segmentos específicos e sua inter-relação com a população em geral no território.

Essa é uma questão que pode revelar, por exemplo, desigualdades de saúde existentes em um território ou entre territórios, em que determinados grupos podem ser mais suscetíveis a certas condições de saúde em razão de uma variedade de fatores socioeconômicos, culturais ou ambientais. Além disso, esse aspecto pode ajudar a identificar áreas ou populações com necessidades de saúde específicas, permitindo a implementação de políticas de saúde pública e intervenções mais direcionadas e eficazes.

Apesar disso e, de modo aparentemente contraditório, temos visto desde grandes movimentos globais de vacinação, passando por estratégias de contenção territorial local para a não difusão de enfermidades e até a lógica brutal de *deixar-morrer* como necropolítica de Estado sobre alguns grupos. A pandemia de COVID-19 e seus desdobramentos evidenciaram visões de mundo, estratégias e desigualdades em termos de atenção às necessidades básicas da população no que diz respeito à saúde e à segurança para a própria sobrevivência. Essas questões e esses temas, por certo, não podem ser negligenciados pela Geografia da população.

Diversos outros temas ligados aos estudos populacionais também são cruciais para a compreensão e a atuação deste subcampo disciplinar. Entre eles, destacam-se as diferentes formas de segregação: residencial, étnica, de gênero, de sexualidade, econômica, religiosa, entre outras. Essas segregações, manifestadas na distribuição espacial desigual de grupos sociais, influenciam significativamente o acesso a recursos, oportunidades e direitos, além de configurarem cenários de marginalização.

A alimentação é outra dimensão que dialoga diretamente com as questões populacionais. Estudos de Geografia da população podem revelar desigualdades no acesso ao caráter nutricional, ou seja, à segurança alimentar e aos hábitos alimentares, desencadeando políticas públicas dessa garantia como uma necessidade fundamental.

A violência também se conecta, intimamente, com as questões populacionais. As taxas de crimes, o impacto da violência em grupos específicos e as geografias da violência são temas de extrema relevância, que demandam atenção e ação governamental.

Finalmente, a cultura, entendida aqui em seu sentido amplo, que inclui línguas, tradições, costumes, arte e comportamentos, também se entrelaça com as questões populacionais. A diversidade cultural de uma população em suas diferentes escalas nos atenta para o impacto da globalização e da imigração nos aspectos culturais, constituindo-se, assim, em temas significativos de estudo e atuação.

Desse modo, questões como essas nos parecem importantes demais para serem ignoradas ou lançadas de modo periférico para o pensamento geográfico. Basta recordar todo o conjunto de reflexões feitas por Lacoste (1976) e sua profunda difusão na geografia brasileira, no sentido de não entregar a grande potência do conhecimento geográfico nas mãos do Estado. Pensar a população é uma obrigação dos profissionais da geografia do nosso tempo, que permite construir ricas pontes com profissionais que integram o conjunto das outras ciências humanas e sociais, em um trabalho interdisciplinar cada vez mais necessário diante da fluidez e da complexidade do mundo contemporâneo.

Geografia, população e perspectivas

Como professores e pesquisadores do campo da Geografia da população, tomamos o Censo Demográfico e, com base em suas informações, produzimos conhecimento a partir das diferentes escalas sobre fenômenos presentes no território, aplicando os dados e o conhecimento por eles gerado no ensino, na pesquisa e na extensão. De fato, juntamente com a imaginação geográfica, os censos possibilitam uma infinidade de análises e contribuições, inclusive, de críticas ao próprio Estado e suas ações, assim como de subsídios para a avaliação e a construção de políticas públicas no território.

Todavia, a Geografia da população não se constitui somente de análises isoladas a partir dos grandes bancos de dados e de estatísticas. Também estamos lidando com questões que envolvem grupos e segmentos da população que, muitas vezes, sequer os grandes levantamentos conseguem ou desejam captar. A Geografia da população lida com diferentes escalas, inclusive com a escala local (BALLESTEROS, 2000). De modo associado ou a partir dos grandes levantamentos, é necessária a realização de investigações de âmbito primário, identificando, registrando, analisando e conhecendo determinados grupos, por meio de trabalhos de campo, tendo a Geografia da população um papel, o qual segue cumprindo na relação com os indivíduos, com a política e com o território.

Assim, apesar de considerarmos o forte papel do Estado e o seu controle sobre o espaço, muitas são as questões sobre as quais esse mesmo Estado não possui total conhecimento, como é o caso das populações migrantes que entram de maneira não instituída nos países. Trata-se de populações que seguem, cotidianamente, vivendo de modo subterrâneo. No caso do Brasil, temos grupos étnicos, nichos vinculados às dimensões de gênero e sexualidade, populações quilombolas, população em situação de rua... ou seja, grupos que não têm qualquer visibilidade diante das questões políticas e econômicas e que, portanto, carecem de inúmeras análises.

Um dos aspectos que nos tem chamado atenção e que se converte como elemento-chave, resultante no conjunto geral des-

ta obra, está ancorado no âmbito da família, de uma Geografia da família. Tal questão constitui um tema importante de reflexões por diferentes intelectuais da Filosofia e das Ciências Humanas e Sociais (DEAN,1998; HORKHEIMER, 1998; LINTON; 1978, 1998; PARSONS, 1998; ROUSSEAU, 1999; SIMMEL, 1993).

Na Geografia brasileira, apesar de certa solidez nas comunidades anglo-saxãs e francófonas acerca dos debates sobre a família, há poucas reflexões e análises que possibilitem maior entendimento sobre o tema (MARTINS, 2022). De fato, esse conjunto de questões e de emergências, especificamente no Brasil, não parece estar fora das grandes discussões e polêmicas em torno das fervorosas disputas políticas sobre a categoria "família" na última década, em um debate fortemente ideologizado.

No entanto, pensando em uma possível Geografia da família para o caso brasileiro, inúmeras são as questões e as potencialidades de análise. A primeira delas é pensar que, assim como estabelecemos de modo crítico o entendimento de população, a família também não se caracteriza somente como um grupo de indivíduos que partilham de um domicílio: elas são constituídas por diferentes formas e por sujeitos que têm experiências e trajetórias de vida distintas, com ideias e expectativas que nem sempre confluem e que, por isso, é também um espaço de diálogo e de disputa (BILAC, 2003).

Para atuar sobre a realidade e, sobretudo, quando pensamos em políticas públicas sociais em um território, um primeiro aspecto fundamental é saber como estão estruturadas as famílias no Brasil. Lembrando que, aqui, oferecemos um debate inédito na geografia brasileira e que, assim, precisa ser desenvolvido.

Nas proposições do termo família, tanto para a geografia anglo-saxã quanto para as ciências humanas em geral, família tem em sua interface diversas singularidades, isto é, ela é composta por sujeitos que podem até apresentar pensamentos e ideias em conjunto, mas são constituídos por diferentes opiniões, dilemas, escolhas e posicionamentos dentro do próprio arranjo familiar. No Brasil, assim como na América do Sul e na África, o significado de família é amplo, de modo que pode englobar outros padrões e outros integrantes, como a constante presença da família estendida, encontrada em parte significativa dos domicílios

nas periferias metropolitanas do país, por exemplo. A família é, ao mesmo tempo, tanto uma instituição social, que se encontra em um nível intermediário entre uma população e um indivíduo, como um espaço de decisão que, em geral, mitiga as situações de vulnerabilidade social que marcam os cursos de vida.

Isso significa pensar, sobretudo, de maneira a romper com determinados imaginários em torno do que seria ou deveria ser a família. Saber como está formada em termos de indivíduos, suas relações interpessoais em cada uma dessas unidades e suas características sociodemográficas são partes fundamentais desse processo. Nosso entendimento é sobre o fato de que a família é um espaço de mediação entre os elementos estruturais, conjunturais e de agência (DE HAAS, 2010). Seguindo um pensamento geográfico, essa estrutura é fundamental para entender sua relação com a dimensão territorial: a mobilidade e as implicações para todas as relações familiares, o papel da mulher e dos filhos na construção da dinâmica familiar, domiciliar e doméstica, os deslocamentos diários para o trabalho, escola, alimentação, trabalho pago e não pago, serviços públicos, oportunidades de emprego, dentre muitas outras escalas de análise.

Em um país diverso, desigual e de grande extensão como o Brasil, pensar essas tendências e padrões de família faz muito sentido quando associados às redes e às hierarquias urbanas, mas, ao mesmo tempo, à própria dimensão regional. De pequenas cidades às grandes metrópoles, das áreas rurais aos centros urbanos, do litoral às áreas de fronteira, todos esses elementos parecem participar ativamente da Geografia da população no Brasil, já que uma mesma configuração familiar poderá assumir significados distintos em cada um desses contextos.

No entanto, além das questões que envolvem as famílias, suas estruturas e as relações com os espaços residenciais, uma das preocupações geográficas está centralizada em compreendermos como exatamente ocorrem as dinâmicas de mobilidade no território, seja no âmbito local − dentro do próprio município – seja nos âmbitos intrametropolitano, intra-regional, inter-regional ou internacional. De fato, o Brasil viveu um período de intensa transformação na sua dinâmica populacional na segunda metade do século XX, e seguimos em profundas mudanças

nessas décadas iniciais do século XXI, como mostram os primeiros resultados do Censo de 2022. Tanto o fim do processo de transição demográfica no país como as mudanças que ocorrem nas famílias e na nupcialidade nas últimas décadas trazem novas perguntas para os estudiosos da Geografia da população no país.

No caso específico dos resultados apresentados neste livro, analisar algumas das transformações nas últimas três décadas (1990, 2000 e 2010) foi o elemento que balizou as reflexões aqui apresentadas. De um lado, é amplamente reconhecido o papel da mobilidade residencial para a (re)produção do espaço urbano e, como resultado, as segregações e o aumento das desigualdades; de outro, considerando o arranjo domiciliar como estratégia familiar diante das estruturas e das conjunturas, a mobilidade também se destaca, conformando o complexo mosaico do espaço intraurbano, nas palavras de Villaça (1991), formado por múltiplos agentes atuando conjuntamente a partir de objetivos e estratégias próprias.

Estamos tratando, neste livro da mobilidade residencial, ou seja, do movimento de troca de residência em área próxima, dentro da mesma aglomeração urbana ou até do mesmo município, por motivos diversos, buscando compreender as lógicas desses movimentos a partir das trajetórias domiciliares das famílias. Isso não significa um olhar exclusivo ou determinante, haja vista que o contexto das grandes aglomerações urbanas mostra que os movimentos de média e longa distância funcionam, em muitos dos casos, como alimentadores para esses fluxos locais.

Diante desse quadro e, especialmente, de seus respectivos contextos socioespaciais, também estamos posicionando a Geografia da população a partir das noções de desejos e das aspirações a migrar, ou seja, de uma idealização da mobilidade residencial das famílias que, a nosso ver, pode nos dizer muito sobre a indissociável relação entre passado-presente-futuro. Essa discussão permite ressignificar alguns dos aspectos das aspirações geográficas para entender como, no caso brasileiro, ocorrem esses processos, especialmente em segmentos populacionais marcados pela segregação socioespacial e em áreas de pobreza do contexto metropolitano, no caso específico, a Região Metropolitana da Grande Vitória, que foi nosso recorte espacial de análise neste

projeto para tentar compreender um pouco melhor a complexidade da realidade urbana brasileira.

Assim, entendemos e praticamos a Geografia da população de modo extremamente diverso, desde as abordagens clássicas, consolidadas com base nos censos e nos grandes levantamentos, até os diálogos vinculados com os sujeitos e suas agências em relação às famílias e as lógicas espaciais que envolvem passado, presente e futuro, ou seja, uma geografia da vida, nos moldes plurais típicos da geografia enquanto ciência.

Algumas questões técnicas e metodológicas

Na sequência, apresentamos alguns elementos que fundamentam a estrutura geral da pesquisa e o conjunto da obra. De início, cabe ressaltar que a perspectiva metodológica considera o contexto metropolitano brasileiro, partindo de uma análise da migração e da distribuição espacial da população a partir dos microdados do Censo Demográfico brasileiro do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e da compreensão empírica da mobilidade residencial das famílias na Região Metropolitana da Grande Vitória, no estado do Espírito Santo.

Para melhor compreendermos o contexto da mobilidade residencial na Região Metropolitana da Grande Vitória, utilizamos os dados do Censo Demográfico para analisar variáveis tradicionais na análise da relação entre a migração e o contexto urbano local. Destacamos, para tanto, alguns passos:

1 – a separação dos migrantes segundo as modalidades migratórias – interestadual, intraestadual e intrametropolitano, analisados a partir da intensidade dessas modalidades em cada uma das áreas de ponderação[3] da Região Metropolitana da Grande Vitória;

2 – a análise dos dados do rendimento domiciliar médio mensal das famílias, que permitiu compreender como se

[3] As áreas de ponderação são unidades operacionais que o IBGE utiliza para cálculo dos pesos amostrais, utilizadas por serem a menor unidade espacial em que é possível analisar os dados amostrais da pesquisa.

distribuía as famílias em termos de rendimento na região metropolitana;

3 – o acompanhamento das áreas de expansão regional entre 2010 e 2020, a partir das mudanças nos setores censitários dos censos de 2010 e 2022, somados ao emprego de imagens de satélite que permitiram caracterizar o tipo de expansão urbana e sua relevância em termos locais.

A exploração desses dados permitiu conhecer a realidade observada em 2010 e, a partir disso, esboçar cenários para análise aprofundada em 2022, ao mesmo tempo em que o IBGE estava em campo coletando os dados do novo censo. Foram separados, então, áreas de ponderação e setores censitários nos cinco municípios com urbanização integrada da RMGV (Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana) que atendiam aos seguintes critérios: (1) alta intensidade de migração intrametropolitana, ou seja, as áreas de ponderação com maior proporção de migrantes intrametropolitanos em nível regional; (2) rendimento domiciliar médio mensal no 1º quartil da renda regional e (3) proximidade às áreas que sofreram expansão urbana depois de 2010, a partir da observação do surgimento de novos condomínios e loteamentos.

Nessas áreas de ponderação e setores censitários, foram feitos trabalhos de campo de reconhecimento e de coleta de dados, com pesquisa amostral por domicílios. Essa coleta contemplou a caracterização do arranjo familiar residente, com informações sobre a escolaridade, a renda, a condição de ocupação do domicílio, a composição familiar e o local de trabalho, por meio de um questionário semiestruturado (ANEXO 1). Também foram captadas informações sociodemográficas do responsável, como idade, gênero, escolaridade, raça/cor, estado civil e tempo de casamento ou união estável.

A primeira parte do questionário foi constituída por uma estrutura de *survey*, com perguntas fechadas. A segunda parte trata diretamente da mobilidade residencial das famílias, por meio da reconstituição da trajetória residencial do arranjo domiciliar com perguntas abertas e fechadas, captando a origem, o destino e os motivos dos deslocamentos desde a formação do atual grupo familiar do responsável pelo domicílio, bem como as aspirações de mobilidade residencial.

O estudo das motivações da mobilidade residencial, principalmente a tipologia, baseou-se no debate das motivações da mobilidade residencial a partir de banco de dados longitudinal do Reino Unido (SHAPIRA; GAYLE; GRAHAM, 2019). Utilizamos como fundamentação as quatro principais categorias que geram a mobilidade residencial, isto é, (1) a Residência; (2) a Família; (3) o Ambiente e o Ciclo de Vida; e (4) o Trabalho. Dentro dessas categorias, elencamos subcategorias coerentes com a realidade brasileira, principalmente, relacionadas à mobilidade residencial (MÓDENES, 2008; DOTA, 2015; CUNHA, 2016; 2018).

Motivações residenciais são aquelas cujo motor de mudança é a residência/domicílio, quando há o desejo da casa própria ou de sair do aluguel ou de encontrar um aluguel mais barato ou de uma residência mais apropriada. Motivações familiares se dão nas redes de apoio familiar, na proximidade com integrantes da família, na construção de residência em terreno familiar, em eventos como casamento e falecimento, dentre outros.

Motivações ambientais e de ciclo de vida é uma categoria mais ampla, que propõe apontar desde eventos de situação de risco e violência para a família até qualidade de vida, saneamento, insalubridade e necessidades de melhoria no padrão residencial a partir de questões ambientais.

Por fim, motivações relacionadas ao trabalho são as que têm como principal elemento de mudança o trabalho, a mudança de emprego, a busca por melhores empregos e a renda.

Em relação à análise das aspirações por mobilidade, nos apoiamos nos percursos teórico-metodológicos de Carling e Mjelva (2021), uma análise também adaptada ao Brasil metropolitano, levando em consideração a maior fluidez da mobilidade residencial em comparação com a migração internacional, objeto de estudo dos autores. Assim, a pesquisa procurou identificar o perfil sociodemográfico dos setores censitários selecionados, bem como os aspectos da dinâmica familiar e domiciliar e de mobilidade residencial não captados pelos Censos Demográficos.

O método adotado para a pesquisa de campo é a amostragem estratificada de arranjos domiciliares, considerando um volume mínimo de coleta que garantisse, ao mesmo tempo, a possibilidade de analisar a mobilidade residencial a partir dos

arranjos domiciliares, garantindo 95% de grau de confiança e margem de erro de 5%. A unidade de pesquisa foi o domicílio, visto que se pretende compreender o arranjo familiar residente no domicílio – arranjo domiciliar – como unidade de análise da mobilidade espacial da população. A coleta se dividiu em dois levantamentos empíricos, a fim de compreender as particularidades socioespaciais da mobilidade residencial no espaço metropolitano. A primeira fase da coleta ocorreu entre os meses de maio e julho de 2022 em bairros socialmente periféricos, abrangendo uma amostra total de 300 domicílios, e a segunda fase ocorreu em bairro com população com melhor condição socioeconômica, atendidos os outros requisitos para a seleção da área, na qual foram entrevistados outros 151 responsáveis pelo domicílio.

Estrutura do livro

A obra é constituída por nove capítulos e está dividida em duas partes. Na primeira, são apresentadas reflexões teóricas e metodológicas que bem exprimem a pluralidade e as perspectivas recentes dos debates a partir da Geografia da população, com destaque para os temas relativos à família como unidade de análise.

No primeiro capítulo, escrito por Ednelson Mariano Dota, é apresentado um histórico do debate sobre a Geografia da população no Brasil. O autor analisa os textos produzidos sobre o tema, e mostra como o campo foi pouco debatido no contexto brasileiro do século XXI. O capítulo aponta, contudo, que isso pode estar mudando, usando como elemento de análise o histórico dos últimos anos do Encontro Nacional de Pós-graduação em Geografia (ENANPEGE) e apresenta, no final, uma proposição que dialoga com as proposições gerais do livro em relação às agendas de pesquisa.

O segundo capítulo foi escrito por Igor Martins Medeiros Robaina, no qual o autor busca esclarecer, a partir de reflexões estabelecidas com base em trabalhos influentes da Escola de Chicago na primeira metade do século passado, a relação entre Estado, família e território. Para tanto, o autor recupera alguns

aspectos importantes para pensar a Geografia da população no Brasil, especialmente, em termos reflexivos, posicionais e qualitativos que envolvem as pesquisas sobre população, mas também acerca de novas questões que estão sendo debatidas sobre os estudos urbanos, sociais e populacionais em outros países e que merecem atenção por parte da comunidade geográfica no Brasil.

No terceiro capítulo, Isis do Mar Marques Martins, Kamilly Antunes de Assis e Igor Martins Medeiros Robaina apontam a necessidade do debate da vulnerabilidade no contexto das famílias sob a ótica da segregação, entendendo a mobilidade residencial das famílias nas periferias urbanas. O objetivo é refletir, geograficamente, sobre os processos de periferização e segregação como parte importante dos processos de mobilidade que posicionam a vulnerabilidade.

No quarto capítulo, Isis Martins e Kamilly de Assis, a partir da aplicação dos instrumentos do projeto e da pesquisa aqui abordada, produzem uma análise das aspirações por mobilidade não só como interpretação dos dados obtidos, mas como própria metodologia de abordagem do tema família e mobilidade residencial.

No quinto capítulo, Maria Cristina Dadalto, Patrícia Pereira Pavesi e Júlio Valentim debatem a integração dos migrantes ao lugar de destino, destacando, a partir de uma análise empírica no município de Vitória, como variáveis de apego ajudam a compreender as relações estabelecidas com o município e com as pessoas, e como isso varia ao longo do tempo.

A segunda parte do livro apresenta resultados a partir de dados empíricos de bases secundárias, como o Censo Demográfico brasileiro, junto às fontes de dados primários, realizadas a partir de trabalhos de campo da Pesquisa MigraFamília ao longo de 2022.

No sexto capítulo, Cimar Aparicio, Ítala Andrade, Rachel Oliveira e Francismar Ferreira apresentam um debate sobre as questões demográficas atuais da população brasileira e propõem uma metodologia quantitativa de análise da Geografia da família no Brasil, considerando os Censos Demográficos como fontes de dados. Há um novo regime sociodemográfico em vigor no país,

marcado pela redução do ritmo de crescimento da população e por profundas alterações na estrutura etária da população, evidenciadas, claramente, no processo de envelhecimento. Isso repercute sobre a evolução da composição familiar dos domicílios, com importantes mudanças nas famílias. Os autores discutem os efeitos da diminuição da parturição e da menor fecundidade, bem como do adiamento do casamento e da fecundidade sobre as famílias desde os anos 1990. Em seguida, apresenta-se uma metodologia de classificação dos arranjos domiciliares, aplicada ao país, às Grandes Regiões e às unidades da Federação. Por fim, são discutidos os resultados da análise regional de geografia da família.

No sétimo capítulo, Cimar Aparicio e Gearley Veloso apresentam uma discussão sobre as mudanças no perfil etário da mobilidade residencial nas grandes aglomerações urbanas. Faz-se, nesse capítulo, um debate teórico sobre as especificidades das metodologias de estimação da mobilidade espacial da população, mostrando que os estudos migratórios apoiados nos Censos Demográficos captam apenas uma parte das etapas de mobilidade residencial dos indivíduos. Mais ainda, a literatura internacional mostra que, devido às mudanças na estrutura etária da população, tanto a idade média da migração interna como a idade média da migração por ordem de mobilidade residencial estão se alterando nas últimas décadas. O capítulo procura responder se o processo de envelhecimento populacional e as mudanças nas famílias não estão alterando o perfil etário da mobilidade residencial na escala metropolitana, considerando uma metodologia pouco utilizada nos estudos migratórios brasileiros.

No oitavo capítulo, Matheus de Oliveira Fernandes Adão e Ednelson Mariano Dota analisam as motivações de mobilidade residencial das famílias com, pelo menos, quatro movimentos, buscando evidenciar os elementos de destaque. As questões habitacionais se destacaram, da mesma maneira que aquelas com menos movimentos, e a não ascensão econômica durante o processo também aparece como resultado importante.

No nono capítulo, Nathan Vilela dos Santos e Ednelson Mariano Dota analisam como a organização das estruturas familiares, o local de residência e as condições de vida influenciam

a decisão e as motivações para mobilidade residencial. São evidenciadas as diferenças em termos de arranjo domiciliar para as motivações apresentadas, denotando o quão importante a composição do domicílio para as decisões tomadas ao longo do tempo pelas famílias.

Por fim, nas considerações finais, respondemos à pergunta que intitula esta seção de apresentação: "O que ainda pode a Geografia da população?", problematizando, a partir das tendências de transformações vindouras, como pode a população, vista a partir da geografia, contribuir para (re)pensar o contexto urbano brasileiro neste início de século XXI.

Com isso, convidamos você, leitor, a prosseguir esta leitura, que tem como principal objetivo oferecer subsídios, expansão dos debates, contribuir para o surgimento de novos caminhos de pensamento, perspectivas distintas e estimular reflexões profundas sobre o tema, a partir da realidade brasileira, contextualizado no cenário do século XXI.

Boa leitura!

Referências bibliográficas

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BILAC, E. D. **Convergências e Divergências nas Estruturas Familiares no Brasil**. Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Vértice/Anpocs, 1991. p. 70-94.

BILAC, E. D. **Estruturas familiares e padrões de residência**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2003.

CARLING, J.; MJELVA, M. B. Survey instruments and survey data on migration aspirations. **Changes**, v. 1, p. 18, 2021.

CLARK, W. A.; LISOWSKI, W. Decisions to move and decisions to stay: Life course events and mobility outcomes. **HousingStudies**, v. 32, n. 5, p. 547-565, 2017.

CUNHA, J. M. P. da. Aglomerações urbanas e mobilidade populacional: o caso da Região Metropolitana de Campinas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, p. 99-127, 2016.

CUNHA, J. M. P. (ed.). **Dinâmica demográfica e socioespacial no Brasil Metropolitano**: convergências e especificidades regionais. EdUFSCar, 2018.

DE HAAS, H. Migration and development: A theoretical perspective. **International migration review**, v. 44, n. 1, p. 227-264, 2010.

DOTA, E. M. **Mobilidade residencial intrametropolitana na RM de Campinas**: uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes. Tese (Doutorado) − Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 2015, p. 221.

FINDLAY, A. M.; GRAHAM, E. The challenge facing population geography. **Progress in Human Geography**, v. 15, n. 2, p. 149-162, 1991.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MARTINS, I. M. M. Geografia da família, aspectos teóricos e abordagens qualitativas: uma introdução. **Geografares**, n. 34, 2022.

MÓDENES, J. A. Movilidad espacial, habitantes y lugares: retos conceptuales y metodológicos para la geodemografía. **Estudios geográficos**, v. 69, n. 264, p. 157-178, 2008.

MORMUL, N. M. As abordagens sobre população na geografia brasileira (1934-2010): permanências, transformações e rupturas. 2013. Tese (Departamento de Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2013.

SHAPIRA, M.; GAYLE, V.; GRAHAM, E. Moving on and moving out: The implications of socio-spatial mobility for union stability. **Population, Space and Place**, v. 25, n. 2, p. e2180, 2019.

Parte 1

Questões teóricas e conceituais

Migração e família: elementos para reanimar o debate sobre a Geografia da população no Brasil

Ednelson Mariano Dota

Introdução

Este capítulo tem como objetivo problematizar possibilidades para a retomada dos debates sobre a Geografia da população no Brasil. Para isso, foi utilizada a experiência de pesquisa em andamento, que trata sobre as relações entre migração, mobilidade residencial e dinâmica familiar como base para a reflexão sobre o potencial da família enquanto objeto de análise e reflexão.

Nesse ínterim, iniciamos afirmando que compreender o Brasil atual passa, necessariamente, por considerar o papel da migração, que foi decisiva nos diferentes momentos históricos do país. Para ficar apenas nos últimos dois séculos, há de se considerar as imigrações internacionais, tanto as forçadas, de africanos escravizados, como "as livres", de europeus e japoneses.

No século XX, não obstante a continuidade da imigração internacional, foi a migração interna que ganhou representatividade a partir dos milhões de deslocamentos que, como bem descreveu Singer (1976), resultava da modernização e da estagnação do campo de um lado e da industrialização e urbanização de outro.

A migração, nesse contexto, foi influenciada pelos processos estruturantes pelos quais o país estava passando, mas, também, contribuiu decisivamente para essas transformações, sendo o grande motor da urbanização e do surgimento das grandes metrópoles na segunda metade do século XX.

Essas primeiras décadas do século XXI, entretanto, trazem novos desafios para o estudo da migração, tanto interna quanto internacional, sobretudo pelas intensas transformações em curso na economia, na demografia, derivadas da crise sanitária

da pandemia de COVID-19 ou mesmo pelos novos conflitos em andamento.

Nas últimas décadas do século passado, o Brasil vivenciou uma queda relevante na fecundidade e na mortalidade. Como resultado, o envelhecimento começou a ganhar importância e, junto com ele, as mudanças em outros processos e fenômenos políticos, sociais e econômicos. Na migração, não é diferente, pois ela está fortemente relacionada com a idade, mais especificamente com os eventos que ocorrem ao longo do curso de vida (BERNARD; BELL; CHARLES-EDWARD, 2014; BERNARD, 2022), apresentando-se diferenciadamente para os grupos populacionais nos diferentes momentos da vida (LULLE; KING, 2016).

Na economia, a abertura ao mercado externo, as privatizações e as mudanças nas legislações trabalhistas (ROWE; RODRIGUES-VIGNOLI, 2018) vêm gerando transformações no mercado de trabalho, com destaque para a desindustrialização vivida pelo país (POCHMAN, 2015) e suas reverberações nas mais diversas áreas, com expressivas modificações territoriais. Importante reforçar, nesse sentido, que a migração interage diretamente com os ciclos econômicos (MATINE, NEIVA; MACEDO, 1974; DOTA; QUEIROZ, 2019; BERNARD, 2022), sendo influenciada pelas oportunidades ou por sua ausência.

Não obstante esses elementos estruturais, o país passou, nesta segunda metade da década de 2010, por um acúmulo de crises, mais especificamente a econômica (desde 2013, se considerarmos o estopim das grandes manifestações, e desde 2015, se os números da economia forem utilizados como parâmetro), junto à política e à sanitária, cujos desdobramentos provocaram uma intensa crise social, que culminou, em 2021, com 75% dos mais pobres apresentando algum nível de insegurança alimentar (NERI, 2022).

Estudar e pesquisar a migração interna ou internacional, no Brasil ou em outras partes do mundo, tem exigido considerar as transformações ou, por que não, as metamorfoses. A diferença dos termos, aliás, merece ser observada: segundo Beck (2018), estaríamos passando por uma metamorfose, considerando a

emergência de uma vida conectada e mundializada e os riscos globais derivados das mudanças climáticas.

Os desafios são grandes, e considerar novas estratégias no campo teórico-conceitual-metodológico contribui para abrir perspectivas analíticas e elucidar outras variáveis e elementos. A perspectiva adotada nesta pesquisa, por exemplo, em considerar a migração do grupo familiar, assenta-se em um entendimento − apesar de não ser novo, apresenta novas possibilidades − de que a família é um espaço privilegiado que engloba fatores estruturais e conjunturais de um lado e individuais e de agência, de outro, afetando as decisões pela migração e as intenções de migrar. Concordamos, portanto, com De Haas (2010), que enxerga fortes limitações nas abordagens tradicionais da migração e percebe o núcleo familiar como um elemento privilegiado de análise para fugir dessas limitações.

A busca por esses caminhos complementares para avançar no debate sobre migração evidenciou, contudo, uma lacuna que norteia as reflexões desse texto: a necessidade de retomar o debate sobre o campo Geografia da população, visto que as mudanças estruturais, conjunturais e individuais que exigem novas estratégias teórico-conceituais-metodológicas tem modificado, de maneira salutar, a própria população.

Apesar disso, o campo Geografia da população, especialmente no Brasil, está adormecido, sendo raros os textos e os debates que abordam a população e sua distribuição espacial em sua integralidade. A proposição aqui desenvolvida, nesse sentido, tem como objetivo colocar em debate a necessidade de retomar as reflexões sobre uma Geografia da população para o século XXI, diante do Brasil atual, as conjunturas renovadas, as novas necessidades e a vida de uma população que nasce e cresce globalmente conectada.

Para tanto, buscar-se-á apresentar elementos que permitam ao leitor compreender um pouco da atual situação do campo e das perspectivas vislumbradas para o Brasil. Ao final, apresentaremos uma proposta que acreditamos ser um caminho para a retomada deste debate, além de uma agenda de pesquisas, com o intuito de, desse modo, contribuir e motivar outros pesquisadores para um debate profícuo.

A população na geografia brasileira

A população sempre fez parte dos estudos da geografia, mas, até a primeira metade do século XX, mais como um elemento dentre outros a ser analisados, em uma perspectiva descritiva da distribuição espacial que dominava a forma de produzir conhecimento na geografia tradicional (MORAES, 2003). Nas palavras de Noin (2005), o processo de dava sob uma abordagem transversal, que, geralmente, analisava o volume e a velocidade do crescimento, da distribuição e dos subgrupos, mas pouca importância dava à população enquanto elemento ativo na transformação do espaço.

A dinâmica da população passa a ser o foco do debate apenas na segunda metade do século XX, a partir de uma fala provocativa de Glenn Trewartha, no encontro da *Association of American Geographers*, em 1953, que mobilizou pesquisadores, programas de pós-graduação, disciplinas e publicações focados na população enquanto elemento estruturante da dinâmica espacial da sociedade (GRAHAM, 2004).

Como mostra Graham (2004), os problemas e as questões enunciados estavam relacionados à perspectiva de aceleração do crescimento demográfico pós-guerra, junto a sua formação particular, que passava pela própria história da geografia estadunidense. Essas especificidades conformaram caminhos diferentes para o campo disciplinar nos Estados Unidos e na Europa. No Brasil, teve destaque a perspectiva francesa de Geografia da população (MORMUL, 2013).

Nesse período, os debates foram traçados a partir de livros publicados com objetivo de delimitar o campo e o espaço da subdisciplina dentro da geografia, além de apresentar as temáticas, os problemas e as perspectivas. As primeiras contribuições vieram dos franceses Pierre George (1951; 1969) e Jacqueline Beaujeu-Garnier (1978), e dos estadunidenses Wilbur Zelinsky (1966) e Glenn Trewartha (1969), com diferenças marcantes entre seus contributos.

No Brasil, apenas dois livros foram publicados: o de Amélia Luísa Damiani, "População e geografia", de 1991, e o de Araújo, Taveira e Fogaça, "Geografia da população", de 2016. O primeiro

foi considerado introdutório aos estudos populacionais no Brasil e tem sido amplamente utilizado nos cursos de formação em geografia. A autora apresenta concepções sobre a população, debatendo sucintamente as teorias malthusiana, neomalthusina e marxista. A obra analisa a abordagem da população na "geografia clássica", explicitando a leitura que se fazia no período e, por fim, traz elementos do debate marxista, focando no trabalho e na produção como forma de pensar e compreender a dinâmica da população e sua relação com o espaço.

O livro de Araújo, Taveira e Fogaça (2016) tem foco educacional, com cinco capítulos que apresentam os principais elementos do debate atual, passando, além das questões de crescimento e estrutura, por políticas públicas, projeção e questões ambientais. O livro, nesse sentido, não apresenta, de fato, um debate sobre o campo e sua situação, mas enfatiza indicadores e debates, principalmente em uma perspectiva clássica da Geografia da população, com amplo diálogo com a Demografia.

Os livros têm em si a marca do tempo: em Damiani (1991), a ênfase é no qualitativo – com conotação, de certa forma, negativa para a análise quantitativa – enquanto elemento principal. A autora explicita o contexto do debate na geografia brasileira da década de 1980, de transição paradigmática. Por sua vez, em Araújo, Taveira e Fogaça (2016), essa preocupação não está exposta, em razão do arrefecimento dos estranhamentos do período transicional.

Se analisarmos os artigos, o mesmo se observa. A partir de uma pesquisa utilizando-se dos termos "geografia" e "população", conjuntamente e isolados, buscando estudos que tivessem como objetivo refletir sobre a Geografia da população, nas bases de dados Google Scholar e Periódicos CAPES[1], foram encontrados, apenas, sete artigos e uma tese, cujo foco e contribuição são os seguintes, em ordem cronológica:

Rua (1997) apresenta um debate sobre as abordagens predominantes na disciplina Geografia da população nos cursos de graduação e nos livros didáticos. É latente a preocupação com a transição dos debates nos moldes dos novos paradigmas, no

[1] A pesquisa foi realizada em 27/03/2023.

mesmo sentido de Damiani (1991), e a apresentação de problemas teóricos em destaque na década de 1990, sobretudo ligados aos problemas sociais. Holanda e Virgínia (1999), por outro lado, apesar de ressaltarem, no título, "retomando a Geografia da população[...]", apresentam apenas uma análise descritiva da história da população de Sobral, Ceará, não desenvolvendo qualquer espécie de debate sobre as questões do campo.

Após um silêncio de mais de uma década e com a transição para os novos paradigmas já consolidada, Mormul e Rocha (2012) suscitam debates relevantes. Os autores, fazem uma contextualização dos estudos populacionais na história do pensamento geográfico, mesclando elementos clássicos e novos acerca dos debates teóricos. Os estudos chamam à atenção a construção dos argumentos e há permanência da crítica aos métodos quantitativos, em tese, já superados, sustentados por uma perspectiva reducionista da Demografia enquanto ciência e da relação interdisciplinar entre Geografia e Demografia.

Em sua tese, Mormul (2013), em interessante análise sobre os debates acerca da população na geografia brasileira, apresenta as dificuldades do campo. A partir das entrevistas com professores com contribuições no campo, alguns elementos são citados para o silêncio em questão: (1) a abordagem quantitativa predominante, que não teria permitido ao campo mostrar seu devido valor; (2) sob a geografia crítica, a população teria passado a ser analisada de forma fragmentada; (3) a confusão com o objeto da Demografia; e (4) o foco demasiado na migração. Nesse sentido, verificam-se dois motivos ligados às mudanças paradigmáticas (1 e 2), enquanto os outros dois resultam do próprio desenvolvimento do campo.

Miléo (2014) retoma o debate do campo a partir das contribuições de Ruy Moreira, analisando potenciais e limites das proposições do autor. Em texto mais recentes (MILÉO, 2020), o autor faz uma reflexão das possibilidades de se analisar a Geografia da população a partir literatura, usando o conceito de paisagem como fio condutor do debate.

Silva e Fernandes (2016), buscando revisar a história da subdisciplina, enfatizam a dificuldade de definição e o

retorno ao transversalismo nos estudos observados antes da institucionalização.

A última contribuição, de Coelho e Souza (2022), versa sobre práticas de ensino em Geografia da população, defendendo o conteúdo da subdisciplina como espaço adequado para o debate sobre a diversidades nas escolas, considerando os recortes por grupos populacionais específicos trabalhados na disciplina.

No contexto da história da geografia, conforme Moraes (2003), a renovação paradigmática, em fins de 1970 e meados de 1980, rompeu com o que se fazia até aquele momento, criticando o empirismo, a estrutura acadêmica e todos os elementos que culminaram na "crise da geografia" que, na concepção de Santos (2002), se assentava no uso das mesmas teorias apenas com uma "roupagem" nova, que eram os métodos quantitativos.

Segundo Andrade (1987), a crítica à experiência quantitativa brasileira iniciou na década de 1970 e se acentuou na seguinte, promovendo intensas modificações no pensamento geográfico brasileiro em vigência até então. Os estudos de Geografia da população emergiram justamente no seio da preocupação com a renovação em relação à geografia tradicional. Ao mesmo tempo, por sua abordagem, utilizavam-se amplamente dos métodos estatísticos e da análise de banco de dados produzidos pelo Estado, o que colocou o campo disciplinar em um contexto de questionamento.

As novas postulações exigiram algo que o campo não tinha condições de oferecer: abordagem distinta daquela focada nos grandes bancos de dados e nas técnicas e análises estatísticas. Essa reformulação não ocorreu, fato que explica a ausência de produção sobre o campo disciplinar em décadas.

É possível afirmar que o questionamento do método tenha sido o principal fator para a não reformulação do campo, que é conservador (GRAHAM, 2000; SMITH, 2011). A dificuldade em encontrar novas perspectivas metodológicas parece ter desmotivado pesquisas focadas em grandes bases de dados, inviabilizando uma agenda que pudesse produzir contribuições relevantes e, ao mesmo tempo, permitir a formação de pesquisadores na área. Como resultado, não foram produzidos debates sobre a Geografia da população no Brasil e, ao não formar

novos pesquisadores com essa perspectiva, quase desapareceu, na geografia brasileira, pesquisadores que se autointitulam geógrafos de população.

Nesse sentido, vivemos, no Brasil, um "silêncio sobre a Geografia da população", da reflexão sobre a dinâmica espacial do desenvolvimento da população considerando a migração, a fecundidade e a mortalidade conjuntamente, assim como todos os fenômenos deles derivados, como o envelhecimento, as questões de gênero, de grupos invisibilizados etc.

Destaca-se, contudo, que, apesar da falta de debates sobre a Geografia da população, os grupos populacionais continuaram sendo analisados na geografia brasileira a partir das suas especificidades e recortes (população indígena, quilombola, migrante, em situação de rua etc.) ou de temas, sempre pelas partes e quase nunca pelo conjunto.

Os debates sobre população na Geografia institucionalizada

Para analisarmos o modo como a população foi abordada pela geografia brasileira nas primeiras décadas do século XXI, além dos artigos em periódicos, a organização e o resultado dos eventos científicos da área representam uma outra forma de se compreender o papel atribuído à população enquanto objeto de análise.

O ENANPEGE (Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia), realizado bianualmente, mostra-se como evento ideal para essa análise, sobretudo pela relação direta com os programas de pós-graduação em Geografia[2]. O evento, agendado para 2023, é o 15º, tendo sido o primeiro organizado em 1995, e marca o retorno às atividades presenciais, passado o período crítico da pandemia de COVID-19.

Como mostra Teixeira (2019), o evento cresceu e passou por modificações ao longo do tempo, mas preservou a característica

[2] Como exemplo, pode-se citar o fato de que, para compor os GTs (grupos de trabalho), os pesquisadores precisam estar vinculados a um programa de pós-graduação em geografia.

de representar, a partir dos debates propostos, o que a geografia brasileira e seus pesquisadores estavam pautando como temas e, portanto, interessados em pesquisar.

Sob uma análise sobre se e como o objeto de pesquisa "população" aparece no evento, é possível observar algumas modificações ao longo do tempo: no primeiro evento (1995), estava evidenciado, em um dos eixos temáticos: "Território, *população* e novas formas de produção". Nos eventos seguintes, nenhum tema diretamente relacionado deu nome aos eixos. O formato de eixos temáticos predominou até o sexto encontro, sendo que, no sétimo, em 2007, teve início a proposição dos grupos de trabalho (MACHADO, 2011). Foram 19 GTs propostos, todos com títulos mais clássicos das subdisciplinas, dos quais a Geografia da população não constou.

> No VII Encontro, foram introduzidos os grupos de trabalhos, com uma programação de 19 eixos temáticos: Ensino de Geografia; Epistemologia da Geografia; Espaço e Cultura; Espaço e Movimentos Sociais; Geografia Agrária; Geografia Costeira e Marinha; Geografia Histórica; Geografia Política; Geografia da Saúde; Geografia do Trabalho; Geografia do Turismo; Geografia e Mudanças Climáticas; Geografia e sistema Fluviais; Geoprocessamento e Análise Geográfica; História do pensamento Geográfica; Mudanças no sistema de paisagens; Ordenamento Urbano e Gestão territorial; Regionalização e Globalização; Urbanização da sociedade (TEIXEIRA, 2019, p. 152).

Essa dinâmica de GTs seguiu nos eventos seguintes, e, em 2009, um dos grupos fazia menção a um tema caro à população: "Geografia das Redes e Mobilidade Populacional" (ANAIS, 2009).

No evento de 2011, os títulos dos GTs começaram a se tornar "menos formais" e a apresentar maior liberdade nas proposições das nomenclaturas. Nesse evento, a mobilidade não esteve presente, mas foram abordadas questões étnico-raciais, de gênero e de sexualidade, em dois grupos.

A partir de então, com algumas variações nas proposições, inclusões e ausências, os temas afeitos à abordagem da população

começaram a aparecer, sempre de maneira indireta. Além dos GTs já citados, surgiram outros, com abordagens relacionadas: em 2017, "Processos migratórios no Brasil e América Latina: análises e tendências", com foco exclusivo nas temáticas de mobilidade espacial da população, além de outros com olhar para juventudes, diversidades e povos indígenas.

Ao focarmos a análise nas proposições de GTs do evento de 2023, nove delas contemplam, diretamente, a população como objeto de análise, uma delas com o título "Geografia da população: contribuições teórico-metodológicas e perspectivas de intervenção", além de outras oito, com temas e recortes característicos das abordagens, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Grupos de trabalho com abordagem direta das temáticas de Geografia da população.

Grupo de trabalho	Ementa - foco	Elemento de análise populacional
Geografia da população: contribuições teórico-metodológicas e perspectivas de intervenção	Debate sobre o campo Geografia da população em suas várias dimensões, inclusive educação.	Todos os elementos e dimensões.
Crianças, infâncias e geografias	Educação; espacialidade da infância e práticas socioespaciais das crianças.	Recorte da população por idade
Dinâmicas territoriais em cidades pequenas e médias: mobilidades, urbanidades, ruralidades e desigualdades socioespaciais	Pequenas e médias cidades; relações entre cidades e processos, inclusive de mobilidades; Desigualdades.	Mobilidade espacial da população; migração; mobilidade pendular.
Geografia e diversidade: gêneros, sexualidades, etnicidades e racialidades	Questões geográficas étnicas, raciais, de gênero e sexuais.	Recorte da população por grupos étnico-raciais, de gênero, por sexo e orientação sexual.
Geografia, povos indígenas e questão agrária	Os povos indígenas diante da questão agrária brasileira.	Recorte da população segundo grupo étnico e/ou raça/cor.
Geografias negras	Reflexão sobre políticas e práticas educacionais de valorização das pautas de enegrecimento	Recorte da população segundo grupos étnicos e/ou raça/cor.

Juventudes em suas espacialidades: diferenças, diversidades e desigualdades	Juventudes na ótica etária, histórica e cultural, a partir da dimensão étnico-racial, de gênero e sexualidade.	Recorte da população segundo grupos etários, étnicos e/ou raça/cor, gênero, sexo e orientação sexual.
Por uma Geografia anticolonial: conflitos territoriais, resistências e autonomia dos povos indígenas e comunidades tradicionais	Povos indígenas e comunidades tradicionais – perspectiva decolonial e contra-hegemônica da ciência.	Recorte da população segundo grupo étnico e/ou raça/cor.
Processos migratórios no Brasil e América Latina: análises e tendências	Migração e espaço geográfico. Fluxos migratórios e políticas de migração.	Mobilidade espacial da população; migração.

Fonte: Site oficial do ENANPEGE 2023. Acessado em 10/07/2023.

O Quadro 1 mostra que as questões étnico-raciais são as mais evidenciadas nas proposições de GTs para 2023: são 5 diferentes grupos que a elencam, seguidos pelos recortes de idade, gênero e sexo e mobilidades/migração, todos com citação em dois grupos.

Ao se considerar as mudanças ao longo dos eventos, é importante citar que os temas afeitos à Geografia da população voltam a ganhar relevância nesse início da década de 2020. Temas afeitos ao gênero, ao sexo e à sexualidade, às comunidades tradicionais e aos conflitos, assim como às questões da população a partir da faixa etária ganham destaque diante dos desafios sociais nesse início de século. Além disso, as mobilidades e as migrações, as quais contribuem decisivamente para a transformação do território e enquanto estratégia de vida, continuam em evidência, sendo os temas mais abordados na Geografia da população (GRAHAM, 2000).

Não há dúvidas, portanto, de que temos uma demonstração evidente de uma retomada nos debates afeitos à população, obviamente sob os auspícios da geografia atual e suas abordagens recentes.

A família como ponte para a Geografia da população

Mesmo que a população nunca tenha deixado de ser um tema para os estudos da geografia, não há dúvidas de que os estranhamentos provocados no período de renovação paradigmática colocaram a Geografia da população em um contexto de isolamento. O que se vê mais recentemente, entretanto, é o fato de que abordagens afeitas às análises da população ganham destaque, sobretudo porque as transformações em curso reforçam a necessidade de considerar as especificidades de grupos populacionais frente ao conjunto da população.

É nesse sentido que povos tradicionais, população migrante e/ou não migrante, jovens e/ou idosos, marginalizados e/ou abastados, negros e/ou não negros etc. aparecem como temas relevantes para compreensão sobre o modo como a população se distribui pelo espaço e, ainda mais relevante, como o espaço conforma as práticas desses grupos e influencia a sua reprodução social enquanto grupo ao longo do tempo.

Justamente pelo foco na reprodução social e na sua intrincada relação com a dinâmica espacial, entendo que a família, enquanto objeto de análise, tem potencial para unir e reanimar o debate sobre a Geografia da população no Brasil. Isso porque é nela que essas características são potencializadas em termos de resultados, positivos ou negativos.

A família é uma estrutura social produto da articulação das relações de gênero e das gerações, legitimada por um sistema de parentesco e de aliança que a organiza por meio de valores, de normas e de comportamento (BILAC, 2003). Segundo Oliveira (1980), a retomada dos estudos sobre a família, na década de 1970, ocorreu sob um contexto de instituição mediadora da reprodução, ou seja, focada no entendimento das mudanças na fecundidade.

Nessa perspectiva, a família representa o nível adequado para a análise da população, por permitir a fuga das perspectivas individualizantes (OLIVEIRA,1980). A mesma perspectiva é observada em Martins (2022), para quem a complexidade da geografia das famílias não foge tanto do individual quanto do coletivo exclusivo, visto que a família é constituída por um

conjunto de relações que apontam, para cada integrante, um significado e a sua interação com os demais membros, que detém outros signos.

É nesse sentido que De Haas (2010) propõe a análise da migração internacional a partir das famílias, pois são elas que conjugam os elementos individuais e estruturais/conjunturais, os quais influenciam a tomada de decisão da migração. Como reforça Bilac (2003), as relações sociais das famílias implicam a construção de referências a lugares de existência e a localização de seus membros. Nessas localizações, as combinações possíveis são variadas e estão na dependência de múltiplos fatores socioeconômicos, culturais e geográficos.

A complexidade da família enquanto instituição a torna única, ao mesmo tempo em que essas relações geográficas permitem extrapolar análises sobre o modo como a reprodução social da população, o espaço, as questões sociodemográficas, as agências, as estruturas e as conjunturas se imbricam, dando forma e velocidade às mudanças em curso.

Goldscheider (1995), por exemplo, reforça a relação entre as diferentes gerações ou coortes e o fato de que as transformações nas famílias vivenciadas por uma coorte específica tende a impactar a seguinte, ressaltando que muitos desses reflexos não são observados em um curto espaço de tempo nem são diretamente comparáveis entre si. Therborn (2006), analisando a cultura, cita as taxas de divórcio como exemplo: segundo ele, as taxas mais altas em países muçulmanos, em que a mulher não trabalha ou tem salário, em contraposição, taxas menores em países escandinavos, colocando a linearidade entre taxas de divórcio e "modernidade" em xeque no debate internacional.

As interpretações das mudanças em curso exigem múltiplas perspectivas. A queda da mortalidade, ao longo do século XX, aumentou o potencial do tempo de convívio em família, no casamento e com os filhos. Ao mesmo tempo em que a vida foi alargada pelo aumento da expectativa de vida, a queda da fecundidade e o aumento das taxas de divórcio impactaram as possibilidades de uso desse "tempo extra" (WATKINS; MENKEN; BONGAARTS, 1987). Watkins, Menken e Bongaarts (1987) destacam que, apesar dessas transformações, alguns direitos e

obrigações permaneceram: a expectativa de que casais vivam sob o mesmo teto, a responsabilidade parental de cuidado até determinada idade e os adultos jovens como responsáveis por pais idosos.

No caso específico dos estudos migratórios, a relação com a família é amplamente debatida em nível internacional, isso porque a família é entendida como espaço central para a tomada de decisão da migração. Conforme Bailey e Boyle (2004), a migração familiar abrange um variado contexto de elementos migratórios, familiares e institucionais que não podem ser captados por uma tipologia única ou pela leitura individual do movimento.

Desde meados dos anos 2000, a migração familiar recebeu contribuições substanciais (SMITH, 2011), as quais culminaram em avanços significativos em uma perspectiva mais interdisciplinar e voltadas para uma valorização mais intensa do papel da família no processo migratório (COOKE, 2008). Segundo Smith (2011), os debates avançaram para além das formas "tradicionais" de família, como os casais heterossexuais e parceiros, para incluir a maior diversidade que vem ganhando importância, sobretudo nos países ocidentais.

Analisar a migração da família implica incluir no debate não apenas as redes e relações intradomiciliares, mas também gerar conhecimento de onde, como e "por que o gênero e outras relações de poder social são reconstituídos e/ou reproduzidos por processos de migração familiar" (SMITH, 2011, p. 663). No contexto urbano brasileiro, deve-se somar as intensas desigualdades socioespaciais e étnico-raciais para criar um mosaico complexo e multifacetado que conformam a redistribuição espacial das famílias.

Considerações para continuidade do debate

A perspectiva exposta neste texto, portanto, entende a família como um meio profícuo de retomar o debate sobre a Geografia da população no Brasil, pelos múltiplos aspectos que se assentam no âmbito da família, permitindo a análise e a reflexão a partir dos interesses expostos pelos geógrafos brasileiros no que diz

respeito às temáticas populacionais. É nesse contexto de unidade básica da sociedade e suas possibilidades que a família ganha destaque enquanto objeto de análise, tanto para a migração especificamente quanto para repensar a Geografia da população de maneira geral.

Nesse debate, no contexto brasileiro, é necessário reforçar que há uma tradição latino-americana que, ao mesmo tempo que nos aproxima dos vizinhos, nos distancia do contexto do "Norte global". Como bem observa Bilac (2003), para o caso das uniões consensuais, o contexto de maior intensidade de uniões consensuais nos países latino-americanos é resultado das desigualdades de gênero e da tradição machista associada à pobreza, contexto diferente do incremento observado no mesmo tipo de união na Europa em tempos recentes.

Essas diferenças, algumas culturais, inviabilizam uma comparação direta das dinâmicas internacionais e, portanto, impõe a necessidade de se considerar as diferenças culturais e a influência das desigualdades e da pobreza como elemento inequívoco das diferenças.

No contexto do que a geografia brasileira vem propondo enquanto temas e abordagens, a interseccionalidade entre espaço, gênero, classe social, questões étnico-raciais e as desigualdades são potencializadas na abordagem via família, já que nela se concentram, ao mesmo tempo, as influencias individuais e conjunturais. Esse constitui um meio de "amortecimento" social, em uma sociedade de pouca continuidade e constantes conflitos, sobretudo no campo político, com impacto direto nas políticas públicas, fundamentais para a população menos abastada.

O debate sobre a família ganhou contornos ultraconservadores na esfera política nos últimos anos, principalmente diante da forte carga ideológica imposta por grupos de extrema direita, que viram na família uma oportunidade de colocar em evidência suas interpretações sobre as mudanças observadas no mundo recente, sobretudo em sua porção ocidental.

Não obstante as intensas transformações vivenciadas pela sociedade desde o último século, a família, também em transformação, mantém a sua centralidade com novos formatos e contornos, mesmo diante da dissolução familiar e do aumento

de domicílios unipessoais, frequentemente apontados como elementos de uma tendência para a instabilidade social, da individualização e do enfraquecimento da família (THOMAS; MULDER; COOKE, 2017), estejam em evidência.

Thomas, Mulder e Cooke (2017) mostram que a perspectiva de individualização não é tão linear quanto parece: a vida familiar influencia os comportamentos e os resultados de (i)mobilidade espacial dos indivíduos, mesmo em um contexto de dissolução familiar. As redes e as relações estabelecidas durante a união moldam o comportamento migratório posterior, indicando uma influência da família mesmo em um período pós-familiar.

A família, enquanto instituição, está além das tentativas de tipificá-la e normatizá-la, uma vez que se trata de uma instituição funcional, que reúne em si ações de reprodução, de cuidado, de proteção, de subsistência e de preparação dos jovens para a vida autônoma. Por isso, a família desempenha, por si só, um papel de núcleo de reprodução social único na sociedade, que não pode ser reproduzido por outras instituições, públicas ou privadas, mas cobre a lacuna destas por meio das relações internas recíprocas.

Para a Geografia da população, na nossa perspectiva, essa questão representa um objeto de análise que, justamente pelas características apresentadas, centraliza em si influências e importância única para a reprodução da sociedade, inclusive em sua dimensão espacial, congregando os elementos atuais do debate proposto para a população e para uma retomada da Geografia da população.

Referências bibliográficas

ANAIS. VIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 8. Curitiba, 2009

BILAC, E. D. **Estruturas familiares e padrões de residência**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2003.

COELHO, D. D.; SOUZA, L. A. Geografia da população e prática de ensino: a proposta de uma cartilha sob o viés da diversidade sexual. **Ensaios de Geografia**, v. 8, n. 17, p. 15-38, 2022.

COOKE, T. J. Migration in the family way. **Population, Space and Place**, n. 14, p. 255-265, 2008.

NERI, M. **Insegurança alimentar no Brasil**: pandemia, tendências e comparações globais. Rio de Janeiro: FGV, 2022.

DAMIANI, A. L. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 1991.

GOLDSCHEIDER, F. K. Interpolating demography with families and households. **Demography**, v. 32, n. 3, p. 471-480, 1995.

GRAHAM, E. The past, present and future of population geography: Reflections on Glenn Trewartha's address fifty years on. **Population, Space and Place**, v. 10, n. 4, p. 289–294, 2004.

HOLANDA, V. C. C. Retomando a Geografia da população: Reflexões sobre sobral. **Revista da Casa da Geografia de Sobral − RCGS**, v. 1, n. 1, 1999.

LULLE, A.; KING, R. **Ageing, gender, and labour migration**. London: Palgrave Pivot, 2016.

MACHADO, V. C. O. Tratamento da questão ambiental na Geografia Brasileira: uma análise dos Anais dos eventos científicos de Geografia e Educação entre 1980 e 2008. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 9, 2011, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia, 2016.

MARTINS, I. M. M. Geografia da família, aspectos teóricos e abordagens qualitativas: uma introdução. **Geografares**, n. 34, 2022.

MILLÉO, J. C. Geografia da população e literatura: sobre a viabilidade desse encontro e seus possíveis resultados. **Revista Geografia Literatura e Arte**, v. 2, n. 1, p. 91-106, 2020.

MILÉO, J. C. Uma perspectiva sobre a Geografia da população a partir de algumas obras de Ruy Moreira. **Ensaios de Geografia**, v. 3, n. 6, p. 7-18, 2014.

MONBEIG, P. O estudo geográfico das cidades. **Revista Cidades**, v. 1, n. 2, 2004.

MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Annablume, 2003.

MORMUL, N. M. As abordagens sobre população na geografia brasileira (1934? 2010): permanências, transformações e rupturas. 2013.

MORMUL, Najla. M.; ROCHA, Márcio M. Reflexões sobre população à luz do pensamento geográfico. **Revista Percurso**, v. 4, n. 1, p. 135-150, 2012.

OLIVEIRA, M. C. F. A. Algumas notas sobre o "ciclo vital" como perspectivas de análise. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2, 1980, Águas de São Pedro/SP. **Anais** [...] Águas de São Pedro/SP, 1980, p. 616-642.

POCHMANN, M. **O mito da grande classe média:** capitalismo e estrutura social. Santos: Boitempo, 2015.

RUA, J. Repensando a Geografia da população. **Geo UERJ**, n. 1, p. 57-72, 1997.

SILVA, R. V.; FERNANDES, D. M. Geografia da população: origens e perspectivas. ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 18, 2016, São Luiz/MA. **Anais [...]**. São Luiz/MA, 2016.

SMITH, Darren. P. Geographies of long-distance family migration: moving to a "spatial turn". **Progress in Human Geography**, v. 35, n. 5, p. 652-668, 2011.

THERBORN, G. **Sexo e poder:** a família no mundo 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006.

THOMAS, M. J.; MULDER, C. H.; COOKE, T. J. Linked lives and constrained spatial mobility: The case of moves related to separation among families with children. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 42, n. 4, p. 597-611, 2017.

WATKINS, S. C.; MENKEN, J. A.; BONGAARTS, J. Demographic foundations of family change. **American Sociological Review**, p. 346-358, 1987.

Das contribuições da escola de Chicago à busca por novas perspectivas para a Geografia da população: considerações sobre família e segregação socioespacial urbana

Igor Martins Medeiros Robaina

(...) Tell me who of them will come to be
How many of them are you and me
Dissipation
Race Relations
Consolation
Segregation
Dispensation
Isolation
Exploitation
Mutilation
Mutations
Miscreation
Confirmation, to the evils of the world (...)

Pastime Paradise – Stevie Wonder

Introdução

Quando pensamos na cidade como expressão máxima do fenômeno urbano, especialmente, em suas múltiplas dinâmicas e processos, é inevitável não pensar na segregação socioespacial. Parece não haver uma única cidade onde os aspectos de renda, de origem geográfica, de composição étnico-racial, religiosa ou alguma outra variável não estejam presentes e participem da organização e da distribuição populacional no espaço. De fato, o espaço como produto e reflexo da própria condição geográfica é marcado, indissociavelmente, pela diferenciação de área. Essa é uma noção que emerge desde o

período de formação do pensamento na Geografia moderna e segue se constituindo como um dos mais importantes pilares do conhecimento para este campo disciplinar. (HARTSHORNE, 1939; LUSSALT, 2015; VASCONCELOS, 2006). De fato, a busca por identificação e compreensão de aspectos como a concentração, a extensão e a distribuição, assim como as formas, as funções, as estruturas, os processos e os significados espaciais da sociedade são marcas de uma busca permanente pelo conhecimento geográfico.

Esta marca geográfica, longe de ser algo natural, mas socialmente construído, não está presente somente na morfologia urbana dos setores que compõem cada uma das partes do espaço urbano, mas também nas lógicas cotidianas que envolvem diretamente a vida da população nas cidades e seus comportamentos, práticas, decisões, estratégias e aspirações. Assim, processos de classificação e suas consequências socioespaciais, incluindo estigmatizações, são expressões geográficas que estabelecem ou reforçam territórios e territorialidades com base em distintas escalas e no complexo jogo que envolve agência e estrutura.

Diante desse quadro complexo, a família constitui-se como unidade social importante para pensar o mundo e a dimensão espacial da sociedade, pois, para além do indivíduo, existe uma série de convergências em torno de um grupo de pessoas e unidades residenciais em um dado local no espaço. Além disso, ocorrem todos os desdobramentos possíveis ao redor de outros conceitos e categoriais espaciais e geográficas contidas por e a partir de lugares, no que se refere ao nexo com as próprias configurações que envolvem territórios, regiões, paisagens, limites, fronteiras e redes, bem como identidade, raça, gênero, sexualidade, origem geográfica de nascimento, idioma e religião.

No entanto, talvez uma questão geográfica fundamental a ser perseguida esteja na relação entre a segregação socioespacial, a família e o espaço urbano: como determinado recorte espacial de análise − seja uma cidade como um todo, seja um setor ou um bairro − converte-se em segregado, a partir de seu caráter absoluto, relativo e relacional com outros setores da cidade e em relação à própria cidade ou a outras escalas relacionadas com suas áreas de influência?

Podemos reconhecer e aceitar que nem toda diferenciação espacial no espaço urbano se constitui como uma segregação (SOJA, 2014), mas não são poucas as divergências para estabelecer os critérios e os parâmetros para definir, com clareza, quando exatamente a diferenciação carrega as marcas da injustiça, devendo-se operar nesse espaço alguns princípios e fundamentos que deveriam reger a sociedade. Não se trata de uma lógica de igualdade absoluta, mas daquilo que também é construído e entendido como inaceitável para um conceito próprio de sociedade e como a mesma deva estar organizada.

Nesse sentido, a compreensão a partir de conceitos e de categorias − sobretudo, a partir da construção de dimensões, de noções, de variáveis gerais, de indicadores e de índices – é importante, principalmente, para tentar reverter um quadro bastante estabelecido em muitas cidades, inclusive, desdobrando-se em formas radicais de fragmentação socioespacial, como as favelas, os guetos e os condomínios de luxo.

As famílias, nesse sentido, convertem-se ou tornam-se, ao mesmo tempo, indissociáveis, em uma unidade antropológica, sociológica e geográfica, configurando um grupo de análise de extrema importância para pensar a cidade e todo o conjunto de aspectos que participam de suas dinâmicas cotidianas e tomadas de decisões realizadas no passado, mas que se desdobram no presente e no futuro. De fato, quando pensamos nas unidades familiares e na segregação socioespacial nas cidades, percebemos que o tema, indiscutivelmente, apresenta um significativo lastro das contribuições da Escola de Chicago.

Nesse sentido, o objetivo desta reflexão é, por um lado, buscar recuperar determinadas considerações sobre alguns dos mais importantes trabalhos realizados por pesquisadores vinculados à Escola de Chicago que atravessam ou tangenciam o tema da família e sua relação direta com a segregação socioespacial urbana, e, por outro, estabelecer uma série de novas questões e possibilidades para pensar a interseção dessas questões para a Geografia da população, especialmente, para o caso brasileiro no primeiro quarto do século XXI.

Recuperando a Escola de Chicago e o lugar das famílias segregadas na cidade

Antes de iniciar um debate específico sobre a relação entre família e segregação espacial urbana, é importante estabelecer uma advertência inicial: não adotaremos, aqui, uma abordagem linear da história das ideias nas Ciências Humanas e Sociais, em razão dos riscos de determinação, de cristalização e de engessamento das contribuições presentes em determinados períodos. Alguns conceitos são tão negligenciados ou estão tão estabelecidos, diante de estigmas e preconceitos, que se faz difícil dialogar ou recuperar qualquer movimento de diálogo. Assim, é necessário ter cautela ao tentar estabelecer a origem e as transformações da noção de segregação socioespacial na ciência moderna. Há uma complexidade histórica em jogo, sendo, muitas vezes, necessário examinar os múltiplos fatores que contribuíram para tal fenômeno ao longo do tempo. Isso é particularmente verdadeiro, ao considerarmos o contexto em que surgiram muitas pesquisas sobre a segregação no ocidente, como na Universidade de Chicago, no início do século XX.

A Universidade de Chicago, fundada em 1890, a partir de uma doação de John Rockefeller, estabeleceu-se rapidamente como uma instituição de grande prestígio nos Estados Unidos, especialmente, sobre os estudos urbanos. A instituição foi responsável pela criação do primeiro Departamento de Sociologia do país, em 1892, e do primeiro Departamento de Geografia, em 1902. Foi na Universidade de Chicago que uma grande quantidade de pesquisas sobre a segregação socioespacial foi realizada, atraindo a atenção de estudiosos de todo o mundo. Essas pesquisas foram fundamentais para o desenvolvimento de novas teorias sobre a segregação, bem como gerou subsídios para a implementação de políticas públicas destinadas a reduzir as desigualdades sociais e espaciais.

Conforme Becker (1996), proeminente cientista social, formado na história da Escola, a gênese da Escola de Chicago, igualmente conhecida como a Escola de Ecologia Humana de Chicago (Chicago School of Human Ecology), decorre de um processo de construção externa e dos impactos resultantes das

pesquisas efetuadas naquele lugar. De tal maneira, a Escola não se constitui estritamente como uma matriz de pensamento homogêneo, senão como um conglomerado de saberes acumulados ao longo de um determinado período e de um recorte espacial específico.

Quando a Escola de Chicago é mencionada, certamente nos vem à mente o nome de Robert Park, pesquisador que ingressou na instituição em 1914, após uma importante trajetória como jornalista. Suas proposições teóricas deixaram marcas nos estudos de Sociologia. De fato, muitas críticas foram feitas em relação à sua visão ecológica, darwinista e positivista, no entanto, suas matrizes são muito mais amplas, incluindo fortes relações espaciais, conforme detalha o geógrafo Nicholas Entrikin, em 1980.

Segundo o autor, a presença do darwinismo em suas ideias é inegável, por exemplo, a partir da herança de Herbert Spencer e da enunciação de diferentes metáforas ecológicas (competição, invasão, sucessão, simbiose, áreas naturais etc.). Em sua obra, são perceptíveis diversas matrizes, como a filosofia pragmática de John Dewey e William James, assim como do neokantismo, especialmente de Wilhelm Windelband. Da mesma forma, não se pode deixar de mencionar a presença de Durkheim e sua divisão social do trabalho (BECKER, 1996), principalmente, diante da influência de George Simmel, com quem manteve uma estreita colaboração, resultante de sua estadia na Universidade de Heidelberg durante o primeiro quarto do século XX. Também cabe destacar as traduções do autor para o inglês no *American Journal of Sociology*, bem como seus textos publicados pela *University of Chicago Press*, na qual Robert Park atuou como editor.

De certa forma, o pensamento espacial de Simmel teve um impacto direto em Robert Park, não apenas na perspectiva ambiental da ecologia, mas também como uma categoria mental e, acima de tudo, tendo a metrópole e o estudo das formas sociais como eixo do pensamento (ENTRINKIN, 1980; CURRAN, 2017).

Além disso, também é fundamental destacar as estreitas relações entre Robert Park e a Geografia institucional. Um primeiro aspecto está relacionado com a notável influência do Departamento de Geografia da Universidade de Chicago na

academia americana, tanto pela figura de Rollin Salisbury − embora seus postulados estejam mais próximos da Geografia Física − quanto de Harlan Barrows, que escreveu *Geography as Human Ecology* (1923), um difusor direto da Ecologia Humana na Geografia dos EUA.

De acordo com Nicholas Entrikin (1980), um segundo aspecto relacionado à conexão de Robert Park com a Geografia institucional estava ligado às suas referências geográficas publicamente expressas, por meio de comentários diretos sobre a importância da Geografia.

> A familiaridade de Park com a Geografia era evidente através de suas frequentes referências, como na Introdução à Ciência da Sociologia de Park e Burgess, em que os editores incluíram reproduções do trabalho dos geógrafos Ellen Semple e Friedrich Ratzel e citaram o trabalho de Jean Brunhes, Camille Vallaux, Georg Gerland e Elisee RecIus. Essas referências representam apenas uma pequena amostra das referências à Geografia encontradas na obra de Park, mas indicam a ampla gama de literatura geográfica com a qual Park estava familiarizado (ENTRIKIN, 1980, p. 54).

Um terceiro aspecto está especificamente associado ao trabalho intitulado *The city as a natural phenomenon* (1938 [1953]), no qual Park faz menções diretas sobre as dimensões geográficas do conceito de "território". É importante lembrar que a obra *Anthropogeographie*, de Friedrich Ratzel (1882), era bastante conhecida pelo autor (ENTRIKIN, 1980, p. 55), inclusive, a base territorial é uma das três em que a sociedade se organiza, segundo Robert Park (1999, p. 143). As outras duas seriam a econômica e a cultural.

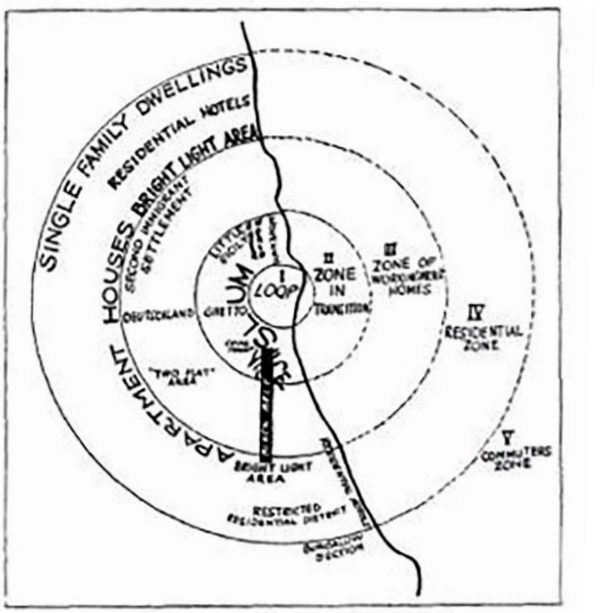
> A ordem Territorial
> A importância da Geografia e da organização territorial da sociedade decorre do fato de que as relações sociais são amplamente determinadas pelas distâncias físicas, e a estabilidade social é assegurada quando os seres humanos se fixam em um território. Além disso, as modificações mais drásticas na sociedade são provavelmente aquelas que implicam mobilidade e, em particular, as migrações em massa

> da população. Isso é tão verdadeiro que Frederick Teggart – que prestou enorme atenção a esse tema – acredita que a maioria dos grandes avanços da civilização se deve, direta ou indiretamente, às migrações de população e às mudanças catastróficas que as acompanham. Nesse sentido, parece que todo dispositivo técnico - desde a carretilha ao avião - que proporcionou um meio de locomoção novo e mais eficaz, marcou, ou deveria marcar, uma época histórica. Diz-se que toda civilização carrega em si as sementes de sua própria destruição. Esses germes são, com toda a probabilidade, os dispositivos técnicos que introduzem uma nova ordem social e desalojam a ordem antiga.

A culminação da influência da Escola de Chicago e de Robert Park pode ser observada na obra intitulada *The city: suggestions for investigation of human behavior in the urban environment,* publicada em 1925, com a colaboração de Ernest Burgess e Roderick McKenzie. Esse trabalho estabeleceu um caminho para a reflexão e a investigação da cidade como um conjunto de fenômenos que até então não havia recebido a devida atenção das ciências humanas e sociais em igual proporção, não somente nos Estados Unidos como, também, em outras partes do mundo.

Ademais, essa obra contém uma das mais importantes representações das ciências humanas e sociais do século XX, diretamente relacionada à ideia de segregação. Trata-se da concepção de crescimento ou expansão física da cidade, proposta por Burgess, a partir do modelo de zonas concêntricas, que se estende desde o Distrito Central de Negócios (Central Business District – CBD ou Loop) até a zona de *commuters*, que inclui os subúrbios e as cidades-satélites.

Figura 1 – Modelos de Zonas Concêntricas de Burgess



Fonte: Park; Burgess (1925, p. 55).

A proposta de Burgess, ao utilizar o modelo de zonas concêntricas, apresentou-se como uma forma simplificada de representação espacial urbana, permitindo sua aplicação por estudos em diversas cidades ao redor do mundo, sem a necessidade de critérios excessivamente complexos. É interessante destacar que, a partir do estudo empírico da cidade de Chicago, Burgess estabeleceu diferentes classificações espaciais da segregação, como o gueto alemão, a pequena Sicília ou o cinturão negro. Além disso, foram propostas importantes discussões geográficas relacionadas aos limites, às fronteiras e à extensão, bem como diferentes ideias sobre o Centro/*center/loop* e as noções socioespaciais de ilhas/*islands* e bolsões/*pockets*.

No entanto, a Escola de Chicago abrigou muito mais do que as presenças de Robert Park e de Ernest Burgess. Quando pensamos sobre a segregação propriamente dita, é importante considerar, especialmente, três trabalhos de referência nas ciências humanas e sociais nesse período: *The Ghetto*, de Louis Wirth (1928); *The Gold Coast and the Slum: a sociological study of*

Chicago's near North Side, de Harvey Zorbaugh (1929); e *The negro family in Chicago*, de Franklin Frazier (1932).

Todavia, mais do que análises gerais, cada um dos trabalhos mencionados estabeleceu fortes relações entre a segregação urbana e a família. Em *The Ghetto*, Louis Wirth enfatizou o modo como a segregação espacial e a pobreza afetaram negativamente a vida familiar dos moradores dos guetos. Em *The Gold Coast and the Slum*, Harvey Zorbaugh examinou as diferenças entre a área nobre e as áreas segregadas do Centro-Norte de Chicago, evidenciando as discrepâncias socioeconômicas e as forte marcas da vida cotidiana. Já em *The Negro Family in Chicago*, Franklin Frazier discutiu as condições econômicas e sociais dos afro-americanos e a influência dessas condições na estrutura familiar, apontando como a segregação racial e a discriminação prejudicaram a vida familiar da população negra de modo em geral e, também, a diferença interna entre essa população. Em conjunto, esses trabalhos destacaram a complexa relação entre segregação e família, enfatizando como a segregação espacial e a desigualdade social afetaram profundamente a vida familiar dos moradores de áreas segregadas.

O primeiro desses trabalhos foi elaborado pelo alemão Louis Wirth, que emigrou para os Estados Unidos aos 14 anos de idade. Mais tarde, o estudioso desenvolveu toda a sua carreira acadêmica até o doutorado na Universidade de Chicago, trabalhando na área social e como diretor da *Delinquent boys division of the Bureau of Personal Service*, entre 1919 e 1922. Wirth se juntou à Universidade de Chicago como professor em 1931, instituição na qual atuou até o ano de sua morte, em 1952.

A obra, mais do que uma análise sociológica, é também um registro histórico, uma vez que o autor recupera, espacial e temporalmente, a noção de escala, resgatando os processos de segregação cristã sobre os judeus no período romano, até os diferentes países e regiões na Europa na Idade Média. Ele também faz referência à chegada dos judeus à América, a partir da história da comunidade, como foi denominada pelo próprio autor na cidade de Chicago. Segundo Louis Writh (1929, p. 6):

> O estudo do gueto, observado sob essa perspectiva, pode iluminar uma série de fenômenos relacionados, como

> a origem das áreas segregadas e o desenvolvimento das comunidades culturais em geral. Embora o gueto seja, estritamente falando, uma instituição judaica, existem formas de guetos que não se aplicam apenas aos judeus. Existem as "Little Sicilies", "Little Polands", "Chinatowns" e "Black Belts" em nossas grandes cidades, além de áreas segregadas, como as "áreas de vício", que se assemelham muito ao gueto judaico.

O autor destaca o setor judaico na cidade de Chicago e sua forte natureza institucional, tanto na política da cidade como dentro do próprio gueto. Wirth enfatiza o papel da religião, especialmente, a importância da sinagoga e do rabino, inclusive, sobre a vida familiar. Também destaca o aspecto comercial e a autoconsciência socioespacial dos grupos em relação à cidade, mostrando que a segregação não é apenas uma dimensão física, mas também mental. Isso é enfatizado pela perspectiva espacial de «Simmel-Park», da Escola de Chicago. No entanto, no último capítulo da obra, redigido como uma síntese, o autor se concentra totalmente na teoria da ecologia humana, concluindo que a compreensão do gueto vai além do registro histórico ou geográfico, se aproximando de uma forma de manifestação da natureza humana e da complexidade de sua ordem social.

A segunda obra, selecionada para pensarmos a relação entre segregação e famílias pela Escola de Chicago, é intitulada *The gold coast and the slum: sociology study of Chicago's near north side*, de Harvey Zorbaugh (1929). Diferentemente de outros autores do mesmo período, Harvey Zorbaugh não desenvolveu sua carreira na Universidade de Chicago, instituição na qual realizou apenas um estudo monográfico sob a supervisão de Robert Park, seguindo, posteriormente, sua trajetória na área de educação na Universidade de Nova York.

Sua obra foi especialmente caracterizada pelo sucesso de vendas desde o momento de publicação. Esse sucesso deve-se, principalmente, ao desconhecimento das diferentes realidades presentes nas grandes diferenças socioespaciais no lado nordeste de Chicago, dentre elas, o fato de famílias com marcas socioeconômicas apresentarem grandes diferenças na vida cotidiana. O autor enfatiza que o setor analisado não era, apenas,

uma área de contrastes, mas sim uma área de extremos, onde estavam presentes, mais segregados, "o nativo e o estrangeiro, a riqueza e a pobreza, o vício e a respeitabilidade, o convencional e a boemia, o luxo e o trabalho duro" (ZORBAUGH, 1929, p. 4).

De maneira bastante descritiva e com base na observação da própria vida cotidiana, o autor explica os diferentes subsetores segregados da área de *North East Side*, incluindo avenidas, ruas, esquinas e lojas. Todos esses aspectos são diferenciados em termos ambientais, como contaminação, concentração, mobilidade ou ruído. O autor também reflete sobre aspectos econômicos e sociais da vida, como comércio, vida noturna, filantropia, gangues e até suicídios. Trata-se da radiografia complexa de um setor urbano raramente visto a partir das ciências humanas e sociais.

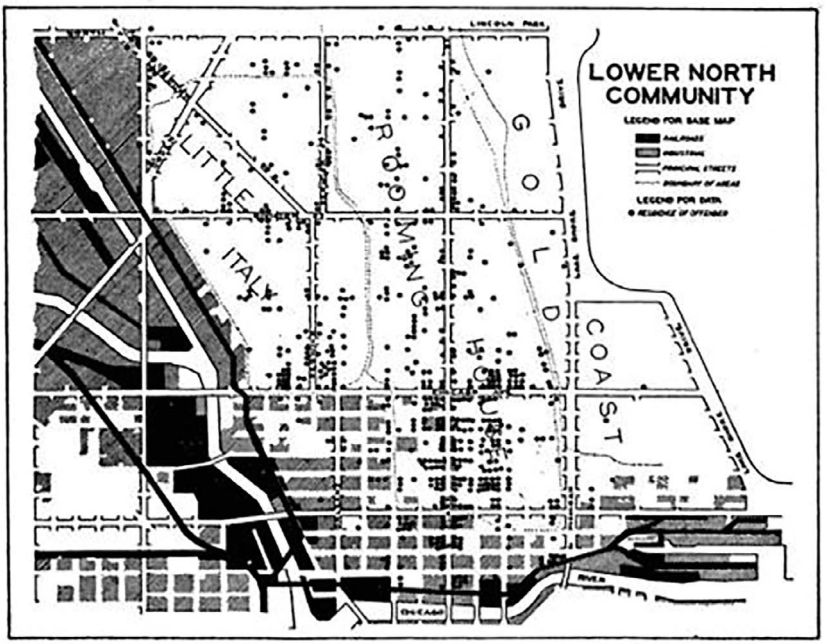
De forma radical, o autor estabelece uma estrutura de trabalho que enfatizava uma cidade dual. Por um lado, a região conhecida como The Gold Coast, conectada pela Lake Shore Drive, onde se concentrava a elite em seus diferentes edifícios de apartamentos. Nessa área, o aluguel poderia chegar a mil dólares por mês, enquanto famílias italianas que moravam algumas quadras dali pagavam apenas seis dólares mensais.

Assim, a obra também oferece uma visão do setor mais pobre, sua morfologia degradada e a vida cotidiana. O autor, definindo a área como "o limite da decadência humana", aponta, geograficamente, para uma forte concentração de animais, prostitutas, criminosos e vagabundos nas ruas, assim como edifícios deteriorados pela especulação imobiliária. A obra oferece, ainda, uma panorâmica precisa dos despejos no setor, assim como das altas taxas de natalidade, mortalidade infantil e morte dentro desses espaços urbanos.

No entanto, trabalhando em outras escalas, o autor desce até a Pequena Sicília (Little Sicily), também conhecida de maneira estigmatizada como Pequeno Inferno (Little Hell). Essa área foi caracterizada por uma série de conflitos e violência, como exemplo, a esquina da Oak Street com a Milton Avenue, que foi conhecida como a esquina da morte (Death corner). Isso representa uma síntese espacial metonímica do setor, consequência das diferentes disputas entre gangues que, na maior parte das vezes, eram resolvidas de forma violenta. Nesse mesmo período, a presença

de gangues, juntamente com o estabelecimento da conhecida Lei Seca, entre 1921 e 1933, fizeram proliferar o contrabando e o comércio ilegal de álcool, o que, no final das contas, tornou-se uma verdadeira disputa territorial, com centenas de mortos na cidade de Chicago.

Figura 2 – Mapa criminal de Lower North Side



CRIME.—The Near North Side, including "Little Hell," "Death Corner," and the "Rialto," is notorious as the worst police district in Chicago. Crime concentrates in the southern end of Little Sicily and in the slum lodging area about the Rialto. This map gives the distribution of adult arrests from the East Chicago Avenue and the Hudson Avenue stations from August 15 to September 15, 1924, totaling 674.

Fonte: Zorbaugh, 1929, p. 156.

Como observação geográfica adicional, é interessante destacar a forte produção cartográfica refletida em quinze mapas, elaborados a partir de dados censitários e de entrevistas diretas em campo, tornando-se um dos trabalhos mais importantes, em termos espaciais e representacionais de todo o período.

A terceira obra foi escrita por Franklin Frazier, um dos intelectuais mais emblemáticos e atípicos que passou pela Escola de Chicago. Frazier detinha mais de uma década de experiência como professor em diferentes universidades quando chegou a Chicago

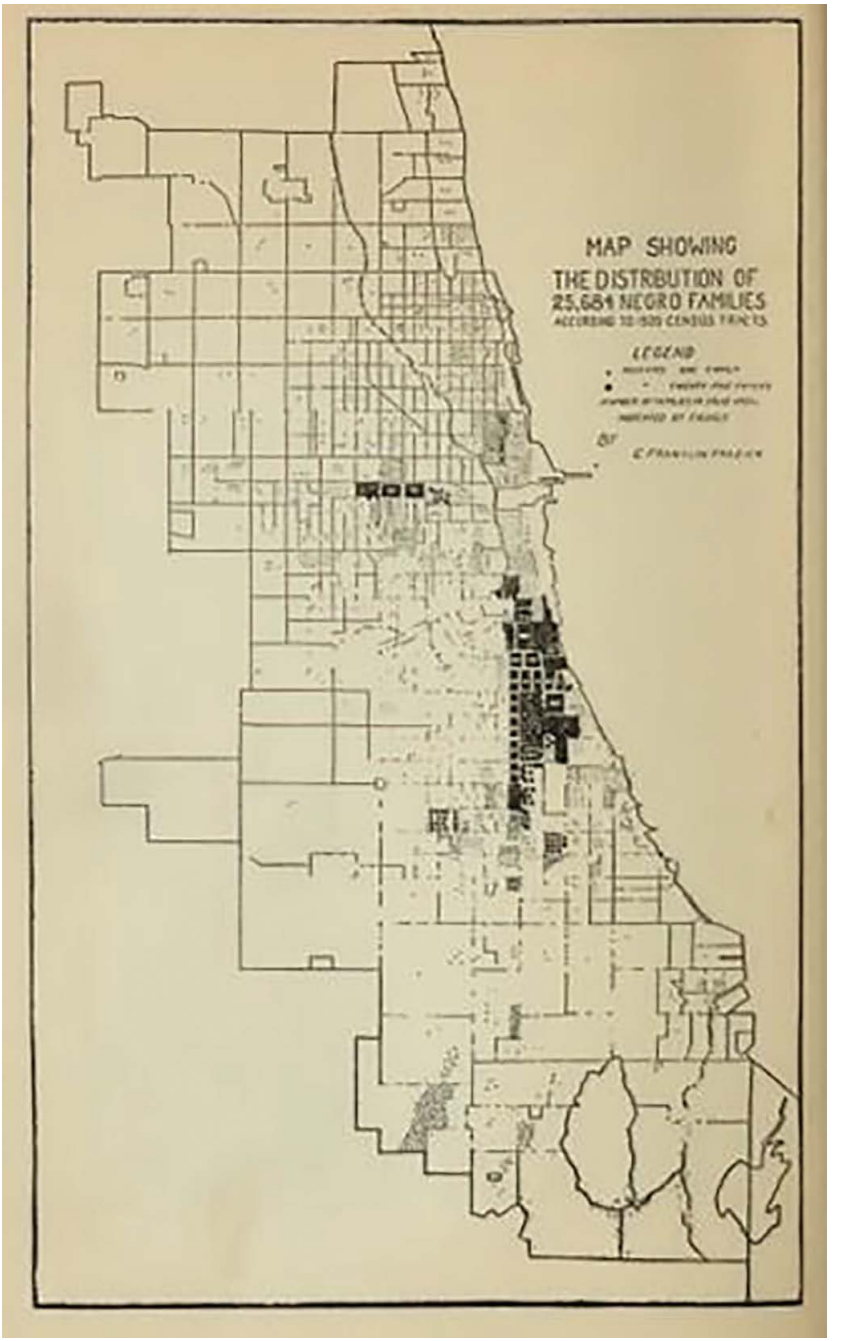
para se doutorar. Uma das características mais significativas foi o fato de que, durante o período em questão, foi um dos poucos professores universitários e doutores negros dos Estados Unidos e do mundo, um tema pessoal e político que o aproximou das problemáticas relacionadas às famílias negras neste país.

A obra intitulada *The Negro Family in Chicago*, de 1932, escrita por Franklin Frazier, estabeleceu, com grande rigor, um método para pensar aspectos comuns em termos raciais e, ao mesmo tempo, aqueles diferenciadores entre as famílias negras ao longo do território. Partindo dos dados oficiais do censo, foram identificadas 25.684 famílias negras, a partir das quais realizou uma cartografia com o objetivo de identificar e localizar as principais concentrações espaciais. Dessa forma, chegou ao distrito de *South Side* como área de análise mais expressiva para delimitar o fenômeno da segregação.

Na primeira parte da obra, o autor estabeleceu uma forte impressão sobre os processos históricos de estigmatização que ele denominou de "desmoralização" (*demoralization*) das famílias negras nos Estados Unidos. É importante lembrar a importância da questão racial nos EUA, considerando que a escravidão foi oficialmente abolida em 1865 e que, durante o desenvolvimento da pesquisa, leis severas de segregação racial ainda persistiam, o que resultava em distúrbios violentos e até mesmo assassinatos de população negra em Chicago.

O autor analisou sete áreas na cidade. As diferenças foram significativas, em termos de número de pessoas por residência, de renda familiar, de famílias negras proprietárias de imóveis, de mulheres solteiras, de chefes de família ou de criminalidade por parte da população negra. A caracterização das diferenças socioespaciais internas foi uma das maiores contribuições do trabalho. Em uma das áreas estudadas (Zona VI), havia 110 famílias negras de classe alta (Upper-class), que contavam entre seus membros com médicos, dentistas, artistas, professores, empresários, executivos, servidores públicos e trabalhadores sociais, enquanto em outras áreas (Zonas I e II) predominava a pobreza, a ausência de proprietários negros e grandes proporções de mães solteiras que atuavam como chefes de família.

Figura 3 – Mapa de distribuição das 25,684 famílias negras em Chicago



Fonte: Frazier, 1932, p. 96.

A conclusão de Frazier foi de que a segregação e os problemas enfrentados pelas famílias negras na cidade de Chicago, que se replicavam como norma geral em todos os EUA, não eram característicos da população negra como algo inato ou patológico, mas sim o resultado da organização econômica e da estrutura social.

Assim, podemos afirmar que os estudos sobre segregação da Escola de Chicago são, ainda, extremamente relevantes, tanto como fonte de contribuições quanto de críticas.

O geógrafo Michael Pacione (2005) aponta outras contribuições a respeito. Acompanhe.

> As monografias dos ecologistas de Chicago forneceram um meio para compreender a cidade que combinava análise empírica com a realidade experimentada da vida urbana. O uso de indicadores sociais pelos ecologistas também abriu caminho para métodos estatísticos mais sofisticados para delimitar áreas residenciais urbanas (PACIONE, 2005, p. 500).

Segundo a geógrafa Winfred Curran (2017), a Escola de Chicago buscou, por meio de estudos de caso, desenvolver novas teorias sobre o crescimento e a organização das cidades. Ao mesmo tempo, a estudiosa afirma que a geografia, ciência que não continha tradição urbana própria e consolidada na época, recorreu aos métodos da Escola de Chicago para construir seu subcampo. O próprio David Harvey aponta que "a escola de geógrafos urbanos de Chicago é uma consequência da escola de sociólogos de Chicago" (1977, p. 137).

Nas últimas décadas, há posições a favor da Escola de Chicago, mesmo reconhecendo todas as críticas anteriormente mencionadas. De diferentes perspectivas, indica-se que esses intelectuais estabeleceram e confrontaram uma alternativa ao cientificismo eugenésico presente na época (JOSEPH, 2003; VAILLANT, 2006).

Embora as críticas não se fundamentassem simplesmente na perspectiva ecológica, em termos espaciais, o geógrafo Thomas Maloutas (2004) aponta que todas as investigações da Escola de Chicago seguiam uma lógica determinada de invasão-sucessão

linear, radial, centrífuga e permanente no sentido da periferia, o que confrontava frontalmente com a realidade empírica dos próprios trabalhos.

Para o geógrafo Daniel Hiebert (2009, 2009a), a crítica baseia-se na crença de que os imigrantes recém-chegados, inicialmente, gravitariam em direção a enclaves étnicos específicos, e, à medida que se adaptassem e se integrassem à cultura americana, mudariam de localização, chegando até a viver em bairros multiétnicos. No entanto, aspectos estruturais e até mesmo as leis vigentes na época foram negligenciados. As leis Jim Crow, por exemplo, estiveram presentes de 1877 a 1965, estabelecendo uma série de proibições e gerando segregações e duras consequências para aqueles que não as cumpriam.

> Durante a época das leis de Jim Crow, a segregação residencial era uma característica importante do amplo conjunto de exclusões sociais impostas aos afro-americanos, incluindo igrejas, escolas, parques, piscinas, transporte público e quase todos os outros aspectos da vida. Essas exclusões foram projetadas para preservar os privilégios raciais e de classe que a maioria desfrutava (HOLOWAY, 2017, p. 4).

O mesmo autor aponta que, mesmo após a proibição oficial, na prática, continuavam as posturas de segregação institucional, fazendo com que a população negra continuasse segregada cotidianamente. Um aspecto dessa continuidade se deu por meio do acesso à moradia, em que foi reproduzida a noção de *redlining* até a década de 1970. A partir desse fenômeno, às famílias negras de outros grupos minoritários, mesmo tendo os requisitos, não era permitida a compra de uma propriedade ou, ainda, era estabelecida uma série de condições extremamente difíceis para a aquisição do bem (KAPLAN; WOODHOUSE, 2004; HOLOWAY, 2017).

Isso mostra que a segregação não é apenas um aspecto cultural e temporal, mas, fundamentalmente, estrutural. É preciso levar em conta até que ponto a forte presença de diferentes estruturas econômicas na Universidade de Chicago − por exemplo, os volumosos financiamentos provenientes da própria família Rockefeller − participavam ou impediam a visão crítica na

cidade. Alguns dos trabalhos mais importantes também foram financiados com fundos provenientes da bolsa *Laura Spelman Rockefeller Memorial Fun*d, criada pelo próprio John Rockefeler em homenagem à mãe, para apoiar as ciências humanas e sociais especialmente envolvidas em questões assistenciais.

De fato, diante das diferentes contribuições da Escola de Chicago e das inúmeras críticas estabelecidas, é interessante pensar que todo o lastro acumulado na primeira metade do século XX foi capaz de gerar uma série de desdobramentos e novas reflexões, como é o caso dos trabalhos realizados sob a perspectiva marxista. Assim, na geografia, as influências estão, mais especificamente, no trabalho do geógrafo David Harvey, no filósofo francês Henri Lefebvre e nas marcas da Escola de Chicago. O autor publicou sua obra *Social Justice and the City* em 1973, traduzida para o português como "A justiça social e a cidade" em 1980, a qual se constitui como um marco para o pensamento urbano, seguindo como fonte de pesquisa sobre as bases da segregação socioespacial em *Class structure in a capitalist society and the theory of residential differentiation* (1975).

> 1 - A diferenciação residencial deve ser interpretada em termos de reprodução das relações sociais dentro da sociedade capitalista;
> 2 - As áreas residenciais (bairros, "comunidades") proporcionam meios distintos para a interação social, a partir do qual os indivíduos derivam de um grau considerado de suas expectativas, hábitos de consumo, capacidade de mercado (*Market capacity)* e estados de consciência;
> 3 - A fragmentação das grandes concentrações populacionais em comunidades distintas serve para a fragmentar a "consciência de classe" no sentido marxista e, portanto, frustra a transformação do capitalismo ao socialismo através da luta de classe, porém;
> 4 - Os padrões de diferenciação residencial refletem e incorporam muitas das contradições da sociedade capitalista, os processos que criam e sustentam são, em consequência, o lugar da instabilidade e da contradição (HARVEY, 1975, p. 365).

Entretanto, é importante destacar que outros trabalhos marxistas importantes foram desenvolvidos sob a mesma perspectiva da cidade e da segregação, embora a Escola de Chicago não tenha sido mencionada ou considerada relevante. Nesse sentido, podemos citar o sociólogo Manuel Castells, influenciado pelo marxismo francês, e sua obra *La question urbaine* (1972); o sociólogo Jean Lojkine, em *Le marxisme, l´état et la question urbaine* (1977); e a coletânea organizada por Andy Merrifield e Erik Swyngedouw, intitulada *The urbanization of injustice* (1996), na qual reuniram importantes geógrafos anglófonos como Doreen Massey, Neil Smith, Edward Soja e o próprio David Harvey. No contexto brasileiro, é necessário destacar a presença do urbanista e geógrafo Flávio Villaça e sua obra "Espaço intraurbano no Brasil" (2001), bem como as coletâneas organizadas por Pedro Vasconcelos, Roberto Lobato Correa e Silvana Pintaudi, intituladas "A cidade contemporânea: segregação espacial" (2013) e "Justiça espacial e o direito à cidade" (2017), organizada por Ana Fani Carlos, Glória Alves e Rafael Pádua, ainda que a questão da família não tivesse uma importância significativa nos debates.

É importante notar, no entanto, que o tema da segregação não foi abordado, apenas, pela perspectiva marxista, mas sim por uma abordagem quantitativa, fundamentada em índices. Na geografia, essa abordagem pode ser considerada uma herança da *New Geography*. A busca por uma dimensão funcional, objetiva e pragmática foi uma marca da comunidade científica em ciências humanas e sociais a partir da segunda metade do século XX. Os índices foram utilizados como uma forma mais precisa de analisar o fenômeno, especialmente, diante da necessidade de construir políticas territoriais que descrevessem, medissem e fizessem projeções, minimizando os aspectos subjetivos e aumentando as possibilidades de tomada de decisão na própria cidade.

De fato, centenas de índices sobre segregação socioespacial foram e continuam sendo propostos a partir do século XX, todos com uma história particular, vinculada aos sociólogos Otis Duncan e Beverly Duncan (1955), em relação aos Índices de Dissimilaridade (ID) e de Segregação (IS). Durante o período de efervescência, disputa e estabilização dos debates sobre a segregação, a "batalha dos índices", como intitulou Stephen Gorard (2011),

foi estabilizada pelo que Massey e Denton (1988) denominaram "Pax Duncana". Depois desses autores, outra série de propostas foi edificada, a partir das proposições de uniformidade, de exposição, de concentração, de centralização e de agrupamento, nas décadas de 1980, assim como mudanças radicais, na década de 1990, especialmente pelas preocupações com as questões de fronteiras e com as unidades de análise. Destacam-se, nesse sentido, a variante modificada pela fronteira proposta pelo geógrafo Richard Morril (1991), a relação entre fronteiras e escalas proposta pelo geógrafo David Wong (1993) e o Índice Local de Associação Espacial (Local Indicators of Spatial Association − LISA), proposto pelo geógrafo Luc Anselin (1995).

Assim, diante dos processos de análise da Escola de Chicago, passando pela perspectiva marxista até as abordagens quantitativas a partir dos índices, podemos dizer que a segregação socioespacial, especialmente, a partir do s*éculo XXI*, passou a ter uma série de novos contornos, entre eles, questões de métodos mistos, oferecendo novas possibilidades, todas vinculadas, diretamente, à noção de família no espaço urbano.

Dessa forma, os processos de análise da Escola de Chicago, combinados com a perspectiva marxista e as abordagens quantitativas baseadas em índices, permitiram uma compreensão mais aprofundada da segregação socioespacial, ainda que marcadas por uma série de disputas, de ambiguidades e de contradições. No entanto, no século XXI, surgiu uma série de novas questões relacionadas a essa temática, tendo como destaque os desafios em se utilizar métodos mistos que possibilitem uma abordagem mais abrangente e uma compreensão mais precisa da segregação.

Esses métodos mistos, que combinam abordagens qualitativas e quantitativas, abrem novos horizontes e oportunidades para explorar a complexidade da segregação socioespacial. Ao conectar, diretamente, com a noção de família no espaço urbano, podemos examinar o modo como os aspectos socioeconômicos, culturais e demográficos afetam a dinâmica da segregação. Essa perspectiva ampliada permite identificar: as interações entre as estruturas urbanas, os padrões de ocupação do espaço e as dinâmicas sociais que participam, em diferentes graus ou níveis, do fenômeno da segregação.

Nesse sentido, essas novas possibilidades oferecem uma oportunidade para aprimorar, ainda mais, nosso conhecimento acerca da desigualdade e da segregação nas cidades. De maneira resumida, a compreensão da segregação socioespacial vem passando por profundas transformações ao longo do tempo, incorporando diferentes perspectivas teóricas e metodológicas e lançando reflexões para outros planos de complexidade, especialmente, no complexo contexto do urbano contemporâneo.

Em busca de novos caminhos para pesquisas sobre Geografia da população, família e segregação socioespacial urbana

Diante das breves considerações gerais, estabelecidas a partir do conjunto de reflexões sobre as contribuições da Escola de Chicago na relação segregação socioespacial e família − que, longe de serem esgotadas neste breve texto, merecem novas investigações, inclusive, para minimizar os ruídos, estranhamentos e estereótipos que permanecem sobre o tema e sobre os próprios pesquisadores deste período das ciências humanas e sociais −, optamos por propor alguns temas que merecem atenção pelos estudos geográficos, especialmente pela Geografia da população, na interseção entre a segregação socioespacial urbana e a família como uma unidade de análise socioespacial e de novas frentes para a Geografia da população no Brasil.

Um primeiro movimento importante seria pensar em uma geografia que considere as famílias e suas lógicas espaciais ao longo do tempo, ou seja, pensá-las em relação a uma trajetória que envolva passado-presente-futuro. Nesse sentido, nos aproximamos das proposições gerais que estão expostas pela geógrafa Doreen Massey, centralmente, em sua obra "Pelo espaço: uma nova política das espacialidades" (2008). Para estabelecer conexões com outros autores e propor reflexões que contribuam com o tema, parece ser fundamental entender os encontros de trajetórias que essas famílias realizaram ao longo de suas histórias geográficas, no sentido de reconhecer quais foram os agentes que participaram ou estiveram ausentes em determinados momen-

tos de continuidade ou de mudança, por exemplo, em relação à criação dos filhos, às questões de moradia, às redes de solidariedade, de proteção e de interação social. Nesse sentido, também nos aproximamos das proposições e emergências estabelecidas pelo geógrafo Jørgen Carling (2018, 2018a, 2014) e da ideia de Geografia das aspirações. Além dos diferentes agentes (vizinhos, amigos, familiares, integrantes de movimentos sociais, religiosos e outros), as relações internas no próprio núcleo familiar, a estrutura e o conjunto de circunstâncias que levam a determinadas tomadas de decisão alteram o rumo e a trajetória da própria família − seja no sentido de permanecer, seja no sentido de mudar.

Um segundo movimento, ainda que estritamente ligado ao anterior e que merece atenção das análises geográficas na Geografia da população, está vinculado ao comportamento das figuras masculinas e femininas sobre as aspirações familiares, tanto na lógica de organização política, econômica e social como na vida cotidiana. Esse ponto merece uma série de cuidados e reticências. Quando analisamos o Brasil, ainda domina a forma do núcleo familiar composto por uma figura masculina e por uma figura feminina, ainda que sejam verificados inúmeros outros arranjos que crescem progressivamente como unidades de análise geográfica e demográfica e que precisam, do mesmo modo, de investigações. No entanto, a questão central é pensar em que medida cada um desses integrantes alterou sua trajetória pessoal por alguma razão relacionada à formação ou à transformação da família, como o nascimento dos filhos ou a aquisição da propriedade, por exemplo. Assim, questões de trabalho, estudo, mobilidade, relações pessoais ou desejos individuais, tanto no sentido de serem construídos ou desfeitos, podem ser interessantes para pensar como passado-presente-futuro podem ser afetados de maneira distinta para cada um dos integrantes de uma mesma unidade familiar, a partir de determinado perfil ou classe social.

Um terceiro movimento para pensar as famílias e as lógicas de segregação no Brasil foi criado, em razão da carência de estudos e da complexidade envolvida, especialmente em áreas ou setores onde não é possível obter informações *tão clara*s a partir dos índices. Esse movimento está relacionado *à* segregação vertical. O geógrafo Thomas Maloutas (2020/2021) compreende que, a

partir de uma lógica urbana, especialmente onde os espaços residenciais estão cada vez mais dominados por edifícios, uma série de diferenças, como a socioeconômica, pode se materializar no espaço. Assim, a segregação vertical se caracteriza, em linhas gerais, como a divisão ou a separação socioespacial da população, a partir de espaços habitacionais dominados por prédios e edifícios, em que a existência de diferenciação de diferentes formas se materializa entre os diferentes andares. De fato, esta é uma perspectiva alternativa que pode visibilizar novos processos de segregação na cidade, os quais, hegemonicamente, *são analisados por meio de uma visão horizontal do espaço.*

Assim, a partir de uma análise vertical, tentando compreender os diferentes níveis entre os andares e a composição familiar, seria possível compreender, além de processos de segregação, também, processos de marginalização e de estigmatização socioespacial, gerando impacto nos diferentes membros da família ou em todos eles, em termos de oportunidades, acesso, integração e sociabilidade. Não se trata de abordar a questão sob uma lógica dualista. Significa que não deveríamos focar unicamente em áreas marcadas pela segregação numa perspectiva horizontal que abrange toda a cidade. Da mesma forma, não deveríamos nos limitar a analisar pontos específicos de segregação que atuam verticalmente em determinados setores da cidade. É fundamental compreender o impacto da segregação vertical nas famílias em um contexto urbano mais abrangente, de modo a refletir tanto numa visão global quanto no impacto direto em cada integrante destas famílias nesses territórios. Assim, desde a lógica diferenciada do poder de compra em uma área na qual as famílias têm renda média inferior ao restante dos habitantes até as dificuldades ou impedimentos simbólicos das interações e sociabilidade com os vizinhos, trata-se de aspectos que fazem parte desse movimento emergente de análise.

Um quarto movimento importante para pensar a relação entre segregação socioespacial e família é demarcado pela emergência de uma análise geográfica da segregação escolar. De fato, não se trata, somente, de compreender por meio dos dados existentes − como censos escolares, resultados de avaliações discentes ou a presença de unidades escolares em áreas de

segregação identificadas pelos índices –, mas sim de como essas famílias, que matriculam seus filhos em escolas inseridas em territórios segregados, vivenciam cotidianamente a própria segregação em termos de educação e de perspectiva futura e geracional. É interessante pensar, seja a partir de instituições públicas ou a partir de instituições privadas, em como as figuras maternas e paternas vivenciam as questões educacionais e como elas agem diante dos aspectos da educação básica, da formação profissional e do ensino superior para seus filhos. Além disso, importante que considerem como eles próprios vivenciaram a relação entre educação e territórios escolares, em termos de formação, de redes, de aspirações e de expectativas de continuidades e de mudanças para as próximas gerações. Assim, a decisão de matricular, a relação entre distância, qualidade, segurança, gastos mensais, status social e simbólico, passando pelas expectativas dos horizontes possíveis de postos de trabalho e vencimentos salariais, são pontos que apresentam, na geografia, uma importância significativa para compreender as relações entre segregação e família.

Por fim, no diálogo entre a Geografia da população e a Geografia cultural, é fundamental conhecer o modo como famílias segregadas encaram as lógicas de lazer, de entretenimento, de diversão e de turismo. Embora pareça contraditório, especialmente diante da falta de recursos dessas famílias, essa é uma questão pouco explorada nas ciências humanas e sociais, principalmente quando pensamos, de forma integrada, a questão da família, a segregação e as cidades no Brasil.

É importante reconhecer que nem toda segregação é econômica e que os aspectos de recursos podem ser superados, muitas vezes, por práticas criativas, alternativas, e até mesmo, subversivas em relação ao mundo social. Nesse sentido, compreender como essas famílias em territórios segregados pensam a realização dessas práticas, seus projetos e aspirações pode, efetivamente, ajudar na compreensão e, mais ainda, fornecer subsídios para a construção de políticas públicas orientadas para esse tema.

Considerações finais

O interesse em estudar a relação entre a segregação socioespacial e a família é fundamental para compreender como a sociedade se organiza em espaços urbanos e para identificar as desigualdades sociais que podem afetar a vida das pessoas que habitam essas áreas. Entretanto, é importante reconhecer que a segregação socioespacial é um tema complexo e controverso, que envolve não somente fatores objetivos, mas, também, subjetivos, como decisões políticas e dinâmicas sociais. Especialmente, nas tomadas de decisões no próprio território, pelos diferentes atores e suas respectivas escalas, há uma complexidade que precisa ser analisada de forma minuciosa (KAPLAN; WOODHOUSE, 2004; ATKINSON, McGARRGLE, 2009; WONG, 2009).

De fato, existe a necessidade de estudos mais aprofundados sobre a relação entre a geografia da família e a segregação, tanto no Brasil quanto em outros países. Nesse sentido, reconhecemos que há, ainda, muito a ser explorado, e que o movimento aqui realizado é, antes de tudo, de abertura de uma agenda de pesquisa e um convite para as geógrafas e os geógrafos retomarem os estudos da Geografia da população sobre novas perspectivas.

De fato, estudos comparativos sobre as famílias no Brasil parecem indicar grande heterogeneidades e contribuições frutíferas para o campo, como análises em contextos de diferentes escalas, análises em áreas metropolitanas, em cidades pequenas e médias, bem como acerca dos possíveis perfis de formação de famílias, como famílias monoparentais, famílias chefiadas por mulheres, famílias de pessoas do mesmo sexo, gênero e outras configurações possíveis.

Assim, a análise da relação entre segregação socioespacial e famílias é importante para compreender desigualdades sociais e diferenças geográficas nas cidades, que deve ser vista, antes de tudo, como ferramenta para mudanças sociais, políticas e econômicas. A qualidade de vida das famílias é um indicador importante para o desenvolvimento de políticas públicas urbanas eficazes que visem à justiça socioespacial. A análise da segregação socioespacial e das famílias pode fornecer subsídios para ações que promovam a qualidade de vida em termos de

equipamentos e serviços, garantindo melhores condições de vida para a população em geral. É preciso reconhecer que a segregação socioespacial é um tema complexo, que demanda uma abordagem multidisciplinar e atenta às dimensões subjetivas e objetivas envolvidas. Em suma, a compreensão da segregação socioespacial pode subsidiar a construção de políticas públicas que visem à promoção da igualdade e à justiça social nas cidades, sendo essencial para o conhecimento geográfico e para a compreensão das dinâmicas urbanas.

Referências bibliográficas

ANSELIN, L. Spatial Dependence and Spatial Structural Instability in Applied Regression Analysis. **Journal of Regional Science**, n. 30, 1990, p.185-207.

ATKINSON, R.; McGARRGLE, J. Urban segregation. *In*: KITCHIN, R.; THRIT, N. (ed.) **International Encyclopedia of Human Geography**. Amsterdam: Elsevier, 2009. p. 76-80.

BARROWS, H. H. Geography as human ecology. **Annals of the association of American Geographers**, v. 13, n. 1, 1923, p. 1-14.

BECKER, H. **Conferência:** a escola de Chicago, Mana. Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS-UFRJ, v. 2, n. 2, 1996, p.177-88.

CARLING, J.; SCHEWEL, K. Revisiting aspiration and ability. international migration. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 44, n. 6, 2018, p. 945-963.

CARLING, J.; COLLINS, F. Aspiration, desire and drivers of migration. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 44, n. 6, 2018a, p. 909-926.

CARLING, J. **The role of aspirations in migration**. Determinants of International Migration, International Migration Institute. v. 2325. Oxford: University of Oxford, 2014.

CARLOS, A.; ALVES, G.; PADUA, R. **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

CASTELLS, M. **La Question urbaine**. Paris: Maspéro, 1972.

CURRAN, W. Chicago School. *In*: RICHARDSON, D. *et al.* (orgs.). **International Encyclopedia of Geography**: people, the earth, environment and technology. Chicago, 2017.

DUNCAN, O.; DUNCAN, B. A methodological analysis of segregation indexes. **American Sociological Review**, v. 20, n. 2, 1955, p. 210-217.

ENTRIKIN, N. Robert Park's Human Ecology and Human Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 70, n. 1, 1980, p. 43-58.

FRAZIER, F. **The Negro Family in Chicago**. Chicago: University of Chicago Press, 1932.

GORARD, S. Measuring segregation: beware of the cautionary tale by Johnston and Jones. **Environment and Planning A**, v. 43, n. 1, 2011, p. 3-7.

HARTSHORNE, R. The nature of geography: a critical survey of current thought in the light of the past. **Annals of the Association of American geographers**, v. 29, n. 3, 1939, p. 173-412.

HARVEY, D. **Social Justice and the City**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.

HARVEY, D. Class structure in a capitalist society and the theory of residential differentiation. *In*: PEEL, R.; CHISHOLM, M.; HAGGETT, P. (orgs.). **Processes in physical and human geography**. London: Heinemann Educational, Bristol Essays, 1975. p. 354-69.

HIEBERT, D. Measurement of segregation. *In*: GREGORY, D. *et al*. (eds.). Dictionary of Human Geography. Oxford: Blackwell, 2009a.

HIEBERT, D. Segregation. *In*: GREGORY, D. *et al.* **Dictionary of Human Geography**. Oxford: Blackwell, 2009.

HOLLOWAY, S. **Residential Segregation**. AAG International Encyclopedia of Geography, Wiley.

KAPLAN, D.; WOODHOUSE, K. **Research in Ethnic Segregation I**: causal factors, urban geography, v. 25, n. 6, 2004. p. 579-585.

LOJKINE, J. **Le Marxisme, l'état et la question urbaine**. Paris: Presses Universitaires de France, 1977.

LUSSAULT, M. **La construcción social del espacio humano**. 1. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2015.

MALOUTAS, T.; BOTTON, H. **Vertical micro-segregation: is living in disadvantageous lower floors in Athens apartment blocks producing negative social effects?** Chicago: Housing Studies, 2021. p. 1-18.

MALOUTAS, T. Editorial: urban segregation and the european context. **The Greek Review of Social Research**, v. 133, n. 3. 2004, p. 3-24.

MALOUTAS, T. Vertical social differentiation as segregation in spatial proximity. *In*: **Handbook of urban segregation**. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2020.

MASSEY, D.; DENTON, N. The dimensions of residential segregation. **Social Forces**, v. 67, n. 2, 1988, p. 281-315.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MERRIFIELD, A.; SWYNGEDOUW, E.; HARVEY, D. **The urbanization of injustice**. London: Lawrence & Wishart, 1996.

MORRILL, R. On the measure of geographic segregation. **Geography Research Forum**, n. 11, 1991, p. 25-36.

PACIONE, M. **Urban geography – a global perspective**. London/New York: Routledge, 2005.

PARK, R. **La ciudad y otros ensayos de ecología urbana**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1999.

PARK, R.; BURGESS, E. **The city:** suggestions for investigation of human behavior in the urban environment. Chicago/London: University Of Chicago Press, 1925.

SOJA, E. **En busca de la justicia. espacial**. Valencia: Tirant Humanidades, 2014.

VAILLANT, M. **Race et culture, les sciences sociales face au racisme:** étude comparative de la genèse et des modalités de la rupture épistémologique de l'école durkheimienne et de l'école de Chicago avec la pensée racialiste. Tese (Doutorado). Institut d'Études Politiques, Paris, 2006.

VASCONCELOS, P. A. A cidade nas ciências sociais. **Caderno CRH**, 2006, v. 19, n. 46, p. 133-141.

VASCONCELOS, P. *et al.* **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/ FAPESP/Lincoln Institute of Land Policy, 2001.

WIRTH, L. **The Ghetto**. Chicago: University of Chicago Press, 1928.

WONG, D. Segregation Indices. *In*: KITCHIN, R.; THRIFT, N. **International Encyclopedia of Human Geography**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p.76-80.

WONG, D. Spatial Indices of Segregation. **Urban Studies**, v. 30, n. 3, 1993, p. 559-572.

ZORBAUGH, H. **The Gold Coast and the Slum:** a sociological study of Chicago's near North Side. Chicago: University of Chicago Press, 1929.

Famílias e vulnerabilidades: a segregação no espaço metropolitano

Isis do Mar Marques Martins
Kamilly Antunes
Igor Martins Medeiros Robaina

Introdução

Quando pensamos em questões relacionadas à mobilidade intrametropolitana na Geografia, existe uma relativa lacuna que se refere à segregação socioespacial como elemento de análise. No entanto, tal fenômeno se constitui, ao mesmo tempo, como produto e reflexo da produção do espaço urbano na cidade capitalista (LEFEBVRE, 1970; HARVEY, 1973; CASTELLS; 1974; LOKJINE, 1977) e, mais especificamente, uma expressão da urbanização desigual e combinada para a conjuntura brasileira e latino-americana (SANTOS, 1982; SABATINI, 2003).

Para a migrante e o migrante – e aí englobando o residencial e os deslocados diários – enquanto morador da cidade, o processo envolve estruturas que se cruzam e determinam uma condição contraditória no espaço, isto é, encontra espacialidades que se intercalam mutuamente. Tais contradições, imbricadas, formulam um estereótipo entre a mobilidade intrametropolitana, seja residencial ou pendular, de marginalidade e vulnerabilidade na cidade, sobretudo nas metrópoles (PERLMAN, 1977).

No contexto da urbanização de uma cidade considerada metrópole, os vínculos permitem, com o tempo, espraiar a construção de outros espaços e outras cidadanias, que se reformulam conforme as estratégias na cidade, isto é, o processo de construção política que possibilita seu cotidiano como morador do urbano, desde tristezas às alegrias. É nesse ponto que as famílias e a dinâmica familiar se constituem como elementos potentes nessa construção política do habitar a cidade.

Existem diversos debates e complexidades acerca dos estudos e da compreensão sobre família, uma vez que, as

relações, no âmbito familiar, são firmadas, também, em contextos socioculturais, políticos, econômicos, demográficos específicos e dinâmicos. As relações são congregadas em um sistema de alianças, parentesco, negociações e acordos que perpassam as relações de gerações, as quais produzem os significados desta instituição e que visam, sobretudo, à gestão da cotidianidade de seus membros (BILAC, 2003; CAPULÍN *et al.*, 2016). As significações que são feitas sobre a família levam em conta, ainda, que cada membro vivenciou experiências e narrativas que são delimitadas pelo papel que desempenham no grupo familiar (SARTI, 2004).

Há uma espacialização da organização do cotidiano que coloca o espaço doméstico enquanto lugar de produção e reprodução de normas sociais. Segundo Staszak (2001, p. 348-350), o espaço doméstico seria um "espelho no qual são vistos estruturas e valores essenciais para uma determinada sociedade", onde encontramos uma "imagem ou redução de estruturas que jogam em outras escalas espaciais". Nele, estão presentes, como parte da estruturação da família e das formas de organização desse espaço, as relações de gênero, as normas sexuais, as formas de produção econômica, as relações com o meio ambiente, os conflitos que revelam gostos e desgostos, as ideologias, entre outras questões.

Nesse sentido, o presente texto analisa as relações entre mobilidade e família, por meio do debate teórico acerca da família na Geografia, tema ainda pouco explorado nas pesquisas nacionais. O estudo está relacionado com questões de vulnerabilidade, problemáticas imbricadas em práticas e discursos envolvendo as variáveis dessa abordagem: a questão da segregação espacial e os aspectos revelados em relação às cidades brasileiras. O pano de fundo é a construção do trabalho de campo do projeto, que traz a perspectiva da Região Metropolitana da Grande Vitória, no estado do Espírito Santo, pensando as famílias como agentes urbanos.

Metodologia

A respeito da segregação, da vulnerabilidade e da mobilidade das famílias na escala metropolitana, realizamos algumas considerações, a partir dos trabalhos de campo do projeto

"Dinâmica demográfica familiar e padrão migratório no Brasil: transformações desde os anos 1990 na Região Metropolitana da Grande Vitória (ES)", que ocorreram entre maio e julho de 2022, em bairros periféricos da RMGV, a saber: Central Carapina (Serra), Flexal II (Cariacica), Nova Bethânia (Viana), Jabaete (Vila Velha), São Diogo II (Serra) e São Pedro (Vitória).

O objetivo dos trabalhos de campo foi coletar dados que, posteriormente, seriam tabulados e utilizados na análise da relação entre mobilidade residencial intrametropolitana e vulnerabilidade nas regiões metropolitanas brasileiras. Os resultados parciais da pesquisa já revelam características importantes das contradições da cidade na produção do urbano-capital financeiro, na expulsão e na periferização das famílias, aumentando os deslocamentos pendulares e reforçando as vulnerabilidades sociais.

O primeiro trabalho de campo foi considerado um primeiro passo para a pesquisa, no sentido de obter informações relevantes para eleger localidades com uma população mais jovem e que tenham, majoritariamente, a seguinte composição: casais com filhos e mães solteiras – famílias monoparentais, que estejam em situação de vulnerabilidade maior, no sentido dos deslocamentos, sobretudo pelos indicadores sociais de periferização e empregabilidade.

Desse modo, a noção de vulnerabilidade aqui empregada está relacionada com os riscos de exclusão, derivados da formação de um quadro composto pela ausência ou pela presença de estruturas de oportunidades que, em outra medida, ajudam a compreender as noções do direito à cidade. Com base em novos significados de "direito à cidade", analisar, descobrir e compreender como exatamente se materializa a segregação socioespacial nas cidades pode possibilitar uma série de medidas e intervenções para a mitigação e a resolução desse problema no espaço urbano.

Preston, McLaffert e Hamilton (1993) realizaram um importante estudo, nos Estados Unidos, sobre a relação intrínseca entre vulnerabilidade, raça e gênero nos deslocamentos urbanos e, principalmente, na escolha de localidades mais periféricas para moradia. No Brasil, essas especificidades ficam mais plurais quando as vulnerabilidades, no discurso, produzem novas configurações.

Resultados iniciais

Os esforços teóricos e metodológicos que tensionam o pensamento em torno do que há de geográfico na dimensão familiar pretendem adicionar mais uma lente analítica a este que já se estabelece como fenômeno de interesse de diversas áreas das ciências sociais. Na Geografia da população, o debate sobre a família, enquanto objeto e categoria, ainda se mostra pouco consolidado, de modo que a tentativa de definição daquilo que convém chamar de Geografia da família perpassa a busca por conceitos e temas que abordam as relações familiares e toda a sua complexidade.

Também a partir da gestão do cotidiano, as relações familiares são fundamentais para a formação de projetos de vida (PRED, 1981). Tais projetos podem ser compreendidos como um conjunto de aspirações – como estudo, trabalho e lazer – que suscitam relações e mobilidades e estão periodizados pelo curso de vida. Ações individuais da trajetória diária e de vida são pensadas em conformidade com as atividades familiares e, em um contexto mais amplo, participam de um projeto de sociedade. Por outro lado, transformações na sociedade também transformam projetos que se formam nesse contexto familiar e nesse cotidiano. Retomando Staszack (2001), há ainda uma crítica ao desinteresse pela vida cotidiana por parte dos geógrafos, deixando esse campo como um domínio de sociólogos e etnólogos.

Segundo Staszack (2001), o respeito pelas barreiras disciplinares não explica tudo. Talvez, pelo fato de que o geógrafo (mais do que a geógrafa) esteja convencido de que nada de interessante acontece nesse movimento, ele se afasta do espaço doméstico. A vida cotidiana e familiar parece banal. Para o referido autor, a geografia ocupa-se de fenômenos espaciais de outra forma: organização de estruturas de produção, conflitos geopolíticos do espaço urbano etc. A trivialidade do espaço doméstico reside no fato de que todos o conhecemos, mas é também a contrapartida de uma valorização das macroestruturas. A visão da sociedade entre os geógrafos é, muitas vezes, holística, razão pela qual eles trabalham mais prontamente em grupos de comunidades de classes que são percebidos como as realidades

atuantes, os atores reais. As escolhas e os comportamentos individuais contam pouco, à medida que obedecem, de fato, os neopositivistas das regras universais (aquelas que regem o *homo economicus*), os marxistas das estruturas de produção, segundo outras determinações históricas e culturais (STASZACK, 2001).

Como unidade de análise do espaço doméstico, o domicílio aparece como uma categoria da perspectiva demográfica, na qual as composições familiares são tipificadas na formação de arranjos domiciliares. Nessa perspectiva, os arranjos podem assumir as seguintes configurações: a) unipessoal ou individual; b) casal com filhos (ou nuclear); c) casal sem filhos; d) monoparental; e) estendido (APARICIO; FARIAS, 2019), levando em consideração os seguintes aspectos: conjugalidade ou monoparentalidade, isolamento ou ampliação, presença ou ausência de filhos (APARICIO, 2018; BILAC, 2003). O compartilhamento de funções domésticas (BENDER, 1967) é, ainda, um elemento que participa da delimitação das relações de um arranjo domiciliar e uma característica muito presente no contexto das famílias brasileiras. No caso dessas famílias, o que se observa, na maioria dos casos de domicílios com mais de uma família, pode ser entendido, na realidade, como uma única família ampliada e de uma estrutura mais complexa. A ampliação familiar, no contexto de vulnerabilidade social, configura uma estratégia de manutenção do grupo e de enfrentamento a situações de riscos sociais (BILAC, 2003).

Embora os esforços para mensurar e categorizar arranjos domiciliares (APARICIO, 2018) sejam importantes no desenvolvimento de dados quantitativos para pesquisas domiciliares, possibilitando aferir as condições e as necessidades das famílias – como as necessidades habitacionais – eles não compreendem as unidades aparentadas (BILAC, 2003), um contexto familiar que está além do domicílio e que também produz camadas importantes para pensar outras espacialidades da família.

No contexto das regiões metropolitanas, a espacialização da família congrega para além das demandas compreendidas no âmbito da composição familiar, por meio de fatores como renda, estruturas de gênero, idade, ciclo de vida familiar (DOTA;

APARICIO, 2021) e outros aspectos que são de ordem da produção do espaço intrametropolitano.

Segregação intrametropolitana

Segundo Kaplan e Woodhouse (2005), a geografia, como campo disciplinar, está, há muito tempo, preocupada com questões que envolvem a segregação, levando-se em consideração que se trata de um fenômeno, ao mesmo tempo, social e espacial, indissociavelmente, ou seja, um princípio fundamental do pensamento geográfico. No entanto, apesar de reconhecer a questão das diferenciações geográficas ou espaciais e as contradições existentes no espaço urbano de diferentes cidades, distintas são as formas de entendimento e de análise ao longo do tempo, sejam análises diretamente realizadas pela Geografia, sejam as realizadas por outros campos disciplinares que nos ajudam a pensar sobre tal fenômeno.

Nesse sentido, antes de problematizar acerca de um breve percurso das análises a respeito da segregação socioespacial, é preciso apontar e reconhecer que não estamos diante de um fenômeno que opera exatamente da mesma forma em diferentes países, regiões e cidades, incluindo o caso das áreas metropolitanas brasileiras. Assim, é necessário refletir a partir de um entendimento contingencial e escalar, reconhecendo desde os processos de formação histórica e territorial, incluindo as regionalizações, até questões de renda, classe, étnico-raciais, nacionalidade, gênero, sexualidade, status social entre outras que participem desse processo.

De algum modo, a segregação sempre está associada a um problema e, segundo Kaplan e Douzet (2011), pesquisadores acadêmicos e formuladores de políticas públicas, a cidade segregada opera de modo bastante distinto de uma cidade homogênea – ainda que esta classificação esteja, talvez, em um campo mais abstrato, ou seja resultado de medições estabelecidas por índexes – pela separação de grupos pela cidade.

No entanto, uma marca bastante significativa nos estudos sobre segregação socioespacial é uma forte tendência em analisar grupos pobres e vulneráveis no espaço urbano e, sendo assim,

considerado uma expressão de injustiça socioespacial urbana (LEHMAN-FRISH, 2009). No entanto, a segregação, como fenômeno socioespacial, configura-se como um processo e um estado muito mais complexos, uma vez que aborda processos históricos de segregação imposta, inclusive, por meio de leis. Cabe lembrar, aqui, questões coloniais brutais, estabelecidas na circulação das cidades na América Latina, passando pelos guetos judeus na Europa, que atravessaram séculos, assim como as políticas de segregação racial e seus impactos espaciais nos Estados Unidos da América e o apartheid, na África do Sul, que persistiram até o século XX. Por outro lado, novos movimentos de autossegregação em subúrbios e condomínios fechados "gated communities" são expressões cada vez mais presentes nos espações urbanos das grandes e médias cidades, incluindo o Brasil. Assim, enquanto a segregação se constitui como uma escolha para alguns, para outros, é simplesmente uma impossibilidade.

Desse modo, um primeiro movimento importante para pensar a história da segregação socioespacial e seu modo de compreensão se faz por meio da Escola de Chicago ou Escola de Ecologia Humana de Chicago. Segundo Becker (1996), a expressão, cunhada como escola, foi muito mais um processo de construção externa e uma consequência dos impactos gerados pelas investigações realizadas do que propriamente uma matriz de pensamento unificado.

De fato, dezenas de investigações científicas tendo a cidade de Chicago como recorte espacial de análise priorizaram questões acerca de contradições e conflitos em torno de uma lógica de localização e habitação de diferentes grupos no espaço urbano. Esse é um processo marcado por uma perspectiva da ecologia, resultando em inúmeras e profundas crises, com análises sobre: o meio de caracterização descritiva, os processos de "guetificaçao", a favelização, "slums" de diferentes migrantes (italianos, chineses, poloneses, alemães), a população negra, o processo migratório, as mudanças estruturais econômicas, políticas e sociais da virada do século XIX para o século XX e os impactos na urbanização.

Destacamos, aqui, alguns trabalhos diretamente relacionados com a segregação: "The Ghetto", de Louis Wirth (1928); "The Gold Coast and the Slum: a sociological study of Chicago's

near North Side", de Harvey Zorbaugh (1929); e "The negro family in Chicago", de Franklin Frazier (1932). Assim, desde a utilização de dados censitários, passando por fontes documentais e periódicos, até entrevistas com lideranças populações locais e produções cartográficas, a Escola de Chicago estabeleceu um campo extremamente rico de investigação e uma abertura futura dentro desse campo de análise nos estudos urbanos.

Um segundo momento de extrema importância para a análise da segregação socioespacial – com grande alinhamento com parte da Geografia vigente, especialmente a perspectiva marxista, e com uma crítica da Escola de Chicago – emerge a partir da década de 1960. Henri Lefebvre e as obras "Revolução urbana" (1972) e "A produção do espaço" (1974) foram disparadoras de reflexões dessa natureza. Certamente, a principal obra do período foi "Justiça social e a cidade" (1973), do geógrafo David Harvey, uma vez que não se tratava, exatamente, de uma reflexão filosófica e abstrata, mas de desdobramentos concretos, sob uma perspectiva científica.

A crítica estava diretamente assentada no fato de que não se tratava, somente, de um "fenômeno natural", mas, sim, do resultado da produção do espaço e das classes dominantes que controlam a produção, por meio de três mecanismos: o mercado, mais especificamente, o mercado imobiliário; o Estado e suas tomadas de decisões no território; e a ideologia (VILLAÇA, 2001).

A lógica diferencial participava desse movimento, de modo que o jogo de localizações era determinado pela dinâmica das classes, produzindo, intencionalmente, uma geografia segregada na cidade, tendo a propriedade como elemento fundamental e como mercadoria (CARLOS, 2020), um processo marcado pelo valor do solo e pela lógica de centro-periferia (LOKJINE, 1977).

Acompanhe, a seguir, o entendimento de Castells (2014), sobre a distribuição de residências no espaço e a segregação na perspectiva de classe.

> La distribución de las residencias en el espacio produce su diferenciación social y especifica el paisaje urbano, ya que las características de las viviendas y de su población

> fundamentan el tipo y el nivel de los equipamientos y de las consiguientes funciones. La distribución de los lugares de residencia sigue las leyes generales de la distribución de los productos y, por tanto, produce reagrupaciones en función de la capacidad social de los sujetos, o sea, en el sistema capitalista, en función de sus rentas, de su estatuto profesional, del nivel de instrucción, de la tenencia étnica, de la fase del ciclo de vida, etc. Se hablará, por tanto, de una estratificación urbana correspondiente a un sistema de estratificación social (o sistema de distribución de los productos entre los individuos y los grupos), y en el caso en que la distancia social tiene una fuerte expresión espacial, de segregación urbana. En un primer sentido se entenderá por segregación urbana la tendencia a la organización del espacio en zonas de fuerte homogeneidad social interna y de fuerte disparidad social entre ellas, entendiéndose esta disparidad no sólo en términos de diferencia, sino de jerarquía (CASTELLS, 2014, p. 203-204).

Uma terceira perspectiva de análise sobre a socioespacialidade, que buscava, em seus discursos, tentar ausentar-se de questões morais e ideológicas – ainda que reconheçamos tal possibilidade – constitui-se por meio dos mensuradores. Esse movimento, surgido no pós-Segunda Guerra Mundial, orientado por uma reconfiguração do pensamento sobre as ciências sociais, buscou estabelecer uma dimensão funcional, objetiva, pragmática e positivista sobre o campo científico. Quantificar a segregação passou a ser uma forma de compreender para além de um processo descritivo, em uma microescala de bairro, como faziam os estudos da Escola de Chicago, ou, às vezes, como uma espécie de "Geografia da denúncia", estabelecida pelos marxistas.

Dessa forma, quantificar e analisar a segregação socioespacial nas cidades passou a ser um grande esforço, sobretudo, diante da necessidade de construção de políticas territoriais que alcançassem resultados socialmente mais justos. No entanto, esses esforços não se mantiveram livres de controversas (ATKINSON; McGARRGLE, 2009), apesar das refinadas descrições, representações, medições e projeções que poderiam influenciar as tomadas de decisão.

Diante disso, diferentes índices como processos de igualdade, exposição, concentração, centralização e agrupamento foram propostos, na tentativa de compreender como e onde os grupos estavam distribuídos nas cidades e quais tendências e padrões se expressavam na segregação socioespacial (MASSEY; DENTON, 1988). De fato, a autocorrelação espacial constituiu-se como uma questão central, e tais índices, sejam globais ou locais, cumpriam uma função fundamental para o entendimento de tal fenômeno.

No entanto, cabe ressaltar que, apesar de uma série de avanços, no que se refere ao entendimento do fenômeno, é necessário destacar alguns limites e questões. O primeiro deles é pensar que esse tipo de análise está delineado por meio de categorias dependentes de agências estatais que produzem dados estatísticos (KAPLAN; WOODHOUSE, 2004). O segundo diz respeito a todo processo, ou seja, a partir das questões residenciais, impossibilitando uma visão mais complexa baseada em outras dimensões, como a vida cotidiana dos próprios grupos e populações, mesmo reconhecendo o lugar histórico e simbólico que tem a residência, social e espacialmente.

Massey e Denton (1988) apontam que a segregação se constitui como um processo espacial multifacetado, que não deve ser reduzido a um único índice. Além disso, a dimensão quantitativa apresenta seus próprios limites e escalas. A questão qualitativa, nesse sentido, tem a possibilidade de realizar saltos escalares e de acessar informações como: sentimentos, emoções, adversidades e expectativas, informações essas que nenhum censo ou levantamento é capaz de realizar. Os estudos sobre segregação estão em plena expansão, e os diálogos e as abordagens intrametropolitanas possibilitarão, por certo, novas compreensões e formas de entender as nossas cidades.

Cidade, família e as vulnerabilidades

Dessa forma, ascende a discussão sobre a mobilidade – em variações que sejam de ordem residencial, intrametropolitana e/ou deslocamento pendular – sobre a formação e sobre a consolidação das famílias nas regiões metropolitanas na ótica da vulnerabilidade. Bilac (2003) enfatiza que a questão de risco

e vulnerabilidade se transforma conforme a reprodução das relações sociais e, também, conforme as impressões subjetivas do ser vulnerável, relativas às condições e aos aspectos imbricados no fazer-viver das famílias.

A vulnerabilidade na cidade em relação às famílias é produzida a partir de um referencial teórico dos riscos e das vulnerabilidades sociais, ambos engendrados por uma série de variáveis, dentre elas: capital humano e social, políticas públicas, composição das famílias e transformação das relações de trabalho. Além disso, essas variáveis foram pensadas a partir de um modelo que não considera, por exemplo, as especificidades de um país como o Brasil, cujas relações familiares são plurais e a periferização se situa em outras esferas conceituais de variáveis.

Um dos aspectos que mais tensiona aquilo que chamaremos, aqui, de práticas e discursos da vulnerabilidade está na relação entre famílias e monoparentalidade no país, além de famílias de mães solteiras que convivem com avós e netas(os).

> Famílias reais não são organismos absolutamente funcionais, formados por papéis de sexo e de geração complementares que se combinam harmonicamente para garantir que o todo (a família) persista. Famílias reais são configurações complexas de relações de gênero e de geração, envolvendo poder, interesses pessoais opostos e também, mas não apenas, grande dose de solidariedade, expressa em obrigações e direitos recíprocos, porém nem sempre simétricos e na mesma quantidade. Alguns membros terão mais direitos e outros mais obrigações, e nesta distribuição está contida uma distribuição de poder. As relações de interdependência entre seus membros conformam, portanto, relações contraditórias com uma imensa carga conflitiva, as quais, ao mesmo tempo em que oferecem proteção e cuidados, são também potencialmente violentas (BILAC, 2003, p. 57).

Em trabalho de campo, ao perguntarmos a uma das lideranças locais da localidade pesquisada sobre a composição das famílias, foi enfatizada a existência de uma "diluição familiar", corporificada na ausência dos homens nas famílias, na precariedade, no desemprego e na informalidade do trabalho

das mulheres. Existem algumas considerações importantes nessa resposta, as quais teceremos adiante.

O discurso dessa diluição alinha-se ao discurso de vulnerabilidade, a começar pela relação entre mobilidade e renda. Canny e Angela (2003), para o contexto do Reino Unido, ressaltam o ponto de vista dos trabalhadores que migram, muitas vezes, à revelia de sua intenção. Os autores apontam, ainda, que a mobilidade de mulheres e homens, a partir do viés profissional, tem um descompasso: enquanto as mulheres optam por deslocamentos empresariais no início da carreira, os homens o fazem o contrário, ou seja, quando a carreira já é consolidada. Os autores produzem vários questionamentos, a partir dos resultados das entrevistas, tais como: rupturas familiares, opção por ter um ou mais filhos, como esses deslocamentos afetam as relações sociais entre cada integrante e, de forma distinta, entre homens e mulheres.

Os deslocamentos diários e na trajetória de vida das mulheres e dos homens se estabelecem por muitas implicações sociais, principalmente, socioespaciais urbanas. Para Lefebvre (2009), urbano é parte intrínseca do ser e do produzir na cidade. Contradições e desigualdades (in)completam a cidade com formas e gestos do conflito inerente aos sujeitos.

Na perspectiva de sistema familiar como um processo, Moreira (2015) discorre sobre as dinâmicas familiares e as condições de vulnerabilidades que extrapolam a unidade residencial. Essas dinâmicas são marcadas por movimentos que, por vezes, posiciona as unidades entre deslocamentos e estabelecimentos espaciais, entre presenças e ausências de membros. Nesse sentido, a objetividade das chamadas categorias residenciais não dá conta de assimilar o processo.

As pesquisas sobre a Geografia da família devem compreendê-la como "um produto de múltiplas conexões (materiais e imateriais), como um nó de relações espaciais (...) que se projetam para fora, isto é, para além da suposta coesão da unidade doméstica" e por fim como um conceito geográfico que "'regionaliza' um espaço íntimo, conecta e articula diversas unidades residenciais, e desenha uma malha complexa e cambiante de relações e vínculos sociais" (MOREIRA, 2015, p. 119).

Embora o espaço doméstico seja um referencial nas análises sobre a família, há um conjunto de questões que se dão para além dele. Nas considerações sobre a gestão do cotidiano, importa pensar sobre a família e a produção de outros espaços de vida. Marandola Júnior (2014) estabelece uma relação entre mobilidade e vulnerabilidade nas aglomerações urbanas, discorrendo sobre o conceito de espaço de vida enquanto uma dimensão qualitativa da experiência na metrópole. Essa é uma experiência subjetiva, singular, mas inserida em aspectos circunstanciais, ligados ao lugar e aos círculos coletivos aos quais o sujeito está inserido.

> O estudo dos espaços de vida faz sentido enquanto manifestação de processos diferentes que expressam narrativas que transgridem a individualidade (mantendo o valor da particularidade), revelando elementos essenciais para pensar como se desenham padrões de mobilidade e os mecanismos de proteção e risco que concorrem na delimitação da vulnerabilidade de populações e seus lugares (MARANDOLA JÚNIOR, 2014, p. 109).

A manutenção dos espaços de vida é uma condição que configura a mobilidade residencial e a distingue de outras. Pensando o contexto familiar como um elemento do espaço de vida, Mulder (2017) trata a concepção de família como capital específico da localização (*location specific capital*), responsável por estabelecer a ligação entre pessoa e lugar. A família é colocada sob uma leitura de provisão de bem-estar como recurso (como a passagem intergeracional da habitação) e, também, sob a construção de redes de solidariedade, as quais consideram necessidades formadas a partir do contexto de desigualdade social, de prestação de cuidados e de segregação. De acordo com Mulder (2017), a influência desse contexto familiar pode ser responsável pela situação de inércia residencial, caracterizada pela baixa probabilidade de deslocamento de longas distâncias e pela baixa mobilidade de famílias em relação aos solteiros − ao mesmo tempo em que a necessidade de estar próximo pode promover a mobilidade.

Considerações finais

Compreendendo que a estrutura familiar é limitada no tempo (BILAC, 2003), a literatura aponta, ainda, que a abordagem sobre o ciclo de vida familiar traz importantes elementos para pensar um conjunto de demandas e constrangimentos apresentados em diferentes momentos da vida familiar e que impactam diretamente aspectos do viver cotidianamente. Dentre esses aspectos, está a mobilidade residencial, uma vez que a decisão de se mudar pode ser mais ou menos favorável, de acordo com etapas e eventos que constituem o ciclo de vida familiar (DOTA; APARICIO, 2021; APARICIO; FARIAS, 2019). Essa abordagem reúne, ainda, a dimensão do curso de vida, a escala individual da passagem do tempo e uma outra camada de necessidades que complementam ou conflitam com a vida familiar. No geral, as taxas de mobilidade residencial são menores para os casais sem filhos ou em estágio já consolidado (quando os filhos saem de casa), de modo que o nascimento surge como um evento que aumenta as chances de mudança (WALL *et al.*, 2013; BONNEY *et al.*, 1999).

O curso de vida e o ciclo de vida familiar, no entanto, supõem um sequenciamento quase linear de eventos que, em contextos mais complexos, como no caso de famílias pobres, não se apresentam da mesma forma. Para compreender essas transformações, interessa complementar essa abordagem por meio da análise de trajetórias familiares, em uma dimensão qualitativa, pensando a perspectiva da família como um processo dinâmico, submetido não somente por demandas do ciclo de vida, mas, também, por outros movimentos e elementos estruturais e subjetivos que geram rupturas, extensões e rearranjos, os quais transcendem temporalidades e espacialidades demarcadas.

Referências bibliográficas

APARICIO, C. A. P. **Notas sobre a operacionalização dos conceitos de família e domicílio na PNAD e na PCV**. Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó/Unicamp, 2018.

APARICIO, C. A. P.; FARIAS, L. A. C. de. A Geografia das famílias

nas metrópoles brasileiras nos anos 2000. SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16, 2019. **Anais** [...], Campinas, 2019, p. 450-466.

ATKINSON, R.; McGARRGLE, J. Urban segregation. *In*: **International Encyclopedia of Human Geography**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1993. p. 228-250.

BILAC, E. D. **Estruturas familiares e padrões de residência**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2003.

BILAC, E. D. **Gênero, arranjos domésticos e (in)satisfação de necessidades básicas**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2002.

BONNEY, N.; MCCLEERY, A.; FORSTER, E. Migration, marriage and the life course: commitment and residential mobility. **Migration and Gender in the Developed World**. London: Routledge, p. 112-121, 1999.

CARLOS, A. F. Segregação socioespacial e o "direito à cidade". **Geousp – Espaço e Tempo**, v. 24, n. 3, 2020, p. 412-424.

DOTA, E. M.; APARICIO, C. A. P. Mobilidade residencial e as novas

dinâmicas familiares no Brasil. ENCONTRO NACIONAL DE POSGRADUACAO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, n. 14, 2021. **Anais** [...]. *On-line,* p.1-16, 2021.

FRAZIER, F. **The negro family in Chicago**. Chicago: University of Chicago Press, 1932.

GREEN, A. E.; CANNY, A. **Geographical mobility**: family impacts. Great Britain: The Policy Press, 2003.

GUTIÉRREZ, C. *et al*. El concepto de familia en México: una revisión desde la mirada antropológica y demográfica. **Revista Científica Multidisciplinaria de Prospectiva**, v. 23, n. 3, 2016, p. 219-228.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, D. **Urbanismo y desigualdad social**. Madri: Siglo XXI de España, 1982.

HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e Debates**, n. 6, 1982.

KAPLAN, D.; DOUZET, F. Research in Ethnic Segregation III: Segregation Outcomes. **Urban Geography**, v. 32, n. 4, 2011, p. 589-605.

KAPLAN, D.; WOODHOUSE, K. Research in ethnic segregation I: causal factors. **Urban Geography**, v. 5, n. 6, 2004, p. 579-585.

KAPLAN, D.; WOODHOUSE, K. Research in ethnic segregation II: measurements, categories and meanings. **Urban Geography**, v. 26, n. 8, 2005, p. 737-745.

LEFEBVRE, H. **La Revolución Urbana**. Madrid: Alianza, 1972.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2009.

LOJKINE, J. **El marxismo, el estado y la cuestión urbana**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1986.

MARANDOLA JÚNIOR, E. Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana. *In*: CUNHA, J. M. *et al*. **Mobilidade espacial da população**: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2011.

MASSEY, D.; DENTON, N. The dimensions of residential segregation. **Social Forces**, v. 67, n. 2, 1988 p. 281-315.

MOREIRA, M. F. Mulheres sem-teto e a geografia da família: relações interdomésticas, gênero e reciprocidade. **Espaço e Cultura**, n. 38, 2015, p. 85-122.

MULDER, C. H. The family context and residential choice: A challenge for new research. **Population, Space and Place**, v. 13, n. 4, 2007, p. 265-278.

PERLMAN, J. **O mito da marginalidade**: Favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRESTON, V.; MCLAFFERT, S.; HAMILTON, E. The impact of family status on black, white, and hispanic women's commuting, *In*: **Urban Geography**, v. 14, n. 3, 1993, p. 228-250.

PRED, A. Production, family, and free-time projects: A time-geographic perspective on the individual and societal change in nineteenth-century US cities. **Journal of Historical Geography,** v. 7, n. 1, 1981, p. 3-36.

SARTI, C. A. A família como ordem simbólica. **Psicologia USP**, v. 15, 2004, p. 11-28.

SABATINI, F. La segregación social del espacio urbano en las ciudades de América Latina: **Documentos del Instituto de Estudios Urbanos, Serie Azul**. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2003.

SANTOS, M. **A urbanização desigual**: A especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis: Vozes, 1982.

SHIHADEH, E. S. The Prevalence of Husband-Centered Migration: Employment Consequences for Married Mothers. **Journal of Marriage and the Family**, México, v. 53, n. 2, 1991.

VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp/Lincoln Institute, 2001.

WALL, K.; ABOIM, S.; RAMOS, V.; NUNES, C. Geographical Mobility and Family Life: Comparing Generations from a Life Course Perspective. **Comparative Population Studies**. v. 38, n. 2, 2013.

WIRTH, L. **The Ghetto**. Chicago: University of Chicago Press, 1928.

ZORBAUGH, H. W. **The Gold Coast and the Slum**: A Sociological Study of Chicago's Near North Side. Chicago: University of Chicago Press, 1929.

Notas para uma geografia da mobilidade residencial da família

Isis do Mar Marques Martins
Kamilly Antunes de Assis

Introdução

A ideia de família no contemporâneo vislumbra, ao menos, duas características importantes: a família enquanto instituição e a família enquanto múltiplos agentes sob o poder de decisão, coletiva, simbólica e/ou direta, isto é, um coletivo com relações múltiplas de poder.

Essas relações atingem substancialmente suas espacialidades, e a análise geográfica é salutar. A Geografia da população têm oferecido contribuições importantes no estudo sobre a geografia da família, embora, no Brasil, a consolidação seja recente. Nossa ideia, aqui, é pensar a geografia da família sob a ótica da mobilidade. Para tanto, utilizaremos a perspectiva da mobilidade enquanto deslocamento espacial, seja diário e cotidiano, seja em intervalo de tempo ou de tempos. Entendemos, ainda, a mobilidade por aspiração como metodologia e abordagem de análise para pensar as espacialidades das famílias e suas trajetórias na mobilidade residencial.

A primeira parte deste conteúdo busca entender o desejo de migrar sob uma abordagem metodológica; a segunda, trata dos trabalhos e das análises da geografia da família e da mobilidade; a terceira parte aborda as aplicações a partir da mobilidade residencial entre as regiões metropolitanas no Brasil, em especial a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

Embasamento teórico

Os estudos sobre a mobilidade geográfica das famílias também se apoiam nas questões relacionadas ao mundo do trabalho e à abordagem econômica. Escritos que pensam a família como o

centro da tomada de decisão da realização ou não do movimento, considerando os efeitos da migração para os membros da família (DAVANZO, 1976; SHIHADEH, 1991; SEAVERS, 1999; BONNEY, MCCLEERY FORSTER, 1999; COOKE, 2001; 2008; GREEN, CANNY, 2003; MULDER, 2007).

A relação entre o trabalho e suas implicações na mobilidade geográfica sobre os membros familiares, inicialmente, foi compreendida sob a perspectiva do capital humano, sendo a mobilidade tratada como um investimento e uma decisão equacionada. Essa perspectiva, conforme destaca o geógrafo norte-americano Cooke (2008), em "Migration in a family way", predominou durante a década de 1970. Nesse artigo, o autor discorre sobre a evolução das pesquisas que relacionam migração e família, atribuindo aos geógrafos maior capacidade de amplitude de abordagens sobre a dinâmica familiar e a migração, se comparados aos economistas e sociólogos. A geografia, contudo, traz um diferencial importante, no contexto da transdisciplinaridade do tema, que é a análise espacial.

No aspecto, relativo à análise espacial, a abordagem da aspiração por mobilidade se junta às de curso de vida ou de ciclo de vida familiar. Em síntese, essa relação demonstra que, quando a mobilidade se torna um projeto familiar, as aspirações variam e são formadas, também, conforme as etapas da vida dos indivíduos e das posições que ocupam dentro deste grupo. Os estudos que enfocam a abordagem do curso de vida ou o ciclo de vida familiar pressupõem linearidade e estabilidade nos eventos familiares. Esses estudos são predominantes na literatura do norte global, anglo-saxã e europeia e, como sugere Martins (2022), fazem parte de geografia tradicional sobre o campo da família. Assim, deixam em aberto as possibilidades de lógicas espaciais e de mobilidades em contexto de especificidades e complexidades de relações familiares que se dão fora desse recorte geográfico.

Neste estudo, tivemos como base, principalmente, autores como Carling (2002, 2021), Aslany *et al.* (2021), Carling, Colins (2018), Carling e Schewel (2017), para tratarmos de temas como as aspirações pela mobilidade, fundamentais para se pensar os projetos familiares dentro da mobilidade metropolitana na Grande Vitória – RMGV.

Metodologia

Este trabalho é fruto do projeto "Dinâmica demográfica e familiar e padrão migratório no Brasil: transformações desde os anos 1990", do Laboratório de Análises Geográficas, Demográficas e da População – LAGEDEP da UFES, em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa do Ensino Superior – CAPES. Nesse processo, foram aplicados 451 questionários ao todo, sendo que, neste estudo, analisaremos 300, com bairros e localidades periféricas dentro da amostra da pesquisa.

Nosso objetivo é compreender como o potencial desejo por migrar e as aspirações estão relacionados dentro do projeto de mobilidade residencial. Além disso, buscamos mostrar o quanto esse fenômeno geográfico produz novas espacialidades, assim como o olhar geográfico possibilita encontrar caminhos de análise dentro das interpretações geográficas.

Nossa maior preocupação, aqui, está centrada no passado e no presente, visto que a mobilidade residencial já ocorrida revela importantes aspectos sociais e espaciais no presente e em desdobramentos futuros.

Para entendermos a geografia da aspiração e/por mobilidade de famílias periféricas na Região Metropolitana da Grande Vitória, elencamos, dentro do questionário destinado aos entrevistados e às entrevistadas, categorias de aspirações possíveis, reveladas nas trajetórias familiares dentro da RMGV e quando já constituída a família. Tal movimento, como se vê a seguir, é marcado no passado e constitui uma fonte de informação importante para entender as relações espaço-temporais das aspirações existentes. São critérios preciosos, os quais revelarão, conforme o caminhar da leitura dos resultados, referenciais de análise de extrema relevância.

Observe no quadro "Motivações para a mudança", no Anexo I, as categorias empregadas.

Aspiração, mobilidade e família

A ideia de aspiração permeia as análises das ciências humanas e sociais há décadas, principalmente, desde a ascensão

da modernidade. Para o pensamento hermenêutico e, mais ainda, para o estruturalismo, necessitamos compreender de forma estrutural as relações sociais e de produção. Desse modo, é, justamente, nesse escopo que muitas perspectivas sobre o desejo e/ou a aspiração tinham um tronco comum: entender os processos de formação e mobilidade – de pensamento e de ideias – que integram as ações e as produção humanas.

Da mesma maneira, é inegável que a mobilidade de capital infere na mobilidade de pessoas sob todos os ângulos do espaço. A era global do capital financeiro permitiu uma nova onda de compreensão do movimento, além do aumento da desigualdade e da pobreza. Isso fica notório nas periferias dos países localizados, principalmente, no Sul Global. Como veremos, as relações familiares no espaço são produzidas sob múltiplos olhares e sob diversas produções: entre filhos, entre casais, entre outras famílias, assim como as relações com o cotidiano, com o trabalho, com as disponibilidades para lazer, dentre muitos outros.

Carling (2002) fez uma profunda análise sobre a mobilidade internacional sob a ótica das aspirações por migração. Aslany, junto com Carling e outros autores, apontam que, nos estudos migratórios, a aspiração por migrar é desenhada da seguinte forma.

> É usada como uma categoria guarda-chuva, por várias formas que fazem crer que a partida seria melhor do que a permanência. Em outras palavras, refere-se a um conjunto de fatores de orientação cognitiva e emocional, relatados para a migração futura como uma possibilidade individual. Elas abrangem ambições, atitudes, expectativas, intenções, planos, preferências, necessidades e vontades, desejos, sonhos, esperanças, angústias e anseios (ASLANY *et al*., 2021, p. 6).

O esforço de pensar a aspiração no âmbito das migrações se relaciona, para Carling, com dois outros condicionantes: a habilidade de migrar e a imobilidade involuntária. A habilidade de migrar requer que a aspiração por esse movimento não seja somente um desejo/vontade, mas um fato. No outro extremo, a imobilidade involuntária é a condição que impossibilita não só a migração, mas também sua própria aspiração.

> Imobilidade involuntária também deve ser tratada de acordo com o papel dos lugares dentro da influência da globalização (...). O olhar hiperglobalístico que, à geografia, não importa mais é dificilmente um alívio para o sujeito imóvel involuntário. É uma verdade que as redes-diáspora existentes podem ser mantidas, de forma que não necessariamente envolvam a migração, e que as comunidades étnicas virtuais constituem uma importante forma de transnacionalismo (...). Contudo, novos grupos diáspora e websites não são substitutos para potenciais emigrantes que veem a migração como estratégia para ascensão social (CARLING, 2002, p. 8).

Existem, então, alguns pontos importantes dentro da relação aspiração-imobilidade involuntária-habilidade. O primeiro deles é o fato de que há diversas camadas de análise que cercam a aspiração, inclusive, como fenômeno dentro da incursão da mobilidade; o segundo, é o fato de que a imobilidade involuntária está entre desejar migrar e ter a habilidade de migrar; o terceiro refere-se ao entendimento de que um não se opõe ao outro, ou seja, ambos podem coexistir; e, finalmente, o fato mais importante: a globalização trouxe novas roupagens para a intersecção aspiração-habilidade.

É salutar que a proposta do Carling transparece a necessidade plural de análise. Não apenas os fenômenos de ordem política ou econômica ou social são responsáveis pela migração, uma vez que vários fatores de diversas ordens potencializam a interface aspirar-habilidade. Da mesma maneira, o autor faz da aspiração uma metodologia de análise dos processos migratórios entre famílias, sob um olhar espacial (CARLING, 2021).

O autor acima referido utiliza os preceitos de agência e estrutura para analisar os desejos e/ou aspiração por migrar. Sua aplicação, ainda segundo ele, permite entender a multiplicidade de condicionantes da mobilidade e, também, o fato que a mobilidade começa antes mesmo do projeto, o que é diferente quando analisamos a partir das capacidades de migrar, recorrente metodologia para analisar os fluxos migratórios internacionais.

> Na face das limitações da habilidade de migração, indivíduos poderiam, pelo subconsciente, subjugar suas aspirações. Aspirações por migração tornam-se mais indescritíveis, tanto para considerações teóricas quanto metodológicas. Dentro da abordagem de capacidades, preferências adaptativas são largamente vistas para sabotar o valor da autoavaliação subjetiva (CARLING; SCHEWEL, 2017, p. 958).

Outro aspecto importante é que a relação aspiração-imobilidade-habilidade não se aplica aos critérios desenhados pelas teorias de análise da migração/mobilidade, porque a habilidade por migrar é variada e influenciada por algumas variáveis não definidas, necessariamente, pela condição socioeconômica ou pelo status social. Isso implica o fato de que a mobilidade ocorre *ipso facto* quando se convergem projetos de migrar. Ainda conforme Carling.

> O contexto das aspirações por migração inclui normas e expectativas sociais sobre migrar ou permanecer, oportunidades para migração e de forças estruturais mais gerais, facilitando ou constrangendo trajetórias particulares de migração (CARLING; SCHEWEL, 2017, p. 952).

Nossa preocupação, aqui, é entender como a família se insere na compreensão da mobilidade e se conseguimos aplicar o estudo das famílias em sua mobilidade residencial na escala metropolitana. Embora Carling esteja falando das experiências transnacionais, vemos algumas frentes de análise importantes, as quais delinearemos a seguir, ao tratarmos sobre a família na geografia.

A mobilidade da família na geografia

Pensando a geografia da família como, de um lado, um conjunto de relações e, de outro, um conjunto de ações, a relação mobilidade (como ação) e família ganha variados contornos conforme relações étnico-raciais, de gênero e intergeracionalidade. Essas relações – especialmente quando firmadas em condições de desigualdades – em amplo sentido, imprimem efeitos sobre

a formação profissional, sobre as oportunidades de trabalho e sobre a distribuição do poder na tomada de decisão pela mobilidade, criando quadros de referências socioespaciais distintos entre os membros. Desse modo, a etapa da vida em que se mover se torna um projeto.

Conforme Martins (2021), a intergeracionalidade resulta em diferenças espaciais e sociais da mobilidade, mobilizando questões em torno do papel dos filhos na família e seus padrões de mobilidade. A desvinculação de um indivíduo do grupo familiar para constituir o próprio grupo, a viabilidade da realização dos projetos considerando a família como estrutura e a transferência de renda entre gerações são algumas das questões levantadas. Por meio das análises sobre curso de vida e ciclo de vida familiar, a intergeracionalidade foi analisada, por meio de estudos como os de Green & Canny (2003) e Bonney, Mccleery & Forster (1999). Nesses estudos, as motivações, a disponibilidade de recursos, a pretensão e as distâncias dos deslocamentos são aspectos que conformam distintos padrões de mobilidade ao longo de diferentes etapas da vida dos sujeitos.

A juventude, na perspectiva do curso de vida, é indicada como a fase de maior mobilidade na vida dos sujeitos. Alguns marcos dessa fase indicam como característica: o momento de saída de um núcleo familiar antecede a constituição de uma nova configuração familiar, com uniões conjugais e a possível presença de filhos. Além disso, esse momento demarca o processo de início e a consolidação de uma carreira.

Para Bonney, Mccleery e Forster (1999), a juventude é a fase de busca por um papel social e, frequentemente, orientado pela lógica do trabalho. A mobilidade por desvinculação da família de origem tem impactos significativos, particularmente, no processo de constituição de identidades. Pensando o comprometimento como uma categoria de análise central, os autores compreendem que, com o passar do tempo, os sujeitos criam compromissos (principalmente, com emprego e família) e adquirem uma estabilidade, que tende a diminuir as mobilidades. De forma semelhante, Green e Canny (2003) concluem que a busca por estabilidade progride com o envelhecimento, e a mobilidade tende a arrefecer. No estudo em questão, as pesquisadoras compreendem a

mobilidade geográfica como catalisadora das reconfigurações familiares.

As espacialidades da família e as lógicas que influenciam a tomada de decisão para as suas mobilidades se fazem de modo a levar em consideração os interesses individuais de cada membro da família. Ainda no estudo realizado por Green e Canny (2003), as pesquisadoras analisam essas espacialidades sob a luz do conceito de "quadros de referência", argumentando que é possível compreender as mobilidades e as permanências de cada indivíduo da família de acordo com as afinidades socioespaciais que são desenvolvidas ao longo da vida, sendo, aqui, a questão intergeracional levada em consideração. Em síntese, as autoras definem o seguinte.

> Cada indivíduo dentro da família tem um quadro de referência. Esses quadros são desenvolvidos de modo apropriado a circunstâncias particulares. A partir desses quadros, compreende-se o mundo externo e a relação estabelecida. O sentimento de pertencimento de um indivíduo está relacionado a esse quadro de referência. Mudanças no ambiente externo, como aqueles engendrados por uma mudança geográfica, no trabalho, na escola, no ambiente social e no contexto familiar perturbam a clareza do quadro de referência e exige que sejam feitos ajustes nesse quadro e no comportamento (GREEN; CANNY, 2003, p. 23).

A elaboração do quadro de referência destaca o aspecto multiescalar das relações familiares, desvelando como as estruturas socioespaciais são agenciadas pelos indivíduos e apresentando elementos que destacam a abordagem geográfica, tais como: dinâmica comunitária intensa, redes de sociabilidade e redes familiares, condições de acesso a emprego e estudo, além de um conjunto de aspectos que fazem com que a quebra dessas relações socioespaciais tenha impactos diferenciados para cada membro da família. Para crianças e adolescentes, a sociabilidade e o estudo são questões importantes; enquanto, para os mais velhos, a dimensão do cuidado, em relação a filhos e netos, é levada em consideração. Esse desenho representa uma

possibilidade teórica e metodologia que congrega o enfoque na vida cotidiana e a abordagem qualitativa para os estudos da geografia da família.

Nos contextos latino-americano e brasileiro, os estudos sobre segregação socioespacial (TORRES, 2003; CUNHA, 2016; ABRAMO; FARIA, 2016;) e as questões habitacionais, que relacionam estruturas familiares e padrões de residência (BILAC, 2003; FERRARI *et al*, 2020), direcionam o olhar para configurações familiares complexas e para as condições de vulnerabilidade socioeconômica desse grupo. Compreendendo a análise sobre a família, por meio de uma abordagem teórica e metodológica quantitativa, esses estudos do campo da Geografia da população e da demografia pretendem mensurar e classificar os arranjos familiares (GUTIERREZ *et al.*, 2016; APARICIO; BRUSSE, 2018; APARICIO; FARIAS, 2019). Em geral, essas análises que objetivam mensurar e categorizar as relações estabelecidas no domicílio são importantes para o desenvolvimento de dados quantitativos nas pesquisas domiciliares, as quais visam aferir condições e necessidades das famílias.

A contribuição de Aparicio e Farias (2019) apresenta um olhar sobre a geografia das famílias no Brasil, indicando, de forma introdutória, a correlação entre os arranjos domiciliares (delimitado como o grupo de residentes em um domicílio) e suas disposições no contexto intrametropolitano. Os autores evidenciam as transformações familiares ao longo da primeira década dos anos 2000, indicando que os estudos demográficos das famílias, bem como a caracterização dos arranjos domiciliares, podem apresentar respostas sobre os estudos da pobreza urbana nas metrópoles. Nas áreas periféricas, as condições financeiras das famílias levam à elaboração de estratégias de sobrevivência, as quais "incluem a convivência entre diferentes famílias e núcleos aparentados" (2019, p. 15).

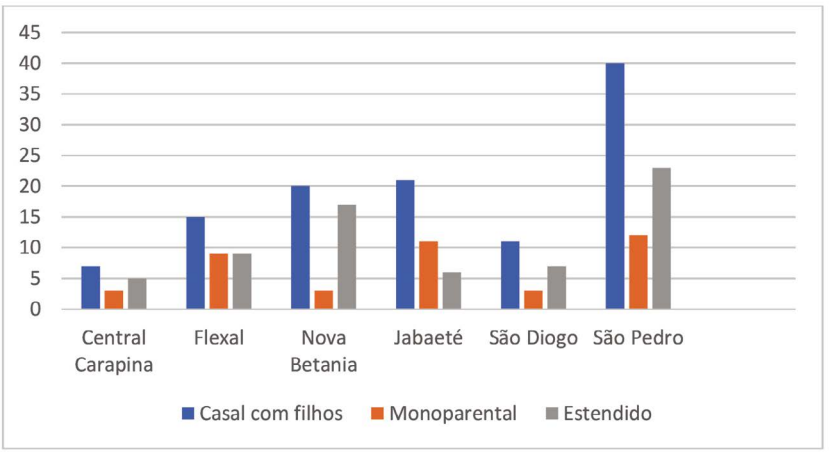
Retomando Martins (2022), a realidade da família contemporânea se dá sob uma multiplicidade de formas, na qual o "ser família" não se conforma em um modelo específico. Compreender esse grupo dentro dessa multiplicidade sugere, também, atenção para a complexidade na ordem das relações que se estabelece no núcleo doméstico e para além dele.

Família, mobilidade e aspiração

Diante do exposto, o ponto de partida deste estudo é aplicar a abordagem das aspirações por migrar na mobilidade residencial de famílias na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Os trabalhos de campo ocorreram em seis localidades: Central Carapina (Serra), Flexal (Cariacica), Nova Bethânia (Viana), Jabaeté (Vila Velha), São Diogo 2 (Serra), Grande São Pedro (Vitória) e Colina de Laranjeiras (Serra). Para este trabalho, excluímos a última região, por apresentar padrão residencial familiar alto em relação à renda e à composição de serviços e famílias.

Da amostra escolhida, ao todo, foram coletadas 300 entrevistas com responsáveis, sendo as perguntas direcionadas com vistas a entender a complexidade dos arranjos familiares e suas aspirações no passado, no presente e no futuro.

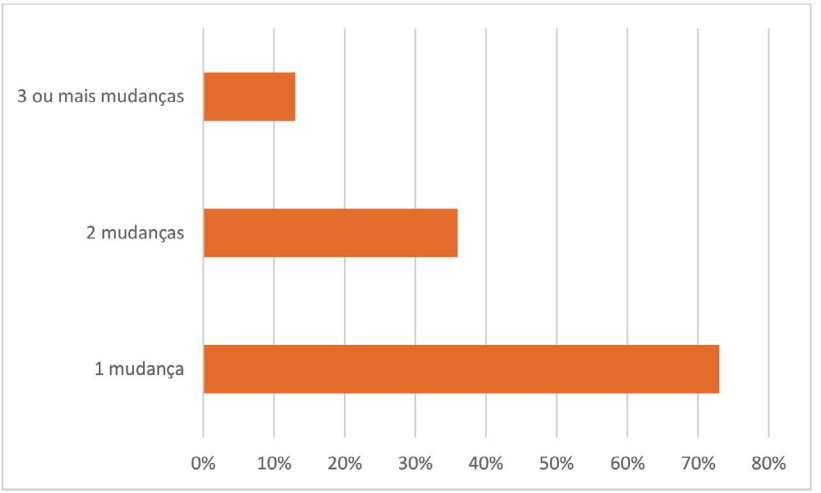
Gráfico 1 – Perfil das famílias entrevistadas por localidade – Junho 2022



Fonte: Pesquisa MigraFamília.

Para a quantidade de mudanças, considerando os realizadores dessas mudanças, o padrão é a maioria dos entrevistados ter realizado, ao menos, uma mudança por entre a região metropolitana, o que indica a mobilidade residencial, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Quantidade de mudanças dos entrevistados



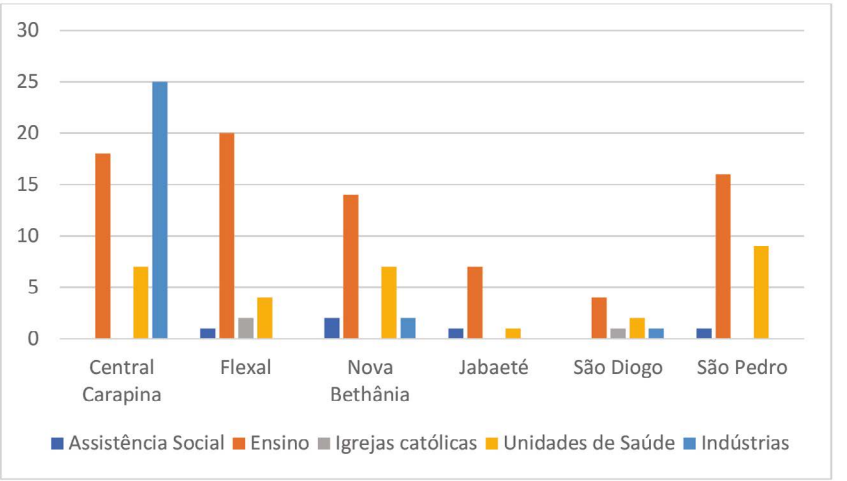
Fonte: Pesquisa Migrafamília.

Os aspectos motivadores das mudanças não são uniformes. O mensurável, aqui, é entender que há a intenção da mobilidade, a qual, de fato, ocorre. Nesse cenário, mais de 16% são migrantes de outros estados do Brasil, principalmente, do entorno do estado do Espírito Santo (MG, BA e RJ). A mobilidade entre a região metropolitana oferece indícios de que a consolidação da família já havia ocorrido, com objetivos específicos – o que chamamos, nos estudos migratórios, de projeto – promovendo habilidade para a mobilidade. Isso fica ainda mais claro ao sistematizar as aspirações futuras, quando perguntamos aos entrevistados o motivo pelo qual não mais desejavam mudanças com a família. Para nossa inquietação, a maioria respondeu, por ordem de importância: afeição pelo local e casa própria, como motivos da imobilidade. Apesar de informações pouco detalhadas, que serão mais exploradas no decorrer da pesquisa, entendemos que as redes de apoio e a relação com o entorno são elementos indicadores de imobilidade, neste caso, voluntária, contudo, os discursos associados a esse processo podem ter outras margens de interpretação.

Um entendimento interessante está no suporte de equipamentos públicos nas localidades pesquisadas. Conforme o gráfico a seguir, em colaboração com o primeiro gráfico

e, principalmente, na observação *in loco*, percebemos que há uma tendência maior na construção de escolas em todas as localidades, garantida constitucionalmente, de acordo com a população local. Observa-se também que o setor de serviços é predominante para a geração de trabalho e de renda nas localidades e no entorno, sendo vislumbrado, assim, um projeto de mobilidade intrametropolitana. A presença da indústria em determinados municípios, contudo, atrai um público específico, construindo uma mobilidade menos diversa do que a verificada em alguns locais com diversificação econômica mais intensa. As informações foram coletadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e pelo Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN, comutando, apenas, igrejas católicas.

Gráfico 3 – Equipamentos públicos nas localidades visitadas



Fonte: IBGE e IJSN, 2022.

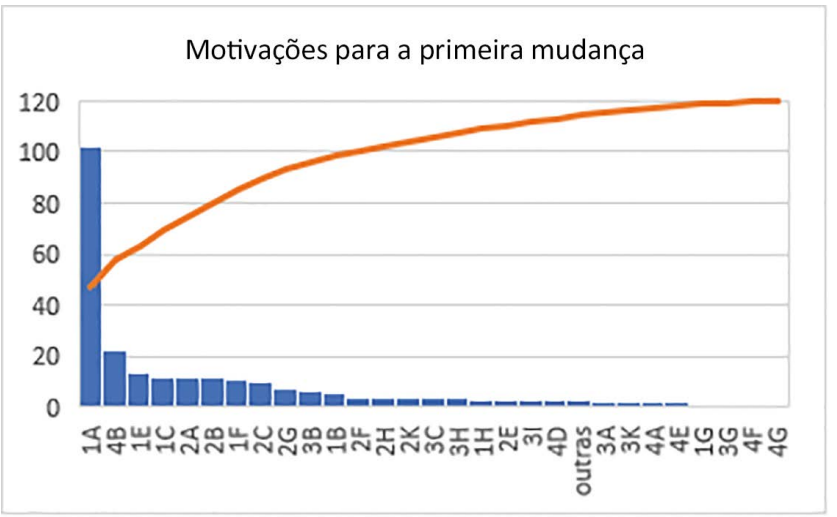
Vale ressaltar que, se compararmos a presença da escola com a da saúde e, principalmente, da assistência social, o quadro torna-se problemático. O deslocamento até unidades de saúde e de assistência social, principalmente, para família com filhos, é mais acentuado, sendo esse, provavelmente, um dos fatores pelo qual obtivemos como resposta as redes de apoio e os laços afetivos como motivos para a imobilidade voluntária.

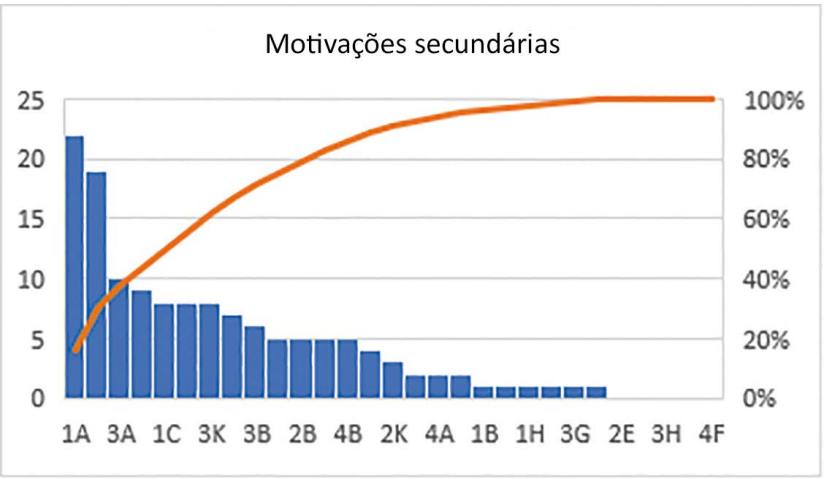
Isso significa, também, que, por trás da imobilidade voluntária, há uma imobilidade involuntária, um desfecho que segue até localidades periféricas com pouca estrutura e que pesa nas condições financeiras de uma mobilidade residencial.

Outro elemento importante são os critérios estabelecidos para entender a motivação desse movimento. Conforme explicado na metodologia, elencamos uma série de repostas que a entrevistada e o entrevistado dariam, a partir de determinantes da realidade brasileira e periférica. Tais respostas nos levaram ao resultado exposto adiante, por ordem de importância.

O conjunto de gráficos a seguir indica as categorias de motivações que compõem a trajetória de mobilidade das famílias apontadas pelos entrevistados durante a aplicação do questionário de campo. Essas motivações foram classificadas como "motivações primárias" e "motivações secundárias". As motivações primárias são aquelas apontadas pelo entrevistado como fator principal, de maior importância, que o levou à decisão de realizar a mobilidade residencial no período indicado. Já as motivações secundárias são aquelas que complementam o processo de tomada de decisão.

Gráficos 4 e 5 – Motivações primárias e secundárias para as mudanças passadas





Fonte: Trabalhos de campo, 2022.

Compondo o conjunto de motivações primárias, há o importante predomínio do apontamento de categorias relacionadas a motivações residenciais (1A – aquisição do imóvel próprio) e motivações laborais (4B – para buscar um trabalho melhor). O que esse resultado sugere é a questão da estabilidade relacionada a decisão da mobilidade, expressada pela complementariedade entre moradia e trabalho.

No segundo bloco analisado, relativo à distribuição das categorias indicadas como motivações secundárias, observa-se maior heterogeneidade categórica, apesar da permanência da casa própria. Dentre as motivações residenciais, são verificados, ainda, fatores ligados à necessidade de imóvel maior (1C) e ao aluguel mais barato (1E). Aparecem também nesse conjunto secundário categorias que destacam motivos familiares (2A – ficar mais perto da família; 2G – Morar com familiar) e motivos ambientais (3A – não gostar do lugar em que morava; 3B – medo da violência). O que é possível inferir, inicialmente, é que, apesar de a estabilidade (financeira e de moradia) ser um fator predominante, ela também é influenciada pela ponderação de aspectos relacionais e socioespaciais. Os aspectos relacionais, aqui, compreendem a integração de contextos imersos na aspiração, que vão desde relações familiares às cotidianas, passando pelas relações políticas, de interesse social ou individual, as quais devem ser analisadas no tocante à geografia da família.

Considerações finais

Como vimos, é possível utilizar a aspiração, por migrar como abordagem metodológica, para aplicarmos e analisarmos a mobilidade residencial entre famílias na escala metropolitana no caso brasileiro, o que ocorre a partir das multiescalaridade sugerida por Carling e demais.

A aspiração como metodologia de interpretação socioespacial possibilita entender a transdisciplinaridade dos processos, que também são plurais e oferecem arranjos extremamente complexos e escalas de análise tanto quanto.

Existe, assim, uma troca importante entre o que é oferecido de políticas públicas nas localidades pesquisadas, ou seja, políticas que potencializam as aspirações e as habilidades dentro da mobilidade e da permanência na RMGV. O que o quadro de análises preliminares sugere é uma combinação de agências e fatores estruturais na realização da mobilidade residencial das famílias na região metropolitana. Essa combinação buscou ser demonstrada a partir da caracterização das configurações familiares e da distribuição de equipamentos e serviços públicos nas áreas de estudo. Nesse sentido, no que se refere às políticas públicas, o que inferimos foi a apresentação de uma relação entre o que é oferecido nas localidades pesquisadas (que potencializa as aspirações e as habilidades), a mobilidade ou a permanência na RMGV. Nas periferias, há mais famílias em constituição que promovem a necessidade de mais serviços públicos que não são oferecidos nos locais da pesquisa, como as famílias monoparentais e a demanda por serviços ligados à saúde e ao cuidado infantil.

Em outro plano, considerando que, dentro do grupo amostral enfocado, há, pelo menos, uma mobilidade, ocorrida após a consolidação da família. Esse movimento constitui-se como um projeto familiar, que congrega estabilidade e variáveis subjetivas. Isso fica em evidência no destaque referente ao trabalho, aos custos de aluguel e à casa própria, sendo motivações primárias para a realização do movimento. Além disso, a decisão está condicionada a quadros de referência, construídos a partir de relações socioespaciais que puderam, de fato, gerar o movimento. Interessante notar que, do mesmo modo, as redes de apoio

e a relação com o entorno ocupam espaço na consolidação das imobilidades.

É a partir do potencial em revelar essas complexidades que os estudos sobre aspiração se colocam enquanto metodologia de análise, com vistas pensar o processo de tomada de decisão pela mobilidade/migração. Assim, o conjunto aspiração/imobilidade voluntária/habilidade faz refletir a mobilidade residencial antes mesmo de o movimento ocorrer, de fato. Como uma aparente contradição: aquilo que faz famílias permanecerem também as faz se mover, constrói-se o entendimento sobre a mobilidade residencial em camadas, para além da relação causa e efeito.

Referências bibliográficas

ABRAMO, P.; FARIA, T. C. **Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro:** considerações sobre os setores formal e informal do mercado imobiliário. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, n. 11, Rio de Janeiro, 2016. **Anais [...]**, Rio de Janeiro, 2016, p. 421-456.

ALMEIDA, L. S. de. Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. **Revista do Departamento de Psicologia – UFF**, Niterói, v. 19, 2007, p. 411-422.

APARICIO, C. A. P.; BRUSSE, G. P. L. Demanda demográfica de viviendas: proyección de los arreglos residenciales hasta 2030 a partir de la población destinataria de un programa de vivienda social de la Compañía de Desarrollo Habitacional y Urbano (CDHU) en el estado de São Paulo. **Notas de Población**, n. 107, 2018, p. 103-129.

ASLANY, M. *et al*. **Systematic review of determinants of migration aspirations**. QuantMig Project Deliverable D2.2. Southampton: University of Southampton, 2021.

BAILEY, A.; COOKE, T. Family migration and the employment of married women and men. *In*: **Economic Geography**, v. 72, n. 1, 1996, p. 38-48.

BEVILAQUA, C. F.; BUAES, C. S. Sentidos de chefia familiar feminina em contextos de comunidades populares. **Psicologia Argumento**, v. 30, n. 68, 2012, p. 99-108.

BILAC, E. D. Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social: algumas reflexões. **Novas metrópoles paulistas**: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006.

BILAC, E. D. **Estruturas familiares e padrões de residência.** Campinas: Nepo/Unicamp, 2003.

BILAC, E. D. Trabalho e família: articulações possíveis. **Tempo Social**, v. 26, 2014, p. 129-145.

BONNEY, N.; MCCLEERY, A.; FORSTER, E. Migration, marriage and the life course: commitment and residential mobility. **Migration and Gender in the Developed World**. London: Routledge, 1999, p. 112-121.

BOWLBY, S. Women, work and the family: control and constraints. **Geography**, v. 75, n. 1, p. 17-26, 1990.

BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios recentes. ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, n. 6, 2009. **Anais [...]**, Campinas: ABEP, 2009.

CAPULÍN, R. G.; OTERO, K. Y. D.; REYES, R. P. R. El concepto de familia en México: una revisión desde la mirada antropológica y demográfica. **Ciencia Ergo Sum**, v. 23, n. 3, p. 218-230, 2016.

CARLING, J. Migration in the age of involuntary immobility: theoretical reflections and Cape Verdean experiences. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 28, n. 1, p. 5-42, 2002.

CARLING, J.; COLLINS, F. Aspiration, desire and drivers of migration. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 44, n. 6, p. 909-926, 2018.

CARLING, J.; SCHEWEL, K. Revisiting aspiration and ability in international migration. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 44, n. 6, p. 945-963, 2019.

CARLING, J; MJELVA, M. B. Survey instruments and survey data on migration aspirations. **QuantMig Project Deliverable D2.1**. Southampton: University of Southampton, 2021.

COOKE, T. J. Family Migration and the Relative Earnings of Husbands and Wives. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 93, n. 2, p. 338-349, 2003.

COOKE, T. J. Migration in a Family Way. **Population, Space and Place**, v. 14, p. 1-30, 2008.

DAVANZO, J. **Why families move**: a model of the geographic mobility of married couples. Santa Monica: Rand, 1976.

GREEN, A. E.; CANNY, A. **Geographical mobility**: family impacts. Great Britain: The Policy Press, 2003.

HOCHSCHILD, A. R. The emotional geography of work and family life. *In*: MORRIS, L.; LYON, E. S. (eds.). **Gender Relations in Public and Private**: explorations in Sociology. London: Palgrave Macmillan, 1996.

SEAVERS, J. The joint decision-makin process considered. *In*: **Migration and Gender in the Developed World**. New York: Taylor & Francis, 1999.

SHIHADEH, E. S. The Prevalence of Husband-Centered Migration: Employment Consequences for Married Mothers. **Journal of Marriage and the Family**, v. 53, n. 2, p. 432-444, 1991.

Integração de migrantes nos pontos de chegada

Maria Cristina Dadalto
Patrícia Pereira Pavesi
Júlio Valentim

Introdução

Este artigo é um exercício teórico metodológico, objetivando debater a dinâmica migratória familiar a partir da perspectiva da integração dos migrantes nas cidades de chegada. Trata-se de uma realidade multifacetada e que se constitui como um fato social total, cujas dimensões estruturais, socioculturais, simbólicas, identitárias, geográficas, econômicas etc. envolvem tanto os sujeitos que partem e os que permanecem quanto os nativos e não nativos situados nos pontos de chegada.

O argumento para a produção deste debate parte da compreensão de que as percepções, os desejos e as aspirações dos migrantes no âmbito do lugar de chegada estão relacionados ao reconhecimento de suas identidades socioculturais, políticas e econômicas pela sociedade nativa e de outros migrantes. Portanto, trata-se de um estudo calcado nas questões relacionadas ao capital social e cultural, estabelecidas nas e entre as redes sociais offline (presenciais) e digitais (online) dos migrantes.

A problemática em questão torna-se mais complexa à medida que questões de gênero, etnia, raça, religião, idade, classe social e estilo de vida compõem os desafios no âmbito da cultura local para atender toda a gama de situações que facilitam ou dificultam os processos de integração dos diferentes sujeitos e grupos sociais migrantes. Há, contudo, pesquisadores que entendem esta questão de forma mais restritiva, a exemplo, Nadiya Ukrayinckuk (2020), que avalia que o processo de integração inclui cinco dimensões: econômica, linguística, social, cultural e residencial. A autora define integração como a habilidade de o migrante, a depender de suas características, obter resultados socioeconômicos no

mesmo patamar que alcançam aqueles nascidos nas cidades onde permanecem estabelecidos. Essa é uma perspectiva, a nosso ver, reducionista, no que diz respeito à responsabilidade ética e moral no plano dos direitos de cidadania.

Ukrayinckuk desconsidera a relação entre migrantes e sociedades de acolhimento, bem como outras dimensões: afetivas, étnicas, raciais dentre outras, presentes nos inter-relacionamentos cotidianos. A Organização Mundial para as Migrações (OIM, 2011) entende a integração como um processo de mão dupla, implicando a adaptação de migrantes e sociedade anfitriã na realização de direitos e obrigações. A instituição considera, ainda, o acesso a bens e serviços, ao mercado de trabalho, à identidade, ao reconhecimento e ao respeito aos valores dos sujeitos, das instituições e das organizações fatores críticos para esse processo.

Esse ponto de vista está assentado em um olhar que recusa a diferenciação entre o nós e o eles (ELIAS; SCOTSON, 2000) no acionamento da agência à construção do processo de inserção, integração e inclusão do migrante no lugar de chegada. Destacamos, ainda, que esse processo perpassa gerações, tanto em nível individual e familiar quanto comunitário e nacional, segundo descrição do Conselho da União Europeia, em 2004.

Portes (2008) ressalta a importância da migração como uma mudança que pode conduzir a muitas transformações nas sociedades que recebem e naquelas de onde partem os sujeitos. Para o autor, as consequências podem variar desde às superficiais, impactando determinadas organizações econômicas, expectativas de papéis ou normas, às que afetam os valores e as estruturas sociais, modificando as relações de poder.

A despeito da importância da questão migratória em âmbito internacional – especialmente no contexto contemporâneo, no qual tragédias climáticas, guerras, polarizações políticas ideológicas e religiosas e problemas econômicos que acirram as desigualdades entre o norte e o sul global estão em efervescência –, ainda são poucos e escassos os estudos sobre integração (MIGRATION DATA PORTAL, 2020).

Um rápido levantamento de fontes de informações no *Google Academic*, entre os anos de 2010 a 2023, acerca de pesquisas que analisam a integração de migrantes e refugiados no Brasil,

oferece um panorama da dificuldade para encontrar dados, realizar comparações inter-regionais, com vistas à elaboração de cenários para políticas públicas etc. Os estudos encontrados, em sua maioria, referem-se à integração de refugiados e se sustentam, sobretudo, nas questões jurídicas, linguísticas e educacionais.

Desse modo, a reduzida amplitude de conhecimento sobre os processos de integração de migrantes estrangeiros, nacionais e refugiados no país nos obriga a "peneirar" estudos e dados internacionais, e, por outro lado, nos desafia a pensar na realização de pesquisas cujos aportes teóricos metodológicos encontrem sintonia com uma perspectiva relacional e estrutural fundada na nossa realidade como sul-global. Isto é, sobre pesquisas que englobem as diversas dimensões socioculturais, econômicas, históricas, psíquicas etc., herdadas e hibridizadas na nossa construção colonialista. Trata-se, portanto, de pesquisas constituídas em uma sociedade cujas interações nas relações socioculturais, simbólicas e estruturais agregam valores, afetos e emoções que se diferenciam das complexidades de outras nações. A se apreender, por exemplo, a constituição da família brasileira como agente de suporte de subsistência, de afeto na dinâmica do cotidiano e como fator de impacto para a integração dos migrantes.

Pizzol (2023) entende a família como elemento mobilizador dos processos cotidianos do indivíduo, fornecendo afeto, apoio e desenvolvendo à capacidade de superação em situações de crise. O autor assegura que "as interações de uns com os outros e com sistemas extrafamiliares permitem que a família encontre um equilíbrio entre a mudança e a estabilidade", destacando que o estabelecimento de determinados quesitos tem "potencial para promover a resiliência dessa população e favorecer sua integração à nova sociedade," questões que "envolvem cultura, familismo, religiosidade, biculturalismo, empatia e o apoio da comunidade" (PIZZOL, 2023, p. 3).

Nesse sentido, consideramos importante debater o recorte da questão da integração dos migrantes, interrelacionando tanto os ambientes presenciais como os digitais. Para tanto, fomos sustentados por métodos e metodologias baseadas em procedimentos estruturadas, semiestruturadas, bem como abordagens etnográficas e de história oral, dentre outras.

Neste artigo, nossa proposta é debater a problemática em questão com base nos resultados iniciais de pesquisa em curso sobre mulheres migrantes nacionais, estrangeiras e refugiadas, estabelecidas na cidade de Vitória, capital do estado do Espírito Santo.

O migrante e as mobilidades humanas

Nossa abordagem conceitual está assentada na categoria analítica mobilidade humana e se alinha às abordagens de Villamar e Almeida (2017, p. 8), compreendendo "tanto a emigração como a imigração – interna e internacional –, o refúgio, o retorno, o trânsito, o deslocamento forçado, o tráfico e o contrabando de pessoas", em contraposição ao modelo clássico das migrações.

Desse modo, entendemos a mobilidade humana constituída como uma realidade multifacetada e dinâmica, exigindo a compreensão dos contextos socioculturais, históricos, econômicos e políticos em nível micro e macro. Conforme Arango (2003), a construção das teorias migratórias é recente, mais especificamente estruturada a partir da segunda metade do século XX, sendo fundada sob um modelo neoclássico, no qual preponderavam princípios metodológicos baseados na racionalidade, na maximização do utilitarismo, na renda etc., conforme podemos encontrar em estudos como os de Thomas, em 1973.

A abordagem em questão foi traçada pelo aspecto que parte da "nova economia", do conceito de privação e com ênfase nas estratégias familiares, com vistas a ascender às dificuldades nos locais de estabelecimento (MASSEY, 1990). Posteriormente, esse direcionamento apontou para as ideias que defendem a visão do sistema mundo, sustentando-se nos conceitos de aprofundamento estrutural e de desequilíbrio das áreas menos desenvolvidas economicamente, ou seja, lugares com condições desiguais mais intensas, levando ao deslocamento de uma quantidade maior de pessoas para outros lugares (ALBA, 1978).

Por fim, tratamos sobre a concepção das redes migratórias, a qual entende que, no processo de mobilidade, há uma relação de vinculação de trajetórias entre migrantes e com custos menores para a mobilidade (ANDERSON, 1974). No que diz respeito às

causas da migração, Portes (2008, p. 13) assegura que a análise tem se amparado em uma "perspectiva cultural, que enfatiza seu potencial de transformação de valores/normas/estrutura e destaca sua importância demográfica e econômica."[1]

Ao realçar que a mobilidade humana pode provocar profundas transformações socioculturais e estruturais, Portes (2008) entende que tais modificações dependem de três elementos principais: o número de migrantes envolvidos; o tempo ou a duração desse movimento; e, por fim, sua composição de classe. Isso ocorre porque fluxos migratórios compostos por pequenas quantidades de pessoas permitem que as sociedades que recebem esses migrantes se sintam mais seguras ao se protegerem de mudanças radicais.

Os deslocamentos de curta duração, por sua vez, tendem a produzir mudanças menos duradouras; por outro lado, migrações permanentes podem afetar significativamente tanto os locais de origem dos migrantes quanto aqueles onde se estabelecem. Resta evidenciado, assim, que migrações compostas por migrantes de maior capital humano "teriam um impacto maior nas sociedades receptoras, devido à maior capacidade destes migrantes de se expressarem e de protegerem suas características culturais" (PORTES, 2008, p. 15). Mas também avalia que "o oposto tende a acontecer, porque os migrantes instruídos têm maior flexibilidade e capacidade de se adaptar à cultura anfitriã" (PORTES, 2008, p. 16).[2]

Quanto à mobilização de cadeias migratórias, Arango (2003) garante que elas vinculam grupos, famílias ou comunidades, e, no processo de mobilidade, retroalimentam-se de trocas de reciprocidade e da circularidade de ideias. Esse fenômeno, a nosso ver, é intensificado, atualmente, pelo acesso a meios digitais como e-mail, Facebook, Instagram, Twitter, Tik Tok, WhatsApp, Instagram... Para a socióloga Dana Diminescou (2008), as práticas de uso dessas plataformas digitais possibilitam aos migrantes se manterem permanentemente conectados. Nesse contexto, é possível preservar os laços com familiares e amigos dos locais de origem, o que, simultaneamente, contribui para a integração no

[1] Tradução livre.
[2] Tradução livre.

lugar de chegada, com a possibilidade de afetar o desempenho do processo migratório. Esse processo pode ocorrer tanto com migrantes vinculados às redes individuais como com outras pessoas, ao visualizar posts publicados nas mídias sociais.

As cadeias migratórias integram aquilo que a literatura dos estudos migratórios denomina "capitais sociais migrantes" (ARANGO, 2003), permitindo a manutenção de fluxos importantes, sem que haja uma contrapartida econômica (BRITO, 2015), fator de extrema importância tanto para o deslocamento como para o estabelecimento do migrante e da família.

Para Castro (2005), no grupo familiar, há um processo de transmissão intersubjetiva que o estrutura e promove o estabelecimento de relações de diferença e complementaridade. "A transmissão se desenvolve num processo de escoamento e tem como característica a mobilidade, a continuidade espaço-temporal" (CASTRO, 2005, p. 53). A autora destaca que "sua temporalidade pode variar de linear a circular, ser intermitente ou, ainda, esburacada. O transmitido é conservado em forma de traços, tal qual memórias de modelos básicos" (CASTRO, 2005, p. 53).

"O processo de transmissão implica a existência de uma barreira de proteção, que filtra o trânsito do conteúdo transmitido" (ASSIS, 2013, p. 53). Nesse sentido, podemos observar que é salientada a relevância da família e de sua dinâmica para o significado da migração coletiva ou individual, tendo-se em vista que a mobilidade se traduz na transformação do nível psíquico e provoca mudanças conscientes e inconscientes, as quais os sujeitos carregam tanto no movimento de partida e de chegada quanto no movimento da integração.

Vitória como lócus de estabelecimento da mobilidade

Com 322.869 habitantes, em 2022 (IBGE, 2023)[3], a cidade de Vitória recebeu cariocas, mineiros e baianos como principais grupos migrantes a constituir seu contingente populacional a partir dos anos 1960. Tal evento ganhou intensidade com a

[3] Segundo os dados comparativos do Censos de 2010 e 2023 do IBGE, houve uma redução de 4.932 habitantes na capital do Espírito Santo, Vitória. Em 2010, o IBGE informava 327.801 habitantes. (CENSO DEMOGRÁFICO 2023, 2010 – IBGE).

implantação dos grandes projetos industriais nos municípios da Grande Vitória. No censo de 1950, a população do Espírito Santo era composta por 861.562 pessoas, sendo 50.992 (16,86%) residentes em Vitória. Deste total, os migrantes correspondiam a 18,28% (2.294) (DOTA, 2016).

Os estados limítrofes e os municípios do interior do Espírito Santo são os principais pontos de partida desses migrantes, fato que pode ser justificado por razões diversas: maior proximidade geográfica, vínculos no comércio interno e externo, papel histórico que mineiros, baianos e fluminenses tiveram na ocupação do solo capixaba, dentre outros.[4]

Mais recentemente, a partir dos anos 2000, com a ampliação das atividades da indústria petroleira, aumentou o leque da diversidade de migrantes nacionais e estrangeiros fixados na capital. Nesse contexto, é necessário ressaltar que estudos realizados pelo Instituto Jones dos Santos Neves (2003) demonstram que a microrregião Metropolitana da Grande Vitória representou quase 87% do saldo total da mobilidade humana em todo o estado no período em tela, sendo que Vitória recebeu 12,56%, ficando em terceiro lugar, atrás de Serra e Cariacica.

O crescimento populacional da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) foi forjado por meio da implantação das plantas industriais da CST (atual Arcelor), da Aracruz (Suzano Papel), da Companhia Vale do Rio Doce (Vale) e da Usina de Pelotização da Samarco. A partir dos anos 2000, com a construção de uma sede da Petrobrás em Vitória e a ampliação das atividades para outros municípios, ampliaram-se as mudanças da matriz produtiva, econômica e sociodemográfica do Espírito Santo e da capital. Essas transformações engendraram alterações ambientais, socioculturais, geográficas e de geração de emprego e renda.

Assim, com vistas a compreender a integração das mulheres migrantes em Vitória nesse processo, apresentamos um projeto de pesquisa à Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES), intitulado "Análise do processo de integração de

[4] Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia representaram 77,35% de todo fluxo imigratório interestadual para o Espírito Santo, no período 1986-1991 (IJSN, 2003), mantendo a proporção nos períodos seguintes (1995-2000 e 2005-2010), com substancial aumento da importância dos baianos, que representavam 18% no primeiro período, passando a 29% no último (DADALTO, DOTA, 2023).

migrantes e de suas redes familiares e de amizade no município de Vitória e as repercussões desse processo nas dimensões socioeconômica e cultural do Território."[5], cujo objetivo é analisar o processo de integração das mulheres migrantes e de suas redes familiares e de amizade em Vitória, nas dimensões socioeconômica e cultural. Com suporte analítico da metodologia das Ciências Sociais Computacionais (CSC), a pesquisa tem como metas: 1) analisar o papel das redes familiares e de amizade no processo de mobilidade humana e de integração socioeconômico e cultural dos migrantes; 2) entender o impacto socioeconômico e cultural do processo de integração; 3) identificar as mudanças qualitativas positivas em relação ao acesso à educação, à saúde, à cultura, ao consumo e às oportunidades no mundo do trabalho, ampliadas pelo deslocamento dos migrantes; 4) conhecer os processos migratórios à luz das experiências concretas de migrantes e das narrativas sobre essas experiências expressas nas plataformas das redes digitais.

A investigação foi concebida a partir de dois eixos: o primeiro deles diz respeito à noção de redes sociais em diálogo com as teorias migratórias como suporte para o entendimento das trajetórias migrantes de mulheres, a partir da perspectiva das redes sociais familiares e de amizade, e como o capital social desses sujeitos possibilita a integração ao território.

As redes em questão, no âmbito da pesquisa, são tomadas tanto no sentido sociológico quanto em sentido tecnológico. Entendemos, assim, que, em termos filosóficos, antropológicos e sociológicos, existem distintas orientações para pensar sociedade a partir da noção de rede (BARNES, 1987; MORENO, 1953; GRANOVETTER, 1973; SIMMEL, 1999; BARABÁSI, 2003; SILVA; FIALHO; SARAGOÇA, 2013).

Nos últimos anos, o debate em torno da noção de redes sociais vem sendo recolocado a partir da popularização da internet e da emergência das mídias sociais (MUSSO, 2004; PARENTE, 2004; LATOUR, 2012; CASTELLS, 1999), motivando, assim, a

[5] Pesquisa aprovada pelo Conselho de Ética da Universidade Federal do Espírito Santo. Os doutores especialistas em migração Jorge Macaísta Malheiros, da Universidade de Lisboa; Sueli Siqueira, da Universidade do Vale do Rio Doce; Ednelson Mariano Dota, da Universidade Federal do Espírito Santo; e Katielle Susane do N. Silva, da Universidade Federal de Roraima, são pesquisadores do projeto.

constituição de novas abordagens que emergem em um profícuo campo dos estudos e da análise de redes sociais.

Procuramos dialogar com algumas das referências mencionadas, orientados por dados e em perspectiva êmica, considerada a partir das interlocutoras entrevistadas na pesquisa de campo, face a face. O segundo eixo diz respeito à adoção da abordagem teórico-metodológica das Ciências Sociais Computacionais, conjugando métodos de pesquisa já conhecidos (entrevistas semiestruturadas, etnografia, surveys), assim como métodos e ferramentas computacionais, tendo em vista a criação de diferentes formas de compreensão da dinâmica social de pequenos e grandes grupos de pessoas de forma ética (PAVESI; VALENTIM, 2021).

O projeto tem sustentação empírica em fontes de documentos historiográficos, microdados dos recenseamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pesquisas realizadas pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), Dados do INEP e pesquisa etnográfica digital, com acompanhamento de perfis de mídias sociais das entrevistadas. Elaboramos, para tanto, dois instrumentos de campo, um estruturado (questionário – Google Forms) e um semiestruturado (aplicado por meio de entrevistas face a face).

Esta pesquisa está articulada na parceria com o projeto "Dinâmica demográfica familiar e padrão migratório no Brasil: transformações desde os anos 1990" (CAPES-SNF), cujos resultados de campo são compartilhados e debatidos segundo o objetivo de cada projeto, buscando complementações. Com isso, objetivamos obter resultados mais complexos e inéditos para construir novas hipóteses de pesquisas a serem produzidas no futuro. Contudo, como a pesquisa ainda se encontra em processo de levantamento de campo, optamos, neste artigo, tão somente apresentar alguns resultados já possíveis de serem analisados.

O que nos dizem os resultados iniciais?

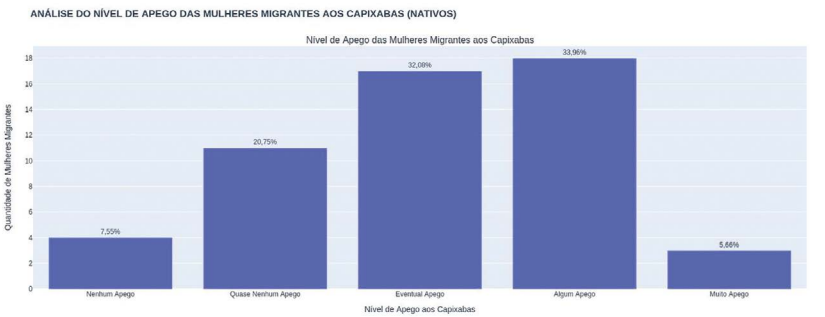
Para este artigo apresentamos alguns resultados iniciais desta pesquisa a partir de entrevistas estruturadas aplicadas por meio do *google form*s e no campo presencial. Foram realizadas 57 entrevistas com mulheres migrantes residentes no município de

Vitória. A maioria absoluta, 40,35%, nasceu em municípios do interior do Espírito Santo; 36,84% residem entre 1 a 4 anos na cidade; 33,33% 15 ou mais tempo; 15,79% entre 5 a 9 anos; 8, 77% de 10 a 14; e 5,26% há menos de um ano.

Do total, 37 mulheres, 64,91%, desejam permanecer em Vitória; 26,32%, ainda estão em dúvida e 8,77%, não pretendem se fixar na cidade. Contudo, chama atenção o nível de apego que estas migrantes têm com relação aos nativos capixabas: 18 (33,96%) afirmam ter algum apego; 17 (32,08%) eventual apego; 11 (20,75%) quase nenhum apego; 4 (7,55%) nenhum apego. Somente 3 entrevistadas (5,66%) se consideram apegadas aos nascidos na Ilha, conforme vemos no Gráfico 1 a seguir.

As migrantes apontam que o motivo principal da mobilidade para Vitória foi o estudo, 41,11%, seguido por transferência de trabalho, 19,3%, ou oportunidade de trabalho, 12,28%, do total das entrevistadas. Estas três finalidades de mobilidade das pesquisadas para a cidade de Vitória, conduz à compreensão de que a maioria também se estabeleceu sozinha, 40,35%, ou com pai, mãe e/ou irmãos, 28,07%.

Gráfico 1 – Apego das migrantes aos capixabas

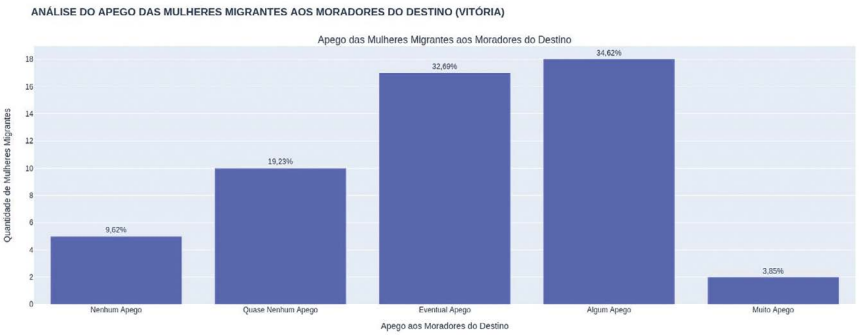


O nível de relacionamento consideravelmente afetivo entre os capixabas e as migrantes é um indício sociocultural de extrema importância para se pensar nas políticas públicas de integração, uma vez que o índice é alto entre aquelas que têm algum, eventual ou quase nenhum apego. Além disso, esses sinais são consolidados quando as entrevistadas são perguntadas sobre

o apego aos moradores – aqui compreendidos nativos e outros migrantes – da cidade de Vitória.

No gráfico 2, a seguir, verificamos esta aproximação de resultados.

Gráfico 2 – Apego aos moradores da cidade de chegada



Das 57 migrantes, 18 (34,62%) dizem ter algum apego; 17 mulheres (32,08%) alegam eventual apego; 11 migrantes (20,75%) quase nenhum apego; e 4 mulheres (7,55%) nenhum apego. Apenas 3 entrevistadas (5,66%) se sentem apegadas à cidade de destino. Quando correlacionamos o desejo de permanência das mulheres na cidade de Vitória e o tempo de residência, percebemos com maior clareza as contradições e as dificuldades socioculturais de relacionamento que atravessam os sentimentos, os desejos e o apego dessas migrantes em sua trajetória afetiva com a população local.

Gráfico 3 – Correlação desejo de permanência e tempo de residência

Os dados informam que somente a maioria das residentes com menos de um ano se diz em dúvida se deseja permanecer morando em Vitória: 66,67% do total. Esse sentimento de incerteza diminui entre as mulheres que estão estabelecidas entre 5 e 9 anos, 33,33%, após ter havido uma queda percentual para 28,57% das migrantes que moram na capital na faixa de 1 a 4 anos.

Novamente, 33,33% das migrantes que chegaram à capital há menos de um ano desejam continuar vivendo nela, em todas as demais faixas de tempo de domicílio, há mais de 60% que querem habitar definitivamente Vitória. O resultado inicial sugere uma resiliência muito grande das entrevistadas, diante da superação dos obstáculos estabelecidos e relacionados ao ambiente sociocultural.

A guisa da conclusão

Este artigo objetivou promover um debate teórico sobre a integração de migrantes nos pontos de chegada, fenômeno ainda pouco estudado em nível nacional, associado à realização da pesquisa com suporte nas Ciências Sociais Computacionais. Dessa maneira, quando unimos um referencial teórico metodológico pouco conhecido, entendemos que estamos produzindo um conhecimento promissor para as pesquisas migratórias.

Os aprendizados obtidos a partir das pesquisas são de especial importância para o planejamento de programas e políticas de acolhimento de migrantes e refugiados, uma vez que observamos pesquisas mais fundamentadas em dados estruturados, quantitativos. Essas informações respondem a determinados objetivos, mas não possibilitam a compreensão de outros da ordem do sentimento e do desejo das migrantes.

Tal situação é verificada nos levantamentos de campo realizados de maneira online e offline, os quais já sugerem algumas informações elaboradas pelas migrantes e que dizem respeito à dificuldade de se relacionar com a população capixaba, principalmente a residente na cidade de Vitória. A problemática em questão, evidentemente, interfere no processo de integração do indivíduo ou da família, produzindo outros efeitos em cascata,

o que nos traz a certeza da necessidade da pesquisa e de perseguir as novas hipóteses que surgirão a partir desta etapa.

Referências bibliográficas

ALBA, F. Mexico´s international migration as a manifestation of its development pattern. **International Migration Review**, v. 12, 1978, p. 502-510.

ANDERSON, G. M. **Networks of contact:** the portuguese and Toronto. Ontario: Wilfrid Laurier University Press, 1974.

ARANGO, J. La explicación teórica de las migraciones: luz y sombras. **Migración y Desarrollo**, n. 1, s/p, 2003.

CASTRO, A. L. R. A. **Você é daqui?:** a subjetividade de famílias brasileiras em movimento de migração interna. 215 f. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2005.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. *In*: BIANCO, B. F. (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987, p. 159-194.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHANG, R. M. *et al*. Understanding the paradigm shift to computational social science in the presence of big data. **Decision Support Systems**, v. 63, 2013. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1016/j.dss.2013.08.008. Acesso em: 2 out. 2023.

DADALTO, M. C.; DOTA, E. M. Ciclos econômicos e migração no Espírito Santo do século XIX ao XXI: novos contextos, velhos condicionantes. **Revista Ágora**, *[S. l.]*, v. 34, n. 3, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/40175. Acesso em: 23 jul. 2023.

DOTA, E. M. A migração no Espírito Santo no período 1991-2010: novidades e continuidades. **Geografares**, n. 21, 2016.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, n. 78, 1973, p. 1360-1380.

LATOUR, B. **Reagregando o social:** uma introdução à teoria Ator-Rede. Bauru: EDUSC; Salvador: EDUFBA, 2012.

MCALPINE, A. *et al*. Agent-based modeling for migration and modern slavery research: a systematic review. **Journal of Computational Social Science**, v. 4, n. 1, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s42001-020-00076-7. Acesso em: 2 out. 2023.

MASSEY, D. S. Social structure, household strategies, and the cumulative causation of migration. **Population Index**, v. 56, p. 3-26, 1990.

MERCKLÉ, P. **Sociologie des réseaux sociaux**. Paris: La Decouverte, 2004.

MIGRATION DATA PORTAL, 2020. Disponível em https://www.migrationdataportal.org/ Acesso em: 20.04.2023.

MORENO, J. **Who shall survive?** Foundations of sociometry, group psychotherapy and sociodrama. New York: Beacon House Inc., 1953.

MUSSO, P. A filosofia da rede. *In*: PARENTE, A. (org.). **Tramas da rede:** novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004.

PAVESI, P. P.; VALENTIM, J. Ciências Sociais Computacionais: um novo paradigma para as Ciências Sociais? **Simbiótica**, v. 8, n. 4, p. 1-16, 2021.

PIZZOL, E. dos S. R. Dal *et al.* Perspective of immigrants on personal and family integration in brazilian society. **Texto e Contexto Enfermagem**, v. 32, 2023, p. 1-14. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-265X. Acesso em: 2 out. 2023.

PARENTE, A. *et al*. **Tramas da rede:** novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004.

PORTES, A. Social capital: Its origin and applications in modern sociology. *In*: Eric L. Lesser (ed.). **Knowledge and social capital:** foundations and applications. London: Routledge, 2000, p. 43-57.

SILVA, C. A. da S.; FIALHO, J. SARAGOÇA, J. Análise de redes sociais e sociologia da acção. Pressupostos teórico-metodológicos. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 11, 2013. Disponível em: https://journals.openedition.org/ras/361?gathStatIcon=true#quotation. Acesso em: 2 out. 2023.

SIMMEL, G. **Études sur les forms de la socialization**. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

THOMAS, B. **Migration and economic growh: a study of Great Britain and the atlantic economy**. London: Cambridge University Press, 1973.

UKRAYINCHUK, N.; CHOJNICKI, X. Le rôle du capital humain prémigratoire dans l'intégration économique des immigrés en France: compétences métier *vs* compétences transversales. **Population**, n. 75, 2020, p. 325-357. Disponível em: https://doi.org/10.3917/popu.2002.0325. Acesso em: 3 out. 2023.

VILLAMAR, M. del C. V.; ALMEIDA, G. M. R. Mobilidade humana: perspectivas e desafios – apresentação do dossiê. **Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 8, n. 1, jan-jun, 2017, p. 7-18.

ZANINI, M. C. C; ASSIS, G. de O.; BENEDUZI, L. F. Ítalo-brasileiros na Itália no século XXI: "retorno" à terra dos antepassados, impasses e expectativas. **REMHU — Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, n. 41, p. 139-162, 2013.

Parte 2

O que os dados mostram?

Arranjos domiciliares no censo demográfico: elementos para o debate da geografia das famílias

Cimar Alejandro Prieto Aparício
Ítala Luzia de Andrade
Rachel Facundo Vasconcelos de Oliveira
Francismar Cunha Ferreira

Família é coisa mais maluca que eu conheço
Família tem cheiro, tem cor, tem endereço
Família pode ser a minha, pode ser a sua
Família se constrói em casa, e também na rua
Família é uma pessoa que vem com defeito
Família pode ser do seu ou do meu jeito
Família é um instrumento difícil de tocar
Família parece casa, mas é um lar [...]
(FÁBIO JÚNIOR, 2015).

Introdução

Os versos que abrem este capítulo fazem parte da canção chamada "Família", cuja letra traz um pouco das características das famílias, um dos temas que compõem os estudos de população relacionados ao processo de transição demográfica.

Inicialmente, podemos dizer que, como consequência de um processo de longo prazo, há um novo regime sociodemográfico, em que a queda da fecundidade e o aumento da longevidade, bem como a ampliação da migração de curta distância, produzem mudanças na estrutura etária (CAMARANO, 2014; OLIVEIRA; VIEIRA; MARCONDES, 2015).

O Brasil rural e agrícola passou a ser uma economia industrializada, com uma população predominantemente urbana e alfabetizada. A vida se estendeu e houve, a partir da

década de 1970, uma diminuição de descendentes de modo acelerado (SCOTT, 2012). A transição urbana, apesar de estar associada à transição demográfica, não implicou diretamente uma melhoria das condições de vida da população (MARTINE; MCGRANAHAN, 2010). No Brasil, tivemos um "capitalismo tardio", ao longo do século XX, que levou à formação de uma sociedade urbana e industrial, marcada pelas desigualdades sociais (FARIA, 1991; CUNHA, 2002).

A contínua queda dos níveis de mortalidade permitiu a expansão da expectativa de vida ao nascer. Os avanços na expectativa de vida são decorrentes tanto da queda da mortalidade infantil quanto adulta, bem como da maior longevidade dos idosos, o que foi resultado de investimentos e melhorias nos sistemas de saúde, saneamento básico, acesso à alimentação e à educação. Estudos recentes da transição demográfica, no entanto, mostram que o principal determinante da mudança na estrutura etária da população não foi o aumento da expectativa de vida, mas a queda da fecundidade (CARVALHO; BRITO, 2005; MYRRHA; TURRA, WAJNMAN, 2017).

A desaceleração do crescimento populacional produziu um período de consistente retração da razão de dependência total. Esse período, chamado de "janela de oportunidades demográficas" ou "bônus demográfico" (MASON, 2002), seria propício para o aperfeiçoamento das políticas sociais capazes de ampliar o acesso à educação e ao mercado de trabalho, o que impactaria a geração de renda (CARVALHO; BRITO, 2005; ALVES, 2020). Em razão do aumento da proporção da População em Idade Ativa (PIA) em relação ao total da população, no Brasil, esse processo inicia-se nos anos 1970. Recentemente, experenciamos crises econômica e sanitária, decorrentes da pandemia da COVID-19, as quais ainda se encontram em fase de superação. Nesse contexto, o país vem passando por um processo de envelhecimento populacional, que pode acabar se tornando um ônus para a sociedade, isto é, mais um problema social a ser enfrentado (ALVES, 2020). Essas modificações afetaram, também, as estruturas familiares.

Desse modo, com base nos estudos empíricos atrelados à população e aos seus arranjos familiares, constata-se maior diversidade de arranjos domiciliares no conjunto das famílias brasileiras nas últimas décadas (GOLDANI, 2004), a partir do contexto de um novo regime demográfico, marcado pelo envelhecimento. Diante disso, é preciso refletir sobre as mudanças no processo de formação das famílias no país, a partir da perspectiva da geografia da família, destacando alguns aspectos da evolução dos principais tipos de arranjo domiciliar encontrados nos domicílios brasileiros, desde a década de 1990.

Acompanhando as transformações na estrutura etária da população, há uma série de mudanças nos processos de formação das famílias (BILAC, 2003; GOLDANI, 2004; MARCONDES; OLIVEIRA; VIEIRA, 2015). Tais alterações repercutem na produção do espaço urbano, em especial nas aglomerações urbanas (CUNHA, 2022). Existem, no entanto, poucas referências brasileiras para o estudo da Geografia da família, diferentemente da produção bibliográfica das Ciências Sociais (MARQUES; MARTINS, 2022).

Entre outras questões atuais, na Geografia da população e, em particular, na Geografia da família, podem ser destacados o aumento das relações multigeracionais intradomiciliares, decorrente do processo de envelhecimento, bem como um novo padrão de residência nos domicílios brasileiros, marcado pela "verticalização" das famílias, isto é, a diminuição da parturição (o número médio total de filhos tidos pelas mulheres). Esse processo conduz à perda de relações de parentesco horizontais intrageracionais, tais como irmãos, primos e tios, e ao crescimento relativo das relações de parentesco verticais intergeracionais, ou seja, pais, filho(s), neto(s) (WAJNMAN, 2012). Consequentemente, observa-se a redução do tamanho médio dos arranjos domiciliares, conforme os estudos da demografia das famílias e dos domicílios no Brasil (WAJNMAN, 2012; OLIVEIRA; VIEIRA; MARCONDES, 2015).

Nesse sentido, as mudanças na nupcialidade e na fecundidade, iniciadas na década de 1970, primeiramente, com mulheres de camadas sociais mais ricas e, posteriormente, difundindo-se por

toda a sociedade, tiveram efeitos sobre os processos de formação de novas famílias e domicílios. Após um longo período de rejuvenescimento da fecundidade e da diminuição da parturição, a partir dos anos 2000 houve um consistente aumento da idade mediana em relação ao primeiro casamento e ao primeiro filho (VIEIRA, 2016).

O artigo consiste em cinco seções. Após a introdução, a segunda seção apresenta uma metodologia de análise quantitativa da população e da composição familiar no Brasil, a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. A terceira seção descreve a evolução da população brasileira em termos regionais. A quarta seção analisa a evolução dos arranjos domiciliares. Essas duas seções oferecem uma série de considerações sobre a dinâmica demográfica e familiar contemporânea do país, em uma perspectiva geográfica. Por fim, apresentam-se algumas considerações finais.

Metodologia de análise da dinâmica familiar

Como preâmbulo para a análise da geografia das famílias brasileiras na passagem do século XX para o século XXI, apresenta-se uma análise da evolução do crescimento da população do país e das regiões a partir dos dados dos Censos Demográficos. A elaboração do cálculo da taxa de crescimento populacional é feita por meio do método da taxa de crescimento geométrico, em termos anuais, entre 1970 e 2010. Também é ilustrado o panorama da transição demográfica brasileira, a partir de uma análise da taxa de fecundidade total.

A fim de compreender a dinâmica contemporânea da organização das famílias brasileiras, optou-se pela análise dos dados de pessoas e de domicílios dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Dada a escassez de estudos de geografia da família no país, optou-se por considerar a literatura brasileira da demografia e da sociologia das famílias e domicílios. O estudo empírico das famílias segue uma metodologia que analisa a composição familiar pela ótica do ciclo de vida familiar, considerando as transformações dos arranjos domiciliares

ao longo do tempo (APARICIO, 2018). Nesse sentido, foram elaborados planos tabulares da população residente e dos domicílios, a fim de identificar a estruturação dos arranjos domiciliares.

Algumas características das famílias podem ser observadas a partir das informações sobre os arranjos domiciliares nos Censos Demográficos. Em particular, há três características que marcam os padrões de residência: presença de conjugalidade ou monoparentalidade; isolamento ou ampliação; e existência ou ausência de uma prole na unidade domiciliar (BILAC, 2003). Esta categorização dos arranjos domiciliares liga-se à perspectiva do ciclo de vida das famílias. Um aspecto relevante da teoria do ciclo de vida das famílias é mostrar a dinamicidade da vida familiar, isto é, como a família se modifica ao longo do tempo (ELDER, 1987; BILAC, 2003; GOLDANI, 2004).

A abordagem clássica do ciclo de vida pressupõe uma família nuclear estável, em que a trajetória familiar é iniciada pelo casamento, geralmente acompanhada pela formação de uma nova residência e um novo arranjo doméstico. A união consensual e/ou o casamento precede o nascimento dos filhos. A fase final do ciclo de vida da família se dá com a saída dos filhos de casa e/ou a morte de um dos cônjuges. Apesar de o enfoque do ciclo de vida ser questionado pela variedade de composições das famílias existentes na sociedade contemporânea, ele pode ser considerado um instrumento analítico da organização familiar (GOLDANI, 2004). Para a análise dos padrões familiares de residência, uma abordagem complementar à do ciclo de vida é a perspectiva do curso de vida dos indivíduos (BERNARD, 2022).

Desse modo, a unidade domiciliar é classificada em cinco categorias: (a) casal com filhos; (b) casal sem filhos; (c) monoparental (arranjo familiar formado pelo pai ou pela mãe, que podem encontrar-se na condição de solteiros, separados, divorciados ou viúvos, e seus filhos); (d) família estendida, ou seja, um arranjo formado pelo núcleo familiar (casal e filhos ou pessoa responsável e filhos) com

parentes ou não parentes que convivem na mesma unidade domiciliar[1]; (e) domicílio unipessoal (WAJNMAN, 2012). As famílias estendidas são chamadas de "ampliadas", pois incluem parentes e/ou não parentes em sua composição. As categorias de casais com filhos, casais sem filhos e monoparentais são consideradas "isoladas", ou seja, apresentam um vínculo básico de aliança e/ou de filiação sem a presença de outros parentes (tais como netos, avós, tios ou sobrinhos). Os domicílios unipessoais são compostos por uma só pessoa residente. Ainda que não seja um grupo familiar, em geral, o morador está inserido em uma rede de parentesco e, em algumas situações, trata-se de viúvo com filhos, os quais já saíram de casa.

Para esta análise empírica da organização familiar dos domicílios brasileiros, foi desenvolvida uma sintaxe no programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), a fim de identificar e tabular a composição domiciliar, considerando as relações de parentesco identificadas no arquivo de pessoas dos Censos Demográficos e gerando uma variável derivada para cada domicílio, classificando-o em uma das categorias de arranjo domiciliar.

Análise dos resultados

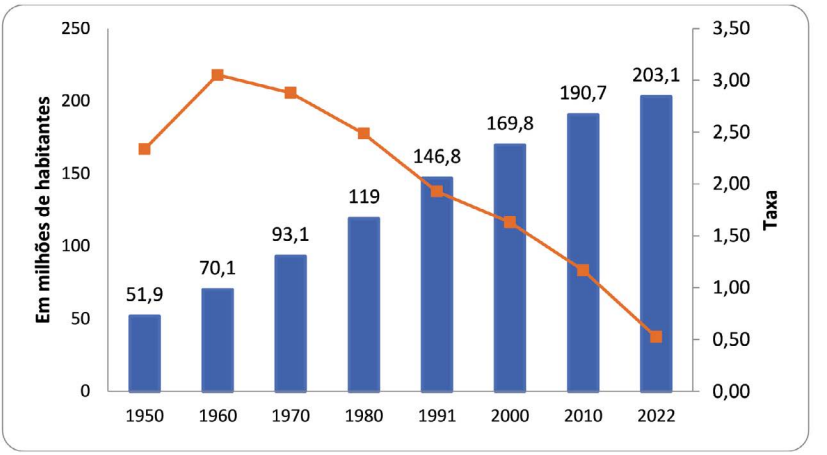
A população brasileira, no começo do século XXI, encontra-se em uma fase avançada no processo de transição demográfica. Considerando a fase censitária moderna do país, iniciada pelo IBGE com o Censo de 1940, a taxa de crescimento populacional passou de 3,0%, na década de 1970, para 0,5%, em 2022, como pode ser observado no Gráfico 1.

Segundo a literatura demográfica, o país estaria encerrando a última etapa da primeira transição demográfica, marcada pela sólida redução da fecundidade e da mortalidade. Por conseguinte, a estrutura etária da população passa por um processo de

[1] Nessa categoria, também se encontram os domicílios não familiares, formados por pessoas sem relação de parentesco. Em 2000, esses domicílios representavam somente 1,9% do total de domicílios. Os demais 98,1% dos domicílios são formados por pessoas com relação de parentesco.

envelhecimento nas últimas décadas, de modo que o Brasil não é mais um país de jovens.

Gráfico 1 – População residente (em milhões de habitantes) e taxa de crescimento populacional anual (%) – Brasil 1950-2022



Fonte: Censos Demográficos, 1940 a 2022 – IBGE.
Nota: Taxa de crescimento geométrico médio anual.

Conforme Myrrha, Turra e Wajnman (2017), o processo de envelhecimento da população está associado, principalmente, à variação na fecundidade, sendo menor o peso da mortalidade. Cerca de 90% do aumento na idade mediana dos brasileiros entre 1970 e 2015 foi consequência do declínio da fecundidade, sendo que somente os restantes 10% decorreram do aumento da esperança de vida.

A tendência de redução no nível de crescimento populacional não se dá da mesma forma nas Grandes Regiões nem nas Unidades da Federação (Tabela 1). Em termos de grupos etários, as maiores taxas de crescimento ocorrem nas faixas etárias mais avançadas, em consonância com o processo de envelhecimento da população. Não por acaso, os estados com maior ritmo de crescimento populacional, de acordo com o ranking da Tabela 1, apresentam, também, as maiores taxas de fecundidade total (TFT), conforme o ranking da Tabela 2.

Tabela 1 – População residente (em milhões de habitantes) e taxa de crescimento populacional anual (%) – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2010 e 2022

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	População 2010	População 2022	Taxa	Ranking 2022
Brasil	**190.755.799**	**203.062.512**	**0.52%**	**-**
Região Norte	**15.864.454.00**	**17.349.619.00**	**0.75%**	**2º**
Rondônia	1.562.409.00	1.581.016.00	0.10%	24º
Acre	733.559.00	830.026.00	1.03%	5º
Amazonas	3.483.985.00	3.941.175.00	1.03%	6º
Roraima	450.479.00	636.303.00	2.92%	1º
Pará	7.581.051.00	8.116.132.00	0.57%	14º
Amapá	669.526.00	733.508.00	0.76%	9º
Tocantins	1.383.445.00	1.511.459.00	0.74%	11º
Região Nordeste	**53.081.950.00**	**54.644.582.00**	**0.24%**	**5º**
Maranhão	6.574.789.00	6.775.152.00	0.25%	21º
Piauí	3.119.097.00	3.269.200.00	0.39%	17º
Ceará	8.451.644.00	8.791.688.00	0.33%	20º
Rio Grande do Norte	3.168.027.00	3.302.406.00	0.35%	19º
Paraíba	3.766.528.00	3.974.495.00	0.45%	16º
Pernambuco	8.796.055.00	9.058.155.00	0.24%	22º
Alagoas	3.120.887.00	3.127.511.00	0.02%	27º
Sergipe	2.067.852.00	2.209.558.00	0.55%	15º
Bahia	14.017.071.00	14.136.417.00	0.07%	25º
Região Sudeste	**80.364.410.00**	**84.847.187.00**	**0.45%**	**4º**
Minas Gerais	19.597.330.00	20.538.718.00	0.39%	18º
Espírito Santo	3.514.952.00	3.833.486.00	0.73%	12º
Rio de Janeiro	15.989.929.00	16.054.524.00	0.03%	26º
São Paulo	41.262.199.00	44.420.459.00	0.62%	13º
Região Sul	**27.386.891.00**	**29.933.315.00**	**0.74%**	**3º**
Paraná	10.444.526.00	11.443.208.00	0.76%	8º
Santa Catarina	6.248.436.00	7.609.601.00	1.66%	2º
Rio Grande do Sul	10.693.929.00	10.880.506.00	0.14%	23º
Região Centro-Oeste	**14.058.094.00**	**16.287.809.00**	**1.23%**	**1º**
Mato Grosso do Sul	2.449.024.00	2.756.700.00	0.99%	7º
Mato Grosso	3.035.122.00	3.658.813.00	1.57%	3º
Goiás	6.001.789.00	7.055.228.00	1.36%	4º
Distrito Federal	2.572.159.00	2.817.068.00	0.76%	10º

Fonte: Censos Demográficos, 2010 e 2022 – IBGE.
Nota: Taxa de crescimento geométrico médio anual.

Tabela 2 – Taxa de Fecundidade Total (TFT) – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2016-2020

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	2016	2017	2018	2019	2020	Ranking 2020
Brasil	**1.66**	**1.71**	**1.72**	**1.67**	**1.61**	**-**
Região Norte	**1.90**	**1.92**	**1.94**	**1.89**	**1.81**	**1º**
Rondônia	1.73	1.79	1.83	1.76	1.68	11º
Acre	2.07	2.12	2.11	2.05	1.87	4º
Amazonas	2.11	2.13	2.11	2.08	2.01	3º
Roraima	2.33	2.33	2.52	2.62	2.42	1º
Pará	1.79	1.80	1.83	1.78	1.70	9º
Amapá	2.06	2.01	2.04	1.95	1.83	6º
Tocantins	1.77	1.84	1.87	1.79	1.74	7º
Região Nordeste	**1.61**	**1.66**	**1.70**	**1.65**	**1.58**	**4º**
Maranhão	1.73	1.77	1.84	1.78	1.66	13º
Piauí	1.64	1.71	1.75	1.71	1.62	16º
Ceará	1.58	1.60	1.65	1.63	1.54	22º
Rio Grande do Norte	1.53	1.56	1.63	1.53	1.48	26º
Paraíba	1.65	1.70	1.79	1.72	1.68	12º
Pernambuco	1.61	1.68	1.72	1.66	1.61	17º
Alagoas	1.61	1.68	1.76	1.67	1.63	15º
Sergipe	1.59	1.67	1.69	1.62	1.57	19º
Bahia	1.56	1.60	1.62	1.57	1.52	23º
Região Sudeste	**1.62**	**1.66**	**1.65**	**1.60**	**1.53**	**5º**
Minas Gerais	1.49	1.54	1.57	1.53	1.48	25º
Espírito Santo	1.66	1.74	1.77	1.71	1.68	10º
Rio de Janeiro	1.63	1.67	1.65	1.57	1.51	24º
São Paulo	1.66	1.70	1.69	1.63	1.55	20º
Região Sul	**1.68**	**1.71**	**1.71**	**1.67**	**1.63**	**3º**
Paraná	1.72	1.75	1.74	1.72	1.64	14º
Santa Catarina	1.68	1.73	1.76	1.73	1.72	8º
Rio Grande do Sul	1.64	1.65	1.64	1.58	1.55	21º
Região Centro-Oeste	**1.75**	**1.81**	**1.83**	**1.79**	**1.71**	**2º**
Mato Grosso do Sul	1.90	2.01	1.99	1.97	1.86	5º
Mato Grosso	1.88	2.01	2.07	2.07	2.01	2º
Goiás	1.66	1.69	1.71	1.66	1.60	18º
Distrito Federal	1.64	1.68	1.66	1.59	1.47	27º

Fonte: SINASC MS/DATASUS. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA, 2021).

Em contraste com a lenta e gradual transição etária da população europeia, o Brasil passou por um período de rápida mudança no nível e no padrão da fecundidade nas últimas décadas. A literatura demográfica mostra que a queda da fecundidade impactou a estrutura etária da população. Assim, em um primeiro momento, diminui-se a proporção da população jovem e aumenta-se o peso da população economicamente ativa. Tal situação é descrita pela teoria da janela de oportunidades demográficas (MASON, 2002), que explica o período de queda da razão de dependência e, por conseguinte, de uma estrutura etária favorável ao crescimento econômico e aos investimentos em capital humano.

O país já está perto de encerrar a fase do bônus demográfico, em razão do acelerado processo de envelhecimento, confirmado pelos dados do Censo de 2022, o que trará consequências tanto para as instituições sociais, em especial as famílias, como para o planejamento das políticas sociais e o financiamento da seguridade social. Identifica-se a permanência de um diferencial regional no ritmo de redução da fecundidade na transição demográfica brasileira (Tabela 2), havendo, no entanto, uma clara convergência da evolução da taxa de fecundidade total (TFT) por grandes regiões.

A evolução recente da taxa de fecundidade total indica que somente Amazonas, Mato Grosso e Roraima registram taxa de fecundidade total acima de dois filhos por mulher em 2020. Roraima e Amazonas têm recebido um fluxo considerável de imigrantes venezuelanos na década de 2010. Segundo pesquisa da ONU Migração, a migração venezuelana é predominantemente familiar: 84% dos migrantes que chegaram a Roraima em novembro e dezembro de 2022 pertencem a famílias de casais (com ou sem filhos) e arranjos monoparentais, 8% pertencem a famílias estendidas e 8% migraram sós. Em termos da relação de parentesco com a pessoa de referência, 54% dos migrantes são filhos (OIM, 2023).

Há também um crescimento populacional acima da média nacional em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul que se articula com os elevados níveis de TFT no final da década de 2010 em comparação com os demais estados (Tabela 2). Ambos os estados

são grandes produtores agropecuários e recebem novos fluxos migratórios interestaduais associados à expansão do agronegócio (DEMÉTRIO, 2020).

Nesse contexto de mudanças significativas na estrutura etária da população, associadas às mudanças na fecundidade, a questão é: de que modo a geografia poderia analisar a dinâmica de formação das famílias e dos domicílios? Novamente, é preciso destacar que esta análise empírica se restringe aos dados de arranjos domiciliares, obtidos por meio dos Censos Demográficos. Assim, a análise considera que as estruturas familiares podem, primeiramente, ser observadas, a partir da evolução da distribuição dos domicílios conforme a tipologia de arranjos domiciliares na virada do século XX para o século XXI, um período de mudanças nas famílias brasileiras.

O arranjo de casal com filhos é o mais frequente no país, mas o seu nível de participação diminuiu nas últimas décadas no país (Gráfico 2). Um aspecto relevante a ser destacado é a tendência ao adiamento do casamento ou união estável e do primeiro filho, que acaba resultando na maior proporção de casais sem filhos. Também se observa o crescente peso dos domicílios unipessoais no país, que praticamente dobram entre 1991 e 2010.

É possível que o crescente peso da proporção de casais sem filhos se relacione a um processo denominado de segunda transição demográfica (LESTHAEGHE, 2010). Nesse sentido, a fecundidade tende a diminuir acentuadamente, permanecendo muito abaixo do nível de reposição, o que ocorre por diversos fatores, conforme indica a literatura da demografia e da sociologia da família. Para Lesthaeghe (2010), na sociedade ocidental, acontece um processo de secularização de longo prazo que leva a uma progressiva mudança no comportamento reprodutivo, associada à facilidade de acesso à contracepção, em que parte dos homens e das mulheres ou não deseja ter filhos, mesmo em casamento ou união estável, ou desejam permanecer morando sós. Conforme tal entendimento, parece haver a passagem de uma cultura de caráter altruísta, que valoriza a maternidade e a paternidade, bem como a felicidade e a realização dos filhos (o que justificaria ter poucos filhos, para oferecer-lhes mais atenção), para uma visão de mundo mais hedonista, em que as pessoas se

voltam para a autorrealização, independentemente dos filhos, que se veem como uma mercadoria custosa.

No entanto, é preciso ponderar que a realidade social da América Latina é muito diferente da europeia. Considerando somente os países mais populosos, o banco de dados de famílias e domicílios da OCDE mostra que, no início da década de 2010, enquanto a proporção de domicílios unipessoais na Alemanha era de quase 40%, a proporção era muito inferior no contexto latino-americano: Brasil (12%) e México (8%). Embora exista a tendência de crescimento dos casais sem filhos, a proporção encontrada no Brasil (15%) ainda é distante da que se observa na Alemanha (31%) e no Reino Unido (28%). Assim, diferentemente da perspectiva da segunda transição demográfica, há outras explicações para o adiamento do casamento e a queda da fecundidade, relacionadas a características do mercado de trabalho, do acesso a serviços públicos de educação e das relações intrafamiliares.

Hirata (2010) discute os problemas relacionados à conciliação entre trabalho e família, em que tanto as legislações de trabalho quanto a oferta limitada de serviços públicos (em especial, creches e pré-escolas) dificultam a carreira profissional das mulheres que são ou desejam ser mães, de modo que a fecundidade realizada não é idêntica à fecundidade desejada. Em razão da falta de equidade de gênero nas tarefas de cuidado, há, claramente, uma sobrecarga de trabalho para as mulheres na sociedade brasileira. Ademais, verifica-se, ainda, uma cultura corporativa marcada por certo nível de preconceito com as mães trabalhadoras que utilizam a licença-maternidade (BARBANO; CRUZ, 2022). A consequência dessas situações é a tendência de queda da parturição e da fecundidade.

McDonald (2000) argumenta que as relações de gênero nas instituições sociais, especialmente na família, impactam o comportamento reprodutivo e podem contribuir para baixas parturição e fecundidade. Em particular, a falta de auxílio dos homens nas atividades de cuidado doméstico onera as mulheres na condição de mães com uma dupla jornada de trabalho (profissional e doméstica). Além disso, nos países europeus mediterrâneos, constata-se uma visão social que valoriza

o cuidado dos filhos unicamente por parte das famílias, de modo que o Estado ou o setor privado não teria obrigação de oferecer vagas para crianças com menos de 6 anos de idade. A tradicional divisão de trabalho atribui às mulheres o cuidado dos filhos. Quando as mulheres decidem ter menos filhos, isso é uma clara indicação de que não aceitam mais essa divisão de trabalho.

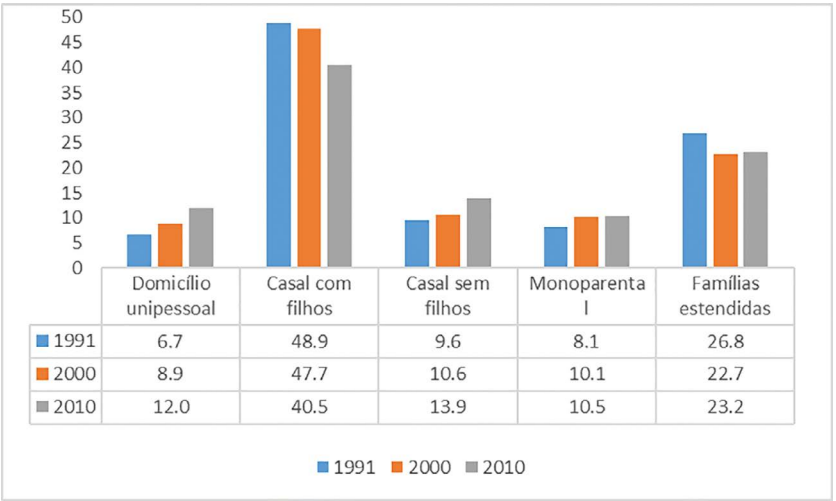
A Tabela 3 apresenta a distribuição dos domicílios segundo a classificação de arranjo domiciliar, mostrando como se espacializam os arranjos, considerando os dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 nas Grandes Regiões e nas Unidades da Federação (UF). Primeiramente, a expansão dos arranjos monoparentais ocorreu em todos o país, com destaque para o Distrito Federal, com uma evolução de 9,4%, em 1991, para 12,3%, em 2010. Os estudos empíricos da demografia das famílias e domicílios mostram que os arranjos monoparentais são preponderantemente chefiados por mulheres, sendo ínfima a proporção em que são homens a pessoa de referência. Em geral, nesse tipo de arranjo, as mulheres são as responsáveis diretas pelo cuidado dos filhos e, em muitas situações, dependem de redes de apoio familiar e comunitário para conciliar a vida familiar com o trabalho (FAVARO, 2009).

Historicamente, o Brasil possui um importante contingente de arranjos domiciliares com famílias estendidas, o que, por si só, leva o pesquisador a ponderar o emprego de teorias de ciclo de vida e de curso de vida provenientes da geografia europeia. Segundo Wajnman (2012), as famílias estendidas mantêm a sua participação nos domicílios brasileiros entre as décadas de 1960 e 2000, indo na contramão da literatura, que destaca a tendência histórica de nuclearização dos domicílios nas populações urbanas no Ocidente (THERBORN, 2006).

Em 2010, um quarto dos domicílios brasileiros era formado por famílias estendidas. A sua presença é mais significativa em estados das regiões Norte e Nordeste (Tabela 3), o que se articula com os diferenciais regionais de fecundidade (Tabela 2). Para Bilac (2003, 2014), os domicílios com famílias estendidos na realidade brasileira se relacionam tanto a aspectos culturais e sociais como a situações de pobreza e

vulnerabilidade social. Em razão da histórica desigualdade na distribuição de renda, muitas vezes, as famílias estendidas são uma estratégia de proteção social para pessoas em condição de pobreza e extrema pobreza.

Gráfico 2 – Distribuição dos domicílios segundo a classificação de arranjo domiciliar (em %) — Brasil, 1991, 2000 e 2010



	Domicílio unipessoal	Casal com filhos	Casal sem filhos	Monoparental	Famílias estendidas
1991	6.7	48.9	9.6	8.1	26.8
2000	8.9	47.7	10.6	10.1	22.7
2010	12.0	40.5	13.9	10.5	23.2

Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 – IBGE.

A proporção de arranjos formados por casal com filhos passou de quase 50% dos domicílios, em 1991, para 40,5%, em 2010 (Gráfico 2). Esse arranjo também é conhecido, em alguns estudos, como "'família nuclear', pois a sua característica primordial é ser composto por um núcleo reprodutivo" (APARICIO, 2018, p. 11). Há vários aspectos relacionados à crescente diversidade dos arranjos domiciliares, entre os quais se destacam o aumento da longevidade e o crescimento de separações e divórcios. A longevidade muda as etapas do ciclo de vida e do curso de vida dos membros das famílias, com a maior duração do tempo vivido como casado ou viúvo. Em termos da distribuição espacial das famílias conforme as regiões e as unidades da federação, há uma intensa queda na participação dos casais com filhos na composição domiciliar na região Sul, passando de 52,1%, em 1991, para 41,1%, em 2010 (Tabela 3).

A participação dos domicílios unipessoais cresceu em todas as regiões, estando, em 2010, a maior proporção encontrada na região Sudeste, com 13%. Somente no estado do Rio de Janeiro, a proporção de domicílios unipessoais aumentou de 9,0%, em 1991, para 15,4%, em 2010 (Tabela 3).

Segundo estudo técnico sobre a demanda futura por moradias, a projeção de arranjos domiciliares por tamanho médio de domicílio "[...] indica que a proporção de unipessoais poderá aumentar de 12%, em 2010, para quase 20% do total dos domicílios brasileiros, em 2035" (GIVISIEZ; OLIVEIRA, 2018, p. 181). Essa mudança trará impactos na demanda de moradias, produzindo um novo cenário tanto para o setor imobiliário como para o planejamento da política habitacional, de modo especial, nas aglomerações urbanas metropolitanas (APARICIO; SILVA NETO, 2021). "As maiores demandas de imóveis para domicílios unipessoais e casais sem filhos, em termos proporcionais, serão nos estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais" (GIVISIEZ; OLIVEIRA, 2018, p. 183).

A literatura demográfica discute o crescimento dos domicílios unipessoais, com especial atenção aos idosos e, mais especificamente, às idosas, pois são elas as mais propensas a viverem assim ao final do ciclo de vida familiar, depois que os filhos saem de casa e com a perda de cônjuge (UNITED NATIONS, 2005; WAJNMAN, 2012). Os efeitos conjuntos de composição do envelhecimento populacional e do aumento da renda têm sido citados como fatores explicativos para o aumento da proporção de pessoas vivendo sós, mas também há fatores culturais. Para Keyfitz (1985), existem três elementos culturais que explicam o crescimento dos domicílios unipessoais: (a) o desejo por privacidade, viabilizado quando a renda se torna suficiente, o que pode se aplicar ao Brasil, dado o sistema de seguridade social; (b) a ausência de parentes disponíveis, decorrente das mudanças demográficas; (c) a mudança nas preferências habitacionais, que passam a valorizar a individualidade.

Tabela 3 – Distribuição dos domicílios, segundo a classificação de arranjo domiciliar (em %) – Brasil, Regiões e UF, 1991, 2000 e 2010

UF E REGIÕES	ARRANJO DOMICILIAR																	
	1991						2000						2010					
	Unipessoal	Casal com filhos	Casal sem filhos	Monoparental	Estendida	Total	Unipessoal	Casal com filhos	Casal sem filhos	Monoparental	Estendida	Total	Unipessoal	Casal com filhos	Casal sem filhos	Monoparental	Estendida	Total
Brasil	6.7	48.9	9.6	8.1	26.8	**100.0**	8.9	47.7	10.6	10.1	22.7	**100.0**	12.0	40.5	13.9	10.5	23.2	**100.0**
Região Norte	5.3	47.9	6.6	6.7	33.5	**100.0**	6.5	47.7	7.3	8.4	30.1	**100.0**	9.0	41.2	10.0	8.7	31.1	**100.0**
Rondônia	6.2	54.7	8.9	6.3	24.0	**100.0**	7.4	53.4	10.5	8.7	20.0	**100.0**	10.6	43.0	14.9	9.0	22.5	**100.0**
Acre	6.2	47.9	6.8	8.8	30.2	**100.0**	7.6	48.3	7.4	10.6	26.2	**100.0**	9.7	41.8	9.9	10.5	28.1	**100.0**
Amazonas	4.4	48.8	5.5	7.2	34.1	**100.0**	6.0	47.0	5.9	8.5	32.6	**100.0**	7.9	40.9	8.0	8.5	34.7	**100.0**
Roraima	18.6	36.3	7.1	5.4	32.6	**100.0**	9.1	47.2	8.0	8.8	26.9	**100.0**	11.6	39.9	9.5	9.8	29.2	**100.0**
Pará	4.5	46.3	6.1	6.4	36.7	**100.0**	5.8	46.6	6.8	8.0	32.8	**100.0**	8.2	41.5	9.3	8.3	32.8	**100.0**
Amapá	4.6	45.1	5.3	7.4	37.6	**100.0**	6.9	45.6	5.7	8.9	32.8	**100.0**	8.8	38.7	8.1	10.1	34.3	**100.0**
Tocantins	5.9	49.3	7.8	7.3	29.6	**100.0**	8.7	47.1	8.9	8.8	26.4	**100.0**	12.4	39.0	12.7	9.1	26.8	**100.0**
Região Nordeste	6.2	47.4	7.5	8.2	30.6	**100.0**	7.7	46.7	8.4	9.9	27.2	**100.0**	10.5	40.9	11.7	10.7	26.3	**100.0**
Maranhão	4.5	46.5	6.9	7.6	34.5	**100.0**	5.7	46.0	7.3	8.5	32.5	**100.0**	8.0	40.6	9.5	9.0	32.9	**100.0**
Piauí	4.8	49.2	6.3	7.6	31.9	**100.0**	6.43	48.3	7.8	8.9	28.6	**100.0**	9.00	42.7	10.9	9.5	28.0	**100.0**
Ceará	4.7	49.3	7.4	7.5	31.1	**100.0**	6.43	48.6	8.5	9.4	27.2	**100.0**	9.4	42.1	11.8	10.5	26.1	**100.0**
Rio Grande do Norte	5.1	48.1	7.7	7.0	32.1	**100.0**	6.6	47.8	8.9	8.9	27.8	**100.0**	9.3	41.4	12.5	10.1	26.8	**100.0**
Paraíba	6.1	48.4	8.1	8.3	29.1	**100.0**	7.6	48.0	9.2	9.6	25.7	**100.0**	9.9	42.3	12.6	10.3	25.0	**100.0**
Pernambuco	6.8	46.7	8.2	9.0	29.3	**100.0**	8.0	46.3	9.2	10.7	25.7	**100.0**	10.7	40.3	12.5	11.4	25.1	**100.0**
Alagoas	6.0	49.9	7.6	8.3	28.2	**100.0**	7.1	48.9	8.0	10.0	26.0	**100.0**	9.5	43.1	11.1	10.6	25.7	**100.0**
Sergipe	7.8	47.4	7.9	9.3	27.5	**100.0**	8.8	47.4	8.7	11.2	23.9	**100.0**	11.4	41.8	11.5	12.0	23.3	**100.0**
Bahia	7.8	46.0	7.3	8.6	30.4	**100.0**	9.6	44.9	8.3	10.5	26.6	**100.0**	12.7	39.2	11.8	11.4	25.0	**100.0**
Região Sudeste	7.2	48.8	10.5	8.4	25.1	**100.0**	9.7	47.5	11.5	10.7	20.6	**100.0**	13.0	40.0	14.5	11.0	21.5	**100.0**
Minas Gerais	7.0	51.0	8.9	9.1	24.0	**100.0**	9.4	49.2	10.1	10.9	20.5	**100.0**	12.8	41.2	13.5	11.4	21.1	**100.0**
Espírito Santo	6.0	51.3	9.1	7.8	25.8	**100.0**	8.4	50.4	10.9	10.3	20.0	**100.0**	11.9	42.0	15.4	10.6	20.1	**100.0**
Rio de Janeiro	9.0	42.3	11.5	9.7	27.5	**100.0**	11.6	42.4	12.2	11.9	21.9	**100.0**	15.4	36.0	14.9	11.9	21.9	**100.0**
São Paulo	6.6	50.3	11.0	7.6	24.5	**100.0**	9.1	48.7	11.8	10.2	20.2	**100.0**	12.1	40.9	14.8	10.5	21.7	**100.0**
Região Sul	6.5	52.1	11.4	7.2	22.9	**100.0**	9.4	49.9	12.9	9.2	18.6	**100.0**	12.8	41.1	17.3	9.5	19.3	**100.0**
Paraná	5.8	54.1	10.3	7.2	22.6	**100.0**	8.5	51.5	12.2	9.2	18.7	**100.0**	11.5	43.0	16.2	9.6	19.8	**100.0**
Santa Catarina	4.8	56.7	10.2	6.0	22.3	**100.0**	7.6	53.7	12.5	8.2	17.9	**100.0**	11.1	43.5	17.8	8.6	19.0	**100.0**
Rio Grande do Sul	7.8	48.4	12.8	7.7	23.4	**100.0**	11.1	46.6	13.8	9.8	18.8	**100.0**	14.9	38.0	18.1	10.0	19.0	**100.0**
Região Centro-Oeste	6.7	48.5	9.0	8.0	27.8	**100.0**	9.5	47.7	10.6	10.1	22.2	**100.0**	12.8	39.9	14.5	10.2	22.5	**100.0**
Mato Grosso do Sul	6.5	49.7	9.7	7.3	26.8	**100.0**	9.6	48.2	11.1	9.6	21.6	**100.0**	13.3	39.5	15.2	9.9	22.1	**100.0**
Mato Grosso	6.2	52.6	8.8	6.3	26.1	**100.0**	9.5	47.7	10.6	10.1	22.2	**100.0**	12.2	41.4	14.8	8.9	22.7	**100.0**
Goiás	6.9	48.9	9.5	8.7	26.1	**100.0**	9.9	47.9	11.1	10.3	20.8	**100.0**	13.0	39.8	15.1	10.2	22.0	**100.0**
Distrito Federal	6.9	41.0	7.4	9.4	35.3	**100.0**	9.3	43.3	8.9	11.9	26.7	**100.0**	12.6	39.0	12.0	12.3	24.2	**100.0**

Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 – IBGE.

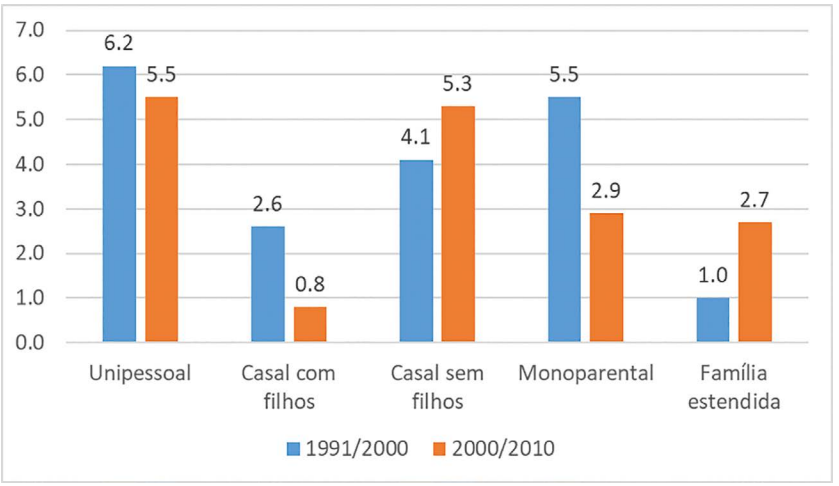
Em termos regionais, destaca-se o Rio Grande do Sul, que apresenta uma das mais elevadas proporções de casais sem filhos e de domicílios unipessoais do Brasil (Tabela 3), que se conjuga com uma das menores TFT do país (Tabela 2). De fato, o Rio Grande do Sul apresenta uma estrutura etária extremamente envelhecida, o que se relaciona diretamente com a reduzida taxa de fecundidade total (TFT), ou seja, o número médio de filhos que uma mulher poderia ter dentro de uma coorte hipotética (15 a 49 anos de idade), considerando o final do seu período reprodutivo feminino (CARGNIN, *et al.*, 2013). Nesse estado, a TFT passou de 2,30 filhos, em 1991, para 1,75 filho, em 2010, abaixo do nível de reposição de 2,1 filhos. Em 2020, o estado atingiu uma TFT ainda menor: 1,55 filho por mulher (Tabela 2). Segundo o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2022), a diminuição das taxas de fecundidade, em conjunto com o aumento da expectativa de vida, determinou um processo de envelhecimento da população mais avançado nesse estado, em relação ao restante do país.

O avanço da razão de dependência de idosos no Rio Grande do Sul e nos demais estados com alto índice de envelhecimento tende a abreviar o período do bônus demográfico, que consiste em um momento demográfico em que a maior parte da população é jovem ou adulta e encontra-se ativa no mercado de trabalho. É provável que, nesse estado, já esteja acontecendo o ônus demográfico nos últimos anos. O rápido envelhecimento tem efeitos restritivos sobre o crescimento econômico regional, além do impacto sobre o regime previdenciário dos setores público e privado dos estados e municípios. Por fim, o crescimento da população idosa traz uma série de desafios para as políticas sociais e habitacionais, em particular para a projeção do espaço construído e a acessibilidade (APARICIO; SILVA NETO, 2021). Em termos da geografia da família, o envelhecimento aumenta a duração do tempo de união ou de casamento, de modo que se amplia o tempo vivido em comum após a saída dos filhos de casa. Também tende a aumentar o tempo de viuvez, ampliando, em termos relativos, os domicílios unipessoais com idosos.

Os arranjos com maior taxa de crescimento no país são aqueles que não têm filhos: domicílios unipessoais e casais sem

filhos (Gráfico 4). Há uma tendência nítida de crescimento dos domicílios formados por casais sem filhos e unipessoais desde a década de 1990. Chama à atenção a evolução da taxa de crescimento dos casais sem filhos entre 1991 e 2010. Tal comportamento familiar se relaciona com as modificações nos padrões de residência no país, constatadas desde a década de 1990 (BILAC, 2003). A região Sul apresenta a maior proporção de casais sem filhos em todo o período. Por um lado, há casais que optam por não ter ou por adiar o primeiro filho. Por outro lado, a maior longevidade tem aumentado o tempo médio de duração de casamento ou de união estável para famílias na fase de dispersão do ciclo de vida, isto é, casais que tiveram filhos, mas que já saíram da casa dos pais.

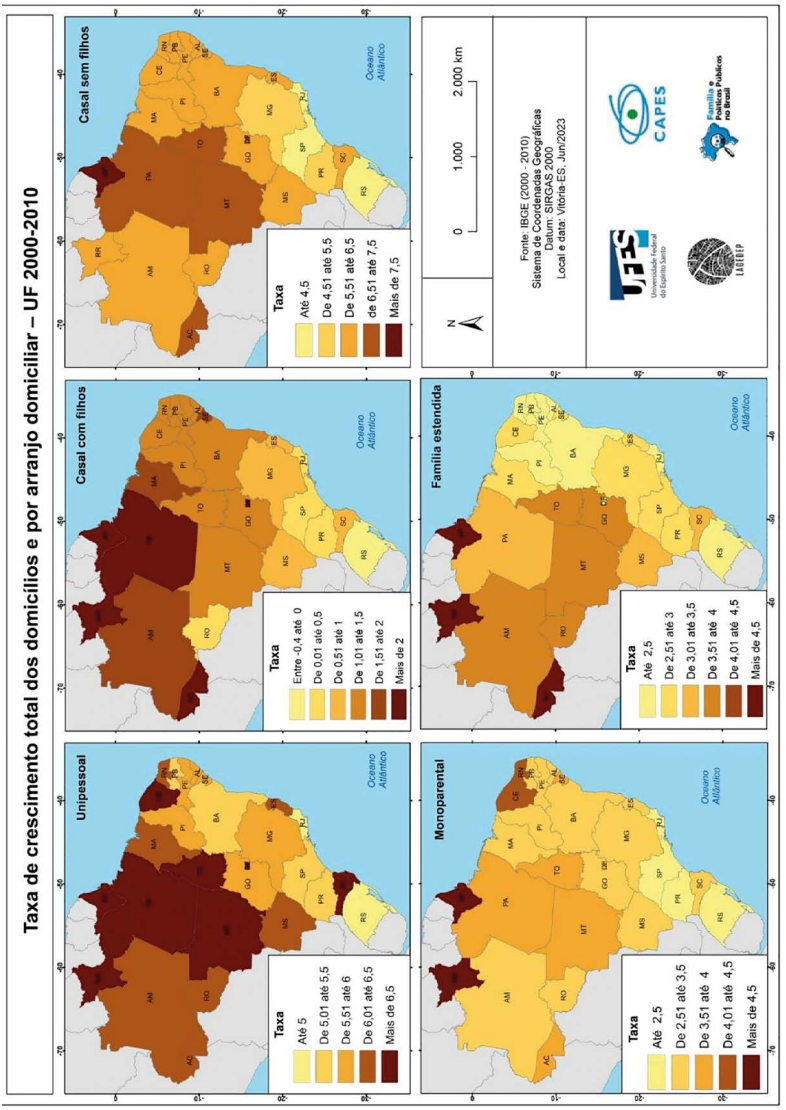
Gráfico 4 – Taxa de crescimento dos domicílios conforme tipo de arranjo domiciliar (%) — 1991/2000 e 2000/2010 — Brasil



Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 – IBGE.

Em contraposição ao maior ritmo de crescimento observado para os arranjos domiciliares de casais sem filhos e os domicílios unipessoais, percebe-se a forte desaceleração dos casais com filhos em todo o país (Mapa 1), tendo o Rio Grande do Sul uma taxa de crescimento negativo para os casais com filhos entre 2000 e 2010. A seguir, o Mapa 1, com a Taxa de crescimento dos domicílios total e por arranjo domiciliar – UF 2000-2010.

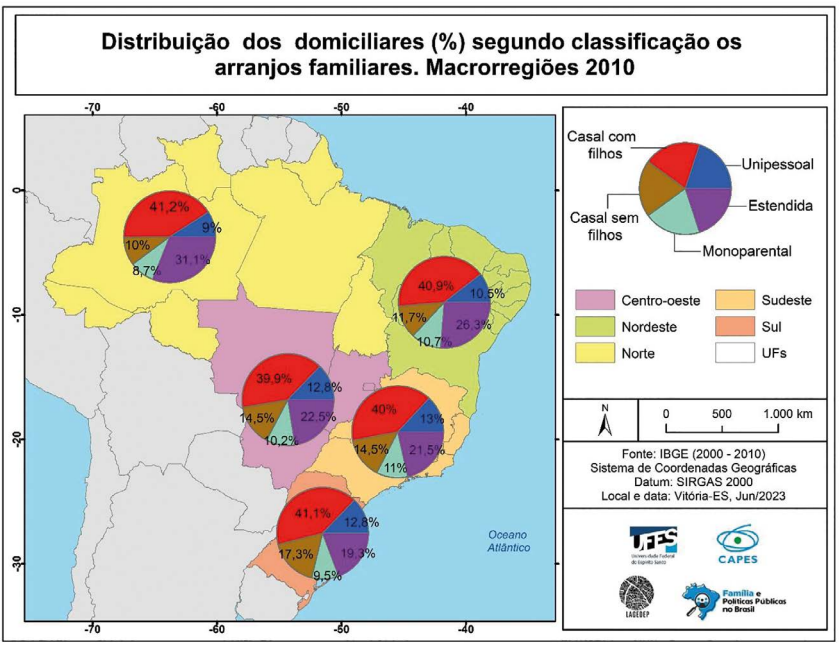
Mapa 1 – Taxa de crescimento dos domicílios total e por arranjo domiciliar – UF 2000-2010



Fonte: Censos Demográficos, 2000 e 2010 – IBGE.

Desse modo, para melhor visualização, foi elaborado o Mapa 2, que mostra a distribuição dos domicílios segundo classificação de arranjos domiciliares em relação às macrorregiões, considerando os dados do Censo demográfico 2010. É evidente a maior proporção de famílias estendidas nas regiões Norte e Nordeste, o que se relaciona com as históricas desigualdades regionais brasileiras.

Mapa 2 – Distribuição dos domicílios, segundo a classificação de arranjos domiciliares das macrorregiões em 2010



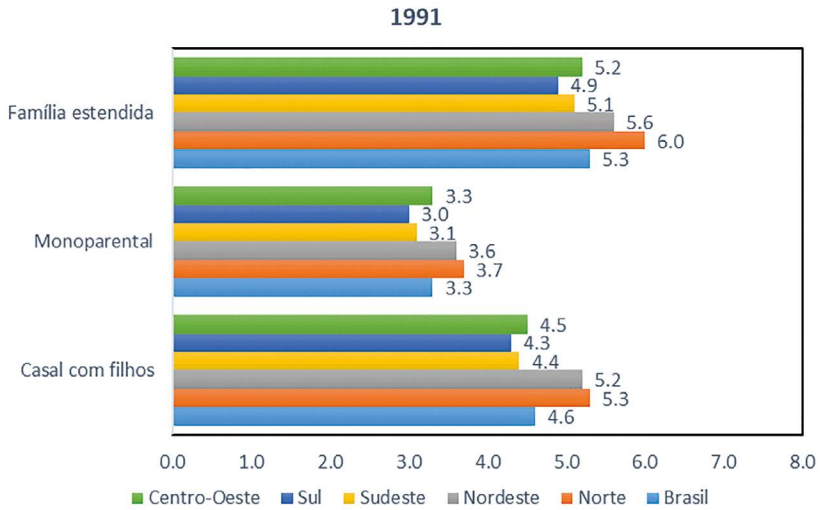
Fonte: Censos Demográficos, 2000 e 2010 – IBGE.

Outro fenômeno decorrente das mudanças nas famílias e da queda da fecundidade é a gradativa diminuição do tamanho médio dos domicílios no país, apontada pela literatura da demografia das famílias e domicílios. Tal mudança apresenta particularidades regionais, como as apontadas nos Gráficos 5, 6 e 7.

Embora os arranjos domiciliares com maior número médio de moradores, ao longo de todo o período, se encontrem nas regiões Norte e Nordeste, já se nota uma progressiva diminuição do indicador. Tais constatações evidenciam o processo de verticalização das famílias (WAJNMAN, 2012; MARCONDES, 2019). Com a diminuição da TFT, ocorre uma menor disponibilidade de parentes,

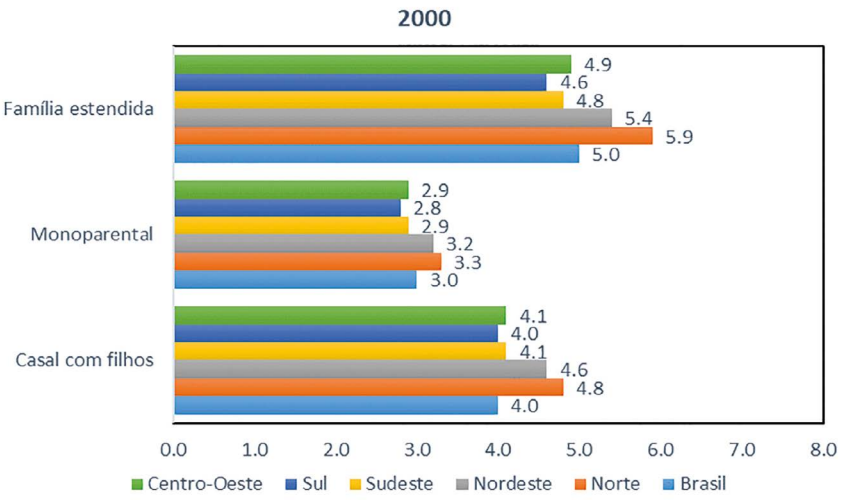
tais como irmãos, primos, sobrinhos. Esse fenômeno tende a levar a uma carga maior de serviços de cuidado, em especial, no Brasil, para as mulheres que nasceram em famílias com um único filho.

Gráfico 5 – Distribuição dos domicílios, segundo o tamanho médio do domicílio por tipo de arranjo domiciliar (em %) — Brasil e Grandes Regiões, 1991



Fonte: Censo Demográfico, 1991 – IBGE.

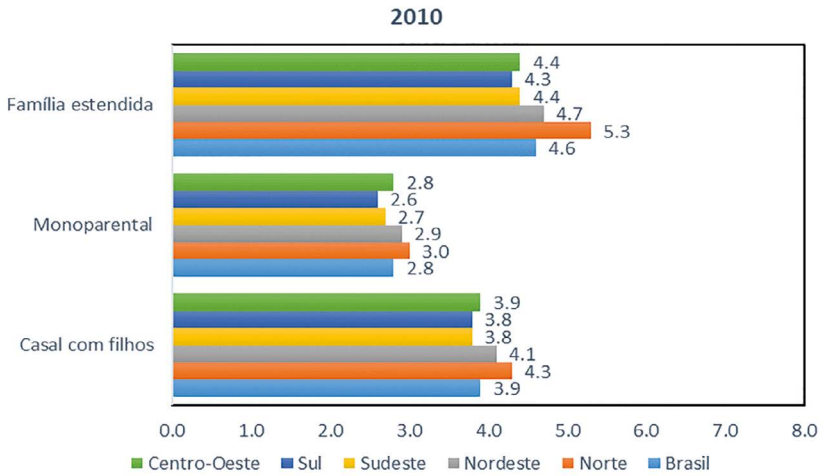
Gráfico 6 – Distribuição dos domicílios, segundo o tamanho médio do domicílio por tipo de arranjo domiciliar (em %) – Brasil e Grandes Regiões, 2000



Fonte: Censo Demográfico, 2000 – IBGE.

Existem estudos demográficos que indicam o crescimento das situações da chamada "geração sanduíche" (MARCONDES, 2019), que consiste em um grupo formado, majoritariamente, por mulheres adultas que cuidam tanto dos filhos e dos netos dependentes quanto dos seus próprios pais em idade avançada. Essas mulheres podem estar presentes nos três tipos de arranjos nos quais aparecem filhos: casais com filhos, arranjos monoparentais e famílias estendidas. Pode-se dizer que a situação das mulheres que chefiam arranjos monoparentais tende a ser mais difícil, pois, em geral, são as únicas provedoras do arranjo doméstico. A análise dos Gráficos 5, 6 e 7 mostra que os arranjos monoparentais com maior tamanho médio se encontram nas regiões Norte e Nordeste.

Gráfico 7 – Distribuição dos domicílios, segundo o tamanho médio do domicílio por tipo de arranjo domiciliar (em %) – Brasil e Grandes Regiões, 2010



Fonte: Censo Demográfico, 2010 – IBGE.

Os estudos teóricos e empíricos sobre o Estado do Bem-Estar Social demonstram a necessidade de programas de transferência de renda para os arranjos familiares que contêm crianças e adolescentes, em especial, aqueles que apresentam um único provedor (MCDONALD, 2000; LEITNER, 2003; BARTHOLO, 2009). Tendo em conta os estudos internacionais sobre os sistemas de proteção social, há uma relação positiva entre o nível de cobertura das atribuições de cuidado pelo Estado

e a menor pobreza feminina. No contexto brasileiro, a provisão de serviços públicos (em especial, creches e pré-escolas) serve como atenuante da pobreza para os arranjos monoparentais, casais e filhos e arranjos com famílias estendidas chefiadas por mulheres, ao permitir a maior participação feminina no mercado de trabalho. Isso mostra como as considerações da geografia da família podem ser úteis para o planejamento das políticas sociais em termos regionais.

Considerações finais

No Brasil, existem diferenciadas estruturas familiares no espaço. A configuração mais tradicional é formada pela família nuclear. Ao longo dos anos, no entanto, outros arranjos se expandiram, sendo os mais frequentes os arranjos monoparentais, os casais sem filhos e os domicílios unipessoais.

As pesquisas da Geografia da população sobre arranjos domiciliares são importantes para o entendimento da dinâmica espacial das famílias e dos domicílios, além de possibilitar análises sobre habitação, economia e mercado de trabalho, entre outros temas, bem como dar subsídios à elaboração de políticas públicas urbanas e rurais.

Observam-se algumas mudanças nas estruturas familiares em termos regionais, como o forte crescimento dos arranjos domiciliares com casais e filhos e domicílios unipessoais no Rio Grande do Sul, o que decorre do avançado processo de envelhecimento. Nas regiões Norte e Nordeste, apesar da redução da fecundidade e do processo de envelhecimento, persiste uma elevada proporção de famílias estendidas, o que está atrelado a vários fatores como as questões de manutenção das funções domésticas, em particular, o cuidado de crianças, adolescentes e idosos, que vivem cada vez mais. As análises da classificação dos arranjos domiciliares, portanto, mostram certos traços da dinâmica familiar e domiciliar, os quais podem ser integrados a uma perspectiva geográfica, uma vez que há seletividade para certos tipos de arranjo domiciliar, em determinadas regiões e estados.

Por fim, é preciso estar atento à situação das mulheres chefes de arranjos domiciliares, em particular, às famílias estendidas e

aos arranjos monoparentais, pois, nesses arranjos, há uma série de atividades de cuidado dos membros dos domicílios.

Este estudo vai além das análises quantitativas da Geografia da população. Assim, são necessários estudos qualitativos que permitam caracterizar, em profundidade, a face espacial das situações de desigualdade de renda, de gênero, de raça e de acesso a redes de apoio familiar, comunitário e governamental.

Referências bibliográficas

ALVES, J. E. D. Bônus demográfico no Brasil: do nascimento tardio à morte precoce pela Covid-19. **R. Bras. Est. Pop**., v. 37, p. 1-18, 2020.

APARICIO, C. A. P. Notas sobre a operacionalização dos conceitos de família e domicílio na Pnad e na PCV, 09/2018, **Textos NEPO** (UNICAMP), v. 85, p. 1-55, Campinas, 2018. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_85.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

APARICIO, C. A. P.; SILVA NETO, M. L. Projeções domiciliares como instrumento para a formulação de políticas de planejamento metropolitano. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, n. 6, 2021. **Anais** [...]. Brasília: UnB, v. 1, 2021. p. 2.364-2.365.

ATLAS Socioeconômico do Rio Grande do Sul. **Pirâmides etárias e envelhecimento da população**. O RS tem o mais alto Índice de envelhecimento do Brasil. 7. ed. Porto Alegre, 2022 [on-line]. Disponível em: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/piramides=-etarias-e-envelhecimento-da-populacao#:~:text-A%20queda%20nas%20taxas%20de,8%25%20acima%20de%2060%20anos. Acesso em: 11 mar. 2023.

BARBANO, L. M.; CRUZ, D. M. C. da. Para além da narrativa trabalho-família: promoção de equidade de gênero entre mães trabalhadoras. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Brasília, v. 22, n. 2, jun. 2022, p. 1987-1992. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S1984-66572022000200008&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 5 jul. 2023.

BARTHOLO, L. **Articulação trabalho-família, bem-estar infantil e o aproveitamento da janela de oportunidades demográfica**: a proteção social brasileira das crianças entre 0 e 6 anos no início do século XXI. Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UNICAMP), Campinas, 2009. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/1610542. Acesso em: 23 mar. 2023.

BILAC, E. D. **Estruturas familiares e padrões de residência**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2003.

CAMARANO, A. A. (org.). **Novo regime demográfico:** uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

CARVALHO, J. A. M. de; BRITO, F. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. **Rev. Bras. Estud. Popul**., v. 22, n. 2, p. 351-369, 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-30982005000200011. Acesso em: 12 fev. 2023.

CUNHA, J. M. P. **Urbanización, redistribución espacial de la población y transformaciones socioeconómicas en América Latina**. Serie Población y Desarrollo, n. 30. Santiago de Chile: CELADE-FNUAP, 2002.

CUNHA, J. M. P. A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (des) continuidades e rupturas. *In*: ARRETCHE, M. (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Unesp, 2015.

CUNHA, J. M. P. Mobilidade espacial da população e o espaço intraurbano: contribuições da demografia. *In*: MARCONDES, G. S.; CUNHA, M. F. (org.). **Questões demográficas contemporâneas: olhares multidisciplinares.** São Leopoldo: Oikos, 2022.

DEMÉTRIO, N. B. **Espaços regionais da agricultura globalizada e as novas migrações do agronegócio no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População, Unicamp, 2020.

GOLDANI, A. M. Relações intergeracionais e reconstrução do estado de bem-estar. Por que se deve repensar essa relação no Brasil? *In*: CARAMANO, A. A. (org.). **Os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Disponível em: https://docplayer.com.br/186018-Relacoes-intergeracionais-e-reconstrucao-do-estado-de-bem-estar-por-que-se-deve-repensar-essa-relacao-para-o-brasil.html. Acesso em: 10 out. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html?=&t=publicacoes . Acesso em: 12 fev. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2000/inicial. Acesso em: 12 fev. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial. Acesso em: 12 fev. 2023.

GIVISIEZ, G.; OLIVEIRA, E. **Demanda futura por moradias: demografia, habitação e mercado**. 1. ed. Niterói: UFF, Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, 2018, [on-line]. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/21478. Acesso em: 23 fev. 2023.

LEITNER, S. Varieties of familialism: The caring function of the family in

comparative perspective. **European Societies**, v. 5, n. 4, 2003, p. 353-375. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1461669032000127642. Acesso em: 23 fev. 2023.

LESTHAEGHE, R. The Unfolding Story of the Second Demographic Transition. **Population and Development Review**, v. 36, n. 2, 2010, p. 211-251. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/25699059. Acesso em: 1 maio 2023.

MARCONDES, G. S. **Avós que residem com netos: características dos arranjos doméstico-familiar multigeracionais no Brasil a partir de 1990**. Campinas: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó", Unicamp, 2019, p. 25. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_88.pdf. Acesso em: 11 mar. 2023.

MARQUES, M. I. do M. Geografia da família, aspectos teóricos e abordagens qualitativas: uma introdução. **Geografares**, [S. l.], v. 2, n. 34, 2022, p. 94-111. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/38506. Acesso em: 11 mar. 2023.

MARTINE, G.; MCGRANAHAN, G. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. *In*: **População e Cidades; subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2010. p. 11-24.

MCDONALD, P. An assessment of policies that support having children from the perspectives of equity, efficiency and efficacy. *In*: **Demographic Yearbook**, Vienna, 2006, p. 213-234.

OECD. **Family Database. Family size and household composition**. Disponível em: https://www.oecd.org/els/family/SF_1_1_Family_size_and_composition.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

OIM. **Monitoramento do fluxo da população venezuelana**. ONU Migração, março 2023. Disponível em: https://dtm.iom.int/es/reports/brasil-monitoreo-de-flujo-de-poblacion-venezolana-en-roraima-7-marco-2023?close=true Acesso em: 15 jun. 2023.

OLIVEIRA, M. C. F. A.; VIEIRA, J. M.; MARCONDES, G. S. Cinquenta anos de relações de gênero e geração no Brasil. *In*: ARRETCHE, M. (org.). **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Unesp, 2015.

THERBORN, G. **Sexo e poder**: a família no mundo 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006. p. 510.

WAJNMAN, S. **Demografia das famílias e dos domicílios brasileiros.** 2012. 161 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2012. Disponível em: https://www.rebep.org.br/revista/issue/download/60/pdf_679. Acesso em: 15 jun. 2023.

Mudanças no perfil etário da mobilidade residencial nas grandes aglomerações urbanas

Cimar Alejandro Prieto Aparicio
Gearley Leopoldino Veloso

Introdução

A migração interna no Brasil, entre as décadas de 1940 e 1970, foi marcada pela corrente migratória rural-urbana. Um dos aspectos desse dinamismo reside no deslocamento de indivíduos e famílias inteiras de áreas economicamente estagnadas em direção às grandes cidades nas regiões Sul e Sudeste e às áreas de fronteira agrícola no Norte e no Centro-oeste. Estes movimentos migratórios são o resultado de tendências da mobilidade espacial da população, tanto centrífugas como centrípetas (MARTINE, 1990; PATARRA, 2003).

As tendências centrípetas foram geograficamente determinantes para a formação das principais regiões metropolitanas do país (CUNHA, 2005) durante as décadas de intensa migração rural-urbana. Nas últimas décadas, a relação entre urbanização e migração se modificou, em consequência de mudanças estruturais tanto econômicas como demográficas, uma vez que os fluxos de longa distância típicos da segunda metade do século XX perdem força e dão lugar aos movimentos de curta distância, que constituem expoentes espaciais da expansão urbana (DOTA; FERREIRA, 2019).

Houve um intenso crescimento da migração urbana-urbana, sobretudo a mobilidade intrametropolitana. A década de 1970 registrou o maior crescimento da população nas nove regiões metropolitanas federais. Embora tal processo tenha desacelerado a partir dos anos 1980, a relevância social e demográfica das regiões metropolitanas se manteve nas últimas décadas, em que a população metropolitana concentra quase um terço da população brasileira (CUNHA, 2018). Mais ainda, a literatura

tem apontado a contribuição da migração intrametropolitana nos processos de expansão das metrópoles (CUNHA, 2022). Assim, a migração intrametropolitana está relacionada com a mobilidade residencial que ocorre de um município para outro em uma região metropolitana, ou seja, ultrapassando os limites das unidades político-administrativas municipais. A mobilidade residencial em si, no entanto, não se restringe à migração intrametropolitana *stricto sensu*, pois há mudanças de residência que ocorrem dentro dos limites político-administrativos.

De acordo com a definição canônica, a migração consiste em um deslocamento de uma unidade administrativa para outra, em um período determinado, que resulta em uma mudança de residência (NACIONES UNIDAS, 1972). Ao se considerar os fluxos migratórios de curta distância, os conceitos de migração intrametropolitana e de mobilidade residencial, por vezes, esses fluxos são confundidos nos estudos de população (DOTA, 2023). Tal confusão restringe a captação da trajetória de mobilidade residencial, sobretudo para as mobilidades residenciais de caráter permanente que ocorrem dentro dos limites político-administrativos, por exemplo, as mudanças de domicílio na mesma rua, no mesmo bairro ou para outro bairro dentro do próprio município.

A discussão sobre as especificidades de diferentes conceitos e das fontes de dados para mobilidade espacial da população mostra que os estudos migratórios captam apenas uma parte das etapas de mobilidade residencial. O cenário de crescente migração de curta distância, em um contexto de conurbação típico da expansão metropolitana (DOTA, 2023), por si só, justifica os estudos da mobilidade residencial na escala metropolitana. Por outro lado, há, ainda, outro elemento a ser considerado no estudo da mobilidade residencial em regiões metropolitanas: o processo de envelhecimento populacional. Conforme a literatura demográfica, a mudança na estrutura etária da população impacta medidas de período, tais como a taxa específica de fecundidade, as taxas de mortalidade e os indicadores de migração interna (GRUPO DE FOZ, 2021).

Nesse sentido, tanto a migração interna quanto a mobilidade residencial devem ser ponderadas pelos efeitos de composição

decorrentes do aumento da idade mediana da população brasileira (GRUPO DE FOZ, 2021). Mais ainda, visto que o processo de envelhecimento decorre principalmente da queda do nível da fecundidade, a componente migratória do crescimento populacional adquire crescente relevância social em relação à componente vegetativa ou natural. Além disso, também é observado um gradativo adiamento da idade média da primeira união ou do primeiro casamento no país (OLIVEIRA; VIEIRA; MARCONDES, 2015). Essas considerações sobre as mudanças na estrutura etária da população e na nupcialidade sugerem um entendimento mais aprofundado do aspecto etário envolvido na análise da trajetória de mobilidade residencial nas grandes aglomerações urbanas.

Mobilidade residencial como uma trajetória do curso de vida

A migração interna pode ser estudada a partir dos Censos Demográficos e das PNADs, com a limitação de que não é possível identificar todas as suas etapas, tanto para a migração na infância e na adolescência como para a migração adulta. Assim, torna-se ainda mais difícil a mensuração da mobilidade residencial. Não existem quesitos sobre as mobilidades acumuladas por indivíduo ao longo da vida nas fontes de dados. A análise da mobilidade residencial demanda informações sobre as características da etapa ou da ordem de migrações e mobilidades residenciais realizadas por um indivíduo ao longo da vida, o que simplesmente não é captado pelos censos. Na realidade, os quesitos dos censos permitem a identificação de algumas das etapas migratórias dos indivíduos, mas não necessariamente de todas. Assim, ao se avaliar a mobilidade residencial intrametropolitana, pode haver mudanças habituais desconsideradas porque ocorreram dentro do município.

Há uma importante literatura internacional que considera a migração interna como uma trajetória do curso de vida dos indivíduos e de suas famílias. Nessa perspectiva, as decisões balizadoras de migração tendem a ocorrer em conjunção com determinados eventos do curso de vida (SCHACHTER, 2001;

KULU; MILEWSKI, 2007; GROOT; MULDER; DAS; MANTING, 2011; BERNARD, 2022). Em particular, as etapas da mobilidade espacial da população podem ser sincronizadas com os eventos do curso de vida, no qual a ocorrência de um acarreta rapidamente outro evento (MULDER; WAGNER, 1993). Particularmente, a transição para a vida adulta é um momento-chave do curso de vida dos sujeitos (VIEIRA, 2008).

Existe uma mudança no momento e na velocidade da transição para a vida adulta no mundo desenvolvido, conforme Billari e Liefbroer (2010) e Bernard (2022), um fenômeno que também ocorreu no Brasil nas últimas décadas (VIEIRA, 2008). Desse modo, as evidências empíricas indicam uma mudança progressiva da idade média da primeira migração para idades mais velhas em vários países desenvolvidos (BELL *et al*., 2018b). A análise do padrão etário da migração pode ser utilizada para compreender a transição para a vida adulta em seus aspectos principais: saída da casa dos pais, entrada no mercado de trabalho, união e primeiro casamento (formação da família) e paternidade (BILLARI; LIEFBROER, 2010; BERNARD; BELL; CHARLES-EDWARDS, 2014).

O entendimento das mudanças na transição para a vida adulta exige uma análise específica do perfil etário da mobilidade espacial da população, pois existem marcos temporais na trajetória do curso de vida que explicam a formação de novos arranjos domiciliares. A análise do perfil etário da migração é um aspecto relevante no entendimento dessas mudanças (BERNARD, 2022), constituindo um desafio para os estudos empíricos da população. Há uma série de métodos de análise da propensão a ter o primeiro filho ou do padrão etário da morbimortalidade, mas o mesmo não ocorre para os indicadores migratórios. Ainda que existam regularidades identificáveis na propensão a migrar por idade, as variações nos padrões etários da migração são muito maiores do que no caso da mortalidade e da fecundidade (GRUPO DE FOZ, 2021). Além disso, as fontes de dados em geral permitem a elaboração de indicadores a partir de uma abordagem de período, mas não do ponto de vista das gerações ou coortes que compõem uma população (BERNARD, 2022).

Na abordagem de período, os dados são analisados de modo transversal. Por exemplo, o censo demográfico brasileiro permite uma análise de indicadores de mortalidade, da fecundidade ou da nupcialidade a partir de um ponto no tempo, em que se consideram simultaneamente todas as gerações ou coortes presentes no ano de referência da pesquisa, de modo que não é possível a sua desagregação por coorte. Somente no caso específico da análise da fecundidade, os dados de fecundidade acumulada permitem, em parte, considerar características de coorte. Tal situação é ainda mais problemática na análise da mobilidade residencial.

Ao estudar a dinâmica de formação das famílias, Reher (1998) distingue a constituição das famílias nas sociedades do norte e sul da Europa em termos culturais. As sociedades do Norte da Europa tendem a possuir "laços familiares fracos", apresentando como traço comum o abandono precoce do lar. Diferentemente, as sociedades do sul da Europa apresentam "laços familiares fortes" marcados por uma saída tardia da casa dos pais. Esse fato tem sido associado à especificidade dos padrões de transição para a vida adulta e de formação de famílias no sul da Europa (DALLA ZUANNA, 2001; MICHELI, 2000), bem como ajuda a entender a redução expressiva da fecundidade no continente europeu.

As taxas positivas de migração para adultos jovens podem ser associadas à formação de novos domicílios, que podem ser interpretadas como etapas da transição para a vida adulta articuladas com o ciclo de vida familiar: o início da família com o casamento, a expansão da família a partir do nascimento de um filho em conjunto com inserção da pessoa responsável do domicílio e/ou do cônjuge no mercado de trabalho (LESLIE E RICHARDSON, 1961). Ao longo do ciclo de vida da família, a formação de um novo arranjo domiciliar pode estar associada a fatores laborais e educacionais, como a inserção em um novo emprego, o desemprego, o término da educação básica ou a entrada no ensino superior, bem como a eventos familiares, como o casamento, a separação e o divórcio, o recasamento, o nascimento do primeiro filho, a saída dos filhos de casa ou o falecimento de um membro da família (MULDER; WAGNER,

1993; BERNARD; BELL; CHARLES-EDWARDS, 2014). O indicador de propensão a migrar atinge seu ápice na idade adulta jovem; em seguida tende a declinar, conforme a idade avança, mas pode voltar a aumentar na idade da aposentadoria (BERNARD, 2014). Por exemplo, a mobilidade residencial de jovens adultos pode ser desencadeada pela busca de uma nova residência para estudo ou trabalho (GORSKY *et al.*, 2001).

Considerando os aspectos espaciais da migração, em termos da relação entre idade e sexo, a migração de curta distância está mais diretamente relacionada à união conjugal (casamento ou união estável) e à consequente formação de novos domicílios, em especial, para adultos jovens, enquanto a migração de longa distância pode conter um diferencial por sexo relacionado à entrada ou à saída do mercado de trabalho (MULDER; WAGNER, 1993). Dado que se vive um período de intensa migração de curta distância, aqui, se coloca a perspectiva de entender a trajetória de mobilidade residencial de arranjos domiciliares em termos dos momentos-chave do curso de vida dos indivíduos e de suas famílias.

A transição para a vida adulta foi examinada por Corijn e Klijzing (2001) em nove países da Europa ocidental. O estudo indica que a tendência era, basicamente, o adiamento do casamento e da paternidade, com uma crescente desconexão entre a saída de casa e o casamento, bem como entre o casamento e o primeiro filho. Conforme Billari e Liefbroer (2010), em razão de questões culturais, econômicas e sociais, a transição da juventude para a vida adulta tem se tornado tardia, prolongada e complexa. Há, ainda, outra dificuldade relacionada ao estudo da trajetória migratória de indivíduos, conforme Bernard, Bell e Charles-Edwards (2014) e Bernard (2022). No período intercensitário, pode haver mudanças nos indicadores de período de migração ou da mobilidade residencial que não necessariamente se relacionam com efetivas alterações no *quantum* da migração, mas, sim, com a alteração na idade média da migração. O crescimento de um indicador de período pode estar associado não ao *quantum*, mas ao efeito "tempo", relativo a mudanças no padrão etário dos migrantes, o que distorce a medida obtida pelos dados transversais (BONGAARTS;

FEENEY, 1998; ORTEGA; KOHLER, 2002). Assim, Bongaarts e Feeney (2008) definem o efeito "tempo" como uma inflação ou uma deflação artificial da medida de período de um evento demográfico, em razão de uma mudança na idade média em que o evento ocorre. Embora os autores não tenham considerado diretamente a migração, o raciocínio pode se aplicar diretamente aos movimentos populacionais (BERNARD, 2022). As medidas de período de migração, tal como a intensidade da migração bruta, representam a experiência composta de diferentes coortes. Consequentemente, as medidas periódicas de migração também podem ser distorcidas pelo efeito "tempo".

Conforme indica a literatura internacional (BERNARD; BELL; CHARLES-EDWARDS, 2014; BERNARD, 2022), há uma progressiva alteração da migração para idades mais elevadas, devido ao processo de envelhecimento, o que, por hipótese, também se considera que ocorra no Brasil. É provável que o quadro descrito resulte em dois processos interligados, os quais exercem impactos diferenciados nos níveis gerais de migração: (1) o efeito "tempo", que resulta em uma subestimação transitória da migração nos dados do período; e (2) um efeito de envelhecimento da migração, que produz um declínio progressivo na migração de ordem superior, pois o risco de migrar é adiado para idades mais avançadas, em que a probabilidade de migração é menor. Nesse sentido, a medição dos indicadores de migração interna pela abordagem de coorte permitiria quantificar somente a variação efetiva da migração interna, isto é, o efeito *quantum*, retirando o efeito "tempo" (BERNARD, 2022).

Além disso, a aplicação da abordagem de coorte torna-se fundamental para o conhecimento aprofundado das tendências de mobilidade espacial da população em um contexto de envelhecimento, conforme aponta a literatura internacional, pois tende a aumentar o valor do componente migratório do crescimento populacional em relação ao componente natural ou vegetativo. Portanto, a medição da mobilidade espacial da população pela abordagem de coorte pode auxiliar no entendimento da real magnitude da mobilidade residencial, em particular, nas regiões metropolitanas.

Mudanças nas famílias e processos de mobilidade residencial no Brasil metropolitano

As famílias vivem uma série de transformações na passagem do século XX para o XXI, relacionadas às mudanças em tendências populacionais, em especial, o envelhecimento da população, decorrente da queda da fecundidade e do aumento da expectativa de vida da população (OLIVEIRA; VIEIRA; MARCONDES, 2015; WAJNMAN, 2012). A queda da fecundidade a partir da década de 1960 resultou em um menor ritmo de crescimento populacional e, por conseguinte, em uma contínua redução do tamanho médio da família (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2006; APARICIO; FARIAS, 2019).

Ademais, ampliou-se a duração das etapas finais do ciclo de vida familiar. O aumento da expectativa de vida da população permite maior duração de tempo para certas posições geracionais ao longo do curso de vida: cônjuges e viúvos (MARCONDES, 2017). Diante desses aspectos, também é alterada a disponibilidade de parentes, com o menor peso relativo para irmãos, primos e sobrinhos. Em conjunto, há uma série de mudanças na nupcialidade relacionadas ao crescimento de separações e divórcios, bem como das segundas uniões. Todo este cenário faz emergir no contexto metropolitano um novo perfil de arranjos domiciliares, com uma crescente presença de arranjos monoparentais, de casais sem filhos, arranjos estendidos e domicílios unipessoais (WAJNMAN, 2012; CAMARANO, 2014; CIOFFI, 2016).

Quando se considera a família como unidade de análise espacial, constata-se que os eventos familiares têm rebatimentos diretos nos processos de expansão urbana relacionados à mobilidade residencial em regiões metropolitanas (APARICIO; FARIAS, 2019). É preciso pontuar, contudo, que existe uma multiplicidade de situações de vulnerabilidade social nas áreas de expansão urbana. Não se pode afirmar, categoricamente, que as periferias sejam marcadas pela ausência de políticas sociais e de equipamentos públicos, pois existem níveis diferenciados de acesso a serviços de saúde e educação. As áreas periféricas podem ser formadas tanto por comunidades de baixa renda, que construíram

as casas pela autoconstrução, como pela urbanização, por meio de condomínios de alto padrão. Existe uma heterogeneidade social e econômica tanto nas áreas centrais quanto nas periferias, sendo que se observam processos de gentrificação (CUNHA, 2022). Tal heterogeneidade também se observa no padrão espacial das famílias em regiões metropolitanas. Alguns estudos populacionais e geográficos das grandes aglomerações urbanas brasileiras mostram o predomínio de arranjos domiciliares com crianças e adolescentes nas periferias metropolitanas, tais como os casais com filhos e as famílias estendidas (NAKANO, 2015; APARICIO; FARIAS, 2019; BECCENERI; BRUSSE; APARICIO, 2021). Consequentemente, a mobilidade espacial de famílias também pode ser vista como um vetor da expansão urbana, o que é constatado pela análise migratória que considera a família como unidade de análise (BERNARD, 2022).

Embora a literatura indique a tendência de que a família numerosa (em geral, extensa) seja disfuncional no meio urbano, a realidade metropolitana brasileira mostra um cenário diferente em relação aos países do Norte Global. Claramente, há uma dinâmica familiar marcada por uma crescente diversidade dos arranjos domiciliares no espaço urbano, em um contexto de mudança da estrutura etária da população.

Mobilidade espacial da população e expansão urbana na Região Metropolitana da Grande Vitória

A formação da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), ao longo do século XX, decorre da tríade de transformações estruturais processadas pela industrialização, pela migração rural-urbana e pela urbanização acelerada, observada a partir dos anos 1960. Assim, inicialmente, os municípios de Vitória, Vila Velha e Serra receberam um quantitativo sem precedentes de famílias das regiões interioranas do estado, além de famílias oriundas dos estados de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, enviando também capixabas para outros estados, o que decorre de uma política econômica de erradicação dos cafezais

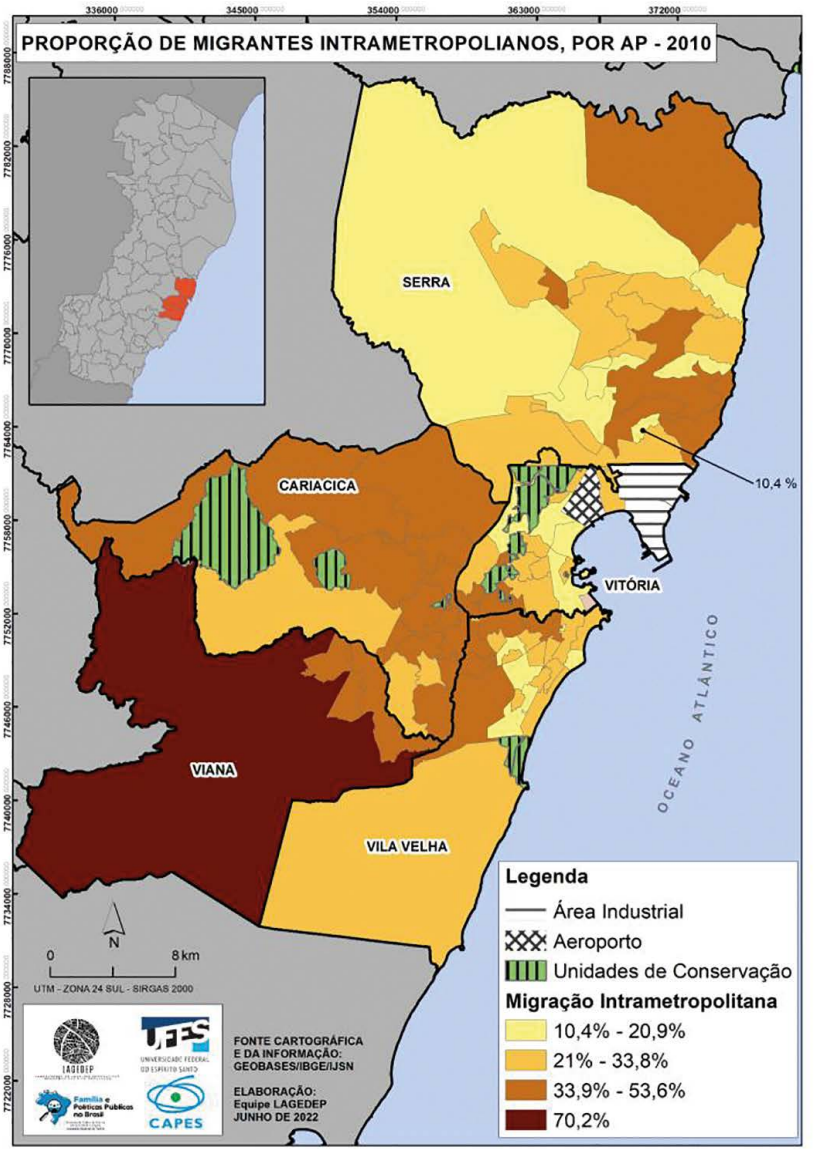
e dos grandes projetos industriais no estado do Espírito Santo. Tal processo de expansão urbana se espalhou, ainda, para os municípios de Cariacica e Viana (BECKER, 1969; DADALTO; DOTA, 2023.

A emergência de Vitória à condição de metrópole nacional é resultado das alterações da sua região de influência na rede urbana brasileira nas últimas décadas (IBGE, 2021). A Região Metropolitana da Grande Vitória foi instituída pela Lei complementar 204, de 22 de junho de 2001, para organizar, planejar e executar funções públicas de interesse comum no âmbito metropolitano, formada pelos municípios de Guarapari, Fundão, Serra, Cariacica, Viana, Vila Velha e Vitória (FREIRE, 2007; ZANOTELLI *et al.*, 2014). Há, assim, uma conurbação na área central da região entre os municípios de Viana, Cariacica, Vila Velha, Serra e Vitória (POUBEL, 2018).

É importante destacar que os limites do arranjo espacial da RMGV e as interrelações entre seus municípios centrais estão diretamente ligados tanto ao contexto histórico e econômico supracitado quanto à própria característica geográfica insular do município de Vitória e as transformações de ordem demográfica (PASTE, 2018). Em termos urbanos, a literatura destaca que a expansão urbana e as transformações populacionais da transição demográfica nas grandes aglomerações urbanas ocorreram de modo concomitante na segunda metade do século XX (CHAMPION, 2001).

Por sua natureza, a migração intrametropolitana tende a ser de curta distância e com características próprias nas áreas centrais e periféricas (NAKANO, 2015; CUNHA, 2018). Na década de 2010, havia intensos fluxos intrametropolitanos na Grande São Pedro em Vitória e, especialmente, em diversos bairros nos municípios ao redor da capital (Mapa 1). Nota-se que a dinâmica da expansão urbana em áreas periféricas na RMGV se associa de modo particular à migração intrametropolitana. Nesse contexto, a migração de grupos familiares molda o espaço urbano a partir do uso e da ocupação do solo, um processo que ocorre via mercado imobiliário formal ou informal.

Mapa 1 – Proporção de migrantes intrametropolitanos por área de ponderação em 2010



Fonte: Censo Demográfico de 2010.

A literatura da demografia da habitação indica que há uma conexão entre os processos de formação de arranjos domiciliares e as estruturas familiares. Certos tipos de estrutura familiar

são mais frequentes em determinadas formas urbanas nas regiões metropolitanas no Brasil (NAKANO, 2015; APARICIO; FARIAS, 2019). Em particular, a formação de novos domicílios relacionada à posse de imóveis de habitação de interesse social ocorre nos momentos de transição para a vida adulta, sendo que um dos eventos mais observados na análise da estrutura familiar é a primeira união (em geral, seguida pelo casamento) e o primeiro filho (APARICIO, 2017). Assim, tendo em conta a literatura consultada referente à demografia das famílias e dos domicílios, a transição para a vida adulta e a mobilidade espacial da população, optou-se, neste trabalho, por entender mais detalhadamente algumas características do padrão etário da mobilidade residencial em uma região metropolitana, considerando as famílias como unidade de análise.

Materiais e métodos

A fim de compreender em profundidade as mudanças no padrão etário da mobilidade residencial nas grandes aglomerações urbanas, o trabalho utilizou como fonte de dados a Pesquisa MigraFamília, realizada na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), em 2022. A metodologia de análise dos processos de mobilidade residencial, conforme Bernard, Bell e Charles-Edward (2014), consiste em um estudo da trajetória de mobilidade residencial de famílias – aqui identificadas por meio dos arranjos domiciliares – em áreas de expansão urbana, em uma abordagem de coorte.[1]

A metodologia de análise da mobilidade residencial de famílias em questão considera o comportamento migratório por ordem específica de mobilidade. Trata-se de uma técnica que permitirá a medição do perfil etário dos migrantes por ordem de mobilidade residencial, a fim de que seja possível analisar as mudanças de mobilidade residencial em uma região metropolitana como uma trajetória de curso de vida, conforme Bernard (2022).

Em uma abordagem de coorte, as variáveis selecionadas para a análise da mobilidade residencial são os anos de mobilidade e

[1] Para algumas situações, a análise das características dos arranjos domiciliares tem de ser relativizada por considerar somente a última união ou casamento.

o perfil etário, por ordem específica de mobilidade na unidade de análise territorial. A rigor, no contexto da Pesquisa, pode-se identificar o perfil etário da pessoa responsável pela família que realizou movimentos de mobilidade residencial, bem como a ordem das mobilidades residenciais e a idade média em cada ordem de mobilidade.

Conforme Bernard (2022), uma análise de coorte aplicada ao fenômeno migratório pressupõe que todos os membros de uma coorte ou de uma geração tenham completado a sua trajetória de migração interna. Considerando o histórico de populações de países desenvolvidos, a autora mostra que em torno de 80% dos indivíduos encerram a sua trajetória de migração interna aos 50 anos. Isso não impede, no entanto, a análise de uma coorte que ainda esteja em risco de realizar novas etapas de migração interna. Assim, foi realizada uma análise da idade média da pessoa de referência pelo domicílio considerando duas coortes: indivíduos nascidos até 1973 e indivíduos nascidos a partir de 1974 até 1993.

Para análise do perfil etário, foi calculada a idade média dos indivíduos que apresentaram mobilidade residencial, considerando-se para o cálculo a idade na primeira e na última mobilidade residencial, somados a isso, os que fizeram apenas uma única mobilidade residencial. O aprofundamento da análise ocorre a partir da diferenciação entre os bairros categorizados de alta e baixa vulnerabilidade e, também, na diferenciação da mobilidade residencial, cuja característica reside na presença de menores de 18 anos na mobilidade residencial. Outra análise produzida é a caracterização do perfil etário dos arranjos domiciliares segundo a sua composição: domicílios unipessoais; casais sem filhos; casais com filhos; arranjos monoparentais; famílias estendidas e/ou domicílios compostos na primeira mobilidade residencial.

Tais cálculos foram efetuados com base na equação matemática de média aritmética simples expressa abaixo:

$$\underline{x} = \frac{x_1 + x_2 + \ldots + x_n}{n} = \frac{1}{n} \sum_{i=0}^{n} xi$$

Dessa forma, para computar os resultados que serão apresentados, foi calculada a soma das idades das pessoas de referência do domicílio dividido pelo n amostral das coortes.

Discussão dos resultados

A análise dos resultados tem como objetivo identificar o padrão e o nível da idade média de mobilidade residencial familiar, ao considerar a trajetória migratória das coortes selecionadas por ordem de mobilidade residencial. Vale destacar que a análise das tabelas a seguir diz respeito à idade da mobilidade residencial das pessoas de referência dos domicílios – as quais, no momento da primeira mobilidade, poderiam ser menores de 18 anos –, e à mobilidade residencial das pessoas estritamente adultas, em que são selecionados somente os indivíduos com 18 anos ou mais no momento da primeira mobilidade. É importante ressaltar que, para a análise do comportamento das idades médias de ambas as coortes, a literatura internacional indica a existência de um padrão para a idade da primeira migração interna adulta, que ocorre com maior intensidade para adultos jovens, isto é, até os 35 anos (BERNARD; BELL; CHARLES-EDWARDS, 2014; BERNARD, 2022).

A Tabela 1 apresenta as idades médias da pessoa de referência do domicílio no momento em que fizeram a primeira, a última ou apenas uma única mobilidade residencial. Para a coorte dos nascidos até 1973, as idades médias são relativamente superiores à coorte dos nascidos entre 1974 e 1993. Importa ponderar que a comparação da última mobilidade residencial das coortes tem de ser relativizada, dado que a coorte mais recente ainda não completou a sua trajetória.

Outro tipo de análise é avaliar a mesma coorte dos indivíduos que registraram uma única mobilidade residencial. Nota-se um padrão similar das pessoas de referência que realizaram uma única mobilidade com o padrão observado na última mobilidade, e isso se relaciona com dois aspectos, que podem atuar em conjunto. Primeiramente, o fato de realizar a primeira mobilidade de modo tardio tende a diminuir a propensão a uma nova mobilidade, conforme aponta a literatura internacional (BERNARD; BELL; CHARLES-EDWARDS, 2014; BERNARD, 2022). Além disso, a

aquisição da casa própria pode levar à maior fixação do arranjo domiciliar, encerrando a trajetória migratória.

Tabela 1 – Idade média da mobilidade residencial familiar da pessoa de referência pelo domicílio por ordem de mobilidade na RMGV

Coortes	Primeira Mobilidade Residencial	Última Mobilidade Residencial	Uma única Mobilidade Residencial
Nascidos entre 1974 e 1993	26	31	31
Nascidos até 1973	33	41	42

A Tabela 2 apresenta uma análise específica da mobilidade residencial adulta. Nota-se que as idades médias das mobilidades residenciais apresentam um envelhecimento relativo, uma vez que as mobilidades residenciais ocorridas durante a infância, antes dos 18 anos, são excluídas do cálculo.

Tabela 2 – Idade média da mobilidade residencial adulta dos arranjos domiciliares

Coortes	Primeira Mobilidade Residencial	Última Mobilidade Residencial	Uma única Mobilidade Residencial
Nascidos entre 1974 e 1993	29	32	32
Nascidos até 1973	37	43	44

Fonte: Pesquisa MigraFamília, 2022.

Para a coorte dos nascidos entre 1974 e 1993, a idade média na primeira mobilidade residencial adulta é de 29 anos. Diferentemente, a idade da primeira mobilidade residencial é de 37 anos para a coorte completa, isto é, aquela com as pessoas de referência nascidas até 1973. Em parte, tal diferenciação de gerações se deve aos processos históricos, demográficos e econômicos que atingiram a coorte completa, que viveu o momento de transição do eixo econômico do Espírito Santo. Nessa transição, houve uma política de erradicação dos cafezais, acompanhada pela implantação de grandes projetos industriais na RMGV. Nas entrevistas realizadas para a Pesquisa MigraFamília, percebe-se certa presença de migrantes de diversos municípios do interior do estado que chegaram casados ou unidos à RMGV.

Nesse sentido, tal processo migratório da coorte mais antiga do interior do Estado para a RMGV parece estar relacionado com a história migratória do estado do Espírito Santo, marcada pela migração de famílias (DADALTO, 2007).

Tendo em conta a realidade geográfica das regiões metropolitanas brasileiras, que passaram por diferentes processos de expansão urbana e de mobilidade espacial da população, a análise procurou desagregar os indicadores de padrão etário da mobilidade residencial para os bairros selecionados pela Pesquisa MigraFamília conforme os tipos de vulnerabilidade social. Os bairros pesquisados se caracterizam por serem áreas de expansão urbana com elevado nível de migração intrametropolitana. Assim, as Tabelas 3 e 4 apresentam outra estrutura de análise, que permite avaliar os possíveis padrões e níveis da idade média da mobilidade residencial entre as coortes por nível de vulnerabilidade social na escala metropolitana.

Tabela 3 – Idade média da mobilidade residencial familiar dos arranjos domiciliares na RMGV por ordem das mobilidades

Coortes	Primeira Mobilidade Residencial	Última Mobilidade Residencial	Uma única Mobilidade Residencial
Nascidos entre 1974 e 1993 anos em alta vulnerabilidade	22	28	24
Nascidos até 1973 em alta vulnerabilidade	32	39	34
Nascidos entre 1974 e 1993 anos em baixa vulnerabilidade	31	35	33
Nascidos até 1973 em baixa vulnerabilidade	39	50	47

Fonte: Pesquisa MigraFamília, 2022.

Para a coorte dos nascidos entre 1974 e 1993 em áreas de alta vulnerabilidade social, a idade média da primeira mobilidade residencial familiar é de 22 anos. Naturalmente, há um avanço na idade média à medida que se considera a mobilidade residencial de ordem superior. Vale destacar que, para esta coorte, a última mobilidade residencial não implica afirmar que sua trajetória de mobilidade residencial esteja concluída.

A primeira mobilidade residencial adulta nas áreas mais vulneráveis da RMGV começa em idades mais precoces do que nas áreas menos vulneráveis. Isso se associa ao contexto socioeconômico, laboral e da estrutura social do Sul Global, bem como à dinâmica de formação das famílias e domicílios específicos do Brasil metropolitano. Em razão do ciclo de vida familiar e à dinâmica do mercado imobiliário, os bairros mais periféricos em regiões metropolitanas têm um custo de moradia menor do que os centrais, de modo que são compostos por famílias mais jovens e com menor nível de renda. Essas famílias se formam em razão da entrada em uma primeira união consensual e/ou primeiro casamento. Diversamente, nas áreas de baixa vulnerabilidade social, o início da mobilidade residencial adulta ocorre em idades mais avançadas, o que se aproxima da tendência observada nos estudos para países desenvolvidos, conforme Bernard (2022). Seja pelo custo de moradia, seja por motivos culturais como a individuação e a maior valorização da carreira profissional em relação à formação de uma família, tende a ocorrer o fenômeno de adiamento do casamento nas áreas com maior nível de renda (VIEIRA, 2008; OLIVEIRA; VIEIRA; MARCONDES, 2015). Verifica-se maior dificuldade de conciliar família e trabalho, mas com respostas diferentes em cada nível de vulnerabilidade Assim, as mulheres das áreas de baixa vulnerabilidade tendem a dedicar mais tempo à carreira profissional, deixando para mais tarde a experiência de nupcialidade e de maternidade.

A análise da Tabela 4 nos permite adentrar na compreensão do padrão etário na mobilidade residencial já em idade adulta na RMGV. Os resultados revelam diferenças significativas entre as coortes e os contextos de vulnerabilidade social. Na primeira mobilidade residencial, a coorte dos nascidos entre 1974 a 1993 em áreas de alta vulnerabilidade social apresenta uma idade média de 26 anos, enquanto o indicador é de 32 anos nas áreas de baixa vulnerabilidade social. Algo similar ocorre ao se analisar a coorte que já encerrou a sua trajetória de mobilidade residencial, ainda que com uma idade média mais elevada. Isso pode se relacionar com uma precoce entrada em união ou casamento nas áreas periféricas.

Tabela 4 – Idade média na mobilidade residencial adulta dos arranjos domiciliares na RMGV por ordem das mobilidades

Coortes	Primeira Mobilidade Residencial	Última Mobilidade Residencial	Uma única Mobilidade Residencial
Nascidos entre 1974 e 1993 em alta vulnerabilidade	26	31	29
Nascidos até 1973 em alta vulnerabilidade	36	41	38
Nascidos entre 1974 e 1993 em baixa vulnerabilidade	32	35	33
Nascidos até 1973 em baixa vulnerabilidade	41	39	47

Fonte: Pesquisa MigraFamília, 2022.

Nas áreas de baixa vulnerabilidade, as idades médias para a primeira mobilidade são de 32 anos para a coorte mais recente e 41 anos para a coorte já encerrada. A idade média na última mobilidade residencial adulta segue um padrão semelhante, com diferenças entre as coortes e os níveis de vulnerabilidade. Por fim, na ocorrência de uma única mobilidade residencial adulta da coorte mais recente, observam-se idades médias de 29 anos para alta vulnerabilidade e 33 anos para baixa vulnerabilidade. Assim, os resultados demonstram que as idades médias na mobilidade residencial na RMGV são influenciadas por fatores como espaços de vulnerabilidade social, momento de transição para a vida adulta e o contexto socioeconômico, que, conjugados, influenciam a temporalidade das mobilidades residenciais.

A Tabela 5 apresenta os resultados da idade média da pessoa de referência na primeira mobilidade residencial em diferentes tipos de arranjos domiciliares. Essa análise permite identificar como o tipo de arranjo familiar está ligado aos padrões de idade média na mobilidade residencial, além de fornecer indícios sobre a sua influência na mobilidade residencial.

A tipologia dos arranjos domiciliares considera a composição e a estrutura das famílias, levando em conta fatores como a presença ou a ausência de cônjuges, filhos, pais idosos, entre outros. A exemplo disso, nas famílias jovens que estão se

casando ou formando uniões consensuais, é comum observar uma mobilidade residencial para estabelecer uma nova residência conjunta (LESLIE; RICHARDSON, 1961; MULDER; WAGNER, 1993). Nas famílias que já têm filhos, a mobilidade residencial pode ser motivada pela necessidade de acomodar as necessidades e as demandas da família, como mais espaço para os filhos. Além disso, os resultados com os resultados desagregados por arranjos domiciliares também pode revelar diferenças entre os grupos vulneráveis e os grupos de alta renda, uma vez que as condições socioeconômicas podem influenciar a capacidade de produzir mobilidade residencial.

Tabela 5 – Idade média da primeira mobilidade residencial familiar por arranjo domiciliar na RMGV

Coortes	Unipessoais	Casal sem filhos	Casais com filhos	Monoparentais	Estendidos e compostos
Nascidos entre 1974 e 1993	28	29	26	22	29
Nascidos até 1973	33	33	34	34	34

Fonte: Pesquisa MigraFamília, 2022.

Dessa forma, os resultados indicam que, para a maioria dos arranjos domiciliares, as idades médias são relativamente próximas entre as duas coortes, de forma que os arranjos domiciliares unipessoais, de casais sem filhos e arranjos estendidos e/ou compostos possuem pequenas diferenças nas idades médias entre as duas coortes.

Nas coortes dos nascidos entre 1974 e 1993, as idades médias são ligeiramente mais baixas quando comparadas à coorte dos nascidos até 1973. No entanto, há uma diferença relevante nas idades médias dos arranjos domiciliares formados por casais com filhos e famílias monoparentais.

Esses dados sugerem que as idades médias da primeira mobilidade residencial familiar variam conforme o tipo de arranjo domiciliar. Os arranjos monoparentais e casais com filhos tendem a produzir uma mobilidade residencial mais precoce, possivelmente devido a fatores como a necessidade de buscar acomodação adequada para a família, a busca por

aluguel mais barato ou a busca de suporte familiar no caso da monoparentalidade.

A Tabela 6 apresenta os dados desagregados em áreas de alta e de baixa vulnerabilidade em ambas as coortes. Isso nos permitiu identificar padrões e disparidades na primeira mobilidade residencial dos diferentes arranjos domiciliares.

Tabela 6 – Idade média na primeira mobilidade residencial familiar dos arranjos domiciliares em áreas de alta e baixa vulnerabilidade

Coortes	Unipessoais	Casal sem filhos	Casais com filhos	Monoparentais	Estendidos e compostos
Nascidos entre 1974 e 1993 anos em alta vulnerabilidade	24	25	22	20	29
Nascidos até 1973 em alta vulnerabilidade	29	32	31	31	33
Nascidos entre 1974 e 1993 anos em baixa vulnerabilidade	31	30	31	35	26
Nascidos até 1973 em baixa vulnerabilidade	48	33	41	45	34

Fonte: Pesquisa MigraFamília, 2022.

1) Comportamento das idades médias dos arranjos domiciliares unipessoais na primeira mobilidade residencial: na coorte mais recente em áreas de alta vulnerabilidade, a idade média é de 24, enquanto nas coortes de baixa vulnerabilidade, 31 anos.
2) Comportamento das idades médias dos arranjos domiciliares de casais sem filhos na primeira mobilidade residencial: nas coortes de alta vulnerabilidade, a idade média dos casais sem filhos é de 25 anos, enquanto nas coortes de baixa vulnerabilidade, a idade média é de 30 anos. Aqui, aparece a questão do adiamento do casamento em áreas socialmente não vulneráveis.
3) Comportamento das idades médias dos arranjos domiciliares de casais com filhos na primeira mobilidade residencial: nas coortes de alta vulnerabilidade, a idade

média para os casais com filhos é de 22 anos, enquanto nas coortes de baixa vulnerabilidade, a idade média é nove anos maior. Essas diferenças indicam que a formação de famílias com filhos ocorre em idades mais jovens nas coortes de alta vulnerabilidade, o que se relaciona com as questões socioeconômicas e demográficas além dos contextos específicos dessas áreas.

4) Comportamento das idades médias dos arranjos domiciliares monoparentais na primeira mobilidade residencial: há maior amplitude na variação da idade média nas diferentes áreas. Nas coortes de alta vulnerabilidade, as idades médias do primeiro movimento para os arranjos monoparentais são de 22 anos nas áreas vulneráveis e 31 nas áreas menos vulneráveis. Esse resultado aponta para a formação de arranjos monoparentais ocorrendo em idades mais jovens nas coortes de alta vulnerabilidade, refletindo o fim de uma união consensual ou de casamento.
5) Comportamento das idades médias dos arranjos domiciliares estendidos e compostos na primeira mobilidade residencial: há menor amplitude de variação entre os diferentes níveis de vulnerabilidade. Isso reflete o fato de que tais arranjos tendem a ser chefiados por pessoas mais idosas (APARICIO; DOTA, 2022), que já encerraram tanto a mobilidade residencial quanto a nupcialidade, e que já adquiriram a casa própria, o que leva à menor propensão à mobilidade residencial.

Considerações finais

Os resultados aqui apresentados sobre a idade média na mobilidade residencial na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) revelam uma série de padrões e tendências. Nota-se que a coorte dos nascidos entre 1974 e 1993 apresenta idades médias mais baixas em relação à coorte dos nascidos até 1973, indicando uma diferença geracional significativa. Isso pode ser atribuído a fatores históricos, demográficos e econômicos que afetaram a coorte mais antiga, como a transição do eixo econômico do Es-

pírito Santo e a política de erradicação dos cafezais, bem como a migração interestadual de grupos familiares.

A análise por nível de vulnerabilidade social revela que, nas áreas de alta vulnerabilidade, a idade média da primeira mobilidade residencial adulta é menor, indicando que a trajetória de mobilidade começa em idades mais precoces. Isso está relacionado ao contexto socioeconômico dessas áreas, onde os custos de moradia são menores e as famílias se formam mais cedo, produzindo mobilidade residencial mais cedo, devido à entrada em uniões consensuais ou casamentos, entrada do cônjuge no mercado de trabalho, nascimento dos filhos e, até mesmo, em razão da ocorrência de separações muito comum nos arranjos domiciliares monoparentais. Por outro lado, nas áreas de baixa vulnerabilidade social, a mobilidade residencial adulta começa em idades mais avançadas, de modo similar às tendências observadas em países desenvolvidos. Isso pode ser atribuído a fatores como o custo mais elevado da moradia nessas regiões, bem como a valorização da carreira profissional em detrimento da formação de famílias. Mulheres nessas áreas tendem a dedicar mais tempo ao trabalho e adiar a experiência de casamento e maternidade. Assim, a presença ou a ausência de prole residente também influencia a mobilidade residencial, com efeitos diferenciados conforme o nível de vulnerabilidade social. Isso indica que a dinâmica familiar desempenha um papel importante na tomada de decisão de formação de novos domicílios ou de mudança habitual de residência.

Em suma, as idades médias da mobilidade residencial na RMGV são influenciadas por uma combinação de fatores, incluindo contexto socioeconômico, nível de vulnerabilidade social e momento de transição para a vida adulta. Compreender esses padrões é essencial para compreender as dinâmicas migratórias e os processos de formação e transformação das famílias e domicílios na região.

Soma-se a essa discussão os resultados por tipo de arranjo domiciliar, que nos permite entender melhor as idades médias na primeira mobilidade residencial e sua relação com a estrutura familiar. Observamos que as idades médias variam conforme o tipo de arranjo domiciliar e também são influenciadas pelo nível de vulnerabilidade social.

Os arranjos domiciliares unipessoais são mais comuns em idades mais jovens nas coortes de alta vulnerabilidade, possivelmente devido a fatores socioeconômicos que levam as pessoas a buscar moradia individual em uma idade mais precoce. Já nos casais sem filhos, as idades médias são relativamente estáveis, independentemente do nível de vulnerabilidade, sugerindo uma certa estabilidade nesse tipo de arranjo.

No caso dos casais com filhos, observamos que a formação de famílias ocorre em idades mais jovens nas coortes de alta vulnerabilidade, refletindo as questões socioeconômicas e demográficas específicas dessas áreas. Por fim, nos arranjos domiciliares monoparentais, é notável que a formação ocorre em idades mais jovens nas coortes de alta vulnerabilidade, possivelmente, resultado do fim de uniões estáveis precoces.

As diferenças nas idades médias entre as coortes e os tipos de arranjo domiciliar destacam a influência dos fatores socioeconômicos e demográficos na mobilidade residencial. Enquanto nas áreas de alta vulnerabilidade social as idades médias são mais baixas, indicando uma mobilidade mais precoce, nas áreas de baixa vulnerabilidade social, essas idades médias são mais altas, evidenciando uma tendência de adiamento da mobilidade.

Em suma, os resultados sugerem que o tipo de arranjo domiciliar está ligado aos padrões de idade média na mobilidade residencial. Além disso, há diferenciais etários de mobilidade residencial entre as áreas de alta e baixa vulnerabilidade. Compreender esses padrões é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas e de programas sociais que possam atender às necessidades específicas de cada grupo familiar. Os resultados são relevantes para a promoção de políticas públicas voltadas para o planejamento urbano, habitação de interesse social e assistência social para famílias em diferentes estágios de trajetórias migratórias e do curso de vida.

Referências bibliográficas

APARICIO, C. A. P.; FARIAS, L. A. C. de. A geografia das famílias nas metrópoles brasileiras nos anos 2000. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA –SIMPURB, n. 16, 2019. **Anais** [...]. UFES: Vitória, 2019, v. 1, p. 450-466.

APARICIO, C. A. P. **Habitação de interesse social no Estado de São Paulo:** a heterogeneidade social da população atendida pela CDHU. 2017. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

APARICIO, C. A. P; DOTA, E. M. Habitação e mobilidade residencial: qual o papel da dinâmica familiar? *In:* Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais**..., 2022.

BECCENERI, L. B.; BRUSSE, G. P. L.; APARICIO, C. A. P. Uma análise espacial dos arranjos domiciliares da Região Metropolitana de São Paulo (1991-2010). **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 38, 2021, p. 1-23.

BECKER, B. **O norte do Espírito Santo:** região periférica em transformação. Tese (Livre Docência) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1969.

BELL, M. *et al*. **Global trends in internal migration. Internal migration in the developed world**: are we becoming less mobile. Abingdon: Routledge, 2018. p. 76-97.

BERNARD, A.; BELL, M.; ELIN, C. E. Life-course transitions and the age profile of internal migration. **Population and Development Review**, v. 40, n. 2, 2014, p. 213-239.

BERNARD, A. Internal migration as a life-course trajectory: concepts, methods and empirical applications. **Springer Nature**, v. 53, 2022.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 74, p. 11-15, 2006.

BILLARI, F. C.; LIEFBROER, A. C. Towards a new pattern of transition to adulthood? **Advances in Life Course Research**, v. 15, 2010. p. 59-75.

CAMARANO, A. A.; FERNANDES, D. **Mudanças nos arranjos familiares e seu impacto nas condições de vida: 1980 e 2010.** Novo regime demográfico uma nova relação entre população e desenvolvimento, p.117-154, 2014.

CIOFFI, S. **Famílias metropolitanas:** arranjos familiares e condições de vida. São Paulo: SEADE, 1998.

CHAMPION, A. G. A changing demographic regime and evolving poly centric urban regions: consequences for the size, composition and distribution of city populations. **Urban Studies**, v. 38, n. 4, 2001, p. 657-677.

CORIJN, M.; KLIJZING, E. Transitions to adulthood in Europe: conclusions and discussion. *In*: **Transitions to adulthood in Europe**. Dordrecht: Springer Netherlands, 2001. p. 313-340.

CUNHA, J. M. P. da.; BAENINGER, R. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. **Caderno CRH**, v. 18, n. 43, p. 87-101, 2005.

CUNHA J. M. P. da. Dinâmica demográfica e socioespacial no Brasil Metropolitano: convergências e especificidades regionais. São Paulo: EdUFSCar, 2018.

CUNHA J. M. P. da. Mobilidade espacial da população e o espaço intraurbano: contribuições da demografia. *In*: CUNHA, M. F.; MARCONDES, G. S. (org.). **Questões demográficas contemporâneas:** olhares multidisciplinares. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2022.

DADALTO, M. C. Os rastros da diversidade da identidade capixaba. **SINAIS – Revista Eletrônica Ciências Sociais**. Vitória: CCHN, UFES, v. 1, n. 1, abr. 2007. p.57-74.

DADALTO, M. C.; DOTA, E. M. Ciclos econômicos e migração no Espírito Santo do século XIX ao XXI: novos contextos, velhos condicionantes. **Revista Ágora**, v. 34, n. 3, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/40175. Acesso em: 10 out. 2023.

DOTA, E.; FERREIRA, F. Mobilidade espacial da população e planejamento: considerações sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). *In*: LIRA, A. P. R. *et al*. (org.). **Cidade e Metrópole**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

DOTA, E. **Trajetórias de mobilidade residencial na periferia metropolitana da RM de Vitória:** estratégias e conjunturas. São Paulo: Terra Livre, v. 2, n. 59, 2022.

FREIRE, A. L. O. Dinâmicas socioespaciais da Região Metropolitana da Grande Vitória-ES. **Revista Tamoios**, v. 3, n. 1, 2007.

GROOT, C. *et al*. Life events and the gap between intention to move and actual mobility. **Environment and Planning A**, v. 43, n. 1, 2011, p. 48-66.

KOHLER, H. P.; ORTEGA, J. A. Tempo-adjusted period parity progression measures, fertility postponement and completed cohort fertility. **Demographic Research**, n. 6, 2002. p. 91-144.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão urbano-regional do Brasil/Coordenação de Geografia**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

KULU, H.; MILEWSKI, N. Family change and migration in the life course: an introduction. **Demographic Research**, v. 17, n. 19, 2007, p. 567-590.

LESLIE, G. R.; RICHARDSON, A. H. Life-cycle, career pattern, and the decision to move. **American Sociological Review**, v. 26, n. 6, 1961, p. 894-902. Disponível em: https://doi.org/10.2307/2090574. Acesso em: 10 abr. 2023.

MARCONDES, G. Arranjos domiciliares multigeracionais: perfil e aportes em domicílios compostos por avós e netos. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, n. 18, 2017. **Anais** [...]. Brasília, 2017, p. 1-16.

MARTINE, G. **As migrações de origem rural no Brasil**: uma perspectiva histórica. *In*: ABEP, IUSSP, CELADE. História e População. São Paulo: Fundação SEADE, 1990.

MÉTODOS Demográficos: uma visão desde os países de Língua Portuguesa. São Paulo: Blucher, 2021.

MULDER, C. H.; WAGNER, M. Migration and marriage in the life course: a

method for studying synchronized events. **European Journal of Population**, v. 9, p. 55-76, 1993.

NACIONES UNIDAS. **Manual VI – Métodos de medición de la migración interna**. New York: Naciones Unidas, 1972.

NAKANO, A. K. **Elementos demográficos sobre a densidade urbana:** São Paulo, uma cidade oca? 2015. Tese (Doutorado) – IFCH/UNICAMP, Campinas, 2015.

OLIVEIRA, M. C.; VIEIRA, J. M.; MARCONDES, G. Cinquenta anos de relações de gênero e geração no Brasil: mudanças e permanências. *In*: ARRETCHE, M. (ed.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Unesp; Centro de Estudos da Metrópole, 2015.

PATARRA, N. L. **Movimentos migratórios no Brasil:** tempo e espaços. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003.

PASTE, J. L. **Participação social na gestão e na configuração territorial de Vitória de 1985 a 2014**. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes, Vitória, 2018.

POUBEL, I. da S. Particularidade da produção do espaço urbano na porção sul da Grande Vitória-ES. **Para Onde!?,** v. 9, n. 2, 2018, p. 75-82.

REHER, D. S. Family Ties in Western Europe: Persistent Contrasts. **Population and Development Review**, v. 24, 1998, p. 203.

SCHACHTER, J. **Why people move**: exploring the march 2000 current population survey. Washington, DC: Current Population Reports, 2001. p. 23-204.

SPONCHIADO, D.; LOBO, C.; GARCIA, R. A. Mobilidade residencial intraurbana: proposta metodológica com base no caso de Campinas/SP. ENCONTRO NACIONAL DE MIGRAÇÕES, n. 11, 2019. **Anais** [...]. Campinas, 2020, p. 1-22.

WAJNMAN, S. **Demografia das famílias e dos domicílios brasileiros**. 161f. Tese (Ciências Econômicas) – Departamento de Demografia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ZANOTELLI, C. L.; FERREIRA, F. C.; ANTONIO, L. M. de.; BERGAMASCHI, R. B. A renda da terra na Região Metropolitana da Grande Vitória-ESl. **Confins**, n. 21, 2014.

ZUANNA, D. G.; MICHELI, G. A. (ed.). **Strong family and low fertility: a paradox?:** new perspectives in interpreting contemporary family and reproductive behaviour. Berlim: Springer Science & Business Media, 2004.

Motivações de mobilidade residencial das famílias no contexto urbano: o caso da RMGV

Matheus de Oliveira Fernandes Adão
Ednelson Mariano Dota

Introdução

O objetivo deste capítulo é analisar as motivações de mobilidade residencial das famílias entrevistadas pelo projeto MigraFamília. Em uma primeira parte, tabulamos e analisamos as principais motivações do primeiro e do último movimento de todas as famílias amostradas, categorizando-as de acordo com quatro grandes grupos de motivações: residenciais, familiares, laborais e ambientais (bairro, vizinhança) ou de ciclo de vida. Em uma segunda parte, examinamos o perfil sociodemográfico das famílias que realizaram quatro ou mais movimentos intrametropolitanos. A partir da análise, buscaremos compreender se as motivações para os deslocamentos se modificam de acordo com a quantidade de mudanças realizadas por uma família.

Entendemos que as motivações de mobilidade residencial e de migração são derivadas, previamente, de uma aspiração e de uma habilidade (CARLING, 2002; CARLING; SCHEWEL, 2018). As motivações de mobilidade são impulsionadas e influenciadas por uma diversidade de fatores, tanto de caráter estrutural (economia, contexto político e condições ambientais) como também por fatores da ordem da agência, do curso de vida dos indivíduos e do ciclo de vida familiar.

Ao considerar o caráter da amostra, que representa uma população que vive no contexto metropolitano, é necessário levar em consideração as condições referentes à expansão e à produção de espaço urbano. Os movimentos no espaço das metrópoles têm como elemento central a expansão urbana a partir da construção de habitação e de infraestrutura (ABRAMO; FARIA,

1999; DOTA, 2015). Em vista disso, é importante discutirmos o papel da expansão urbana e das políticas sociais e econômicas de habitação para a mobilidade das famílias, colocando-as em seu contexto socioespacial.

Mobilidade residencial, expansão urbana e habitação

A dinâmica da mobilidade residencial está inerentemente ligada às questões habitacionais que permeiam a expansão urbana. Abramo e Faria (1999) já esboçaram essa relação ao estudarem a mobilidade residencial na metrópole do Rio de Janeiro. Para os autores, são interesses relacionados aos capitais imobiliários que estruturam a habitação na cidade em diferentes configurações, de forma a categorizar os lugares em relação a renda.

Os autores apontam a regularidade que as tendências de mobilidade residencial têm mantido em relação às classes sociais das famílias que realizam a mudança: as famílias de classe mais alta se mudam por fatores sociais e ambientais, em busca de melhor qualidade de vida. Por outro lado, as classes mais baixas tendem a buscar locais de aluguel mais baixo nos núcleos das cidades, próximos aos centros, onde estão os empregos, mas, também, próximos às áreas periféricas, que possibilitem as ocupações de terrenos e a autoconstrução (ABRAMO; FARIA, 1999).

> As decisões de deslocamento residencial intraurbano, são tomadas atendendo a determinadas condições individuais (ciclo de vida familiar, mobilidade social), e estruturais (relação renda/emprego e disponibilidade de crédito imobiliário), determinando a direção do fluxo, que em última instância é determinado pelo grau de satisfação/insatisfação com o lugar de origem, no que diz respeito às alterações urbanas ligadas ao processo de valorização/desvalorização do estoque, que incide também na estrutura social da vizinhança. As relações entre a mobilidade residencial e a estruturação do espaço intraurbano, dependem do tipo de família que se desloca, e das características do lugar de origem e do lugar para onde se deslocam (ABRAMO; FARIA, 1999, p. 431).

Nesse sentido, é importante compreender a forma como tem se dado a expansão urbana e a estruturação metropolitana da Região Metropolitana da Grande Vitória, local de estudo.

A última década (2010-2020) foi de intenso crescimento e investimento no estado do Espírito Santo, com a Grande Vitória sendo oficialmente considerada uma metrópole nacional, conforme os parâmetros da REGIC (IBGE, 2020). O processo de urbanização do estado do Espírito Santo, entretanto, se intensifica principalmente a partir da segunda metade do século XX, principalmente a partir da implementação de grandes plantas industriais, as quais promoveram intensas transformações econômicas no Espírito Santo, além da política de erradicação dos cafezais no interior que alteraram a base produtiva e econômica do estado (CAMPOS JÚNIOR, 2002; DOTA; FERREIRA, 2019).

A partir dessa reestruturação econômica, o processo de expansão urbana se acentuou, ocorrendo de formas distintas em diferentes localidades. Algumas áreas são mais visadas para a implementação de empreendimentos imobiliários de infraestrutura, enquanto outras têm sua estruturação a partir de processos de ocupação e de autoconstrução. A partir da década de 1970, surgiram as iniciativas habitacionais da Companhia Habitacional do Espírito Santo (Cohab – ES) e da Cooperativa Habitacional Autofinanciada INOCOOP – ES.

Entendemos, então, que a questão habitacional se relaciona às formas como a cidade é estruturada, pelos atores que a produzem e pelas forças econômicas e políticas que influenciam na expansão urbana. Cunha (2022) chama à atenção a complexidade cada vez maior da estruturação urbana em relação às características sociodemográficas e econômicas. Na visão do autor, é preciso compreender que as dinâmicas centro-periferia ainda são relevantes na estruturação metropolitana, ao mesmo tempo que acompanhadas de outras formas de estruturação do espaço: as novas periferias da classe média e os padrões de ocupação informal, que se relacionam diretamente com a segregação e a gentrificação do espaço urbano.

Entendendo essas formas de estruturação, compreendemos que a localização na cidade é uma das características fundamentais na definição de regimes de deslocamentos e

de mobilidade residencial, refletindo diretamente no tipo de habitação que se constrói em determinados locais e na população que ocupa esses espaços. Citando Lefebvre (*apud* 1974, p. 931), Villaça aponta que, além do valor do imóvel em si, o adquirente de um terreno na cidade detém os direitos da sua localização, ou seja, a sua distância em relação aos equipamentos sociais, culturais e comerciais, fator que influencia diretamente a qualidade de vida.

A grande questão é que as pessoas e suas famílias não têm o poder de, simplesmente, escolher a localização em que residirão. A produção imobiliária, que tem como foco a venda e a revenda de unidades habitacionais, apropria-se dos terrenos que oferecem maior acessibilidade aos equipamentos e centralidades. Em contrapartida, há uma produção espacial que favorece o incorporador imobiliário. As famílias que, financeiramente, não possuem condições de permanecer nessas áreas são empurradas para as periferias geográficas e sociais. Surgem então processos de autoconstrução (ou construção doméstica) e de ocupação de terrenos e lotes urbanos improdutivos, que estão cada vez mais distantes dos centros. Para Cunha (2016), as expressões urbanas que se contradizem, como os conjuntos habitacionais populares e as ocupações em contraste com as áreas em processo de elitização e gentrificação, são a constatação da profunda estratificação social das metrópoles.

Barros, Feitosa e Klink (2022) relacionam as perspectivas de localização de Abramo (2007) e de Villaça (1998) para discutir a questão da produção habitacional. Abramo entende a produção do espaço residencial mercantil a partir do que considera como "cidade caleidoscópica", produzida a partir da estruturação e iminente destruição de crenças urbanas relacionadas às localizações. Essa teorização pode ser relacionada ao processo de reestruturação descrito por Villaça, em que há uma recodificação das localizações abandonadas pelas classes mais altas a partir da construção de novas localizações, que passam a assumir distintos significados diante da urbanidade. Esses processos são respaldados pelo poder estatal, a partir de mecanismos ideológicos e da legislação urbana, que visam à valorização monetária da terra, mantendo uma segregação urbana.

A criação de localizações na cidade depende de um emaranhado de fatores de estruturação e reestruturação, conectados entre si e interdependentes. Todos eles influenciam de forma direta a maneira como a população se movimenta e habita a metrópole. As trajetórias de mobilidade residencial das famílias são influenciadas, também, por essas questões, e sua análise permite entender um pouco mais desses processos, olhando-os na perspectiva dos deslocamentos.

Trajetórias de mobilidade residencial

A análise das trajetórias de mobilidade residencial das famílias é um caminho para a compreensão de como a mobilidade residencial e os processos urbanos e sociodemográficos se influenciam mutuamente. Essa influência, contudo, não é linear, carecendo de reflexões contínuas para o contexto urbano brasileiro.

O foco nas trajetórias permite compreender como cada movimento domiciliar está relacionado ao momento da vida de indivíduos (curso de vida) e das famílias (ciclo de vida). Parte-se do pressuposto, portanto, de que cada fase – considerando desde o período de formação da família (casamento/união), expansão (nascimento dos filhos), contração (saída dos filhos) até a dissolução, por separação ou falecimento – são momentos diferenciados em relação às suas demandas e podem gerar mobilidade residencial.

Importante destacar, ademais, que essas fases não são, necessariamente, subsequentes, e que as mudanças sociais em curso questionam o próprio conceito de ciclo vital como abordagem, pendendo para uma leitura mais individualizada do tema, via curso de vida (OLIVEIRA, 1980). No presente caso, a família foi escolhida como foco pela perspectiva de que é o núcleo fundamental de reprodução social e espaço central para análise conjunta dos elementos macro e micro em relação à migração (DE HAAS, 2010) e mobilidade residencial.

Como mostra Bernard, Bell e Charles-Edward (2014), a migração está fortemente associada aos eventos ao longo do curso de vida, com momentos de maior intensidade entre jovens,

mas com variação entre países, em razão dos elementos culturais e das características estruturais do mercado de trabalho e da escolarização.

A análise das trajetórias de mobilidade residencial (*trajectories, career* ou *pathway* na bibliografia internacional), inclusive, se assenta em uma perspectiva de análise de coorte, ou seja, de acompanhamento da dinâmica de um grupo populacional no tempo. Como destacado por Bernard (2022), essa abordagem permite compreender elementos diferentes em comparação aos dados de período, como do censo, pois não olha um único evento, mas sim a sequência de eventos, como um está relacionado ao outro e como todos eles se relacionam com os diferentes momentos vividos por indivíduos e famílias diante do mercado de trabalho, da escolarização, dos momentos de mudança na família etc.

Desse modo, justamente pelo fato de a abordagem estar assentada nos diferentes eventos da vida individual e/ou familiar, as medidas de coorte tendem a ser menos variáveis do que as medidas de período, mais fortemente impactadas por eventos conjunturais (BERNARD, 2022).

Para a análise das trajetórias, são necessários dados que acompanhem as pessoas ou as famílias ao longo do tempo, como registros administrativos ou *surveys* retrospectivos que coletem informações sobre a história de mobilidade residencial. É importante destacar, no último caso, o risco de significação ou esquecimento dos eventos passados, sobretudo quanto mais distante se está, mas que pode ser amenizado no momento de preparação e planejamento dos instrumentos.

O principal diferencial dos dados retrospectivos está na possibilidade de análise das ordens dos deslocamentos, ou seja, observar cada um dos movimentos da trajetória, o número de movimentos totais e a localização espacial desses movimentos, considerando as especificidades de se viver nas diferentes partes do território metropolitano.

Metodologia

A análise das trajetórias de mobilidade residencial e sua relação com a expansão do espaço urbana demandam, ao mesmo tempo, dados retrospectivos dos deslocamentos considerando o período em que a família residiu em determinada localidade e o conhecimento do processo de expansão urbana, além do momento de criação e expansão das diferentes áreas urbanas.

O *survey* da pesquisa "Dinâmica demográfica familiar e padrão migratório no Brasil: transformações desde os anos 1990" (CAPES-SNF) contempla a trajetória de mobilidade residencial das famílias, com informações sobre em qual bairro, município e estado estavam as residências anteriores das famílias, em que ano ocorreu o deslocamento de uma residência para outra e quais foram os motivos, principais e secundários, para as trocas de residência. A pesquisa foi aplicada em 7 bairros da RMGV, sendo 3 no município de Serra (Central Carapina, Colina de Laranjeiras e São Diogo II) e os outros em Cariacica (Flexal II), Viana (Nova Bethânia), Vila Velha (Jabaeté) e Vitória (São Pedro), bairros com perfis sociodemográficos e de ocupação distintos.

Em relação à expansão dos bairros, são utilizados trabalhos de fontes diversas, a partir de dissertações e artigos científicos que discutiram os processos individuais de surgimento e expansão de cada um dos bairros. Além disso, foram utilizados como fonte acervos de documentos e artigos de jornais, disponibilizados pela biblioteca *on-line* do Instituto Jones dos Santos Neves.

O recorte temporal da presente análise diz respeito ao ano de 2022, porém os movimentos retrospectivos podem datar até os anos 1970, nos casos de responsáveis por domicílio mais velhos.

Busca-se, então, a partir do relato do responsável pelo domicílio, estabelecer uma comparação entre as motivações que levaram à mobilidade residencial das famílias que realizaram um, dois, três ou mais movimentos. Para isso, recorre-se a tabulações especiais do banco de dados do projeto MigraFamília, que entrevistou 451 famílias em 2022.

Diante disso, foi possível categorizar as motivações de migração e, em seguida, selecionar os casos em que é observada maior quantidade de movimentos dentro da RMGV.

Motivações por mobilidade residencial

Entre os dados das 451 famílias entrevistadas, 439 apresentaram dados passíveis de serem analisados a partir das motivações da mobilidade, sendo descartados 12 casos, em razão de equívocos no preenchimento do formulário que dificultaram a precisão da data e/ou do motivo do deslocamento.

Dentre as 439, 47 famílias não realizaram nenhum tipo de movimento na RMGV. Das 392 famílias que realizaram algum tipo de mobilidade residencial, 210 famílias realizaram, pelo menos, 1 movimento; 117 realizaram 2 movimentos; 40 realizaram 3 movimentos; 16 realizaram 4 movimentos; 8 realizaram 5 movimentos; e uma única família realizou 7 movimentos. Importante salientar que esses movimentos envolvem diversos tipos de modalidades: migrações interestaduais, intraestaduais, intrametropolitanas, intramunicipais, além, é claro, das mobilidades residenciais e das trocas de residência no mesmo bairro. Ressalta-se o fato de que é considerada a trajetória que essas famílias realizaram desde que adentraram a RMGV até a residência atual.

Dentre o recorte das 392 famílias que realizaram algum tipo de mobilidade, 12 casos se destacam por apresentarem famílias que realizaram múltiplos (4 ou mais) movimentos exclusivamente dentro da RMGV. Portanto, desconsidera-se, na análise, famílias que, em algum momento da trajetória, se deslocou para cidades do interior do estado ou até, mesmo, para outros estados.

Em relação às motivações entre as pessoas que realizaram um único movimento, para 104 delas (49,5%), a motivação principal foi residencial; para 46 (21,9%), por motivações familiares; para 39 (18,6%), por motivações laborais; para 18 (8,6%), por motivos ambientais ou de ciclo de vida; e, para 3 (1,4%), por outros motivos.

A Tabela 1 apresenta essas informações de forma discriminada.

Tabela 1 – Motivo principal para a mobilidade (movimento único)

MOTIVOS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Residenciais		
Aquisição de imóvel próprio	80	38,1%
Necessidade de imóvel maior	7	3,3%
Problemas com imóvel anterior	6	2,9%
Necessidade de aluguel mais barato	5	2,4%
Venda de imóvel da família	2	1,0%
Dificuldade de deslocamento	2	1,0%
Necessidade de imóvel menor	1	0,5%
Dividir aluguel	1	0,5%
Total	104	49,5%
Familiares		
Ficar mais perto da família	9	4,3%
Separação ou divórcio	8	3,8%
Casamento	6	2,9%
Deixar a casa de um familiar	6	2,9%
Morar com um familiar ou amigo	5	2,4%
Falecimento de um familiar	4	1,9%
Imóvel comprado por um familiar	3	1,4%
Cuidar de um familiar	2	1,0%
Nascimento de filhos	1	0,5%
Violência doméstica	1	0,5%
Motivo familiar não especificado	1	0,5%
Total	46	21,9%
Laborais		
Buscar trabalho melhor	22	10,5%
Morar mais perto do trabalho	6	2,9%
Troca de trabalho	5	2,4%
A pedido do empregador	3	1,4%
Troca de trabalho do cônjuge	2	1,0%
Muito trânsito para o deslocamento até o trabalho	1	0,5%
Total	39	18,6%
Ambientais e ciclo de vida		
Melhor qualidade de vida	10	4,8%
Medo da violência	5	2,4%
Não gostava do lugar	1	0,5%

Questões de saúde	1	0,5%
Risco de alagamento, deslizamento ou inundação	1	0,5%
Total	18	8,6%
Outros motivos		
Independência financeira	1	0,5%
Questões jurídicas referentes à herança	1	0,5%
Motivo não especificado	1	0,5%
Total	3	1,4%
Total geral	210	100,0%

Fonte: Pesquisa MigraFamília, 2022.

Dentre esses casos, 131 (62,2%) apresentaram algum tipo de evento familiar associado à motivação principal de deslocamento, sendo o casamento a principal (73 casos), seguido de nascimento de um filho (17 casos); 15 relacionados à separação; 10 ao falecimento de um parente; e 15 casos relacionados a outros eventos familiares não especificados. Outros 2 casos afirmaram ter o casamento, em concomitância ao nascimento de um filho, relacionado ao movimento.

Em relação às famílias que realizaram dois movimentos, os percentuais se distribuem da seguinte maneira: para o primeiro movimento, 23% tiveram motivação residencial; 42% familiar; 23% laboral; 10% ambiental ou por ciclo de vida; e 8% por outros motivos. Já no último movimento, 58% foram motivados por fatores residenciais; 15% por fatores familiares; 18% por fatores laborais; 15% por fatores ambientais ou de ciclo de vida; e 3% por outros motivos. Essas motivações são discriminadas na Tabela 2.

É interessante notar que, quando há mais de um movimento, fatores para além das motivações residenciais entram na equação de forma mais contundente. Enquanto para o último movimento a motivação residencial ainda é a mais forte, para o primeiro, as motivações familiares e laborais, em conjunto, ultrapassam as residenciais, evidenciando o papel dos eventos do curso de vida como motivação para os deslocamentos. Evidencia-se, dessa forma, também, a importância da habitação própria, considerando que a maior parte das famílias delas realiza o último movimento por esse motivo.

Tabela 2 – Motivo principal do primeiro e último movimento entre as famílias que realizaram até dois movimentos

MOTIVOS	QUANTIDADE	PERCENTUAL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Residenciais	**Primeiro Movimento**		**Último Movimento**	
Aquisição de imóvel próprio	12	10,3%	46	39,3%
Necessidade de imóvel maior	3	2,6%	8	6,8%
Problemas com o imóvel anterior	1	0,9%	4	3,4%
Necessidade de aluguel mais barato	7	6,0%	6	5,1%
Venda de imóvel da família	2	1,7%	3	2,6%
Dificuldade de deslocamento	1		1	0,9%
Necessidade de imóvel menor	0	0,0%	0	0,0%
Dividir aluguel	1	0,9%	0	0,0%
Total	27	23,1%	68	58,1%
Familiares				
Ficar mais perto da família	11	9,4%	4	3,4%
Separação ou divórcio	3	2,6%	3	2,6%
Casamento	6	5,1%	0	0,0%
Deixar a casa de um familiar	8	6,8%	4	3,4%
Morar com um familiar ou amigo	5	4,3%	2	1,7%
Falecimento de um familiar	2	1,7%	0	0,0%
Imóvel comprado por um familiar	2	1,7%	1	0,9%
Cuidar de um familiar	1	0,9%	0	0,0%
Nascimento de filhos	0	0,0%	0	0,0%
Violência doméstica	4	3,4%	3	2,6%
Nascimento de netos	0	0,0%	1	0,9%
Total	42	35,9%	18	15,4%
Laborais				
Buscar um trabalho melhor	15	12,8%	5	4,3%
Morar mais perto do trabalho	4	3,4%	3	2,6%

Troca de trabalho (próprio ou do cônjuge)	3	2,6%	1	0,9%
A pedido do empregador	4	3,4%	1	0,9%
Demissão/perda do emprego	0	0,0%	1	0,9%
Muito trânsito para o deslocamento até o trabalho	1	0,9%	0	0,0%
Total	27	23,1%	11	9,4%
Ambientais e ciclo de vida				
Melhor qualidade de vida	3	2,6%	4	3,4%
Medo da violência	1	0,9%	3	2,6%
Não gostava do lugar	0	0,0%	3	2,6%
Falta de serviços	3	2,6%	1	0,9%
Questões de saúde	2	1,7%	2	1,7%
Melhor escola para os filhos	1	0,9%	0	0,0%
Para estudar	1	0,9%	0	0,0%
Risco de alagamento, deslizamento ou inundação	1	0,9%	4	3,4%
Total	12	10,3%	17	14,5%
Outros motivos				
Passou em concurso	1	0,9%	1	0,9%
Mudança do trabalho da mãe	1	0,9%	0	0,0%
Motivo financeiro não especificado	1	0,9%	0	0,0%
Deixou a casa para os filhos	1	0,9%	0	0,0%
Único lugar que conhecia no Espírito Santo	1	0,9%	0	0,0%
Motivo não especificado	4	3,4%	2	1,7%
Total	9	7,7%	3	2,6%
Total geral	117	100,0%	117	100,0%

Fonte: Pesquisa MigraFamília, 2022.

Um total de 65 famílias realizou 3 movimentos ou mais (Tabela 3). Em relação ao primeiro movimento, a maioria das famílias (33,8%) realizou por motivação familiar, sendo que

o casamento corresponde a 12,3%. As motivações residenciais correspondem a 29,2%, de forma que 15,4% dizem respeito à aquisição de imóvel próprio. Para o último movimento, os fatores residenciais representam 69,2% dos casos, sendo a aquisição de imóvel próprio (40%) o principal motivador da última mudança. Fatores familiares representam 16,9% dos casos, seguidos de fatores ambientais e de ciclo de vida (9,2 %).

Tabela 3 – Motivo principal do primeiro e último movimento entre as famílias que realizaram três movimentos ou mais

MOTIVOS	QUANTIDADE	PERCENTUAL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Residenciais	**Primeiro Movimento**		**Último Movimento**	
Aquisição de imóvel próprio	10	15,4%	26	40,0%
Necessidade de imóvel maior	3	4,6%	7	10,8%
Problemas com o imóvel anterior	2	3,1%	5	7,7%
Necessidade de aluguel mais barato	2	3,1%	5	7,7%
Venda de imóvel da família	2	3,1%	0	0,0%
Dificuldade de deslocamento	0	0,0%	1	1,5%
Necessidade de imóvel menor	0	0,0%	1	1,5%
Total	19	29,2%	45	69,2%
Familiares				
Ficar mais perto da família	4	6,2%	4	6,2%
Separação ou divórcio	1	1,5%	0	0,0%
Casamento	8	12,3%	0	0,0%
Deixar a casa de um familiar	3	4,6%	2	3,1%
Morar com um familiar ou amigo	1	1,5%	1	1,5%
Falecimento de um familiar	1	1,5%	2	3,1%

Imóvel comprado por um familiar	1	1,5%	1	1,5%
Cuidar de um familiar	1	1,5%	1	1,5%
Nascimento de filhos	1	1,5%	0	0,0%
Violência doméstica	1	1,5%	0	0,0%
Total	22	33,8%	11	16,9%
Laborais				
Buscar um trabalho melhor	4	6,2%	0	0,0%
Morar mais perto do trabalho	1	1,5%	0	0,0%
Troca de trabalho (próprio ou do cônjuge)	2	3,1%	0	0,0%
A pedido do empregador	4	6,2%	0	0,0%
Demissão/perda do emprego	2	3,1%	0	0,0%
Total	13	20,0%	0	0,0%
Ambientais e ciclo de vida				
Melhor qualidade de vida	4	6,2%	2	3,1%
Medo da violência	0	0,0%	1	1,5%
Falta de serviços	1	1,5%	0	0,0%
Questões de saúde	2	3,1%	1	1,5%
Para estudar	1	1,5%	1	1,5%
Risco de alagamento, deslizamento ou inundação	0	0,0%	1	1,5%
Total	8	12,3%	6	9,2%
Outros motivos				
Acessibilidade	0	0,0%	1	1,5%
Motivo não especificado	3	4,6%	2	3,1%
Total	3	4,6%	3	4,6%
Total geral	65	100,0%	65	100,0%

Fonte: Pesquisa MigraFamília.

Vale destacar que a mesma dinâmica foi observada: no primeiro movimento, maior importância dos fatores familiares

e laborais, e, no último, os habitacionais, com destaque para a aquisição da casa própria.

O Quadro 1 apresenta algumas informações e as motivações de movimento das 12 famílias que realizaram 4 ou mais movimentos, especificamente, entre os municípios da RMGV. Em relação aos arranjos domiciliares, metade da amostra é composta por arranjos estendidos, 3 casais com filhos, 1 casal sem filhos, 1 arranjo unipessoal e 1 arranjo monoparental. Ressalta-se, também, que 8 responsáveis afirmaram viver em casa própria e 4 de aluguel. Em relação aos bairros, a amostra conta com 3 pessoas de Jabaeté; 3 de Nova Bethânia; 2 de Colina de Laranjeiras; 2 de Flexal II; 1 de São Diogo II; e 1 de São Pedro.

O quadro em questão apresenta, ainda, o ano e as principais motivações relacionadas ao primeiro e ao último movimento realizado por cada uma das trajetórias analisadas. Em 7 dos 12 casos, o primeiro movimento foi realizado por motivações familiares, sejam elas relacionadas ao casamento, nascimento de filhos ou divórcio. O último movimento teve relação, em 10 dos casos, com questões residenciais, referentes ao preço do aluguel, à aquisição ou à construção da casa própria, dentre outras questões habitacionais.

Quadro 1 – Famílias com maior quantidade de movimentos intrametropolitanos

Identificação	Renda (R$)	Condição Domicílio	Bairro atual	Primeiro Movimento	Motivo	Último Movimento	Motivo
Família 1	1212	Próprio	Flexal II	1970	Ficar mais perto da família	2018	Questões de saúde
Família 2	400	Próprio	Flexal II	1997	Ficar mais perto da família	2012	Adquiriu casa própria
Família 3	1212	Próprio	Nova Bethânia	2006	Questões de saúde	2020	Problemas no imóvel
Família 4	Não informado	Próprio	Nova Bethânia	2006	Buscar um trabalho melhor	2013	Buscar aluguel mais barato
Família 5	600	Próprio	Nova Bethânia	1995	Ficar mais perto da família	2007	Adquiriu casa própria

Família 6	3000	Próprio	Jabaeté	2010	Casamento	2019	Necessidade de um imóvel maior
Família 7	2400	Próprio	Jabaeté	1997	Melhor qualidade de vida	2018	Buscar aluguel mais barato
Família 8	Não informado	Próprio	São Diogo II	1992	Falecimento de um parente	2007	Buscar aluguel mais barato
Família 9	1212	Alugado	Jabaeté	1995	Buscar aluguel mais barato	2010	Adquiriu casa própria
Família 10	1600	Alugado	São Pedro	2009	Violência doméstica	2022	Separação ou divórcio
Família 11	4000	Alugado	Colina de Laranjeiras	2012	Para cuidar de um familiar	2022	Necessidade de um imóvel menor
Família 12	600	Alugado	Colina de Laranjeiras	1970	Para estudar	2022	Acessibilidade

Fonte: Dados da pesquisa MigraFamília.

Observamos, então, que, mesmo entre aquelas famílias que realizam mais movimentos, a questão habitacional acaba sendo um motivador de permanência: encontrar um aluguel mais barato ou adquirir um imóvel (nos casos das famílias de Jabaeté e de Nova Bethânia, através da autoconstrução). A quantidade maior de movimentos, entretanto, não indica, necessariamente, melhoria na qualidade de vida, podendo se apresentar como um reflexo da precariedade do acesso à habitação na cidade, obrigando as pessoas de renda mais baixa a se deslocarem para locais cada vez mais distantes das centralidades das cidades.

Considerações finais

Observamos que os fatores que influenciam a mobilidade residencial são diversos, perpassando características estruturais e tendo a renda como a principal delas. Entretanto, quando analisamos mais detalhadamente essas motivações, notamos que elas se modificam de acordo com a quantidade de movimentos que as famílias realizam. A aquisição ou a autoconstrução de um imóvel é o motivo primordial de mudança entre aqueles que

realizaram um único movimento, já que este também foi o último. Já entre aqueles que realizaram 2 movimentos ou mais, essa é a motivação principal do último movimento dessas famílias. Esse cenário demonstra a importância da questão habitacional como fator de permanência entre as famílias para o contexto urbano brasileiro. Durante as entrevistas, o discurso em relação à casa própria aparenta ser o que mais influência na *não mobilidade* das pessoas.

Fatores estruturais oferecem maior impacto, majoritariamente, na última etapa da mobilidade, principalmente, no que diz respeito ao fator habitacional. Esse dado suscita reflexões a respeito do direito à cidade e à habitação, que é constitucional. No Brasil, a "ideologia da casa própria", amparada por questões de cunho econômico e social, ainda é fator de decisão para que as pessoas permaneçam nos lugares onde conseguem adquirir a casa, influenciando, também, na localização no momento do deslocamento.

Para fugir de aluguéis que comprometam fatias significativas da renda, muitas dessas famílias ocupam áreas ociosas da cidade e, a partir da construção doméstica, estabelecem residência. Vale, aqui, abordar a forma como se classifica a categoria "Aquisição de residência própria", presente no questionário. No bairro de Colina de Laranjeiras, Serra, as famílias entrevistadas residiam em casas construídas a partir da iniciativa habitacional da empresa Atlantic Veneer. A construção das vilas operárias, onde hoje está localizado o bairro, foi iniciada por volta de 1970, pouco após a implementação da empresa, em um contexto em que o município de Serra ainda era pouco povoado (RIBEIRO, 2011). Além disso, o bairro está localizado em uma região de alto investimento imobiliário, com a construção de condomínios de prédios e de casas. Desse modo, a casa própria, em Colina de Laranjeiras, raramente, vai significar construção doméstica, mas sim os resquícios da iniciativa habitacional dos anos 1970 e das iniciativas imobiliárias do século XXI.

Trata-se, como podemos depreender, de uma realidade muito diferente da observada em Jabaeté, Vila Velha, onde a maioria das famílias entrevistas residem em habitações autoconstruídas em uma região de ocupação. O bairro está localizado na região

da Grande Terra Vermelha, no município de Vila Velha, região historicamente periferizada. O bairro apresentou uma grande expansão da sua área construída na última década, principalmente, a partir da construção doméstica e das iniciativas habitacionais promovidas por ações da prefeitura e dos governos estaduais e federais.

Para Rolnik (2012), tendo como base a produção habitacional promovida pelo estado, o dinheiro público que é repassado às iniciativas imobiliárias para a construção de habitação fomenta a produção e a especulação das grandes construtoras. Segundo a autora, a forma como a política habitacional tem sido instituída nos últimos anos, sobretudo por meio de programas como o Minha Casa Minha Vida, tem concebido a questão da moradia muito mais a partir da ótica de produção industrial e do apelo eleitoral do que como uma forma de democratização da terra e de regulação fundiária.

Além das questões habitacionais, podemos observar que as motivações familiares e laborais imprimem um peso muito forte no primeiro movimento que as famílias realizam, considerando aquelas que realizaram ao menos dois movimentos. Tal fato relaciona-se, diretamente, com o ciclo de vida dessas pessoas: em um primeiro momento, os indivíduos se mudam, principalmente, para a casa de familiares, por se casarem ou, ainda, em busca de trabalho melhor. Quando há condições de, por exemplo, sair do aluguel e adquirir a residência própria, independentemente por meio da construção doméstica, de iniciativas habitacionais ou da compra de uma unidade, esses indivíduos se mudam pela última vez e permanecem no local. Isso fica evidente entre aqueles que realizaram três movimentos ou mais: 69,2% realizaram esse último movimento por motivações residências e 40% por adquirirem a residência.

Mesmo dando enfoque àquelas famílias que realizaram mais migrações em um contexto intrametropolitano, é evidente que esse mesmo padrão se repete, e isso abre agendas. A abordagem aqui apresentada reforça a necessidade de olharmos para as dinâmicas familiares como eventos relevantes para os deslocamentos de mobilidade residencial e para a produção do espaço urbano regional.

Referências bibliográficas

ABRAMO, P.; FARIA, T. C. Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro: considerações sobre os setores formal e informal do mercado imobiliário. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, 1998. **Anais** [...]. Caxambu 1998, p. 421-456.

BARBOSA, L. B. **A produção do espaço urbano e as áreas de transição rural-urbana**: o caso do município de Cariacica. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

BARROS, M. F.; FEITOSA, F. F.; KLINK, J. J. Produção do espaço residencial em Santos/SP: parâmetros urbanísticos e a "ordem urbana". **Cadernos Metrópole**, v. 24, p. 793-823, 2022.

CAMPOS JÚNIOR, C. T. Reestruturação produtiva da Região Metropolitana da Grande Vitória: manifestações socioespaciais em Cariacica. **Geografares**, p. 284-311, dez. 2012. Disponível em: http://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/viwe/4137/3359. Acesso em: 13 out. 2023.

CARLING, J. Migration in the age of involuntary immobility: theoretical reflections and Cape Verdean experiences. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 28, n. 1, p. 5-42, 2002.

CARLING, J.; SCHEWEL, K. Revisiting aspiration and ability in international migration. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 44, n. 6, p. 945-963, 2018.

CUNHA, J. M. P. Aglomerações urbanas e mobilidade populacional: o caso da Região Metropolitana de Campinas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, p. 99-127, 2016.

CUNHA, J. M. P. Mobilidade espacial da população e o espaço intraurbano: contribuições da demografia. *In*: **Questões demográficas contemporâneas:** olhares multidisciplinares. 2. ed. CUNHA, M. F. da; MARCONDES, G. dos S. (org.). São Leopoldo: Oikos, 2022.

DE HAAS, H. Migration and development: a theoretical perspective. **International Migration Review**, v. 44, n. 1, p. 227-264, 2010.

DOTA, E. M. **Mobilidade Residencial Intrametropolitana na RM de Campinas**: uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes. 2015. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 2015, p. 221.

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves. **Estudo sobre ocupação irregular de terra na Grande Vitória:** município de Vila Velha – resultado e análise, 1994. Disponível em: http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120817_ij00858_estudosobreocupacaoirregulardeterranagv_mapas.pdf. Acesso em: 13 out. 2023.

LIRA, E. **Transformação de um espaço: o caso do bairro Morada da Barra, Vila Velha (ES).** 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015, p. 213. Disponível em: https://geografia.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGG/detalhes-da-tese?id=9251. Acesso em: 13 out. 2023.

OLIVEIRA, M. C. A. Algumas notas sobre o ciclo vital como perspectiva de análise. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2, 1980. **Anais** [...]. Belo Horizonte: ABEP, 1980.

RIBEIRO, R. A. **Formação socioespacial da antiga vila operária de Chico City, Região Metropolitana da Grande Vitória, Espírito Santo**. 2011. Tese (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

ROLNIK, R. 10 anos do Estatuto da Cidade: das lutas pela Reforma Urbana às cidades da Copa do Mundo. *In*: RIBEIRO, A. C. T.; VAZ, L. F.; SILVA, M. L. P. (orgs.). **Quem planeja o território?** Atores, arenas e estratégias. Rio de Janeiro: Letra Capital/Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2012. p. 87-104.

VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

Os arranjos domiciliares na mobilidade residencial na RM de Vitória

Nathan Vilela dos Santos
Ednelson Mariano Dota

Introdução

A mobilidade espacial da população é um fenômeno complexo, que demanda uma análise em diferentes escalas, mediante as implicações nas esferas econômicas, sociais e espaciais, e afeta a organização, o bem-estar e as relações constituídas pelos indivíduos dentro do espaço habitado (SANTOS, 1998; GREEN; CANNY, 2003).

No contexto brasileiro, a dinâmica das migrações internas sempre esteve intrinsecamente relacionada com os interesses econômicos, políticos e sociais de cada período nas últimas décadas (PACHECO; PATARRA, 1998; BRITO, 2009; 2015; BAENINGER, 2012; DOTA; QUEIROZ, 2019).

Diante disso, assim como a crítica apontada por Kofman (2004) aos estudos europeus, no Brasil, os trabalhos acerca da migração priorizam os movimentos individuais, com foco nos aspectos econômicos, excluindo os demais agentes envolvidos, como a família.

Segundo Fazito (2005) e Marques (2022), a família se apresenta como a principal estrutura intermediadora e determinante para a organização e a expansão dos fluxos migratórios, principalmente, por seu papel de apoio social e econômico. Ademais, a família é dinâmica, acompanhando as mudanças demográficas e populacionais vividas pela sociedade, influenciando a produção e a reprodução de novas espacialidades (APARICIO, 2019; MARQUES, 2022).

Compreender esses processos é de extrema importância, tendo em vista que a mobilidade espacial da população é um dos resultados que está condicionado à estrutura de incentivos e constrangimentos a indivíduos e suas famílias dentro das grandes aglomerações. Tais estruturas têm relação com as transformações demográficas e populacionais ao longo de décadas (DOTA,

2015), associando-se a diferentes formas de produção do espaço (DOTA; APARICIO, 2021).

Este trabalho, portanto, visa analisar como a organização das estruturas familiares, o local de residência e as condições de vida de seus membros acabam influenciando a decisão e as motivações dos indivíduos para migrar dentro da dinâmica intraurbana.

Embasamento teórico

De 1940-1970, vigorou no país um padrão migratório marcado por fluxos de longas distâncias, os quais direcionavam a população dos grandes reservatórios de força de trabalho – como o Nordeste – para os polos urbanos e industriais do Sudeste e as áreas de expansão agrícola no Sul e no Centro-oeste (BAENINGER, 2012; BRITO, 2009; 2015). Assim, criou-se uma cultura migratória, na qual a ideia de êxito e melhoria de vida estava associada à mobilidade pelo território nacional (BRITO, 2009).

A partir dos anos 1980, com a estagnação das áreas de expansão agrícola, a redução da velocidade da urbanização e a crise gerada pela reestruturação produtiva para atender às demandas do mercado internacional passaram a intensificar os movimentos mais curtos, como os intrarregionais e os intrametropolitanos, por consistirem em categorias de mobilidade menos custosas e envolverem menos riscos, sobretudo, em períodos de incertezas (PACHECO; PATARRA, 1998; BRITO, 2000; 2009; DOTA; QUEIROZ, 2019).

Dessa forma, as antigas trajetórias passam a ser alteradas e o padrão migratório nacional chega ao século XXI marcado pela redução do ritmo de crescimento metropolitano, pela intensificação do fluxo de retorno e por uma sobreposição das modalidades de movimentos mais curtos, como a mobilidade residencial, cujo debate passa a ganhar destaque para compreender as dinâmicas intraurbanas nas grandes metrópoles (BAENINGER, 2012).

Nesse contexto de transformação da dinâmica das migrações internas no Brasil, o termo mobilidade residencial passou a se destacar como um fenômeno importante a ser estudado, por evidenciar a influência que a dinâmica familiar pode exercer sobre o processo migratório.

De acordo com Dota e Aparicio (2021), a mobilidade residencial é definida por caracterizar um conjunto de movimentos locais dentro de grandes centros urbanos relacionados a questões habitacionais e laborais, que acabam gerando mudanças de residência e evidenciando as transformações do espaço, o que permite a reflexão acerca do papel da família sobre a tomada de decisões nos movimentos individuais.

Nesse sentido, conforme estudos recentes, como os de Aparicio (2019), Valverde (2021) e Marques (2022), as transformações vivenciadas pela sociedade, nas últimas décadas, como a redução das taxas de fecundidade, o aumento da longevidade e a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, tem gerado efeitos significativos sobre o ciclo de vida das famílias.

Tais mudanças vão instaurar uma série de conflitos, pois a família passa a abranger relações mais complexas, assumindo múltiplas formas, que vão para além da tradicional família nuclear. Assim, são estabelecidas fortes contradições sociais, desencadeando violências, preconceitos e produzindo importantes impactos sobre a configuração do espaço, sobretudo, pela ampliação das desigualdades nas grandes metrópoles, já que a crescente taxa de mulheres ocupando o posto de chefia das famílias está atrelada à pobreza urbana (MARQUES, 2022).

Metodologia

Para esta pesquisa, foram analisados dados dos bairros de São Pedro, em Vitória; Jabaeté, em Vila Velha; Flexal II, em Cariacica; Nova Bethânia, em Viana; além de Central Carapina, São Diogo II e Colina de Laranjeiras, na Serra.

Todos os bairros pesquisados apresentaram um intenso crescimento nos últimos anos, sendo considerados áreas de expansão urbana. Tais bairros encontram-se dentro da área conurbada da Região Metropolitana da Grande Vitória, apresentando um intenso fluxo migratório intrametropolitano.

Em termos conceituais, levando em consideração o amplo debate que norteia a definição de família – conceito que, em suas raízes sociológicas e antropológicas, ultrapassa o limite da unidade residencial –, optou-se por utilizar o conceito de

arranjo domiciliar que, segundo Aparicio e Farias (2019), pode ser definido como um conjunto de pessoas (com relações de parentesco ou não) residindo em um mesmo domicílio.

Tal definição permitiu realizar uma classificação e um estudo acerca dos arranjos domiciliares em cinco tipos: os unipessoais ou individuais (apenas a pessoa de referência), casal sem filhos, casal com filhos, monoparental (a pessoa de referência e filho) e os estendidos e compostos, que podem abranger parentes ou não e conter mais de uma família convivendo no mesmo domicílio (APARICIO; FARIAS, 2019).

Ademais, a análise a partir do arranjo domiciliar permite ser complementada pelo estudo do ciclo de vida familiar, que se refere a momentos de vida interdependentes, como casamento, nascimento dos filhos, consolidação (sem novos filhos) e dispersão (quando os filhos saem de casa), mostrando que a família é dinâmica e se altera ao longo do tempo (APARICIO, 2018).

O instrumento utilizado foi produzido pela equipe de pesquisa do projeto "Dinâmica demográfica familiar e padrão migratório no Brasil: transformações desde os anos 1990" e consiste em um questionário que teve por objetivo principal analisar e compreender a relação entre as mudanças na dinâmica das famílias brasileiras e a sua relação com a mobilidade residencial e o território na escala intrametropolitana.

Para esta pesquisa, estão sendo tratadas as variáveis que contêm informações acerca de todos os membros do domicílio: tipo de arranjo domiciliar e renda, assim como variáveis referentes aos movimentos habitacionais e as motivações, além de informações sociodemográficas do entrevistado, como sexo, estado civil, raça/cor e escolaridade.

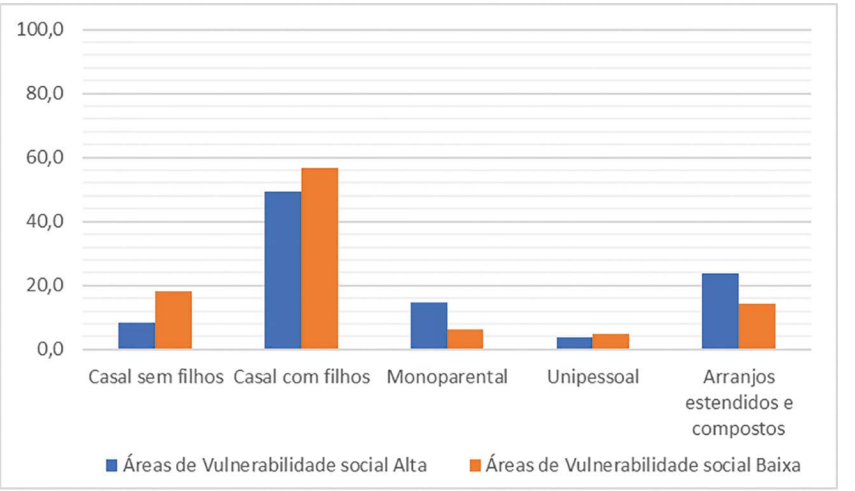
Para a análise comparativa dos resultados, os bairros foram classificados segundo áreas de vulnerabilidade social, levando em consideração as características sociodemográficas e socioeconômicas dos moradores. Dessa forma, os arranjos domiciliares nos bairros de São Pedro, Nova Bethânia, Flexal II, São Diogo II, Jabaeté e Central Carapina foram classificados como áreas de alta vulnerabilidade, e aqueles localizados em Colina de Laranjeiras, como áreas de baixa vulnerabilidade.

Já para a análise das trajetórias migratórias dos indivíduos por arranjo domiciliar, foi utilizada a coorte de idade de 18 a 49 anos, de modo a captar as motivações para a mobilidade dos indivíduos em cada movimento dentro de uma mesma faixa etária. Para tanto, foi tomada como base a metodologia de Bernard (2022), que aponta que tais trajetórias não são afetadas pelos efeitos do período, como crises pontuais, além de evidenciar que a trajetória migratória dos indivíduos resulta do conjunto de situações às quais esses indivíduos foram expostos ao longo do tempo e, até mesmo, antes de iniciarem os deslocamentos.

Resultados

Ao analisarmos a distribuição da população segundo a tipologia dos arranjos domiciliares por áreas de alta e baixa vulnerabilidade social, conforme mostra o Gráfico 1, observa-se que os casais com filhos continuam sendo a principal estrutura de organização familiar, abrangendo, em média, 52,9% da população em ambas as áreas, seguido dos arranjos estendidos e compostos (19,5%), casais sem filhos (13,1%), monoparentais (10,4%) e unipessoais (4,1%).

Gráfico 1 – Distribuição da população segundo a tipologia do arranjo domiciliar por áreas de alta e baixa vulnerabilidade social (%). Bairros selecionados da RMGV, 2022



Fonte: Pesquisa MigraFamília.

Destacando as diferenças entre as áreas, nota-se que as tipologias monoparental e arranjos estendidos e compostos apresentaram um percentual de população 10% maior nas áreas de alta vulnerabilidade do que nas de baixa, enquanto que os casais sem filhos apresentam uma dinâmica contrária, com maior proporção de pessoas nas regiões menos vulneráveis.

Dessa forma, assim como nos trabalhos de Aparicio (2018; 2019), Dota e Aparicio (2021) e Aparicio e Farias (2019), fica evidente a concentração dos casais sem filhos nas áreas centrais – atrelada a maiores perfis de renda –, os arranjos estendidos e compostos e, principalmente, os monoparentais nas regiões periféricas, com perfis mais jovens e maiores percentuais de chefia feminina, tornando-os mais suscetíveis à pobreza e ao risco social (BILAC, 2003; MARQUES, 2022).

Cabe destacar, no entanto, que, diferentemente do que se esperava encontrar, os arranjos unipessoais apresentaram uma particularidade: percentuais similares em ambas as áreas e perfis etários distintos, sendo majoritariamente mais velhos nas regiões periféricas e mais jovens nas regiões centrais.

Além de reforçar a importância que a figura da família nuclear ainda exprime no contexto da América Latina (GOLDANI, 1994), essa dinâmica vem de encontro com o já observado em outras metrópoles brasileiras e com o contexto social no qual as famílias estão inseridas, sendo algumas tipologias, como os arranjos estendidos e compostos, estratégicas para a garantia da seguridade social fornecendo suporte no cuidado de crianças e idosos e o compartilhamento de despesas básicas.

Por conseguinte, a estrutura e as condições às quais cada tipo de arranjo vai estar sujeito exercerão influência direta na trajetória migratória dos membros daquela família, com algumas tipologias apresentando-se mais móveis do que outras, conforme mostra a Tabela 1.

De modo geral, os arranjos domiciliares distribuídos pela RMGV apresentaram uma baixa mobilidade, com seus membros realizando, em média, um único movimento, independentemente da idade com a qual o indivíduo iniciou sua mobilidade. Esse resultado é diferente dos apresentados para outros países, em que a maior mobilidade ao longo da vida estaria ligada ao início

do processo migratório quando jovens (BERNARD,2022), ressaltando as especificidades do caso brasileiro.

Tabela 1 – Proporção da quantidade de movimentos por tipo de arranjo domiciliar e idade média no primeiro movimento. Bairros selecionados da RMGV, 2022

	Tipologia de arranjos domiciliares por áreas de vulnerabilidade social									
	Casal sem filhos		Casal com filhos		Monoparental		Unipessoal		Arranjos estendidos e compostos	
	Alta	Baixa	Alta	Baixa	Alta	Baixa	Alta	Baixa	Alta	Baixa
Quantidade de movimentos										
Nenhum	2,4	2,6	9,3	16,2	28,3	63,6	8,3	0,0	7,7	0,0
1 movimento	48,8	60,5	45,8	45,6	32,1	18,2	47,2	50,0	42,3	42,9
2 ou mais	48,8	36,8	44,9	38,2	39,6	18,2	44,4	50,0	50,0	57,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Idade Média no primeiro movimento	27	30	19	28	17	14	25	34	25	24

Fonte: Pesquisa MigraFamília.

Nesse sentido, fica evidente o impacto que a estrutura organizacional da família exerce sobre a decisão do indivíduo de migrar, tendo em vista que, apesar dos responsáveis por domicílios monoparentais apresentarem-se como os mais jovens e com a menor idade média na realização do primeiro movimento, foram os menos móveis dentre todos os arranjos, com 28,3% e 63,6% daqueles em regiões de alta e baixa vulnerabilidade, respectivamente, não tendo realizado nenhum movimento.

Tal fato pode estar relacionado à maior demanda que esses arranjos têm, por estarem próximos a uma rede de apoio diante da importância que os filhos desempenham dentro da composição do domicílio, o que gera aumento dos custos e maior dificuldade para realizar a mobilidade. Isso também pode justificar os percentuais mais elevados de não mobilidade para os casais com filhos nas regiões de alta vulnerabilidade, 9,3%, e, principalmente, nas de baixa, 16,2%.

Já dentre os arranjos mais móveis, destacam-se os casais sem filhos, com 97,4% tendo realizado pelo menos um movimento em ambas as áreas, com os mais vulneráveis apresentando maior de mobilidade. Por serem mais velhos, os mesmos já podem estar no estágio de dispersão do curso de vida, enquanto que, nas áreas menos vulneráveis, com perfil mais jovem, os casais,

provavelmente, estão realizando os primeiros deslocamentos decorrentes da união.

Em seguida, estão os arranjos estendidos e compostos e os unipessoais, com 96,1% e 95,8%, respectivamente, tendo realizado um movimento ou mais. O que chama à atenção, em ambos os casos, é o fato de que, diferentemente dos outros arranjos, dessa vez, os mais móveis estão nas áreas menos vulneráveis. Esse fato pode estar relacionado ao perfil etário mais envelhecido dos responsáveis por domicílios unipessoais, à maior demanda de cuidado com crianças e ao compartilhamento de despesas dos arranjos estendidos e compostos nos bairros de alta vulnerabilidade, o que pode dificultar a mobilidade diante da necessidade de estarem mais próximos a redes de apoio.

Dessa forma, fica claro que o conjunto de constrangimentos e incentivos que vão determinar se um indivíduo vai ou não migrar está diretamente associado à estrutura, ao perfil e ao local de residência do arranjo, sendo fatores importantes para determinar o grau de mobilidade residencial dos indivíduos dentro do espaço intraurbano.

Nesse sentido, para além da quantidade de movimentos, os resultados da pesquisa também evidenciam como os eventos de transformação da família e as condições às quais os arranjos estão sujeitos se relacionam com as motivações para a mobilidade residencial dentre aqueles que se apresentaram mais móveis.

Conforme mostra a Tabela 2, as motivações para as mudanças executadas pelos indivíduos ao longo da vida estão ligadas às diferentes etapas do ciclo de vida familiar.

Nota-se, então, que, para os casais sem filhos, a relação com o cônjuge desempenha o principal evento relacionado tanto ao primeiro quanto ao último movimento com o casamento/união, correspondendo, em média, a 70,7% dos eventos familiares associados à mobilidade nas regiões mais vulneráveis e a 77,3% nas menos vulneráveis. Já para os casais com filhos, apesar de o casamento/união continuar sendo o principal evento associado à mobilidade, observa-se que esse evento perde importância relativa do primeiro para o último movimento diante do nascimento/adoção da criança, que vai de 22% para 31,7%, nas áreas mais vulneráveis, e de 16,1% para 37,5%, nas menos vulneráveis,

enquanto que os processos de união decaem de 65,9% para 61% e de 80,6% para 58,3%, respectivamente.

Tabela 2 – Trajetória de mobilidade residencial da pessoa de referência (18-49 anos) para cada tipo de arranjo domiciliar, considerando os eventos familiares para a mobilidade no primeiro e no último movimento (%). Bairros selecionados da RMGV, 2022

			Tipologia dos arranjos domiciliares									
			Casal sem filhos		Casal com filhos		Monoparental		Unipessoal		Arranjos estendidos e compostos	
Área de Vulnerabilidade social		Evento Familiar	Primeiro	Último	Primeiro	Último	Primeiro	Último	Primeiro	Último	Primeiro	Último
	Alta	Nascimento/Adoção	10,0	5,9	22,0	31,7	10,0	17,6	7,7	20,0	15,0	5,3
		Casamento/União	65,0	76,5	65,9	61,0	35,0	17,6	53,8	40,0	65,0	42,1
		Divórcio/Separação	10,0	11,8	7,3	4,9	40,0	41,2	15,4	20,0	5,0	21,1
		Falecimento	15,0	5,9	2,4	0,0	10,0	23,5	7,7	0,0	10,0	15,8
		Outros	0,0	0,0	2,4	2,4	5,0	0,0	15,4	20,0	5,0	15,8
		Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Baixa											
		Nascimento/Adoção	9,5	15,8	16,1	37,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		Casamento/União	81,0	73,7	80,6	58,3	0,0	0,0	25,0	0,0	66,7	0,0
		Divórcio/Separação	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	75,0	100,0	0,0	0,0
		Falecimento	0,0	0,0	3,2	4,2	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3	100,0
		Outros	9,5	10,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* Para aqueles que realizaram um único movimento, o mesmo foi contabilizado como primeiro e último, tendo em vista que representa o início e o fim da trajetória do indivíduo captada pela pesquisa.

Fonte: Pesquisa MigraFamília.

Por conseguinte, observa-se que, para os arranjos monoparentais, a relação com o cônjuge continua a ser o evento mais expressivo. Os processos de divórcio/separação se destacam, correspondendo a 40% das razões nas periferias e a 100% nas áreas centrais, sendo a principal questão familiar para a mobilidade.

Por fim, para os arranjos estendidos e compostos e os unipessoais, chama à atenção a perda de importância dos casamentos/uniões diante do crescimento do papel dos divórcios/separações, juntamente com o falecimento de um familiar de um movimento para o outro. Esse último evento passa a aparecer de forma expressiva no caso desses arranjos, vindo de encontro com seu próprio processo de formação, em que passam a se constituir estruturas formadas por mais de um núcleo familiar ou por parentes e amigos que não fazem parte do núcleo principal.

Ademais, os eventos em questão, assim como o contexto no qual esses arranjos estão inseridos, vão se relacionar com as motivações para a mobilidade residencial. Por meio da Tabela 3, é possível observar como as questões que são priorizadas variam

conforme cada tipologia de arranjo e a área na qual ele está localizado.

Tabela 3 – Trajetória migratória da pessoa de referência, por coorte de idade (18 a 49 anos) para cada tipo de arranjo domiciliar, considerando os principais motivos principais e secundários para a mobilidade no primeiro e no último movimento (%)

			Tipologia dos arranjos domiciliares									
			Casal sem filhos		Casal com filhos		Monoparental		Unipessoal		Arranjos estendidos e compostos	
Área de Vulnerabilidade social		Motivos Principais e Secundários para mobilidade	Primeiro	Último	Primeiro	Último	Primeiro	Último	Primeiro	Último	Primeiro	Último
	Alta											
		Casa Própria	25,0	44,7	28,4	37,9	13,2	22,5	20,0	32,3	16,3	26,7
		Residencial	16,7	18,4	11,4	17,9	7,9	10,0	8,0	12,9	20,9	22,2
		Familiar	25,0	18,4	25,0	17,9	44,7	40,0	24,0	29,0	41,9	22,2
		Ambiental	8,3	10,5	12,5	11,6	15,8	10,0	20,0	16,1	4,7	11,1
		Trabalho	22,2	5,3	20,5	12,6	15,8	15,0	28,0	9,7	16,3	11,1
		Outros	2,8	2,6	2,3	2,1	2,6	2,5	0,0	0,0	0,0	6,7
		Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Baixa											
		Casa Própria	25,0	31,3	28,6	41,4	0,0	16,7	33,3	31,3	30,0	22,2
		Residencial	10,7	9,4	14,3	20,7	0,0	16,7	8,3	6,3	10,0	0,0
		Familiar	32,1	21,9	23,2	15,5	50,0	16,7	33,3	25,0	10,0	33,3
		Ambiental	17,9	21,9	14,3	15,5	0,0	16,7	8,3	6,3	30,0	22,2
		Trabalho	14,3	15,6	14,3	5,2	50,0	33,3	8,3	12,5	20,0	22,2
		Outros	0,0	0,0	5,4	1,7	0,0	0,0	8,3	18,8	0,0	0,0
		Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

*Para aqueles que realizaram um único movimento, o mesmo foi contabilizado como primeiro e último, tendo em vista que, o mesmo representa o início e o fim da trajetória do indivíduo captada pela pesquisa.

Fonte: Pesquisa MigraFamília.

Nesse sentido, nota-se que, independentemente do contexto socioeconômico da família, a aquisição da casa própria desempenha um papel importante para todas as tipologias, sobretudo no último movimento, equivalente, em média, a 32,7% dos motivos principais e secundários, nas áreas de alta vulnerabilidade, e a 28,5% nas de baixa vulnerabilidade.

O cenário descrito pode ser justificado pelo fato de o desejo e a necessidade da casa própria estarem associados a diferentes etapas do ciclo de vida familiar, sendo importante tanto para os que são independentes quanto para os casados, divorciados, viúvos ou para aqueles que estão à procura de um imóvel maior, em razão da chegada de filhos, pela segurança econômica que o imóvel oferece.

Outrossim, por meio da tabela, é possível observar aspectos diferenciais segundo a área em que o domicílio está localizado, de modo que a aquisição da casa própria, entre outros aspectos residenciais e familiares, será priorizada pelos arranjos nas áreas mais vulneráveis, sendo símbolos de segurança para os

membros da família. Já as questões relacionadas ao ambiente e ao trabalho terão um peso maior na decisão de mudança daqueles localizados em regiões de baixa vulnerabilidade social, com seus membros priorizando aspectos que garantam mais qualidade de vida.

Dessa forma, observa-se que, nas áreas de alta vulnerabilidade, para os casais com e sem filhos, aparecem como elementos importantes, na primeira mobilidade, as questões relacionadas à casa própria, à família e ao trabalho, equivalentes a cerca 70% das motivações, o que converge com os processos de casamento/união e com a constituição de novos laços familiares para a formação inicial desses arranjos.

Já no último movimento, as questões relacionadas ao trabalho e à família perdem significativa importância diante do crescimento dos fatores relacionados à casa própria (40%), a outros aspectos residenciais (18%) e aos ambientais (10%), o que reflete o estágio de estabilização/dispersão do núcleo familiar, onde então, passam a ser considerados os fatores relacionados ao bem-estar e à maior qualidade de vida.

No caso dos arranjos unipessoais, destaca-se a maior importância que é dada aos fatores ambientais (20%) e ao trabalho (28%) no primeiro movimento, enquanto que a casa própria, os fatores residenciais e as questões familiares só passam a desempenhar importância no último movimento dos indivíduos, evidenciando-se, assim, a maior disponibilidade que os mesmos têm quando mais jovens para se dedicar a atividades laborais e educacionais.

Por outro lado, para os arranjos monoparentais, estendidos e compostos, nessas localidades, nota-se que, tanto no primeiro quanto no último, as motivações concentram-se nas questões familiares (40%), ressaltando-se a priorização que esses arranjos dão aos fatores que fornecem mais segurança social e podem constituir redes de apoio mais sólidas, seguido das questões residenciais e da casa própria, com ambos representando entre 10% e 30% das razões.

Para as áreas de baixa vulnerabilidade, aparecem algumas mudanças pontuais que se relacionam e refletem as mudanças de perfil e o contexto no qual os arranjos se encontram.

Desse modo, para os casais sem filhos, por exemplo, os fatores ambientais, juntamente com a casa própria e as questões familiares, correspondem às principais motivações em ambos os movimentos, representando 87,4% do total, indicando maior preocupação com o bem-estar e a maior qualidade de vida da família desde o início do curso de vida.

Com relação aos casais com filhos, as motivações mantêm uma dinâmica semelhante à observada nas áreas de alta vulnerabilidade, o que reforça o fato de que determinadas estruturas familiares podem impor aos indivíduos aspectos que devem ser priorizados no movimento, mesmo que em contextos sociais distintos. Resultado semelhante é observado para os arranjos monoparentais e os arranjos estendidos e compostos, em que as questões familiares, os fatores residenciais e a aquisição do imóvel próprio continuam desempenhando importância significativa, equivalente a 50% das razões para a mobilidade em ambos os casos.

A principal diferença no cenário descrito, no entanto, diz respeito às questões laborais, as quais desempenharam maior importância quando comparadas com as mesmas tipologias nas áreas mais vulneráveis, com o trabalho representando, em média, 41,6% das motivações para os monoparentais e 21,1% para os arranjos estendidos e compostos.

A diferença verificada pode estar relacionada com o maior suporte no apoio ao cuidado das crianças nessas áreas, dando aos responsáveis mais tempo à dedicação das atividades relacionadas ao trabalho, diferentemente do que é visto nas áreas periféricas, em que as responsabilidades recaem diretamente sobre o responsável.

Por fim, para os arranjos unipessoais, a casa própria e as motivações de origem familiar correspondem aos principais motivos para a mobilidade em toda trajetória, equivalente a mais de 50% das motivações. Diferentemente é o processo nas áreas de alta vulnerabilidade, em que o trabalho passa a ganhar importância no último movimento em relação ao primeiro, indicando dinâmicas diversas, que, aqui, podem estar relacionadas à saída da casa dos pais para a dedicação ao trabalho e o início da vida adulta.

Considerações finais

O debate aqui realizado evidencia o importante papel que a organização familiar desempenha para a compreensão da relação entre a mobilidade residencial e as dinâmicas urbanas, sobretudo, da mobilidade residencial dentro do contexto de transformação do padrão migratório brasileiro.

A análise da importância dos arranjos domiciliares para a mobilidade residencial nos bairros selecionados da Região Metropolitana de Vitória revelou que, apesar da principal estrutura de organização familiar continuar sendo as famílias nucleares, algumas tipologias se apresentam mais preponderantes em determinadas áreas da metrópole do que em outras, como é o caso dos arranjos monoparentais e dos estendidos e compostos, nas áreas mais vulneráveis, e dos casais sem filhos, nas menos vulneráveis.

Tal aspecto revela características importantes das desigualdades nos espaços urbanos mostrando que até mesmo o tipo de arranjo domiciliar é reflexo e reflete o contexto social ao qual seus membros estão sujeitos, sendo algumas tipologias, como é o caso dos arranjos estendidos e compostos, estratégicas para a garantia da seguridade social da família.

No que diz respeito a trajetória de mobilidade dos indivíduos, foram observadas diferenças significativas na quantidade de movimentos a partir de cada tipologia de arranjo domiciliar, independentemente da idade com a qual seus membros tenham iniciado o movimento, de modo que o principal fator de influência corresponde às condições sujeitas pela a própria estrutura de organização familiar.

Dessa forma, enquanto, aproximadamente, 95% dos indivíduos que pertencem a arranjos como casais sem filhos, estendidos e compostos e os unipessoais, realizaram um ou mais movimentos, nos arranjos monoparentais, e, nos casais com filhos, esses percentuais caíram para 54% e 87,2%, respectivamente, independentemente da área em que se encontravam, sobretudo, pela maior importância que os filhos desempenham na composição familiar. A importância da existência de crianças na composição domiciliar, portanto, fica evidenciada.

Ademais, para aqueles que realizaram, pelo menos, um movimento, destacam-se influências importantes do tipo de arranjo familiar sobre as motivações para a mobilidade, as quais estão intrinsecamente relacionadas com os eventos do ciclo de vida familiar e com a condição social.

Em suma, os principais eventos familiares ligados à mobilidade residencial dizem respeito à relação que os indivíduos estabelecem com seus cônjuges. O casamento/união são os principais motivos para os casais com e sem filhos; o divórcio/separação, para os arranjos monoparentais e unipessoais; e, no caso dos arranjos estendidos e compostos, tem-se o falecimento de um familiar.

No que diz respeito às motivações, a aquisição da casa própria aparece como um aspecto fundamental para praticamente todas as tipologias, independentemente do local de residência. Por outro lado, ao levar em consideração a área e a tipologia, as questões laborais e ambientais desempenham importância maior para os casais sem filhos e os arranjos unipessoais, nas áreas menos vulneráveis; já as motivações relacionadas à família e à residência são priorizadas pelos casais com filhos, monoparentais e arranjos estendidos e compostos, sobretudo, nas regiões mais vulneráveis.

É imprescindível, portanto, que, dentro dos estudos da Geografia da população e da geografia urbana, ocorra um avanço no que diz respeito às análises, as quais devem compreender aspectos que vão além do indivíduo. Essas análises devem, assim, considerar o fato de que as transformações nas relações sociais constituídas geram mudanças nas dinâmicas espaciais, uma vez que esses aspectos estão ligados e, constantemente, modificando processos populacionais, demográficos, urbanos, econômicos etc., resultando na produção de novas espacialidades.

Por fim, compreender a estrutura organizacional das famílias e suas alterações se mostrou fundamental para o entendimento das dinâmicas urbanas e das migrações internas no Brasil, sobretudo, dentro dos espaços metropolitanos.

Referências bibliográficas

APARICIO, C. A. P. Notas sobre a operacionalização dos conceitos de família e domicílio na PNAD e na PCV. **Textos NEPO,** n. 85, p. 1-50, 2018.

APARICIO, C. A. P.; FARIAS, L. A. C. A geografia das famílias nas metrópoles brasileiras nos anos 2000. **Simpósio Nacional de Geografia Urbana,** v. 1, p. 450-466, 2019.

BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 20, n. 39, p. 77-100, 2012.

BERNARD, A. Internal Migration as a Life-Course Trajectory: Concepts, Methods and Empirical Applications. **The Springer Series on Demographic Methods and Population Analysis**, v. 53, p. 201, 2022.

BILAC, E. D. Estruturas familiares e padrões de residência. **Mimeografado**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2003.

BRITO, F. A transição para um novo padrão migratório no Brasil. **Textos para Discussão CEDEPLAR UFMG**, n. 526, p. 1-26, 2015.

BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. **Textos para Discussão CEDEPLAR UFMG**, n. 366, p. 1-20, 2009.

BRITO, F. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, n. 12, p. 1-44, 2000. **Anais** [...]. São Paulo: Universidade Federal do ABC, 2000.

DOTA, E. M. **Mobilidade Residencial Intrametropolitana na RM de Campinas:** uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes. 2015. Tese (Doutorado em Demografia) – Programa de Pós-Graduação em Demografia, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2015.

DOTA, E. M.; APARICIO, C. A. P. Mobilidade residencial e as novas dinâmicas familiares no Brasil. ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, n. 14, 2021. **Anais** [...]. *On-line*, p.1-16, 2021.

DOTA, E M.; QUEIROZ, S. N. Migração interna em tempos de crise no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 21, n. 2, p. 415-430, 2019.

FAZITO, D. A configuração estrutural dos arranjos familiares nos processos migratórios: a força dos laços fortes para a intermediação. SEMINÁRIO AS FAMILIAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Grais, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267546999_A_configuracao_estrutural_dos_arranjos_familiares_nos_processos_migratorios_a_forca_dos_lacos_fortes_para_a_intermediacao. Acesso em: 14 out. 2023.

GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras têm mudanças e perspectivas. **Caderno de Pesquisa**, n. 91, p. 7-22, 1994.

GREEN, A. E.; CANNY, A. Geographical mobility: Family impacts. **The Policy Press**, p. 64, 2003.

KOFMAN, E. Family-related migration: a critical review of European Studies. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 30, n. 2, p. 243-262, 2004.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1, 1998. **Anais** [...]. Curitiba: Abep/Ipardes, 1998. p. 445-462.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 1988. p. 136.

VALVERDE, J. R. Una geografía regional de Los tipos de hogares en la Europa de la segunda transicíon demográfica. **Scripta Nova**, v. 25, n. 1, p. 195-237, 2021.

Considerações finais

Ednelson Mariano Dota
Igor Martins Medeiros Robaina
Cimar Alejandro Prieto Aparicio
Isis do Mar Marques Martins

Ao analisarmos a família a partir da Geografia da População, sob uma construção metodológica que abarca técnicas qualitativas e quantitativas, vislumbramos uma reflexão estrutural e de agência, concomitantemente, das dinâmicas socioespaciais no espaço metropolitano brasileiro.

Da mesma maneira, os primeiros resultados do Censo de 2022, divulgados quando finalizávamos este livro, ressaltam a relevância dos debates aqui apresentados. As regiões metropolitanas continuam a crescer, mas abaixo da média do país (0,38% a.a. contra 0,52% a.a.). Além disso, o aumento da importância dos deslocamentos internos para as modificações do espaço urbano, já observado nos recenseamentos anteriores, será novamente evidenciado quando os microdados do Censo estiverem disponíveis.

Mesmo observando comportamentos diferenciados pelas metrópoles brasileiras nestes resultados iniciais – com algumas dessas metrópoles crescendo acima da média e outras com redução da população –, a dinâmica regional que articula os fluxos de deslocamento, de integração e complementaridade na relação casa-trabalho constitui um elemento uniforme a todas. É importante salientar, contudo, que estamos diante de lógicas metropolitanas heterogêneas em diferentes aspectos geográficos, seja em termos de escala, de distribuição, de densidade ou de morfologia.

Ao evidenciarmos os processos diversos que as famílias assumem na composição e na produção da metrópole, assim como o modo com o qual cada integrante familiar se posiciona, indicando múltiplos fatores em variados cursos de vida, a dimensão familiar aparece como potência para a Geografia da população, como evidenciado nos capítulos aqui apresentados.

Nesse contexto, a experiência e os resultados destacados neste livro apontam caminhos de interlocução evidentes entre a academia e a gestão pública, em uma relação de proximidade condizente com o campo que pensa essas questões a partir das relações estabelecidas entre os espaços habitacionais, laborais e o conjunto de relações sociais existentes na cidade.

A dinâmica das cidades e da população, que mutuamente se influenciam a partir da dinâmica histórica materializada no espaço por meio dos objetos fixos e, também, dos seus fluxos – inclusive, populacionais –, é, ainda, diferenciada segundo as inúmeras variáveis das quais lançamos mão para analisá-las. Como vimos nos capítulos deste livro, o arranjo familiar, a idade, o gênero, a presença dos filhos e a idade deles, a renda e a escolaridade importam não apenas para a situação vivida, mas para o que se deseja e aspira.

Dessa maneira, as aspirações à mobilidade residencial não são aleatórias ou irrelevantes; pelo contrário, tais aspectos produzem lógicas e dinâmicas espaciais que variam indissociavelmente com outras variáveis territoriais e sociais. Percebe-se, assim, que se trata de um contexto profícuo para pensar essas relações, em razão da intensidade das transformações sociais, demográficas e territoriais vividas pelo Brasil.

Essas mudanças estão refletidas em todas as partes das cidades, em maior ou menor intensidade, e influenciam as decisões. Essas escolhas são tomadas considerando-se condições individual e familiar, assim como as condições conjuntural e estrutural, em escalas múltiplas, internacional, nacional, regional e da habitação. Os resultados aqui apresentados, portanto, não desconsideram o poder e o papel desempenhado pelos agentes modeladores do espaço, por aqueles que o usam de maneira especulativa ou puramente econômica, mostrando, assim, que germina uma semente de mudança endógena, de dentro dos domicílios para fora, que precisa ser considerada.

A dinâmica familiar é uma força que emerge na análise geográfica dos arranjos domiciliares, permitindo ao mesmo grupo social, hoje, experienciar o contexto urbano e regional de maneira diferenciada em relação há algum tempo. Os resultados da pesquisa de campo indicam a existên-

cia de estruturas familiares diferenciadas, espacialmente, na RMGV.

A homogeneidade social da distribuição dos arranjos domiciliares encontrada em cada bairro e a heterogeneidade observada na comparação das distribuições entre os bairros apontam para a existência de segregação intrametropolitana, produzida pela ação do mercado imobiliário, conjuntamente à ausência de políticas públicas de habitação de interesse social e de infraestrutura nas áreas de expansão urbana. Essa segregação resulta em situações de vulnerabilidade das famílias no que diz respeito à pobreza, nas quais tanto a dinâmica familiar quanto as necessidades habitacionais geram processos de mobilidade residencial. Ao mesmo tempo, a dimensão familiar cria e modifica intenções, desejos e aspirações à mobilidade residencial, culminando em trajetórias habitacionais e territoriais que refletem essa nova realidade. Obviamente, a perenidade da pobreza e das desigualdades permanecem como grande elemento definidor dos processos socioeconômicos, como alguns capítulos mostraram. Enxergar, contudo, além dos determinantes socioeconômicos é primordial para que o movimento social materializado na família e no território tenha sua importância concretamente analisada.

Após análises detalhadas, constatamos que o "arranjo domiciliar", que se refere à organização da família no domicílio, é moldado pelas interações entre a família e seu ambiente, levando em conta condições e necessidades particulares. Tais dinâmicas originam diferentes trajetórias de mobilidade residencial. Ao avaliar as transformações familiares em uma perspectiva ampla, percebe-se o crescente impacto dessas mudanças na configuração do espaço urbano. Desse modo, as alterações nas estruturas familiares, observadas em escala macro, ressaltam a crescente relevância dessas mudanças na formação do tecido urbano.

Os fatores que impulsionam os deslocamentos habitacionais são diversos, no entanto, observa-se que a posse ou a propriedade de uma casa tende a minimizar movimentações subsequentes, principalmente, por seu valor econômico, em especial, para indivíduos que se encontram, em algum nível, em um contexto de pobreza urbana. Eventos ligados ao ciclo de vida familiar, como casamento, nascimento de filhos ou separações, desempenham

papel significativo na mobilidade residencial e na disposição das famílias no espaço urbano. Tais tendências variam de acordo com as diferentes fases do ciclo de vida familiar, e esse fator parece ser extremamente potente para análises futuras na relação entre família e mobilidade espacial em áreas metropolitanas. Analisando os dados em diferentes perspectivas e escalas, podemos notar padrões distintos, que refletem as particularidades do contexto vivido por cada família, independentemente de seu status socioeconômico.

Em geral, as aspirações por mobilidade residencial – por parte dos indivíduos, dos grupos e, especificamente neste estudo, das famílias – constituem os desejos, os planos e as intenções dessas pessoas de se relocarem geograficamente, impulsionados por motivações econômicas, sociais, políticas, entre outras. Essas aspirações são influenciadas por múltiplos fatores, os quais incluem contextos socioeconômicos, políticos, ambientais, culturais e acesso à informação.

Nesta análise, fica caracterizada uma influência marcante da condição econômica nas aspirações familiares. Muitas famílias, diante das adversidades constantes e dos desafios em antever um futuro mais promissor, não apresentam aspirações claras, em razão da falta de perspectivas e de horizontes e, especialmente, por causa da dimensão material da vida. Identificamos, contudo, que algumas dessas famílias tinha planos voltados para melhorias a médio prazo. Como um elemento importante, foi possível depreender que, apesar da realização dos diferentes movimentos de mobilidade residencial, essa dinâmica não resultou, de modo direto, na ascensão dessas pessoas, no que se refere aos aspectos de classes sociais.

Cabe ressaltar que, não obstante a centralidade da Geografia enquanto campo disciplinar e elemento catalisador da presente pesquisa, diversos participantes têm origens disciplinares outras, ou seja, são profissionais com formação concomitante em áreas como a História, a Sociologia, a Economia, a Demografia e o Planejamento Urbano e Regional. Essa heterogeneidade possibilitou uma multiplicidade de referências, assim como a diversidade de métodos, técnicas, ferramentas e procedimentos, os quais encontram maior ressonância em cada uma dessas

disciplinas, proporcionando uma riqueza de perspectivas durante as reuniões, especialmente, em termos de reflexões teóricas sobre conceitos, categorias, noções e referências.

Tal diversidade reverberou, diretamente, nos objetivos, na metodologia, na construção dos instrumentos de pesquisa, na preparação, na execução dos trabalhos de campo e na etapa final de interpretação e análise dos dados obtidos. Este processo fortaleceu a formação de todos os envolvidos, desde a ampliação dos horizontes para os membros mais novos até o desafio aos mais experientes de repensar certas ideias que, até então, pareciam cristalizadas em função do acúmulo de experiências dentro do próprio campo disciplinar e de suas respectivas tradições.

Nesse sentido, podemos apontar que, para os estudos de Geografia da População, a importância de uma equipe multidisciplinar se mostrou evidente, à medida que a análise e a interpretação de dinâmicas populacionais complexas requerem uma gama de distintas competências e habilidades. Essa abordagem multidisciplinar possibilitou uma compreensão mais complexa e, ao mesmo tempo, detalhada sobre as relações entre migração, família, rede urbana e área metropolitana.

Um aspecto de notável relevância, identificado ao longo deste processo, foi o fato de que, além das variadas formações dos pesquisadores envolvidos, a abordagem de métodos mistos conferiu um lugar de destaque em nossas reflexões. Reconhecemos que a Geografia já se apresenta fortemente fragmentada entre Geografia Física e Geografia Humana. Quando abordamos, contudo, os aspectos da Geografia Humana, percebemos que a concepção e o processo de entender o humano são marcados por caminhos divergentes, os quais, por vezes, não encontram espaço para um diálogo interno, capaz de produzir significativas aberturas e construções. Embora a maior parte dos pesquisadores envolvidos nesta pesquisa estivesse alinhada aos métodos quantitativos, a interação e os questionamentos entre essas pessoas e os pesquisadores qualitativos geraram, em ambos os casos, uma série de tensões construtivas em torno da natureza dos diferentes tipos de dados e do modo como esses dados poderiam estar relacionados, bem como sobre sua validade dentro do campo científico.

Desse modo, é fundamental compreender a necessidade de integrar as diferentes abordagens identificadas, as quais buscam, por um lado, reconhecer a potência, os limites, mas, também, ampliar a própria dimensão do Censo, a partir do qualitativo. Diante desse processo, é possível tomar consciência do modo como os estudos qualitativos também podem e devem se posicionar, no contexto metropolitano, em um diálogo sobre as escalas, com uma visão mais ampla, que não se constitua somente como um registro local, descritivo e anedótico, mas que também possa contribuir e construir subsídios a partir de seus movimentos dialógicos em profundidade com as políticas públicas territoriais. Assim, pesquisadores que, habitualmente, utilizam grandes volumes de dados, abrangendo milhares ou milhões de indivíduos, interagiram com aqueles que lidam diretamente com investigações mais profundas, dialogando com famílias e indivíduos acerca das rotinas cotidianas e práticas, dos significados e dos comportamentos socioespaciais. Pesquisadores que trabalharam intimamente com sujeitos imprimiram grandes esforços de síntese e de percepção de tendências e padrões, sendo, inclusive, capazes de identificar áreas mais sensíveis e segmentos mais fortemente vinculados aos objetivos que perseguíamos ao longo desta pesquisa.

Desse modo, tratou-se, neste estudo, menos de hierarquizar os caminhos do conhecimento ou de estabelecer uma mera relação de complementaridade e mais de compreender que a integração dos métodos possibilita uma visão mais complexa de fenômenos que não podem ser compreendidos isoladamente ou de modo radical ou dominante por nenhuma dessas duas escalas e caminhos de análise.

Nesse contexto, retomamos a pedra angular que mobilizou o conjunto de esforços desta pesquisa: **o que ainda pode a Geografia da população?** Os resultados apresentados mostram que ela não só pode ajudar a desvendar processos e fenômenos cujos condicionantes encontram-se organizados em múltiplas escalas como também vencer o limite dos determinantes socioeconômicos, seja por pensar a dinâmica da população a partir do local em que esta vive e realiza sua vida, como também por oferecer diálogo fluido com as ciências humanas, abordando sua temática para além dos muros disciplinares.

Nesse sentido, abordamos duas dimensões cruciais para o contexto geográfico brasileiro: as espacialidades familiares e as aspirações relativas à mobilidade residencial. Ao revisitar a literatura geográfica, especialmente no contexto anglo-saxão, é viável categorizar as investigações sobre geografia da família segundo eixos temáticos, incluindo gênero, intergeracionalidade, ciclos e trajetórias de vida, trabalho e fatores psicológicos e sociais. A análise da geografia da família requer uma avaliação criteriosa de suas interações espaciais e das diversas dinâmicas territoriais inerentes.

Concomitantemente, ao explorar as aspirações, é imprescindível uma estruturação teórica e metodológica que contemple as motivações para a mobilidade. Esse enfoque amplia a discussão, considerando uma variedade de processos e suas respectivas escalas, englobando fatores como suporte sociopolítico em diferentes escalas, bem como suas redes familiares e cenários adversos específicos. A análise das aspirações enriquece a pesquisa em Geografia da população, conferindo-lhe dinamismo em consonância com a realidade vivenciada.

Outro elemento a se destacar é a intensidade das transformações demográficas: elas não apenas afetarão a estrutura da população como, também, a economia e todos os setores da sociedade, que precisam compreender o que está por vir.

Pensar a dinâmica da população a partir da Geografia e em diálogo com outros campos disciplinares do conhecimento científico, portanto, permite olhar de múltiplas maneiras fenômenos, processos e dinâmicas, estabelecendo diálogos com as comunidades científicas e oferecendo subsídios para pensar políticas públicas no território.

Os debates aqui realizados permitem apontar agendas de pesquisa, estando algumas delas já contempladas nos nossos horizontes. Como ponto de partida, entendemos que é importante e necessário voltar ao debate sobre a Geografia da população para os domínios brasileiro e latino-americano, pelo potencial da abordagem para as políticas públicas na conjuntura atual. Nesse contexto, entendemos que não é possível compreender a complexidade das dinâmicas populacionais no Brasil sem

atravessar, obrigatoriamente, um debate espacial, sobretudo no âmbito das grandes aglomerações urbanas.

A mobilidade residencial também se caracteriza como um dos pontos em questão, sobretudo pela nova conjuntura nas metrópoles, em relação ao crescimento demográfico e à mudança na "alimentação" desse crescimento via migração de longa distância. A dinâmica familiar ganha destaque, visto que alterações no processo de formação de domicílios decorrentes das mudanças nas famílias resultarão em novas tendências nos processos de mobilidade residencial, com impactos na produção do espaço urbano, nas desigualdades e na segregação socioespacial. Algo parecido, a nosso ver, incidirá nas cidades médias, que ganharam, neste início do século XXI, relevância proporcional na concentração de população, apresentando algumas dessas cidades dinâmicas socioespaciais que se assemelham às metrópoles.

Propõe-se, assim, primeiramente, refletir sobre a Geografia da população no Brasil enquanto campo vivo do conhecimento, que necessita de renovação e autocrítica; em segundo lugar, a necessidade de pensarmos na natureza das pesquisas quantitativa e qualitativa como imbricadas na reflexão e no olhar geográfico. Em terceiro lugar, a dimensão familiar aparece como elemento a ser compreendido na produção do espaço urbano, por meio da geografia da família. Assim, reconhecemos a família como uma unidade de análise geográfica fundamental para a compreensão da cidade e da metrópole. Ademais, essa instituição emerge como uma categoria socioespacial intrinsecamente ligada aos espaços residenciais, à mobilidade geográfica e a uma ampla gama de relações que envolvem localizações, posições, bem como dimensões econômicas, políticas e sociais. Essa perspectiva permite uma compreensão mais ampla da relação intrincada entre a família, seus membros individuais e os variados fenômenos urbanos, com ênfase para o nosso caso de análise, na emergência da segregação residencial urbana. A partir desse intrincado conjunto de relações, que se apresenta como um desafio, podemos direcionar a formulação de políticas públicas territoriais, solidificando o papel esperado da ciência na construção da sociedade.

Por fim, destacamos que a família não é propriedade ideológica ou política de grupos específicos. A família é, sim, célula fundamental de reprodução social e lócus que oferece múltiplas entradas para analisar e compreender processos e dinâmicas socioespaciais que conformam nossas cidades, enfim, para compreender a Geografia da população e seu potencial nessas primeiras décadas do século XXI.

Anexo I

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

DINÂMICA DEMOGRÁFICA FAMILIAR E PADRÃO MIGRATÓRIO NO BRASIL: TRANSFORMAÇÕES DESDE OS ANOS 1990

*Este instrumento tem como objetivo central analisar e compreender as possíveis mudanças estruturais na dinâmica demográfica familiar no Brasil, desde a década de 1990, e suas relações diretas com a mobilidade residencial e o território nas escalas intrametropolitanas brasileiras.

I – DADOS GERAIS (Preenchidos previamente pela equipe)

Local: _____

Número do instrumento: _____

Entrevistador(a): _____

1- Data: ____/ ____/ 2022

2- Horário inicial da entrevista: _____

Características gerais, Trabalho e Renda											
PARA TODOS OS MORADORES DO DOMICÍLIO											
Ordem	1. Nome (pode optar por nome fictício)	Idade	Relação c/ entrevistado	2. trabalha?				Recebe algum auxílio ou renda de programa social?	3.Renda Mensal	Caso crianças até 5 anos: Está matriculada em alguma escola?	Precisa de ajuda de familiar ou cuidador para a criança?
				Não	Se sim: Onde trabalha? (bairro e município)	Sim: qual atividade?	Tipo de trabalho				
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
			1. Entrevistado (pessoa de referência) 2. Cônjuge ou companheiro de sexo diferente 3. Cônjuge ou companheiro do mesmo sexo 4. Filho (a) do entrevistado e do cônjuge 5. Filho (a) somente do entrevistado 6. Enteado (a) 7. Genro ou nora 8. Pai, mãe, padrasto ou madrasta 9. Sogro (a) 10. Neto (a) 11. Bisneto (a) 12. Irmão ou irmã 13. Avô ou avó 14. Outro parente 15. Agregado (a) 16. Convivente 17. Pensionista (sublocação) 18. Empregado (a) doméstico (a) 19. Parente do empregado (a) doméstico (a) 20. Individual em domicílio coletivo				1.Formal com carteira assinada 2.Autônomo (CNPJ/MEI) 3.Informal (sem carteira assinada) 4.Menor aprendiz 5.Concursado 6.Outros (especificar)	1.Sim 2. Idoso ou que recebe aposentadoria ou BPC. 3.Não 4.Não sei	Faixas de salário mínimo (R$1212,00)	1.Sim – pública 2.Sim-particular 3.Não	1.Sim 2.Não

1 – Mora mais alguma família nesse terreno?

_____

2 – Se sim, compartilham despesas domésticas?

_____

3 – Quantas pessoas moram na casa?

_____

4 – Quem é o responsável pela família?

4 - Município de Origem (Local de nascimento): _____

5 - Mobilidade – Aspirações: 5.1 – Há quanto tempo reside na mesma casa (anos)? _____

Mobilidade – Aspirações futuras		
Pretende se mudar nos **próximos 12 meses?** (___) Sim (___) não		
Motivos (conforme anexo)	Motivos secundários (conforme anexo)	
Bairro	Cidade	Estado

Pretende se mudar nos **próximos 5 anos?** (___) Sim (___) não		
Motivos (conforme anexo)	Motivos secundários (conforme anexo)	
Bairro	Cidade	Estado

5.2 – Caso não pretenda se mudar, qual o motivo (por que não gostaria de se mudar nos próximos meses/anos)?

_____.

6 – Mobilidade – Antigas residências: 6.1 – Além da atual residência, teve uma anterior? _____

Mobilidade – Antigas residências (Até formação da família ou até se inserir na RMGV)						
(___) Formou família na mesma residência de origem do entrevistado						
Mudanças				Motivações para a mudança (conforme orientação anexo)	Motivações secundárias (conforme orientação anexo)	Evento familiar relacionado às motivações apresentadas (NÃO PERGUNTAR: análise do entrevistador a partir das informações dadas)
Ano	Bairro	Cidade	Estado			
						1. Casamento ou união 2. Nascimento ou adoção de criança 3. Separação ou divórcio 4. Falecimento de um parente 5.Outros: quais?

7 - Escolaridade: Não alfabetizado ( ) Ens. Fundamental incompleto ( ) Ens. Fundamental completo ( ) Ens. Médio incompleto ( ) Ens. Médio completo ( ) Ens. Superior incompleto ( ) Ens. Superior completo ( ) Pós-graduação ( )

8 - A sua cor é: Branco ( ) Pardo ( ) Preto ( ) Amarelo ( ) Indígena ( )

9 - Qual seu gênero?

(___) Feminino

(___) Masculino

(___) Outros

10 - Estado civil:

Solteiro ( )

Divorciado/separado ( )

Casado/união estável ( )

Viúvo ( )

Juntos ( ) (ausência de documento legal)

11 - Quantos anos de união com o cônjuge ou companheiro atual? _____

12 - Condição residencial?

Própria ( )

Alugada ( ) Cedida/Emprestada ( )

Outros ( ) _____

13 – Você teria disponibilidade para eventual conversa para a nossa pesquisa? Você gostaria de fornecer seu telefone/WhatsApp, e-mail, Facebook, Instagram etc.?

Motivações para mudança

(marque a opção mais adequada, de acordo com a resposta do entrevistado)

Categorias	Motivo principal e secundário para mudança
1. Mobilidade por motivos residenciais	a – Aquisição de imóvel próprio b – Venda de imóvel da família c – Necessidade de imóvel maior d – Necessidade de imóvel menor e – Necessidade de aluguel mais barato f – Problemas com o imóvel g – Dividir aluguel h – Dificuldade de deslocamento
2. Mobilidade por motivos familiares ou de contato	a – Ficar mais perto da família b – Por separação do casal c – Por deixar a casa de um familiar d – Para ficar mais perto de amigos e – Para cuidar de um familiar f – Pelo falecimento de um familiar g – Morar com um familiar/amiga (o) h – Imóvel comprado por familiar i – Nascimento de filhos j – Nascimento de netos k – Nascimento de outros familiares
3. Mobilidade por motivos ambientais ou de ciclo de vida	a – Não gostava do lugar em que morava b – Medo da violência (área insegura) c – Por questões de saúde d – Para estudar e – Por ter terminado os estudos f – Risco ambiental 1 (poluição sonora, visual) g – Risco ambiental 2 (falta de saneamento, pavimentação, coleta de lixo) h – Risco ambiental 3 (alagamento/inundação, deslizamento) i – Falta de serviços j – Melhor escola para os filhos k – Melhor qualidade de vida l – Por se sentir inferior no lugar onde atualmente mora m – Falta de serviços públicos
4. Mobilidade por motivos laborais	a – A pedido do empregador b – Para buscar um trabalho melhor c – Muito trânsito para o deslocamento até o trabalho d – Para morar mais perto do trabalho e – Por troca de trabalho próprio f – Por troca de trabalho do cônjuge g – Por demissão/perda de emprego h – Para morar mais perto do trabalho
5. Outros	Outros (tentar descrever em poucas palavras)

Índice Remissivo

Aspirações, 27, 29, 30, 32, 58, 77, 79, 87, 101-103, 105, 109, 110, 114, 117, 222-224, 227, 231

Ciclo de vida, 30, 88, 92, 97, 101, 106, 136, 137, 145-147, 150, 163, 166, 175, 185, 186, 189, 192-194, 196-198, 202, 207, 208, 212, 214, 218, 223, 224, 233

Cotidiano, 17, 84, 85, 87, 96, 100, 103, 118, 119, 236,

COVID-19, 22, 40, 46, 134, 156

Curso de vida, 40, 87, 97, 101, 106, 137, 145, 146, 161, 162, 164, 166, 170, 181, 185, 189, 194, 211, 216

Demografia, 12, 13, 15, 35, 39, 43, 44, 108, 135, 136, 143, 145, 152, 157, 158, 169, 170, 182, 184, 203, 219, 224, 235, 236

Desejo, 27, 30, 77, 100, 102, 103, 104, 117, 127, 128, 147, 214, 223, 224

Desigualdades, 22, 23, 27, 48, 49, 52, 53, 60, 80, 95, 105, 118, 134, 152, 157, 158, 184, 207, 217, 223, 228,

Diversidade, 22, 23, 27

Envelhecimento, 10, 22, 33, 40, 46, 106, 134, 135, 139, 142, 147, 149, 155, 156, 160, 161, 165, 166, 173

Família, 1, 3, 5, 7-9, 11-16, 19, 25-34, 39, 41, 43, 45, 47, 49-60, 62, 65-67, 69-72, 74-80, 84-89, 91, 93-116, 119, 121, 122, 128, 129, 133, 135-139, 141-147, 149-159, 161-164, 166, 167, 170, 171, 173-177, 179-182, 184-203, 205, 207-229, 231, 232, 233, 235-237

Fecundidade, 9-11, 21, 33, 40, 46, 50, 51, 133-136, 138, 139, 141-145, 149, 152, 155, 157, 160-163, 166, 187, 207

Filhos, 10, 11, 26, 51, 77, 79, 86, 88, 95, 97, 103, 106, 107, 111, 135, 137, 138, 142-147, 149, 150, 154, 155, 163, 166, 167, 171, 176-182, 189, 193, 195, 196, 198, 199, 208-212, 214-218, 222, 223, 233,

Gênero, 23, 24, 29, 46-50, 52, 53, 58, 80, 85, 86, 88, 89, 94, 98, 99, 105, 115, 117, 144, 156, 158, 184, 222, 227, 232, 237

Geografia, 1, 3, 5, 7-9, 11-13, 15, 17, 19-28, 30-35, 39, 41-63, 65, 67, 69, 71, 73-77, 79-81, 83-85, 87, 89, 91, 92, 95, 97-105, 107-109, 111, 113, 115, 125, 133, 135-137, 139, 141, 143, 145, 147, 149, 151, 153, 155-158, 181, 183, 203, 204, 218-221, 224-230, 235-238

Geografia da população, 1, 3, 5, 7, 9, 12, 15,17, 19, 20, 22-24, 26-28, 30-32, 34, 39-57, 59, 76, 77, 79, 80, 87, 100, 108, 135, 155, 156, 218, 221, 225-229, 235, 236

Habitação, 1, 3, 9, 90, 96, 156, 157, 169, 170, 181, 185, 186, 188, 194, 200-202, 222, 223, 235

Metrópole, 1, 3, 9, 26, 39, 61, 84, 96, 98, 108, 115, 160, 168, 181, 183-1889, 203, 206, 207, 210, 217, 219, 221, 228

Mobilidade residencial, 1, 3, 7-9, 12, 15, 19, 27-35, 39, 86, 96, 97, 100-103, 105, 107, 109, 111, 112-115, 159-161, 163-167, 169-181, 183-193, 195, 197, 199-203, 205-209, 211-213, 215, 217-219, 222-224, 227, 228, 230, 235, 237

Mortalidade, 9-11, 21, 40, 46, 51, 67, 134, 138, 139, 160, 162, 163

Periferias, 5, 26, 32, 103, 114, 166, 167, 187, 188, 213,

Políticas públicas, 14, 15, 23-25, 43, 53, 60, 79-81, 89, 94, 114, 119, 126, 155, 181, 219, 223, 226-228, 235

População, 1, 3, 5, 7, 9-17, 19-28, 30-35, 39, 41-59, 63, 65, 69, 71, 72, 76-91, 86, 87, 90, 97, 99, 100, 102, 108, 111, 115, 119, 123, 127, 128, 133-140, 142, 143, 149, 155-162, 165-167, 170, 174, 181-183, 185, 188, 190, 203, 205, 206, 209, 218, 221, 252, 225-229, 235-238

Segregação, 7, 23, 27, 32, 57-60, 63-66, 69, 71-81, 83-87, 89-93, 95-99, 108, 115, 187, 188, 223, 228, 236

Sobre os(as) autores(as)

Cimar Alejandro Prieto Aparicio é pesquisador do Laboratório de Análises Geográficas, Demográficas e da População (LAGEDEP) da Universidade Federal do Espírito Santo. Economista, mestre e doutor em Demografia, suas pesquisas voltadas à demografia da habitação e à demografia aplicada a políticas públicas, com destaque para economia regional e urbana, mobilidade espacial da população, demografia das famílias e dos domicílios, projeções populacionais e *surveys*.

Ednelson Mariano Dota é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo. Geógrafo, mestre e doutor em Demografia, suas pesquisas têm como foco temas relacionados à mobilidade espacial da população, com destaque para mobilidade residencial, migração e mobilidade pendular à luz da Geografia da população. É coordenador do grupo de pesquisa Mobilidade Espacial da População (CNPq/UFES) e do Laboratório de Análises Geográficas, Demográficas e da População (LAGEDEP).

Francismar Cunha Ferreira é doutor em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com licenciatura plena, bacharelado e mestrado em Geografia pela mesma universidade. Desenvolve pesquisas na área de Geografia, investigando, principalmente, os seguintes temas: Geografia Econômica, Produção do Espaço Urbano, Metropolização e Renda Fundiária Urbana.

Gearley Leopoldino Veloso é mestrando no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo como bolsista (Capes) e integra o grupo de pesquisa Mobilidade Espacial da População (CNPq/UFES) e o Laboratório de Análises Geográficas, Demográficas e da População (LAGEDEP). É graduado em Geografia pelo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Campus Nova Venécia.

Igor Martins Medeiros Robaina é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo. Mestre e Doutor em Geografia, dedica atenção aos temas da Geografia da População, mais especificamente aos temas relacionados aos segmentos/grupos marginalizados no espaço urbano – como a população em situação de rua – e ao fenômeno da segregação socioespacial. É coordenador do Grupo de Pesquisa em Geografia, Espacialidades e Cotidiano – GESCOT (CNPq/UFES) e e membro do Laboratório de Análises Geográficas, Demográficas e da População (LAGEDEP).

Isis do Mar Marques Martins é pesquisadora na área de Geografia da população, migrações, políticas migratórias e cartografia vinculada ao planejamento urbano e regional. Tem mestrado em Geografia e doutorado em Planejamento urbano e regional, com diversas publicações na área de geografia da família, migração e políticas para migrantes.

Ítala Luzia de Andrade é doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). Professora de Geografia na Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (SEDU). Áreas de pesquisa: mobilidade espacial da população, migração interna nacional, mobilidade pendular e produção do espaço urbano. Desenvolve pesquisas junto ao Grupo de Pesquisa Mobilidade Espacial da População (CNPq/UFES) e ao Laboratório de Análises Geográficas, Demográficas e da População (LAGEDEP/UFES).

Julio Valentim é co-coordenador do Data Kula Lab (Laboratório de Antropologia Computacional), ligado ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (PGCS/UFES). Jornalista e mestre em Comunicação e Cultura, tem certificação em Ciências Sociais Computacionais pela Universidade da Califórnia

(UCDavis), pós-graduação em Análise de Dados e MBA em Big Data e Inteligência Competitiva. Suas pesquisas têm como foco a utilização de tecnologias digitais e computacionais para a realização de mobilizações sociopolíticas, com destaque para: protestos e campanhas eleitorais; propaganda computacional; relação da Inteligência Artificial com as emoções e a política; pós-capitalismo e produção do Comum.

Kamilly Antunes de Assis é geógrafa, mestranda em Geografia no Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade Federal do Espírito Santo, bolsista CAPES. Sua pesquisa tem ênfase em geografia cultural, geografia da família e geografia e gênero.

Maria Cristina Dadalto é professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisadora das temáticas de Migrações, Sociologia Digital e Identidades e Consumo. Coordenadora dos Laboratórios de Estudos do Movimento Migratório (LEMM vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História) e do Laboratório de Identidades e Tecnociências (LEIDTEC vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Pesquisadora e membro do Comitê de Assessoramento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES).

Matheus de Oliveira Fernandes Adão é bacharel em Geografia e mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, com bolsa CAPES. Tem se dedicado a estudos envolvendo questões urbanas e de mobilidade da população.

Nathan Vilela dos Santos é graduando em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Desenvolveu duas iniciações científicas relacionadas à mobilidade espacial da população no Espírito Santo, com foco na migração e na mobilidade residencial. Faz parte do grupo de pesquisa Mobilidade Espacial da População (CNPq/UFES) e do Laboratório de Análises Geográficas, Demográficas e da População (LAGEDEP/UFES).

Patrícia P. Pavesi é antropóloga, membro da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFES. Desenvolveu pesquisa em torno do consumo de tecnologias digitais e Internet no Mestrado e no Doutorado (PPGA/UFF). É uma das coordenadoras do Data Kula Lab – Laboratório de Antropologia Computacional, Membro do Grupo de Estudos do Consumo e do Laboratório de Estudos de Identidades e Tecnologias (LEIDETEC). Tem interesses de pesquisa voltados para os temas: Big Data, Thick Data, Algoritmos, Inteligência Artificial, Propaganda Computacional, Plataformas Digitais, Ciência Social Computacional e Consumo.

Rachel Facundo Vasconcelos de Oliveira é doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). Graduação, bacharelado e licenciatura em Geografia e Mestrado na Geografia. Tem formação em Comunicação Social – Publicidade em Propaganda, Pedagogia e Especialização em Teoria da Comunicação e da Imagem. Suas pesquisas têm como foco temas relacionados à mobilidade espacial da população, à migração interna nacional, ao planejamento urbano e regional e à urbanização. Atualmente, é membro do Laboratório de Análises Geográficas, Demográficas e da População (LAGEDEP/UFES).

ACADÊMICA
Série

Este livro oferece uma reflexão sobre as transformações e as inter-relações que os novos modelos familiares e os padrões de mobilidade apresentam nas grandes aglomerações urbanas. No seu desenrolar, fica latente a rica experiência de pesquisa através das experimentações teórico-metodológicas que culminaram em análises que congregam dados secundários, primários e experiências de campo. O período de intensas mudanças na dinâmica populacional e seus rebatimentos na forma como o espaço urbano é produzido é o contexto que molda as reflexões, realizadas a partir da Geografia da população, com intensa articulação temática com disciplinas e ciências que se preocupam com a reprodução social e do espaço urbano.

ISBN 978-85-7785-889-7

LETRACAPITAL

CAPES

Família e Políticas Públicas no Brasil